

RELATÓRIO

Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ESTUDO: *Relatório Ambiental*

ÂMBITO: *Avaliação de Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela*

DEZEMBRO 2014

Lista de Acrónimos

AAE - Avaliação Ambiental Estratégica
AIA - Avaliação de Impacte Ambiental
ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil
APA - Agência Portuguesa do Ambiente
ARS-C Administração Regional de Saúde do Centro
CCDRA - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
DGGE - Direção-Geral de Energia e Geologia
DGOTDU - Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
EEM – Estrutura Ecológica Municipal
EN Estrada Nacional
ENCNB - Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
ENDS - Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
ENE - Estratégia Nacional para a Energia
ENEAPAI - Estratégia Nacional para Efluentes Agropecuários e Agro Industriais
ERAe – Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas.
ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais
FA - Fatores Ambientais
FCD - Fatores Críticos para a Decisão
FER – Fontes de Energia Renováveis
GEE - Gases com Efeito de Estufa
ICNB - Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
IGESPAR- Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico
INAG - Instituto Nacional da Água
INE - Instituto Nacional de Estatística
ONGA- Organização Não-Governamental do Ambiente
PBH-Rio Sado - Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Sado
PDM - Plano Diretor Municipal
PEAASAR II - Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II
PENDR - Plano Estratégico Nacional do Desenvolvimento Rural
PENT - Plano Estratégico Nacional do Turismo
PERSU - Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos
PERSU II - Plano Estratégico para os recursos sólidos urbanos II
PMDCI-Mirandela - Plano Municipal de Defesa da Floresta e Combate a Incêndios de Mirandela
PMEPC Mirandela - Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Mirandela
PNA - Plano Nacional da Água
PNAAS - Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde
PNAC - Programa Nacional para as Alterações Climáticas
PNAEE - Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PNUEA Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água
PGRH-Douro - Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro
PROFNE – Plano Regional de Ordenamento Florestal do Nordeste
PROT-N – Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região Norte
QE - Questões Estratégicas
QRE - Quadro de Referência Estratégico
QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional
RAN - Reserva Agrícola Nacional
REN - Reserva Ecológica Nacional
RJGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território
RSU - Resíduos Sólidos Urbanos
SGA - Sistema de Gestão Ambiental
SIC – Sítio de Interesse Comunitário
SIDS – Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
SNIRH - Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos
SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats
TER - Turismo em Espaço Rural
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
UOPG - Unidade Operativa de Planeamento e Gestão
ZIF - Zona de Intervenção Florestal
ZPE - Zona de Proteção Especial

ÍNDICE

1. Introdução	12
2. Metodologia da Avaliação Ambiental.....	14
3. Objeto de Avaliação	20
3.1. Antecedentes.....	20
3.1.1. Breve caracterização de Mirandela	21
3.2. Síntese do Diagnostico do PDM	22
3.3. Objetivos e Questões Estratégicas da Revisão do PDM de Mirandela.....	25
3.4. Proposta do Plano.....	27
3.5. Alternativas à Proposta do Plano.....	30
4. Consulta Pública	31
5. Definição dos Fatores Críticos Para a Decisão	32
5.1. Quadro de Referência Estratégico.....	32
5.2. Questões Estratégicas	33
5.2. Convergência entre o Quadro de Referência Estratégico e as Questões Estratégicas	34
5.3. Identificação dos Fatores Críticos para a Decisão	34
6. Análise e Avaliação Estratégica dos Fatores Críticos para a Decisão	36
6.1. Biodiversidade e Conservação da Natureza.....	36
6.1.1 Descrição do FCD e seus objetivos	36
6.1.2. Situação existente e análise tendencial.....	37
6.1.3. Análise SWOT.....	59
6.1.4. Tendências de evolução sem Plano	59
6.1.5. Oportunidades e Riscos para o FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza	61
6.2. Ordenamento e Qualificação do Território.....	65

6.2.1 Descrição do FCD e seus objetivos	65
6.2.2. Situação existente e análise tendencial	66
6.2.3. Análise SWOT.....	109
6.2.4. Tendências de evolução sem Plano	110
6.2.5. Oportunidades e Riscos para o FCD – Ordenamento e Qualificação do Território	111
6.3. Desenvolvimento Económico e Social	116
6.3.1. Descrição do FCD e seus objetivos	116
6.3.2. Situação existente e análise tendencial	117
6.3.3. Análise SWOT.....	139
6.3.4. Tendências de evolução sem Plano	140
6.3.5. Oportunidades e Riscos para o FCD – Desenvolvimento Económico e Social.....	141
6.4. Património e Paisagem.....	145
6.4.1. Descrição do FCD e seus objetivos	145
6.4.2. Situação existente e análise tendencial	146
6.4.3. Análise SWOT.....	155
6.4.4 Tendências de evolução sem Plano	155
6.4.5. Oportunidades e Riscos para o FCD – Património e Paisagem	157
6.5. Qualidade Ambiental	159
6.5.1. Descrição do FCD e seus objetivos	159
6.5.2. Situação existente e análise tendencial	160
6.5.3. Análise SWOT.....	204
6.5.4. Tendências de evolução sem Plano	205
6.5.5. Oportunidades e Riscos para o FCD – Qualidade Ambiental	206
6.6. Riscos Naturais e Tecnológicos	213
6.6.1. Descrição do FCD e seus objetivos	213
6.5.2. Situação existente e análise tendencial	214

6.6.3. Análise SWOT.....	229
6.6.3. Tendências de evolução sem Plano	229
6.6.5. Oportunidades e Riscos para o FCD – Riscos Naturais e Tecnológicos	230
7. Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica.....	234
8. Recomendações e Diretrizes de Seguimento.....	237
9. Programa de Gestão e Monitorização Ambiental	252
9.1 Definição de Indicadores de Monitorização.....	253
9.2 Quadro de Governança para a ação	262
10. Participação Pública	264
11. Considerações Finais.....	265
12. Referências Bibliográficas	267
13. Anexos	271

Índice de Quadros

Quadro 1 - Síntese da Caracterização e Diagnóstico do PDM.....	22
Quadro 2 - Matriz-síntese das potencialidades vs debilidades do concelho de Mirandela	24
Quadro 3 - Classes, Categorias e Subcategorias de Espaço.....	27
Quadro 4 - Quantificação da proposta do solo rural.....	28
Quadro 5 - Quantificação da proposta do solo urbano	29
Quadro 6 - Entidades que responderam no âmbito da determinação do âmbito e do alcance da informação ambiental a tratar no Relatório Ambiental relativo à AAE da proposta de revisão do PDM de Mirandela.	31
Quadro 7 - Quadro de Referência Estratégica para AAE da proposta de revisão do PDM de Mirandela.....	32
Quadro 8 - Relação entre os FA e os FCD definidos.....	35
Quadro 9 - Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Biodiversidade e Conservação da Natureza.	36
Quadro 10 - Habitats naturais e seminaturais constantes do anexo B-I do Dec. Lei n.º 49/2005 de 24 de fevereiro presentes no sítio de Romeu	39
Quadro 11 - Principais espécies protegidas	41
Quadro 12 - Orientações de gestão do PSRN2000 para a conservação das espécies	44
Quadro 13 - Orientações de gestão do PSRN2000 para a conservação dos habitats	46
Quadro 14 - Espécies Invasoras.....	50
Quadro 15 - Distribuição das espécies florestais, por freguesia (ha).	52
Quadro 16 - Taxa da superfície florestal ardida (ha).....	54
Quadro 17 - Espaços de Lazer em áreas florestais.	55
Quadro 18 - Capacidade de alojamento dos estabelecimentos TER do município de Mirandela.	55
Quadro 19 - Análise SWOT no âmbito do FCD - Biodiversidade e Conservação da Natureza ...	59
Quadro 20 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Áreas Classificadas e Espécies Protegidas”	61
Quadro 21 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Conservação da Natureza”	62
Quadro 22 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Gestão e Conservação da Floresta”	63
Quadro 23 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Valorização dos recursos cinegéticos”	64
Quadro 24 - Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Ordenamento e Qualificação do Território.....	65
Quadro 25 - Evolução da Densidade Populacional (N.º/Km ²), em Mirandela.....	66
Quadro 26 - Distribuição das classes de uso do solo urbano	70
Quadro 27 - Superfície (ha) ocupada por tipologia de REN em Vigor e pela proposta de REN. 73	
Quadro 28 - População Residente e variação da população entre 1991 e 2011.	75
Quadro 29 - População Residente em Mirandela, por freguesia.....	76
Quadro 30 - Evolução do número de alojamentos, 2001 - 2011, por Freguesia.	77

Quadro 31 - Índice de Envelhecimento, nas freguesias e concelho de Mirandela e Sub-Região do Alto Trás-os-Montes	78
Quadro 32 - Caracterização dos Equipamentos públicos de utilização coletiva de Mirandela (2014)	80
Quadro 33 - Funções Urbanas (valências) de Mirandela.	81
Quadro 34 - Funções Urbanas (valências) de Mirandela.(cont.)	83
Quadro 35 - Funções Urbanas (valências) de Mirandela.(cont.)	85
Quadro 36 - Funções Urbanas (valências) de Mirandela.(cont.)	87
Quadro 37 - Centros de.Dia,2012	89
Quadro 38 - Lares Mirandela,2012	90
Quadro 39 - Serviço de Apoio Domiciliário*,2012	90
Quadro 40 - Serviço de Apoio Domiciliário Integrado,2012.....	91
Quadro 41 - Equipamentos Sociais de apoio à população idosa, por valência, no concelho, em 2012	91
Quadro 42 - Edifícios por estado de conservação (2011).	93
Quadro 43 - Edifícios licenciados por tipo em Mirandela 1995-2013.	94
Quadro 44 - Reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas.	94
Quadro 45 - Extensão da rede viária por categoria administrativa.	97
Quadro 46 - Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante.	100
Quadro 47 - Porporção da utilização do automovel nas deslocações.....	101
Quadro 48 - Análise SWOT no âmbito do FCD - Ordenamento e Qualificação do Território... ..	109
Quadro 49 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Ocupação e Uso do Solo”	111
Quadro 50 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Condicionantes e áreas naturais”	112
Quadro 51 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Assimetrias Territoriais”	113
Quadro 52 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Coesão Territorial”	114
Quadro 53 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Qualificação urbana”	114
Quadro 54 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Mobilidade e Acessibilidades”	115
Quadro 55 - Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Desenvolvimento Económico e Social	116
Quadro 56 - Nível de instrução e qualificação académica da população residente, 2011 (%)	117
Quadro 57 - População com mais de 25 anos com ensino superior completo (%)	118
Quadro 58 - População residente economicamente ativa e empregada no Concelho, segundo o grupo de profissões, em 2001-2011.....	119
Quadro 59 - Taxa de População Ativa, concelho de Mirandela, na região e sub-região, 2001 e 2011	120
Quadro 60 - Evolução da taxa de desemprego.....	120
Quadro 61 - População Empregada por Setor de Atividade.	121
Quadro 62 - População residente empregada ou estudante segundo local de trabalho ou estudo(2011).....	122

Quadro 63 - Indicadores do tecido empresarial concelhio.	123
Quadro 64 - Empresas do concelho de Mirandela, segundo a classificação das atividades económicas, Rev. 3.	124
Quadro 65 - Volume de vendas nas empresas com sede no município segundo a classificação das atividades económicas, em euros.	125
Quadro 66 - Índice de Poder de Compra.	126
Quadro 67 - Informação relativamente às explorações agrícolas existentes no concelho de Mirandela.	127
Quadro 68 - Informação relativamente à utilização das terras (principais culturas) no concelho de Mirandela.	127
Quadro 69 - Informação relativamente às explorações pecuárias existentes no concelho de Mirandela.	128
Quadro 70 - Empreendimentos turísticos existentes no Concelho de Mirandela, 2012.	130
Quadro 71 - Taxa de Ocupação hoteleira.	131
Quadro 72 - Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros.	131
Quadro 73 - Percursos temáticos implementados.	132
Quadro 74 - Investimento turístico em Mirandela (€).	138
Quadro 75 - Análise SWOT no âmbito do FCD Desenvolvimento Económico e Social.	139
Quadro 76 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Desenvolvimento Humano”.	141
Quadro 77 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Competitividade e Dinâmica empresarial”.	142
Quadro 78 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Valorização do espaço rural”.	143
Quadro 79 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Dinâmica turística”.	143
Quadro 80 - Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Património e Paisagem.	145
Quadro 81 - Análise SWOT no âmbito do FCD: Património e Paisagem.	155
Quadro 82 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Património Arquitetónico e Arqueológico”.	157
Quadro 83 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Paisagem”.	158
Quadro 84 - Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Qualidade Ambiental.	159
Quadro 85 - Evolução da recolha seletiva em 2002 e no período compreendido entre 2009 e 2012.	162
Quadro 86 - Evolução da recolha seletiva em 2002 e no período compreendido entre 2009 e 2012.	162
Quadro 87 - Quantidade em toneladas de resíduos urbanos recolhidos e tipo de destino.	163
Quadro 88 - Estações de amostragem da rede de qualidade da água superficial na bacia hidrográfica do Douro no concelho de Mirandela.	166
Quadro 89 - Cinco classes de Classificação da qualidade da água, de acordo com o ex-INAG.	166
Quadro 90 - Evolução da qualidade da água na estação de Frechas de 2007 a 2012.	167
Quadro 91 - Evolução da qualidade da água na estação de Ponte Vale Telhas, de 1995 a 2012.	168

Quadro 92 - Evolução da qualidade da água na estação de Quinta Maravilha, de 1995 a 2012.	169
Quadro 93 - Principais características do sistema aquífero presente na área de estudo.	172
Quadro 94 - Evolução da qualidade da água subterrânea medida nas estações de monitorização existentes em Mirandela e Vila Flor, entre 2008 e 2012.	172
Quadro 95 - Evolução da qualidade das águas balneares - SNIRH.	174
Quadro 96 - Volume de águas residuais tratadas em Mirandela em 2013.	179
Quadro 97 - Consumo de água por habitante no período compreendido entre 2006 e 2009. .	183
Quadro 98 - Análise global dos valores obtidos, por grupo de parâmetro, no controlo da qualidade da água efetuado em 2013.	185
Quadro 99 - Consumo de água abastecida pela rede pública (milhares de m ³) por tipologia, em Mirandela, no período compreendido entre 2006 e 2009.	186
Quadro 100 - Consumo de água abastecida pela rede pública (milhares de m ³) por tipologia, em Mirandela, no período compreendido entre julho 2011 e julho 2012.	187
Quadro 101 - Estimativas (em %) de população exposta a diferentes intervalos de níveis sonoros, para os indicadores de ruído Lden e Ln, 2014.	192
Quadro 102 - Índice de qualidade do ar e concelhos de saúde.	194
Quadro 103 - Principais fontes e efeitos na saúde humana e no ambiente dos poluentes atmosféricos abrangidos pelo DL n.º 102/2010.	195
Quadro 104 - Número de excedências para os parâmetros de qualidade do ar, na estação de Lamas de Olo nos anos de 2011, 2012 e 2013.	196
Quadro 105 - Emissões de Poluentes para o Concelho de Mirandela em 2007, 2008 e 2009 (t/Km ²).	198
Quadro 106 - Emissões totais de GEE em t/km ²	199
Quadro 107 - Evolução do consumo de energia elétrica por habitante (KWh/hab), entre 2006 e 2012.	199
Quadro 108 - Consumo de energia elétrica total e por tipo de consumos (KWh) entre 2008 e 2012.	200
Quadro 109 - Análise SWOT no âmbito do FCD - Qualidade Ambiental.	204
Quadro 110 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Resíduos Sólidos Urbanos”. .	206
Quadro 111 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Recursos Hídricos”.	207
Quadro 112 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Drenagem e tratamento de águas residuais”.	208
Quadro 113 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Abastecimento de água”... .	209
Quadro 114 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Ruído”.	209
Quadro 115 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Qualidade do Ar”.	210
Quadro 116 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Eficiência Energética”.	211
Quadro 117 - Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Riscos Naturais e Tecnológicos.	214
Quadro 118 - Número de ocorrências entre 2003-2012.	217
Quadro 119 - Área ardida (ha) entre 2003-2012.	218
Quadro 120 - Análise SWOT no âmbito do FCD: Riscos Naturais e Tecnológicos.	229
Quadro 121 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Cheias e Inundações”.	230

Quadro 122 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Incêndios”	231
Quadro 123 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Erosão/Movimento de vertentes”	232
Quadro 124 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Sismo”	233
Quadro 125 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Riscos Tecnológicos”	233
Quadro 126 - Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica	234
Quadro 127 - Recomendações para o Planeamento	237
Quadro 127 - Quadro de Governança para a Ação.	262

Índice de Figuras

Figura 1 - Fases da Avaliação Ambiental Estratégica (adaptado de RFCD do QREN, 2006).	15
Figura 2 - Representação esquemática em Diagrama de Venn da definição dos FCD (adaptado de Partidário, 2007).	16
Figura 3 - Localização do concelho de Mirandela.	21
Figura 4 - Enquadramento do SIC PTCON0043 - Romeu.	38
Figura 5 - Habitats e SIC Romeu, da Rede Natura2000.....	41
Figura 6 - Povoamento de sobreiros e azinheiras e outros carvalhos.....	43
Figura 7 - Culturas permanentes - Olival - COS 2006.	44
Figura 8 - Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental e do Litoral.	48
Figura 9 - Corredores Ecológicos (PROF Nordeste).....	49
Figura 10 - Mapas de Zonas de Caça.....	56
Figura 11 - Pesca em águas interiores	58
Figura 12 - Ocupação e Uso do Solo - COS2007.....	69
Figura 13 - Quantificação da Ocupação e Uso do Solo - COS2007.	69
Figura 14 - Áreas de RAN do concelho de Mirandela - Portaria 49/93 de 12 de janeiro	72
Figura 15 - Nova delimitação da REN do concelho de Mirandela	73
Figura 16 - Áreas de Regime Florestal Parcial	74
Figura 17 - Evolução da população e dos alojamentos no concelho, entre 1981 e 2011.....	78
Figura 18 - Edifícios, segundo a época de construção.....	93
Figura 19 - Distâncias entre a sede de concelho e os principais polos geradores de fluxos	99
Figura 20 - Repartição modal nos movimentos pendulares 2011.	100
Figura 21 - Inventário físico da rede viária concelhia.	102
Figura 22 - Ecovia da cidade de Mirandela.	103
Figura 23 - Circuito pedonal do centro histórico de Mirandela.	104
Figura 24 - Rede de transportes coletivos urbanos da cidade de Mirandela	106
Figura 25 - Circuito dos transportes públicos na cidade de Mirandela.	108
Figura 26 - Grupos e Unidades de Paisagem de Portugal Continental e Mirandela.	151
Figura 27 - Resíduos recolhidos por habitante, por localização geográfica, em 2012 (INE)...	161

Figura 28 - Hidrografia do concelho de Mirandela	165
Figura 29 - Evolução da classificação da qualidade das águas na Estação de Qualidade de Frechas, entre 2007 e 2012. Fonte: SNIRH.	168
Figura 30 - Evolução da classificação da qualidade das águas na Estação de Qualidade de Ponte Vale Telhas, entre 1995 e 2012. Fonte: SNIRH.	169
Figura 31 - Evolução da classificação da qualidade das águas na Estação de Qualidade de Quinta Maravilha, entre 1996 e 2012. Fonte: SNIRH.	170
Figura 32 - Estado final das massas de água superficiais (PGBH RH3, 2012).	171
Figura 33 - Estado final das massas de água subterrâneas (PGBH RH3, 2012).	173
Figura 34 - Localização das águas balneares interiores de Mirandela - SNIRH.	174
Figura 35 - Distribuição e abrangência das ETAR's do concelho de Mirandela (CMM, 2014)..	178
Figura 36 - Sistema de Abastecimento de Águas do concelho de Mirandela.	182
Figura 37 - Qualidade da água para consumo humano no concelho de Mirandela entre 2002 e 2012	184
Figura 38 - Mapa de Ruído do Concelho de Mirandela Ano 2014 - indicador sonoro <i>Lden</i>	190
Figura 39 - Mapa de Ruído do Concelho de Mirandela Ano 2014 - indicador sonoro <i>Ln</i>	191
Figura 40 - Representação das Zonas e Aglomerações do Norte Interior e localização das estações de Monitorização.	194
Figura 41 - Índices de qualidade do ar registado na zona Norte Interior, nos anos de 2011, 2012 e 2013.	195
Figura 42 - Emissões sectoriais de GEE em 2012 por setor de atividade (Fonte APA,2014). ..	198
Figura 43 - Produção de Energia elétrica a partir de FER por distritos (Fonte DGEG,2014)...	202
Figura 44 - Zonas Potencialmente Afetadas por Cheias e Inundações no Concelho de Mirandela.....	215
Figura 34 - Carta de perigosidade de incêndio(PMEPC Mirandela 2009).	220
Figura 47 - Áreas de risco de erosão e Movimento de Vertentes.	222
Figura 48 - Enquadramento na Carta da Intensidade Sísmica - Zonas de intensidade máxima (escala internacional) 1901-1972.	223
Figura 49 - Zonamento Sísmico do Território Português.....	225
Figura 50 - Cheias e Inundações por Rotura de Barragens no Concelho de Mirandela (PMEPC,2014).....	228
Figura 51 - Diagrama de Seguimento.	252

1. Introdução

No âmbito da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Mirandela, o presente documento - **Relatório Ambiental** - constitui a 3ª Fase da Avaliação Ambiental Estratégica, resultando da avaliação das questões/opções estratégicas, objetivos e respetivas ações da proposta de revisão do PDM.

O Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 58/2011 de 4 de maio, transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, sendo aplicável a todos os planos ou programas abrangidos pelo artigo 3º, nomeadamente:

- a) Os planos e programas para os setores da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos e que constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos mencionados nos anexos I e II do Decreto-Lei nº 69/2000, de 3 de maio, na sua atual redação;
- b) Os planos e programas que, atendendo aos seus eventuais efeitos num sítio da lista nacional de sítios, num sítio de interesse comunitário, numa zona especial de conservação ou numa zona de proteção especial, devam ser sujeitos a uma avaliação de incidências ambientais nos termos do Artigo 10º do Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de abril, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 49/2005, de 24 de fevereiro.
- c) Os planos e programas que, não sendo abrangidos pelas alíneas anteriores, constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos e que sejam qualificados como suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente.

Os Instrumentos de Gestão Territorial estão sujeitos ao regime de Avaliação Ambiental Estratégica, definido pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 58/2011 de 4 de maio, de acordo com o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na sua redação atual.

O procedimento de AAE, de acordo com o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 58/2011 de 4 de maio, consiste na “...*identificação, descrição e avaliação dos eventuais impactes significativos no ambiente resultantes de um plano ou programa, realizada durante um procedimento de preparação e elaboração de um plano ou programa e antes do mesmo ser aprovado ou submetido ao procedimento legislativo, concretizada na elaboração de um relatório ambiental e na realização de consultas, e a ponderação dos resultados obtidos na ponderação da decisão final sobre o plano ou programa e a divulgação pública de informação respeitante à decisão final*”.

Em termos genéricos, a AAE pretende garantir um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos, com vista a promover um desenvolvimento sustentável.

Constitui um processo de avaliação de impactos ambientais ao nível estratégico de Políticas, Programas ou Planos tendo em vista, segundo o Guia da Agência Portuguesa do Ambiente (APA 2007), a concretização de três objetivos estratégicos:

1. Assegurar a integração de considerações ambientais, sociais e económicas nos processos de planeamento, de programação e de elaboração de políticas;
2. Detetar oportunidades e riscos, avaliar e comparar opções alternativas de desenvolvimento enquanto estas ainda se encontram em discussão;
3. Contribuir para o estabelecimento de contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas de desenvolvimento.

Assim, esta AAE contribuirá para:

Assegurar uma visão estratégica e uma perspetiva alargada em relação às questões ambientais, num quadro de sustentabilidade;

Auxiliar na identificação e justificação das opções ganhadoras (win-win) face aos objetivos de ambiente e desenvolvimento;

Contribuir para uma decisão mais sustentável nos níveis ambiental, social e económico;

Detetar problemas e oportunidades estratégicas nas opções em análise e facilitar a consideração de impactos cumulativos;

Produzir contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas de desenvolvimento;

Sugerir programas de seguimento, através de gestão e monitorização estratégica.

O presente Relatório Ambiental constitui o principal contributo do processo de AAE para a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Mirandela concretizando a recomendação expressa no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho) *“sempre que seja necessário proceder a uma avaliação ambiental, deve ser elaborado um relatório ambiental no qual serão identificados, descritos e avaliados os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano ou programa e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos”*.

O relatório ambiental deve incluir as informações que razoavelmente possam ser necessárias, tendo em conta os conhecimentos e métodos de avaliação disponíveis, o conteúdo e o nível de pormenor do plano ou do programa e a sua posição no processo de tomada de decisões.

A realização de uma avaliação ambiental ao nível do planeamento e da programação garante que os potenciais efeitos ambientais são tomados em consideração durante a elaboração de um plano ou programa e antes da sua aprovação, contribuindo para a adoção de soluções inovadoras mais eficazes e sustentáveis e de medidas de controlo que evitem ou reduzam efeitos negativos significativos no ambiente decorrentes da execução do plano ou programa.

O presente Relatório Ambiental (RA) está organizado da seguinte forma: introdução (capítulo 1), Metodologia da AAE (capítulo 2), objeto de avaliação (capítulo 3) consulta pública (capítulo 4), definição fatores críticos para a decisão (capítulo 5), Análise e Avaliação estratégica dos fatores críticos para a decisão (capítulo 6), síntese da AAE (capítulo 7), recomendações e diretrizes de seguimento (capítulo 8), programa de gestão e monitorização ambiental (capítulo 9), participação pública (capítulo 10) e considerações finais (capítulo 11).

2. Metodologia da Avaliação Ambiental

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) define-se como um *“instrumento de avaliação de impactes de natureza estratégica cujo objetivo é facilitar a integração ambiental e a avaliação de oportunidades e riscos de estratégias de ação no quadro de desenvolvimento sustentável”*. (Partidário, 2007)

A metodologia desenvolvida teve por base não só as indicações presentes no Decreto-lei 232/2007 de 15 de junho, como as linhas de orientação presentes no “Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica” (APA, 2012), e no “Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território” (DGOTDU, 2008).

Tal como é sugerido no “Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica”, esta metodologia assenta sobre três componentes: componente técnica, componente de processo e a componente de comunicação.

No que diz respeito à **componente técnica**, esta “destina-se a assegurar a focagem técnica da AAE e determinar o seu alcance, a realizar a discussão de opções estratégicas, a avaliar as oportunidades e os riscos e a enunciar diretrizes que constituem recomendações da AAE e são objeto de verificação no seguimento da AAE.” (Partidário, 2007)

Relativamente à **componente de processo**, esta “destina-se a assegurar a articulação entre o processo de AAE e o processo de planeamento ou programação”. (Partidário, 2007)

Por último, com a **componente de comunicação**, pretende-se “assegurar que a AAE é acessível a todos os tipos de público interessado.” (Partidário, 2007)

Em coerência com a abordagem metodológica, a componente técnica da AAE integra as seguintes fases:

- Fase 1 – Definição do Âmbito e Alcance da AAE;
- Fase 2 – Elaboração do Relatório Ambiental preliminar;
- Fase 3 – Elaboração do Relatório Ambiental com os resultados das consultas e Declaração Ambiental;
- Fase 4 – Seguimento;

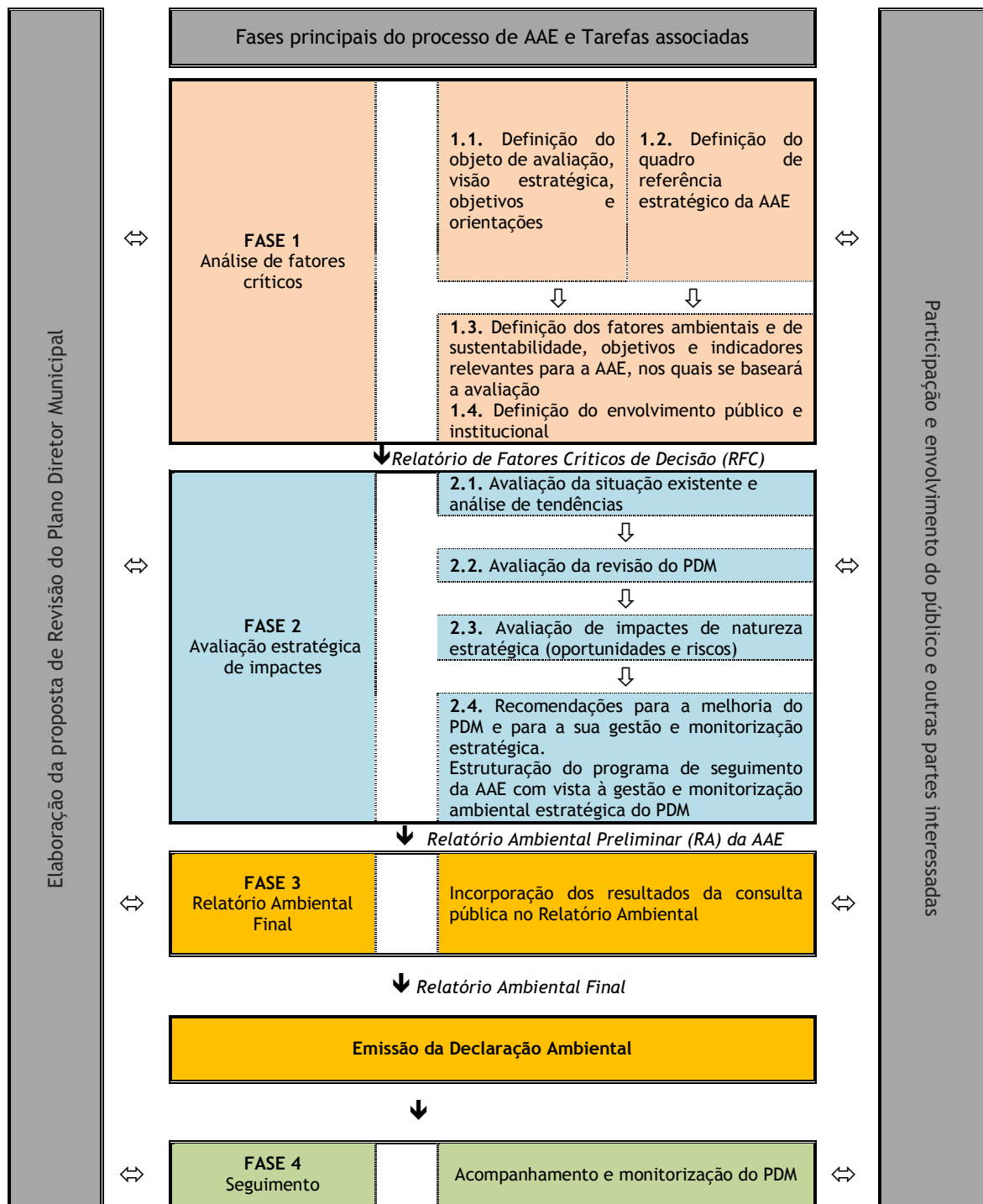


Figura 1 – Fases da Avaliação Ambiental Estratégica (adaptado de RFCD do QREN, 2006).

Fase 1 – Definição do Âmbito e Alcance da AAE

A primeira fase da avaliação ambiental visa:

- Definir o âmbito da avaliação ambiental a realizar e o alcance e nível de pormenor da informação a incluir no relatório ambiental
- Solicitar pareceres às Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAEE) sobre o âmbito da avaliação ambiental e sobre a informação a incluir no relatório ambiental.

A 1ª Fase foi materializada no Relatório de Fatores Críticos de Decisão (RFC) e identificou os Fatores Críticos para a Decisão (FCD), assegurando desta forma a objetividade e focagem da Avaliação Ambiental Estratégica.

A identificação dos Fatores Críticos de Decisão (RFC) resulta da análise e cruzamento dos seguintes elementos:

- **Quadro de Referência Estratégico (QRE)**, contexto macro-político nacional em matéria de ambiente e sustentabilidade com o qual o Plano se deve compatibilizar;
- **Questões Estratégicas (QE)**, identificadas na proposta de plano com potenciais implicações ambientais, as quais definem os objetivos e linhas de força associadas ao objeto de avaliação, expressando as intenções do Plano;
- **Fatores Ambientais (FA)**, definidos no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, fatores climáticos, bens materiais, património cultural, arquitetónico e arqueológico e paisagem) e outros que sejam pertinentes e relevantes, de modo a refletir o âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica.

Da análise das relações existentes entre as três componentes referidas, resultam os **Fatores Críticos para a Decisão**, que reúnem os aspetos de ambiente e sustentabilidade relevantes que servirão de base para a tomada de decisão (Figura 2).

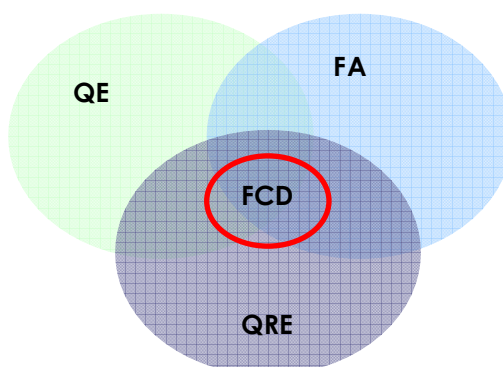


Figura 2 – Representação esquemática em Diagrama de Venn da definição dos FCD (adaptado de Partidário, 2007).

Fase 2 – Elaboração do Relatório Ambiental

A Fase 2 da AAE, em curso, consiste na elaboração do relatório ambiental que deve responder aos elementos solicitados pelo n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, designadamente:

- Uma descrição do conteúdo, dos principais objetivos do plano ou programa e a sua relação com outros planos e programas pertinentes;
- Os aspetos pertinentes do estado atual do ambiente e da sua provável evolução se não for aplicado o plano ou o programa;
- Os problemas ambientais existentes e relevantes para o plano e as características ambientais das zonas suscetíveis de serem afetadas;
- Os objetivos de proteção ambiental e de sustentabilidade, estabelecidos a nível nacional e regional, pertinentes para o plano e a forma como estes objetivos e todas as outras considerações ambientais foram tomadas em consideração durante a sua preparação;
- Os eventuais efeitos significativos no ambiente, incluindo questões como a população, a flora, o solo, a água, os fatores climáticos, o património cultural, incluindo o património arquitetónico, arqueológico e a paisagem, bem como a inter-relação entre os fatores supracitados;
- As medidas com vista a prevenir, reduzir e, tanto quanto possível, eliminar efeitos significativos adversos no ambiente resultantes da aplicação do plano;
- Um resumo não técnico das informações fornecidas ao abrigo das alíneas anteriores.

O presente relatório concentra um conjunto de atividades que materializam a avaliação ambiental estratégica da proposta de PDM de Mirandela, através da integração dos elementos seguintes:

- Análise da avaliação da situação atual e das tendências de evolução na ausência do plano por Fator Crítico para a Decisão;
- Avaliação das intervenções estratégicas preconizadas no plano em termos de oportunidades e riscos para a sustentabilidade territorial;
- Proposta de diretrizes de planeamento, monitorização, gestão e avaliação.
- Estabelecimento de um Quadro de governança para a ação;
- Estabelecimento de orientações para a implementação de um programa de seguimento, para acompanhamento do processo.

Na análise da situação existente e das principais tendências, associada a cada um dos FCD, recorre-se a uma análise do tipo SWOT, pretendendo-se efetuar um diagnóstico geral das características ambientais, patrimoniais e de ordenamento do território existentes no concelho, identificando, para isso, um conjunto de elementos positivos e negativos que ocasionam um conjunto de oportunidades e ameaças.

A avaliação estratégica dos principais riscos e oportunidades é desenvolvida com o intuito de perceber de que forma a proposta de Revisão do PDM poderá ter impactes significativos no ambiente ao nível de cada um dos FCD definidos.

Para tal, cruzaram-se as questões estratégicas da Revisão do PDM com os critérios identificados para cada FCD, permitindo assim assinalar as oportunidades e riscos decorrentes da implementação do plano.

Salienta-se que risco não significa consequência negativa, mas que o prosseguir uma dada estratégia pode originar riscos que necessitam ser evitados ou acautelados. Significa que uma determinada estratégia pode ser excelente do ponto de vista de um critério, mas apresentar apenas riscos, ou riscos e oportunidades, num segundo critério de avaliação. Assim, a estratégia em causa poderá continuar a constituir a melhor opção, se a avaliação global se apresentar como uma oportunidade e os riscos corresponderem a situações resolúveis ou passíveis de gestão adequada.

Solicitar novamente pareceres às Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAЕ) sobre o relatório ambiental.

Fase 3 – Elaboração do Relatório Ambiental com os resultados das consultas e Declaração Ambiental

Após a receção dos pareceres resultante das consultas efetuadas às ERAЕ relativamente ao relatório ambiental inicia-se a 3ª Fase deste processo.

Depois de analisados, os pareceres emitidos serão incorporados no Relatório Ambiental final e será elaborado o Resumo Não Técnico de acordo com a alínea i) do n.º 1 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

O relatório ambiental final e o respetivo resumo não técnico acompanham a proposta de plano para discussão pública, por período não inferior a 30 dias.

A Declaração é emitida pela Câmara Municipal em momento anterior à aprovação do plano e acompanha a proposta de plano a submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

A Declaração Ambiental que deverá conter:

- Uma síntese relativa às considerações ambientais que se encontram integradas no plano;
- As observações apresentadas pelas entidades consultadas na discussão pública e o resultado da respetiva ponderação;
- As razões que fundamentaram a aprovação do Plano Municipal de Ordenamento do Território à luz de outras alternativas razoáveis abordadas aquando da respetiva elaboração;
- As medidas de controlo previstas.

A declaração Ambiental deve ser enviada pela entidade responsável pela sua elaboração à APA. Para além disso, a Declaração Ambiental deve ser disponibilizada ao público para a consulta através da página da internet do município.

Fase 4 – Seguimento

Esta fase tem como objetivo dar sequência a um programa de seguimento que deverá acompanhar o ciclo de planeamento durante o prazo de vigência do Plano e concretizar a sua aplicação.

Este programa de seguimento é de importância fulcral para trabalhar as múltiplas dimensões de incerteza que caracterizam qualquer processo de decisão estratégico, e para poder continuar a assegurar o contributo da AAE na integração das questões de ambiente e sustentabilidade no processo de decisão.

Desta fase deverá resultar um Programa de Ação para a gestão ambiental e de sustentabilidade da estratégia, que inclui indicadores operacionais, medidas de gestão ambiental e de sustentabilidade destinadas a prevenir, reduzir e eliminar os efeitos negativos no ambiente que venham a ser identificados na avaliação ambiental (alínea f) do art.º 6.º do Decreto-Lei 232/2007), e um quadro institucional articulado com o da governância da implementação do Plano.

Os resultados do controlo devem ser divulgados pela Câmara Municipal através de meios eletrónicos, atualizados com uma periodicidade mínima anual, e remetidos anualmente à Agência Portuguesa do Ambiente e as ERAE (artigo 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho).

Relativamente à **componente de comunicação**, esta inclui desde a “consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da sua aplicação” (Decreto-Lei 232/2007, de 15 de junho), até à consulta pública do Relatório Ambiental.

3. Objeto de Avaliação

3.1. Antecedentes

O atual Plano Diretor Municipal de Mirandela encontra-se em vigor desde a data da sua publicação em Diário da República, ocorrida a 02 de novembro de 1994 (RCM n.º 109/94), e alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/97 de 17 de outubro e pelo Aviso n.º 20157/2008, de 15 de julho, e parcialmente suspenso pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 98/2010, de 15 de dezembro).

A Câmara Municipal desencadeou o processo de revisão por considerar necessária a adequação do Plano à realidade concelhia, que foi ao longo dos últimos anos objeto de significativas transformações, a identificação e definição de elementos estruturantes do território, a supressão de deficiências e omissões detetadas e o agilizar da gestão do Plano, de modo a garantir um ordenamento do território consentâneo com a realidade em presença. Um outro fator preponderante na decisão de rever o PDM prende-se com a atual necessidade de digitalização dos Planos Municipais de Ordenamento do Território por forma a tornar a gestão do território mais eficiente e menos discricionária.

Importa referir que na reunião de câmara tida de 07 de julho de 2000 (Ata n.º24/00), na qual foi deliberada a revisão do PDM foi apresentado um conjunto de razões contundentes à necessidade de revisão:

- Continuam a sentir fortes limitações, que têm vindo a agravar a sua gestão urbanística em geral.
- Atualmente, a cidade de Mirandela, sede do Concelho, esgotou a capacidade de expansão urbana e industrial face ao limite urbano definido no PDM, havendo assim por conseguinte que definir, com urgência, um novo perímetro urbano que considere adequadamente espaços de expansão.
- Os 104 aglomerados urbanos do Concelho, estarem impossibilitados, não só de crescer, mas até na generalidade, de reconstruir edifícios inseridos nos respetivos perímetros urbanos consolidados há décadas por estarem fora dos perímetros urbanos definidos nas cartas de ordenamento do PDM.
- Há necessidade de atualizar a sinalização da rede de estradas municipais na cartografia do PDM cuja inexistência em muitas localidades têm ocasionado dificuldades de posicionamento de terrenos nas cartas de Ordenamentos e Condicionamentos.
- É urgente a criação de uma nova zona industrial para Mirandela, em virtude da prevista no PDM e respetiva área de expansão ter sido já ocupada e não ter atualmente Mirandela capacidade de resposta às solicitações que lhe são dirigidas, estando assim atualmente congelado o crescimento industrial.
- Mirandela está a enfrentar serias dificuldades em definir locais para implementar a construção de um complexo desportivo e outros programas de interesse social, como sejam designadamente conjunto habitacionais de caráter social, por falta de espaços adequados e conformados com as previsões do PDM.
- Diversas aldeias têm dificuldade em ter espaços previstos no PDM que viabilizem a construção de equipamentos desportivos, culturais e de lazer;
- A própria iniciativa privada, através de empresas loteadoras e de construção civil estão impossibilitadas de se expandirem por falta de terrenos para urbanizar, disponíveis e

compatíveis com o PDM.

- Torna-se difícil a esta Câmara continuar a gerir as tensões sociais e económicas que se estão a criar com a falta de espaços urbanos e urbanizáveis, quer nas localidades rurais, quer na sede do Concelho.

3.1.1. Breve caracterização de Mirandela

O concelho de Mirandela localiza-se no Alto-Trás-os-Montes, no distrito de Bragança, e é constituído por um conjunto de 30 freguesias que se distribuem por uma área de 658,96km², com uma população residente de 23850 habitantes (Censos 2011).

O concelho de Mirandela é um concelho de características eminentemente rurais, encontrando-se o povoamento concentrado na sua sede e num conjunto de aglomerados de pequenas dimensões e onde a dinâmica urbanística tem sido reduzida.

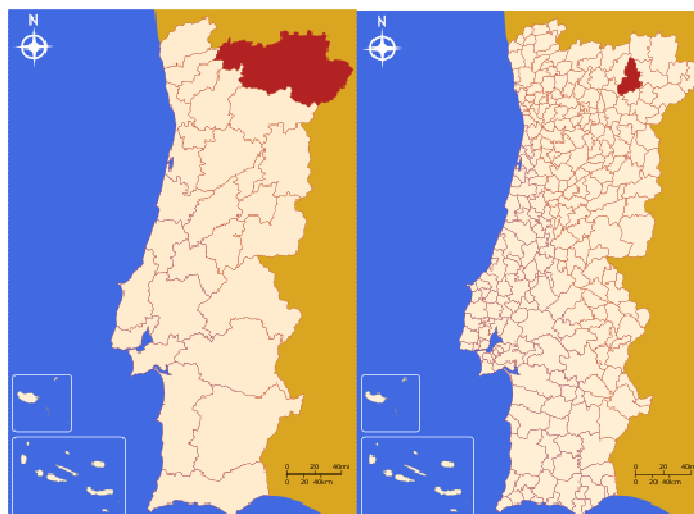


Figura 3 – Localização do concelho de Mirandela.

No último período inter censitário (2001-2011), o concelho registou um decréscimo populacional de – 7,6%, o mesmo verificado na sub-região do Alto Trás-os-Montes, na região Norte, unidades geográficas que também registaram um decréscimo populacional, embora ligeiro na região norte.

No seu conjunto, só nas últimas três décadas, o concelho de Mirandela verificou um saldo populacional negativo de aproximadamente 5 mil habitantes, correspondente a 17%, ainda que na década de 90 tenha ganho 610 habitantes, no entanto, na década imediatamente a seguir perdeu o triplo do que tinha ganho.

Em 2011, a distribuição da população pelo território concelhio, nomeadamente por freguesias, evidenciava a forte polarização exercida pela freguesia sede de concelho, a qual concentrava metade da população concelhia, sendo que, de resto, se verificava um ligeiro destaque de 5 freguesias, embora com pesos populacionais reduzidos, nomeadamente Carvalhais e Torre D. Chama (ambas com 5%), Frechas (4%) e Sucções e Mascarenhas (ambas com 2%). As restantes 26 freguesias concelhias, todas com pesos inferiores a 2%, representam, no total, menos de 1/3 da população do concelho.

3.2. Síntese do Diagnostico do PDM

O relatório da proposta apresenta uma reflexão efetuada aos Estudos de Caracterização e Diagnóstico, apresenta-se a síntese das principais componentes estudadas:

Quadro 1 – Síntese da Caraterização e Diagnostico do PDM.

	Síntese
Demografia	<p>A evolução demográfica ocorrida no concelho de Mirandela na 1ª década do século XXI foi negativa em três aspetos fundamentais: ao nível da diminuição do efetivo populacional; ao nível do acentuar do envelhecimento (tanto na base como no topo) e ao nível do crescente despovoamento do espaço rural.</p> <p>Ainda assim, no panorama regional é um dos concelhos com comportamentos menos negativos: foi um dos que perderam menos população e é duplamente menos envelhecido que a sub-região Alto Trás-os-Montes (tem uma proporção superior de jovens e inferior de idosos).</p> <p>A crescente polarização exercida pela cidade de Mirandela justifica que a freguesia de Mirandela concentre 50% da população concelhia, o que contrariando as outras tendências negativas, é um importante fator de dinamização económica, pela escala apreciável de população nela concentrada e pelas suas características (mais jovem, mais instruída, mais exigente), as quais se assumem como fatores imprescindíveis ao desenvolvimento local.</p>
Estrutura produtiva e base económica	<p>Apenas antecedido por Bragança e Chaves, Mirandela posiciona-se em 3º lugar no conjunto da sub-região de Alto-Trás-os-Montes ao nível das empresas sediadas, do emprego e do seu volume de negócios.</p> <p>Entre 2001 e 2009 o tecido empresarial mirandense registou uma dinâmica muito positiva, tanto ao nível dos estabelecimentos como do emprego, ambos aproximando-se de um crescimento na ordem dos 28%.</p> <p>O setor terciário é o mais desenvolvido, contudo crê-se que há condições para um maior desenvolvimento sobretudo dos setores agrícola e turístico, a partir dos ativos singulares que tanto um como outro setor encerram, nomeadamente vários produtos tradicionais de qualidade DOP e IGP, a emblemática "Alheira de Mirandela", recursos naturais de excelência, entre muitos outros.</p> <p>De forma a potenciar um maior desenvolvimento empresarial, Mirandela reúne um conjunto de condições facilitadoras como as excelentes acessibilidades, a dotação de uma zona industrial devidamente infraestruturada e o Centro de Apoio à Criação de Empresas, para referir os mais importantes.</p>
Património natural	<p>Mirandela inscreve-se num território de características marcadamente rurais com uma assinalável diversidade paisagística, que lhe confere notoriedade do ponto de vista da presença de uma flora e fauna variadas, incluindo o Sítio Romeu, classificado na Rede Natura 2000, onde se encontram vários habitats naturais e semi-naturais. De referir ainda a recente criação do Parque Natural Regional do Vale do Tua que integra uma área significativa do setor sul do concelho.</p> <p>O território apresenta um relevo ondulado suave, com uma diversidade marcante, oriunda da riqueza das suas paisagens que, ao estenderem-se por vales e montanhas, por bons e maus solos, regadios e matagais, conferem a Mirandela uma beleza única na região, variável consoante a estação do ano.</p> <p>Para além das inúmeras vistas panorâmicas de excelência e das estradas com interesse paisagístico, existem vários outros locais de interesse paisagístico, desde praias fluviais, miradouros, galerias ripícolas, albufeiras, pontes, vários percursos pedonais e de automóvel, entre outros.</p> <p>A riqueza dos valores naturais em presença poderá, porém, ver-se progressivamente ameaçada devido à ocorrência de inúmeros focos (sobretudo antrópicos) de potencial degradação do ambiente e da paisagem.</p>
Património cultural	<p>O concelho de Mirandela é detentor de património arquitetónico de valia singular, nomeadamente 2 Monumentos Nacionais, 15 Imóveis de Interesse Público e várias centenas de exemplares relevantes de arquitetura civil, religiosa, industrial, militar, arqueológica, achados isolados e esculturas. Para além destes valores culturais, existem ainda alguns conjuntos edificados, notáveis pela sua unidade, integração na paisagem e valor histórico.</p> <p>Neste âmbito, especial enfoque deve ser dado aos valores etnográficos e gastronómicos, emblemas reconhecidos da identidade da sub-região em que Mirandela se integra.</p>

	Síntese
Uso e ocupação do território	<p>O concelho de Mirandela é um concelho de características eminentemente rurais, encontrando-se o povoamento concentrado na sua sede e num conjunto de aglomerados de pequenas dimensões e onde a dinâmica urbanística ao longo dos anos mais recentes tem sido reduzida.</p> <p>Paralelamente, verifica-se que as zonas de expansão, onde o edificado perde o seu cariz tradicional, apresentam lacunas ao nível da estruturação urbana e de qualificação do espaço público.</p> <p>O espaço rural encontra-se fortemente marcado pela atividade agrícola e agro-florestal, ocorrendo extensas áreas florestais e de matos.</p>
Sistema urbano	<p>Globalmente pode considerar-se o sistema urbano concelhio autónomo e de índole regional, policêntrico, embora exista uma clara macrocefalia da cidade de Mirandela, o que gera um grande desequilíbrio funcional e espacial ao sistema, donde:</p> <ul style="list-style-type: none"> a cidade de Mirandela é o grande centro polarizador do concelho, tanto em termos demográficos como funcionais e corporiza um grande protagonismo no sistema urbano regional; a vila de Torre de D. Chama, também assume algum protagonismo no sistema urbano concelhio, embora apresente uma proporção incomparável ao nível demográfico e funcional relativamente à cidade. Ainda assim, é um polo alternativo a Mirandela, para algumas funções de aquisição ou de prestação de serviços, sobretudo no setor norte; para além da cidade de Mirandela e da vila de Torre de D. Chama, o concelho é constituído por um vasto conjunto de pequenas aldeias, sendo que destas, 28 são sedes de freguesia, as quais, estão a verificar globalmente e de forma consistente, importantes fenómenos de perda demográfica e consequente despovoamento, ao ponto de, por isso, não justificarem um maior apetrechamento funcional. Apenas se destacam, muito ligeiramente, cerca de uma dezena de centros, que verificam a concentração de algumas funções, mas não de uma forma claramente diferenciadora e consistente relativamente aos demais centros urbanos (sedes de freguesia); os restantes lugares são pouco ou nada dotados funcionalmente e, cada vez mais vão reduzindo os seus efetivos.
Transportes e mobilidade	<p>A acessibilidade do concelho de Mirandela viu-se significativamente melhorada com as recentes intervenções ocorridas ao nível da rede nacional (que a serve direta ou indiretamente), nomeadamente com a “reconversão” do IP4 em A4, e com as obras promovidas no âmbito da subconcessão do Douro Interior.</p> <p>Ao nível do transporte público de passageiros o serviço é bastante insatisfatório, com exceção da cidade, originando fortes desigualdades em termos de acesso a um serviço crucial para a qualidade de vida das populações e para sobrevivência dos territórios rurais.</p> <p>Ao nível do transporte ferroviário, registou-se um retrocesso com o encerramento do serviço na linha do Tua</p>
Parque habitacional	<p>O parque habitacional de Mirandela tem registado uma curva ascendente ao longo das últimas décadas. Na 1ª década deste século cresceu 5%, contudo a um ritmo bastante inferior e incomparável ao registado na década de 90 (que foi mais de 10 vezes superior). A evolução contrária da população tem consequências óbvias ao nível do incremento das habitações secundárias, que já representam mais de ¼ dos alojamentos concelhios.</p> <p>É evidente a crescente polarização da cidade de Mirandela, em detrimento do restante espaço rural que tem vindo, de um modo generalizado, a registar o abandono e diminuição do parque habitacional, ainda que se assista a alguma construção de residências secundárias.</p> <p>O parque habitacional não apresenta situações patológicas significativas, sendo que o nível de cobertura das infraestruturas urbanas é quase total, embora possa existir alguma degradação dos edifícios sobretudo nas zonas rurais.</p> <p>A autarquia tem conhecimento de alguns casos de carências habitacionais (próximo da centena e meia), às quais tenta dar resposta através dos meios disponíveis: habitação social, candidatura a programas da Administração Central e através de apoios financeiros a famílias em condição económica precária.</p>
Equipamentos coletivos	<p>O concelho de Mirandela encontra-se globalmente bem dotado de equipamentos de utilização coletiva, alguns dos quais de características e irradiação regionais, fazendo jus à sua relevância no sistema urbano regional (hospital, ensino superior).</p> <p>A rede de equipamentos encontra-se fortemente concentrada na cidade, em resposta à maioritária concentração populacional que ali se verifica. No espaço rural, o continuado despovoamento tem levado ao limite os limiares mínimos de sustentação de alguns equipamentos (p.e escolas), ao ponto de não se encontrar, de um modo geral muito dotado, com exceção de Torre de D. Chama.</p> <p>Não obstante ter perdido população na última década censitária (pela menor pressão</p>

	Síntese
	<p>exercida sobre os equipamentos existentes), existem alguns domínios onde se fazem sentir carências, nomeadamente ao nível das valências de creche, lares e do apoio à população com deficiência.</p> <p>Ao invés, a nível educativo, desportivo, de saúde e cultural, o concelho encontra-se bastante bem dotado, destacando-se no domínio desportivo, pela capacidade evidenciada de promoção e realização de eventos internacionais; no domínio da saúde com a recente instalação do Centro de Hemodiálise e do Hospital da Terra Quente, e na cultura com a ampliação da rede de equipamentos (p.e o Espaço Museológico da Oliveira e do Azeite) e igualmente da promoção de eventos culturais diversos.</p>
Infraestruturas urbanas	<p>A integração do concelho de Mirandela nos subsistemas intermunicipais de infraestruturas (ATMAD e Resíduos do Nordeste) permitiu dar um salto qualitativo assinalável na melhoria do nível de atendimento das populações com redes públicas de abastecimento de água, drenagem de águas residuais e recolha de resíduos, e consequentemente na qualidade do ambiente urbano.</p>

FONTE: Plural, Revisão do PDM de Mirandela - Relatório de Proposta

Seguinte apresentam-se as principais potencialidades (pontos fortes) e debilidades (pontos fracos) que se apresentam como potenciadores e/ou condicionadores do desenvolvimento local.

Quadro 2 – Matriz-síntese das potencialidades vs debilidades do concelho de Mirandela

Potencialidades	Debilidades
<ul style="list-style-type: none"> Centro urbano de dimensão regional, integrando o 3º nível do sistema urbano regional (Cidades regionais /Conjuntos de regionais de cidades); Crescente capacidade atrativa (o saldo pendular entre saídas e entradas diárias para trabalho e/ou estudo é positivo); Dinâmicas demográficas e do parque habitacional crescentes na cidade de Mirandela; Condições para o desenvolvimento empresarial (boas acessibilidades, zona industrial com lotes disponíveis e existência de um ninho de empresas); Património edificado de valor histórico; Património natural e paisagístico; Grande extensão de frente ribeirinha e potencialidades desportivas em meio aquático e pesca; Vários produtos tradicionais de qualidade (alheira, azeite, vinho, carne, queijo, mel, castanha e batata); Capacidade de atração de 2ªs residências; Aumento dos níveis médios de habilitações da população e redução da taxa de analfabetismo (2001/2011); Boas acessibilidades rodoviárias (A4); Relativa proximidade à fronteira espanhola; Boa dotação de equipamentos educativos, de saúde, desportivos, culturais e de segurança e proteção civil; Programação cultural e desportiva rica e diversificada, de cariz regional, nacional e internacional; Integração do concelho nos subsistemas intermunicipais de infraestruturas permitindo um bom nível de atendimento das populações. Rede de percursos pedestres (3 homologados) e percursos culturais. 4 Praias fluviais classificadas. 	<ul style="list-style-type: none"> Tendência recente para o declínio demográfico e para o envelhecimento; Despovoamento e abandono do espaço rural; Baixos níveis médios de escolaridade e de qualificação dos recursos humanos, em 2011, embora melhores do que em 2001; Elevado nível de desemprego; Algum património edificado a necessitar de intervenção de reabilitação/regeneração, sobretudo, nas aldeias; Subaproveitamento dos recursos turísticos do território e ausência de estratégia turística; Reduzido grau de ocupação dos loteamentos mais recentes; Carência de espaços verdes nos loteamentos mais recentes; Mercado local reduzido; Baixo nível de empreendedorismo e associativismo; Insuficiente capacidade de incubação de empresas inovadoras; Existência de diversos focos antrópicos com potencial de degradação do ambiente e da paisagem; Persistência de problemas ao nível da drenagem e tratamento de águas residuais, devido ao mau funcionamento da ETAR do Cachão; Insuficiente rede de apoio social: carências ao nível das creches, dos lares e de apoio à população com deficiência; Transporte público de passageiro bastante deficitário fora da cidade; Retrocesso ao nível do transporte ferroviário com o encerramento do serviço na linha do Tua. Presença de diversos focos com potencial risco para o ambiente nomeadamente: unidades industriais e agroindustriais (lagares de azeite, adegas, matadouro, etc.); explorações pecuárias extensivas; unidades de extração de inertes; depósitos ilegais de sucatas; monoculturas de

Potencialidades	Debilidades
	<p>eucaliptos e pinheiros bravos; espécies florestais exóticas</p> <ul style="list-style-type: none"> • O troço do Rio Tua compreendido entre Mirandela e a sua Foz apresenta um estado “Medíocre”. • Contaminação de massas de água por poluição de origem urbana, industrial e agrícola. • Alojamento hoteleiro em volume reduzido e pouco qualificado: 2 estabelecimentos hoteleiros, 3 pensões e 6 unidades de TER.

Apesar da dificuldade de contrariar alguns aspetos estruturais, é indiscutível a necessidade em apostar em alguns domínios capazes de inverter as tendências negativas, no sentido da exploração das reais potencialidades do concelho de Mirandela.

3.3. Objetivos e Questões Estratégicas da Revisão do PDM de Mirandela

A proposta de revisão do PDM de Mirandela integra a tipologia de Planos caracterizados como Planos Municipais de Ordenamento do Território que por sua vez são uma componente celular do Sistema de Gestão Territorial Nacional.

Segundo o relatório de “Caraterização e Diagnostico” de outubro de 2012 da Plural, a 1ª revisão do PDM de Mirandela terá, então, como objetivos principais:

- Ajustar o Plano à realidade do concelho, através da atualização do seu conteúdo e da correção de situações desadequadas às necessidades e anseios da população;
- Especificar um modelo estratégico de atuação que estabeleça ações distintas para a promoção de um desenvolvimento equilibrado do concelho, tendo em atenção a sua diversidade territorial e as mudanças operadas nos últimos anos;
- Estabelecer um ordenamento adequado e equilibrado que seja articulado com os concelhos vizinhos evitando descontinuidades territoriais;
- Adequar os critérios de classificação e qualificação do uso do solo à legislação em vigor, bem como corrigir e atualizar as servidões e restrições de utilidade pública com representação na Planta de Condicionantes e ajustar o Regulamento do Plano;
- Agilizar os mecanismos de operacionalização do PDM e proceder à sua articulação com outros Planos Municipais de Ordenamento do Território, em vigor ou em elaboração;
- Proceder à articulação do PDM, nesta sua 1ª revisão, com os Instrumentos de Gestão Territorial hierarquicamente superiores que abrangem o concelho, em vigor ou em elaboração;
- Ajustar os perímetros urbanos em função do crescimento verificado e previsto, sempre que possível numa ótica de contenção, procurando limitar o crescimento, à custa do preenchimento de áreas intersticiais;
- Aferir as situações em que é necessário delimitar áreas urbanas/ urbanizáveis, dado que a sua inexistência tem influenciado o crescimento da edificação nas franjas (exteriores) dos perímetros urbanos, com todos os problemas que daí advêm em termos de ordenamento e de construção e manutenção de infraestruturas;

- Rever os princípios e regras de preservação do património natural e cultural, e promover a proteção e valorização dos núcleos antigos;
- Proceder à reestruturação da rede viária e considerar o traçado de novas infraestruturas viárias na definição da proposta de ordenamento;
- Proceder à compatibilização das propostas de ordenamento com a delimitação da Reserva Agrícola Nacional, da Reserva Ecológica Nacional e demais condicionantes ao uso e ocupação do solo;
- Definir e disponibilizar um quadro normativo e um programa de investimentos públicos municipais e estatais, adequados ao desenvolvimento do concelho;
- Integrar o conteúdo do PDM num Sistema de Informação Geográfica, permitindo a introdução de mecanismos que permitam a sua monitorização.

De notar por fim, que embora não se encontre em vigor o PROT-N, desconhecendo-se quando tal possa vir a ocorrer, foram tidas em linha de conta as orientações e recomendações da versão mais recente disponível deste documento (dezembro de 2009) para a revisão dos PDM, uma vez que mesmo não estando em vigor as suas orientações mantêm-se válidas e pertinentes.

É com base nestes objetivos e premissas, e com o intuito de suprimir as debilidades identificadas e dar resposta às necessidades atuais do município, que se desenvolvem as propostas apresentadas no presente relatório.

As Questões Estratégicas são aquelas que expressam a intenção de elaboração do Plano. Assim, e atendendo aos objetivos definidos para a Revisão do Plano Diretor Municipal, é possível sistematizá-los nas seguintes Questões Estratégicas:

QE1 - Estabelecer o ordenamento do território através da promoção de um desenho urbano qualificado e adequado ao suporte físico, valorizando intervenções urbanas que favoreçam a melhoria da qualidade de vida dos munícipes e o desenvolvimento sustentado do concelho.

QE2 - Promover a melhoria das acessibilidades, através do reforço das ligações interregionais e da conservação/beneficiação das vias intraconcelhias.

QE3 - Potenciar a competitividade e desenvolvimento económico através da oferta quantitativa e qualitativa de espaços empresariais e industriais.

QE4 - Potenciar e valorizar os territórios agrícolas e florestais como elementos fundamentais para a promoção de um desenvolvimento económico sustentável e de afirmação da ruralidade do concelho.

QE5 - Promoção e desenvolvimento do turismo local com base nos recursos naturais, na cultura, nos produtos endógenos e na gastronomia.

QE6 - Coesão social e territorial através da adequação da rede de equipamentos coletivos e da consolidação da centralidade de cidade de Mirandela.

QE7 - Preservar e valorizar o património natural e cultural, a biodiversidade, utilizar de modo sustentável os recursos e prevenir os riscos.

QE8 - Implementação e monitorização dos diversos planos com recurso as novas tecnologias da informação

3.4. Proposta do Plano

A proposta de classificação e qualificação do solo para o concelho assenta nas seguintes categorias e subcategorias de espaço, delimitadas na Planta de Ordenamento, à escala 1: 25 000 e constantes no quadro seguinte.

Quadro 3 – Classes, Categorias e Subcategorias de Espaço

CLASSES	CATEGORIA DE ESPAÇO	SUBCATEGORIA DE ESPAÇO
SOLO RURAL	Espaços agrícolas	
	Espaços florestais	Espaços florestais de conservação
		Espaços florestais de produção
	Espaços de uso múltiplo agrícola e florestal	Espaços de uso múltiplo agrícola e florestal de tipo I
		Espaços de uso múltiplo agrícola e florestal de tipo II
	Espaços naturais	
	Espaços de recursos geológicos consolidados	
	Aglomerados rurais	
	Espaços de edificação dispersa	
	Espaços culturais	
	Espaços de ocupação turística	
	Espaços de equipamentos e infraestruturas	
SOLO URBANO	Solos urbanizados	Espaços centrais
		Espaços residenciais urbanizados de tipo I
		Espaços residenciais urbanizados de tipo II
		Espaços de atividades económicas
		Espaços de uso especial
		Espaços urbanos de baixa densidade
		Espaços verdes urbanizados de proteção e enquadramento
		Espaços verdes urbanizados de recreio e lazer
	Solos urbanizáveis	Espaços residenciais urbanizáveis de tipo I
		Espaços residenciais urbanizáveis de tipo II
		Espaços para atividades económicas
		Espaços para uso especial
		Espaços verdes urbanizáveis de proteção e enquadramento
		Espaços verdes urbanizáveis de recreio e lazer

Ao estabelecer-se o ordenamento de um determinado território surgem diversas matérias ou situações a contemplar, que são fundamentais no seu futuro desenvolvimento, mas que não se enquadram na classificação de categoria ou de subcategoria de espaço, constituindo potencialidades ou restrições ao uso, ainda que não correspondam a condicionantes legais, ou mesmo infraestruturas de naturezas diversas, e que podem coexistir com as classes de solo rural e solo urbano.

Assim, além das categorias e subcategorias do solo rural e do solo urbano, há ainda a considerar no ordenamento:

- **Estrutura ecológica municipal;**
- **Áreas de recursos geológicos potenciais;**
- **Valores culturais;**
- **Rede rodoviária;**
- **Infraestruturas urbanas;**
- **Áreas de risco ao uso do solo;**
- **Unidades operativas de planeamento e gestão.**

Solo Rural

O solo rural é entendido como “aquele para o qual é reconhecida vocação para as atividades agrícolas, pecuárias, florestais ou minerais, assim como o que integra os espaços naturais de proteção ou de lazer, ou que seja ocupado por infraestruturas que não lhe confirmem o estatuto de solo urbano” (Artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 19 de setembro).

Quadro 4 – Quantificação da proposta do solo rural

Categoria e Subcategorias de Espaço		Área		
		Parcial (ha)	Total (ha)	%
Espaços Agrícolas		31.524,5		47,84
Espaços Florestais	Espaços Florestais de Produção	9.077,1	29.456,5	13,77
	Espaços Florestais de Conservação	20.379,4		30,93
Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal	Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal tipo I	417,9	1.565,7	0,63
	Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal tipo II	1147,9		1,74
Espaços Naturais		918,1		1,39
Espaços de Exploração de Recursos Geológicos	Espaços de Exploração Consolidada	17,1		0,03
Aglomerado Rural		290,2		0,44
Área de Edificação Dispersa		127,3		0,19
Espaço Cultural		19,1		0,03
Espaços de Ocupação Turística		8,3		0,01
Espaços de Equipamentos e outras estruturas		97,8		0,15
Total de Solo Rural		64.024,7		97,16
Solo Urbano		1.871,0		2,84
Superfície total do concelho		65.895,7		100

Solo Urbano

O solo urbano é entendido como “aquele para o qual é reconhecida vocação para o processo de urbanização e de edificação, nele se compreendendo os terrenos urbanizados ou cuja urbanização seja programada, constituindo o seu todo o perímetro urbano”. (Artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado pelo n.º 316/2007, de 19 de setembro).

O perímetro urbano, entendido como “*uma porção contínua de território classificado como solo urbano*” pressupõe a existência de espaços onde se concentra a ocupação urbana, contrastando com áreas vizinhas onde a percentagem de solo edificado, é muito menor, correspondendo assim a uma diferenciada qualidade de utilização. Este conceito está relacionado com a necessidade de infraestruturação do espaço urbano, em sistemas suficientemente concentrados para otimizar custos.

Quadro 5 – Quantificação da proposta do solo urbano

Proposta de Revisão do PDM					
Subcategorias de Espaço			Área		
			Parcial (ha)	Total (ha)	%
Solos Urbanizados	Espaços centrais		75,4		4,0
	Espaços residenciais urbanizados	tipo I	874,1	1097,3	58,6
		tipo II	223,2		
	Espaços urbanos de baixa densidade		26,8		1,4
	Espaços de uso especial		37,1		2,0
	Espaços de Atividades Económicas		67,1		3,6
	Espaços verdes de proteção e enquadramento		13,1	37,4	2,0
	Espaços verdes de recreio e lazer		24,3		
Sub-Total			1341,0		71,7
Solos Urbanizáveis	Espaços Residenciais	tipo I	351,3	368,5	19,7
		tipo II	17,2		
	Espaços para uso especial		13,4		0,7
	Espaços verdes	Proteção e Enquadramento	64,9	97,8	5,2
		Recreio e Lazer	32,9		
	Espaços para atividades económicas		50,3		2,7
Subtotal			530,0		28,3
Total de solo urbano			1871,01		100,0

Na proposta o solo rural ocupa 97,16% (64 024,7ha) da área concelhia e o solo urbano os restantes 2,84% (1 871,0ha). O aumento do solo urbano (+434,7ha) em relação ao PDM em vigor é de 30,8%, correspondendo a + 0,7% no total da área concelhia, contudo considerando os perímetros urbanos em vigor mais as áreas de edificação consolidadas, a proposta apresenta uma redução de -7,0% do solo urbano.

3.5. Alternativas à Proposta do Plano

A avaliação ambiental estratégica da revisão do PDM, não contempla a fase de consideração de alternativas, visto a quando do início da AAE, já se encontravam definidas as principais linhas estratégicas de desenvolvimento e as principais iniciativas territoriais, no entanto é de referir que aquando do início da revisão do PDM foram consideradas alternativas ao nível territorial, que foram ajustadas, posteriormente, procurando atualizar e adaptar-se a realidade dinâmica do concelho.

Salienta-se ainda, que a proposta de revisão do PDM de Mirandela encontra-se suportada por um conjunto de estudos dos quais se destacam o relatório “Caraterização e Diagnóstico”, o relatório “Relatório da Proposta”, e o relatório de “Delimitação da Reserva Ecológica Nacional de Mirandela” e que as justificações e argumentações apresentadas nestes estudos, apontam para que a proposta apresentada é aquela que responde às melhores opções a serem tomadas para o desenvolvimento do território.

Assim, o processo de AAE contempla, como um dos elementos da metodologia, a realização de cenarizações, ou seja, qual o cenário que se produziria caso não se aplique o Plano Proposto, como forma de avaliação dos efeitos que se produziriam em termos de ordenamento do território caso se mantenha a situação atual.

Assim as alternativas consideradas são as seguintes:

- Cenário 0 - Corresponde ao cenário tendencial resultante da continuação com o atual PDM de Mirandela – correspondendo ao ponto Situação Existente e Análise Tendencial.
- Cenário 1 – refere-se à aplicação do PDM Revisto/Proposto que atualiza as normativas em diversas matérias, os usos do solo propostos para o concelho de Mirandela, etc. – correspondendo às oportunidades e riscos.

4. Consulta Pública

De acordo com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, a AAE requer que, antes da aprovação do projeto de plano ou programa e do respetivo relatório ambiental, a entidade responsável pela sua elaboração promova a consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da sua aplicação

As entidades consultadas e que responderam no âmbito do RFC encontram-se listadas no Quadro 6, sendo feita referência à emissão de parecer/resposta.

Quadro 6 – Entidades que responderam no âmbito da determinação do âmbito e do alcance da informação ambiental a tratar no Relatório Ambiental relativo à AAE da proposta de revisão do PDM de Mirandela.

Entidade
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Todos estes pareceres mereceram especial atenção e foram tidos em consideração na elaboração do presente relatório (os pareceres e sua análise podem ser consultados no Anexo I)

Posteriormente, na Reunião da Comissão de Acompanhamento, realizada a 11 de dezembro de 2014, foi apresentado o relatório ambiental preliminar, tendo sido emanados pareceres por parte da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN).

No Anexo II, apresenta-se o parecer da CCDRN, tendo sido considerado na elaboração do presente relatório.

5. Definição dos Fatores Críticos Para a Decisão

Segundo o “Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica” os Fatores Críticos para a Decisão *“constituem os temas fundamentais para a decisão sobre ao quais a AAE se deve debruçar, uma vez que identificam os aspetos que devem ser considerados pela decisão na conceção da sua estratégia e das ações que a implementam, para melhor satisfazer objetivos ambientais e um futuro mais sustentável”*.

Ainda segundo a referida publicação, os FCD resultam da integração do **Quadro de Referência Estratégico** (QRE), das **Questões Estratégicas** (QE) e dos **Fatores Ambientais** (FA) e como já explicitado no capítulo relativo à metodologia, estes **Fatores Críticos para a Decisão** (FCD) constituem-se como os temas-chave a considerar no âmbito da avaliação, conferindo-lhe a focagem e seletividade necessária para se constituir como um processo de natureza estratégica.

No âmbito da elaboração do **Relatório de Fatores Críticos** (RFC), foram definidos seis **Fatores Críticos para a Decisão** (FCD), com os respetivos critérios de sustentabilidade, tendo por base a metodologia acima enunciada.

5.1. Quadro de Referência Estratégico

O Quadro de Referência Estratégico (QRE) estabelece as orientações da política ambiental e de sustentabilidade, definidas a nível nacional, europeu e internacional, relevantes para a avaliação. Os instrumentos de referência identificados definem o Quadro de Referência Estratégico, para o plano em análise, e permitem identificar os objetivos de sustentabilidade que devem ser considerados no desenvolvimento das opções do plano. Os instrumentos identificados e analisados como precursores de orientações estratégicas para a revisão do PDM de Mirandela estão listados no Quadro 6.

Quadro 7 – Quadro de Referência Estratégica para AAE da proposta de revisão do PDM de Mirandela.

Instrumento de Enquadramento Estratégico Nacional	Acrónimo
Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007 – 2013	QREN
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	PNPOT
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	ENDS
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade	ENCNB
Programa Operacional Temático Valorização do Território	POTVT
Plano Nacional de Alterações Climáticas	PNAC
Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética	PNAEE
Plano Nacional da Água	PNA
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde	PNAAS
Plano Estratégico Nacional do Turismo	PENT
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água	PNUEA
Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural	PEND Rural
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II	PEAASAR II
Plano Estratégico para os Recursos Sólidos Urbanos 2020	PERSU 2020

Estratégia Nacional para Efluentes Agropecuários e Agro Industriais	ENEAPAI
Plano Rodoviário Nacional	PRN – 2000
Estratégia Nacional para as Florestas	ENF
Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação	PANCD
Instrumento de Enquadramento Estratégico Regional	Acrónimo
Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Douro	PGBH – Douro
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Nordeste	PROFNE
Plano sectorial da Rede Natura 2000	PSRN2000
Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região Norte (proposta)	PROT-N
Instrumento de Enquadramento Estratégico Local	Acrónimo
Plano Municipal de Defesa da Floresta e Combate a Incêndios de Mirandela	PMDFCI – Mirandela

No âmbito do RFC foram definidos os instrumentos de referência utilizados e sintetizados os respetivos objetivos (Anexo III).

5.2. Questões Estratégicas

As Questões Estratégicas identificadas para a Revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela integram as dimensões **Ambiental**, **Económica** e **Social**, consideradas as dimensões base do **Desenvolvimento Sustentável** e encontram-se definidas no capítulo 3.3.

5.2. Convergência entre o Quadro de Referência Estratégico e as Questões Estratégicas

Em termos metodológicos, pretende-se neste ponto verificar a afinidade das Questões Estratégicas definidas para a Revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela, e os objetivos estratégicos estabelecidos para os Planos e Programas que constituem o Quadro de Referência Estratégico, cuja pormenorização dos objetivos estratégicos encontra-se no Anexo II.

A análise de afinidade entre os objetivos dos instrumentos do **Quadro de Referência Estratégico** (estabelecidos no Anexo II) e as **Questões Estratégicas**, expressa-se nas tabelas de dupla entrada apresentadas no Anexo III.

O objetivo é verificar o cumprimento de orientações relevantes e a coerência no cumprimento das mesmas, detetando e evitando, sempre que se justifique, eventuais conflitos.

Esta análise permite evidenciar as questões de sustentabilidade ambiental que se anteveem como decisivas para integrarem os FCD que devem ser avaliados, por forma a contribuir para o processo de tomada de decisão e promover o alcance dos objetivos de sustentabilidade ambiental pretendidos na execução do PDM de Mirandela.

5.3. Identificação dos Fatores Críticos para a Decisão

Os **Fatores Ambientais** (FA) definem o âmbito ambiental relevante dado o alcance e a escala do plano ou programa em avaliação. Os FA considerados na presente análise são os legalmente definidos no Decreto-Lei n.º 232/2007, alínea e), n.º 1, artigo 6.º, no que respeita à *“biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, fatores climáticos, bens materiais, património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, paisagem e inter-relação entre todos estes fatores”*.

Em resultado das correspondências identificadas nas tabelas apresentadas no Anexo III ao presente relatório, e considerando as questões ambientais legalmente definidas, foi selecionado um conjunto de áreas estratégicas de convergência para o desenvolvimento sustentável e para o ambiente, as quais constituem os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) da proposta de alteração do PDM.

Assim, os FCD para a proposta de revisão do PDM de Mirandela são:

➤ **Biodiversidade e Conservação da Natureza**

Pretende-se avaliar as ações propostas em termos dos seus efeitos na preservação e utilização sustentável da biodiversidade dos ecossistemas, bem como na conservação dos valores naturais do município.

➤ **Ordenamento e Qualificação do Território**

Pretende-se avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da organização e requalificação do espaço biofísico do concelho, no que à política, uso e ocupação do solo diz respeito,

considerando também os aspetos que conduzem à melhoria e valorização das componentes do território municipal (infraestruturas e equipamentos) e da mobilidade e acessibilidade concelhia.

➤ **Desenvolvimento económico e social**

Pretende-se avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da competitividade e dinâmica empresarial, na dinâmica turística associada ao património e aos recursos naturais e no desenvolvimento humano nomeadamente ao nível da qualificação dos recursos humanos e na criação de emprego e na fixação da população através da valorização do espaço rural.

➤ **Qualidade Ambiental**

Permite avaliar o contributo do Plano para a qualidade do ambiente no município, nomeadamente quais as implicações das ações propostas na qualidade do ar, da proteção e utilização dos recursos hídricos, ruído, gestão de resíduos e eficiência energética.

➤ **Património e Paisagem**

Visa avaliar em que medida o Plano contribui para a preservação dos valores paisagísticos e patrimoniais, incluindo os valores arquitetónicos e arqueológicos

➤ **Riscos Naturais e Tecnológicos**

Permite avaliar o contributo do Plano na prevenção e minimização dos riscos naturais que ocorrem no território concelhio

O Quadro 6 identifica as relações entre os FA definidos pelo Decreto-Lei n.º 232/2007 e os FCD identificados para a presente AAE. Da análise do Quadro infere-se que a Governança tem uma relação indireta com todos os fatores ambientais.

Quadro 8 - Relação entre os FA e os FCD definidos.

FA \ FCD	Biodiversidade	Fauna	Flora	Património Cultural	Atmosfera	Água	Solo	Fatores Climáticos	Paisagem	Bens Materiais	População	Saúde Humana
Biodiversidade e Conservação da Natureza	X	X	X			X	X		X			
Ordenamento e Qualificação do Território	X	X	X	X		X	X		X	X	X	X
Desenvolvimento Económico e Social				X		X				X	X	X
Património e Paisagem				X					X	X		
Qualidade Ambiental		X	X		X	X	X	X	X		X	X
Riscos Naturais e Tecnológicos	X	X	X		X	X	X	X	X	X		X

6. Análise e Avaliação Estratégica dos Fatores Críticos para a Decisão

De acordo com o apresentado no capítulo relativo à metodologia a avaliação ambiental será desenvolvida tendo por base os fatores críticos para a decisão selecionados na fase de determinação do âmbito, os quais reúnem os aspetos de ambiente e sustentabilidade relevantes que servirão de base para a tomada de decisão

6.1. Biodiversidade e Conservação da Natureza

6.1.1 Descrição do FCD e seus objetivos

No âmbito do presente Fator Crítico de Decisão pretende-se avaliar pretende-se avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da conservação da natureza, assim como da Biodiversidade, determinando as oportunidades e riscos, que correspondem respetivamente aos impactes positivos e negativos de natureza estratégica, usando, sempre que a informação disponível o permitiu, os critérios de avaliação e indicadores apresentados no quadro seguinte.

Quadro 9 - Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Biodiversidade e Conservação da Natureza.

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Biodiversidade e Conservação da Natureza	Áreas Classificadas e espécies protegidas	<ul style="list-style-type: none"> Promover a valorização e assegurar a conservação do património natural, cultural, em áreas classificadas. Promover a incorporação das orientações de gestão do PSRN2000 no PDM; Evitar prejuízos em áreas classificadas e promover a sua valorização 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas protegidas e RN2000. Superfície do Município com estatuto de Área Classificada. Espécies ameaçadas e protegidas. Implementação das orientações de gestão definidas para as áreas da Rede Natura 2000.
	Conservação da Natureza	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma política de conservação da natureza e da biodiversidade. Evitar a fragmentação dos ecossistemas. Compatibilizar o desenvolvimento territorial com a biodiversidade 	<ul style="list-style-type: none"> Rede de <i>continuum naturale</i> integrando os corredores ecológicos e a Estrutura Ecológica Municipal. Estrutura da rede Viária e Fragmentação do território (Km rede viária/área concelhia). Ações de erradicação e controlo de espécies invasoras.
	Gestão e Conservação da Floresta	<ul style="list-style-type: none"> Promoção da gestão sustentável e a conservação da floresta autóctone. 	<ul style="list-style-type: none"> Área por tipologia de povoamento florestal. Proporção de área florestal ardida Existência e Expressividade de Zonas de Intervenção Florestal
		<ul style="list-style-type: none"> Dinamizar o aproveitamento dos espaços florestais para recreio e lazer 	<ul style="list-style-type: none"> Número e área dos espaços de lazer em áreas florestais (infraestruturas de recreio e lazer, parques de merendas, zonas de paragem, etc.); Número de empreendimentos de turismo em espaço rural (TER).
	Valorização dos recursos cinegéticos	<ul style="list-style-type: none"> Promover a gestão sustentável e valorização dos recursos cinegéticos autóctones 	<ul style="list-style-type: none"> Número de Zonas de Caça Municipal e Zonas de Pesca. Número de associações de caça e pesca existentes

6.1.2. Situação existente e análise tendencial

ÁREAS CLASSIFICADAS E ESPÉCIES PROTEGIDAS

O Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC), tal como estabelecido pelo D.L. n.º142/2008 de 24 de Julho, é constituído pela Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) (criada pelo D.L. n.º 19/93 de 23 de Janeiro), pelas áreas que integram a Rede Natura 2000 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de Julho), bem como pelas restantes áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português (por exemplo, Zonas Importantes para as Aves definidas pela BirdLife – IBA, os Sítios Ramsar, entre outras...).

O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (RCM n.º 115-A/2008, de 21 de Julho) é um instrumento de gestão territorial, de concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, que visa a salvaguarda e valorização dos Sítios de Importância Comunitária (Diretiva Comunitária Habitats n.º 92/43/CEE) e das Zonas de Proteção Especial para as Aves (Diretiva Comunitária Aves n.º 79/409/CEE) do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas. Na sua essência, é um instrumento para a gestão (“territorial”) da biodiversidade, definida à escala nacional (1/100 000).

As Áreas Protegidas, que procuram preservar os valores mais significativos do património natural, o concelho de Mirandela é parcialmente abrangido pelo recém-criado Parque Natural Regional do Vale do Tua (PNRVT), que se situa no Baixo Tua, entre os distritos de Vila Real e Bragança.

O **Parque Natural Regional do Vale do Tua** foi criado com a publicação do Regulamento n.º 364-A/2013, de 24 de setembro, com Declaração de Retificação nº 28/2014, de 13 de janeiro, constituído com o objetivo de garantir a conservação da natureza e da biodiversidade, bem como promover a utilização sustentável dos recursos da região. Pretende-se que a criação do Parque seja um instrumento de promoção do desenvolvimento do turismo sustentável da região, baseado no usufruto dos espaços naturais e dos seus recursos, bem como na promoção turística e o aproveitamento turístico das aldeias ribeirinhas.

No município de Mirandela, estão incluídos 5122ha, na sua maioria correspondendo a parte das freguesias ribeirinhas do Tua mas, nalguns casos (e.g. Abreiro, Avidagos) abrangendo também áreas mais afastadas do rio, de forma a englobar áreas relevantes (a nível natural e ou patrimonial) próximas. Assim, a partir da foz do Tinhela, o limite retorna ao vale do Tua, pela margem direita, abrangendo as freguesias de Abreiro (1998ha), Avidagos (62ha), Navalho (521ha), Barcel (409ha), Valverde (1170ha), Marmelos (721ha), Mirandela (141ha), Sucções (40 ha) e Cabanelas (2ha) até um pouco acima da confluência dos rios Rabaçal e Tuela, continuando o curso do rio Tua pela margem esquerda até à fronteira com o município de Vila Flor. Neste percurso, segue ao longo das freguesias de Sucções, Mirandela, S. Salvador (6 ha), Marmelos, Frechas (52 ha) e Valverde.

A área é caracterizada por uma diversidade climática que se traduz na paisagem vegetal, que apresenta como vegetação natural potencial mais característica bosques de sobreiro (com presença variável de azinheira e zimbro), nas áreas mais quentes e secas do vale, e bosques de carvalho-negral nas áreas mais frias e chuvosas do planalto e das principais serras.

Foram reconhecidos 14 tipos de biótopos na região, organizados em quatro grandes grupos: (1) biótopos urbanos, (2) biótopos agrícolas, (3) biótopos florestais, e (4) biótopos fluviais. A estes biótopos estão associados os vários tipos (e subtipos) de habitats do Anexo I da Diretiva Habitats.

A flora da região é bastante diversificada, estimando -se que possam ocorrer na área de estudo cerca de 700 espécies de flora vascular e cerca de 400 espécies de flora criptogâmica (briófitas e líquenes). Assinala -se a presença do endemismo *Digitalis purpurea* subsp. *amandiana*, planta exclusiva desta região, assim como de várias outras espécies com elevado valor para conservação, como *Festuca duriotagana*, *Holcus annuus* subsp. *duriensis* e *Scrophularia valdesii*.

A fauna da região envolvente do Vale do Tua é numerosa e diversificada, tendo sido até ao momento identificadas 943 espécies, sendo 744 de invertebrados terrestres, 15 de peixes, 12 de anfíbios, 20 de répteis, 123 de aves e 29 de mamíferos, das quais 14 são quirópteros (morcegos). A este total há ainda a juntar um número indeterminado de espécies de invertebrados aquáticos, agrupados em 72 famílias. É de salientar, pela sua raridade e ou grau de ameaça, a presença da lampreia dos riachos (*Lampetra planerii*) e do verdemã -do -norte (*Cobitis calderoni*), dos peixes do chasco -preto (*Oenanthe leucura*) e da águia de Bonelli (*Aquila fasciata*), nas aves, e do morcego -de -ferradura mediterrânico (*Rhinolophus euryale*), nos mamíferos. Outras espécies raras e ou emblemáticas da região são a toupeira -de -água (*Galemys pyrenaicus*), o rato de Cabrera (*Microtus cabrera*), a lontra (*Lutra lutra*) ou o mocho-real (*Bubo bubo*).

O SNAC encontra-se representado no município, também, pela presença de uma área de Rede Natura 2000, o Sítio de Importância Comunitária PTCON0043 – Mirandela/Cuba, estando, assim, patente o reconhecimento da riqueza ao nível dos valores da biodiversidade existentes.

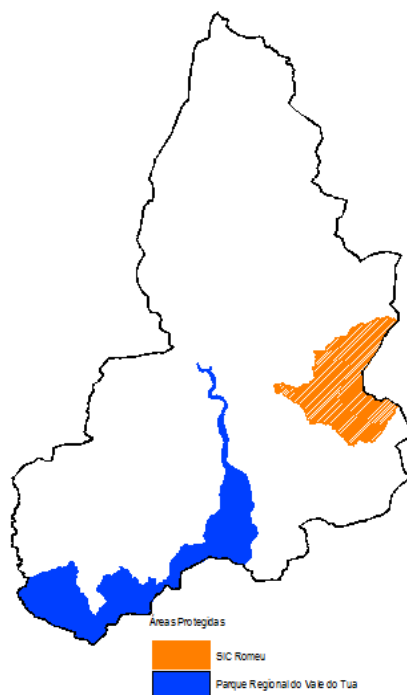


Figura 4 – Enquadramento das áreas protegidas no concelho de Mirandela.

O concelho de Mirandela, e consultando a Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000, de 5 de Julho, que aprova a lista de sítios de importância comunitária (SIC), é abrangido pelo SIC – Romeu (PTCON0043) que está repartido pelos concelhos de Mirandela (que integra cerca de 76% da área do Sítio) e Macedo de Cavaleiros.

O Sítio Romeu está integrado na região biogeográfica Mediterrânea e engloba dois dos melhores exemplos em Portugal de habitats pouco frequentes, os sobreirais e os bosques de sobreiro e zimbro, nesta zona num excelente estado de conservação. Atendendo às condições de habitat que aqui se verificam, o Sítio de Romeu apresenta forte potencial para a expansão da presença do lobo na Terra Quente transmontana.

O Sítio de Romeu, com uma área total de 4768ha, abrange parte dos concelhos de Mirandela e Macedo de Cavaleiros, correspondendo a 6% do território concelhio e a 76% da área do sítio, numa área de 3631ha.

O Sítio engloba dois dos melhores exemplos de habitats pouco frequentes em Portugal, aqui num excelente estado de conservação: sobreirais (*Quercus suber*) (9330), no horizonte superior, e bosques de sobreiro e zimbro (*Juniperus oxycedrus* var. *lagunae*) (9560*), no horizonte inferior. Em Mirandela apenas ocorre o primeiro habitat referido.

Embora aqui a presença de lobo (*Canis lupus*) tenha um carácter relativamente irregular, tendo em conta as condições de habitat que aqui se verificam, o Sítio apresenta-se como extremamente relevante para potenciar a expansão desta espécie na Terra Quente transmontana.

No Sítio de Romeu encontram-se presentes os seguintes Habitats naturais e semi-naturais (sublinhados os habitats prioritários) constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro.

Quadro 10 – Habitats naturais e seminaturais constantes do anexo B-I do Dec. Lei n.º 49/2005 de 24 de fevereiro presentes no sítio de Romeu

Código	Designação
3150	Lagos eutróficos naturais com vegetação da <i>Magnopotamion</i> ou da <i>Hydrocharition</i> .
3170	Charcos temporários mediterrânicos
3260	Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da <i>Ranunculion fluitantis</i> e da <i>Callitricho-Batrachion</i> .
3280	Cursos de água mediterrânicos permanentes da Paspalo-Agrostidion com cortinas arbóreas ribeirinhas de <i>Salix</i> e <i>Populus alba</i>
3290	Cursos de água mediterrânicos intermitentes da Paspalo-Agrostidion
6220	Subestepes de gramíneas e anuais da <i>Thero-Brachyodietea</i>
6310	Montados de <i>Quercus</i> spp. de folha perene.
8220	Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica.

Código	Designação
91B0	Freixiais termófilos de <i>Fraxinus angustifolia</i> .
92A0	Florestas-galerias com <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>
9330	Florestas de <i>Quercus suber</i>
9340	Florestas de <i>Quercus ilex</i> e <i>Quercus rotundifolia</i>
9560	Florestas endémicas de <i>Juniperus spp.</i>
A negrito: habitats prioritários	

No Sítio de Romeu encontra-se um dos mais bem conservados sobreirais de Portugal, enquadrado em duas associações praticamente endémicas de Portugal, sendo mesmo um dos melhores sobreirais lusitano-durienses com *Juniperus oxycedrus*.

Os habitats do sítio de Romeu presentes em Mirandela são:

- o habitat 9330 – Florestas de *Quercus suber*, é constituído por comunidades florestais predominantemente perenifólias, de copado denso e cerrado, dominadas pelo sobreiro (*Quercus suber*). Como orientação de gestão, a ficha do habitat natural do Plano Sectorial da Rede Natura 2000, aconselha promover a transformação de áreas marginais de montado denso de sobro, através de plantação, proteção da regeneração e eliminação absoluta do uso agro-pastoril.
- o habitat 6310 – Montados de *Quercus spp.* de folha perene, corresponde a estruturas de origem antrópica, cuja dominância ecológica é partilhada pelo remanescente arbóreo de um antigo bosque de sobreiros (*Quercus suber*) ou azinheiras (*Quercus rotundifolia*) e por numa pastagem cespitosa vivaz, com origem e persistência associada à pastorícia extensiva de ovinos. Segundo a ficha do habitat natural do Plano Sectorial da Rede Natura 2000, as orientações de gestão permitem vocacionar estas áreas florestais para os bens e serviços florestais, através da plantação ou adensamento dos exemplares de sobro ou azinho, se julgado necessário.
- quanto ao habitat 6220* - *Subestepes de gramíneas e anuais da Thero-Brachypodietea*, é um habitat prioritário e corresponde a comunidades herbáceas dominadas por gramíneas anuais e/ou perenes submetidas a uma pressão variável de pastoreio. Como orientação de gestão, a ficha do habitat natural do Plano Sectorial da Rede Natura 2000, aconselha a manutenção da pastorícia extensiva de percurso.
- por fim, o habitat 9240 – Carvalhais ibéricos de *Quercus faginea* e *Quercus canariensis*, representa comunidades florestais marcescentes (semi-caducifólias), de copado cerrado definindo um ambiente sombrio, dominado por *Quercus faginea* subsp. *broteroi* arbóreos adultos e por outras árvores. Em termos de orientações de gestão, a ficha do habitat natural do Plano Sectorial da Rede Natura 2000, refere a interdição de alterações ao uso do solo na

área de ocupação do habitat, bem como deve ser promovida a arborização e recuperação dos povoamentos, na sua área potencial, com recursos a técnicas silvícolas de perturbação mínima.

No concelho de Mirandela, estes habitats encontram-se associados de quatro formas: 6220*;9340+6220*; 9330+6310+6220* e 9330+9240+6220*.

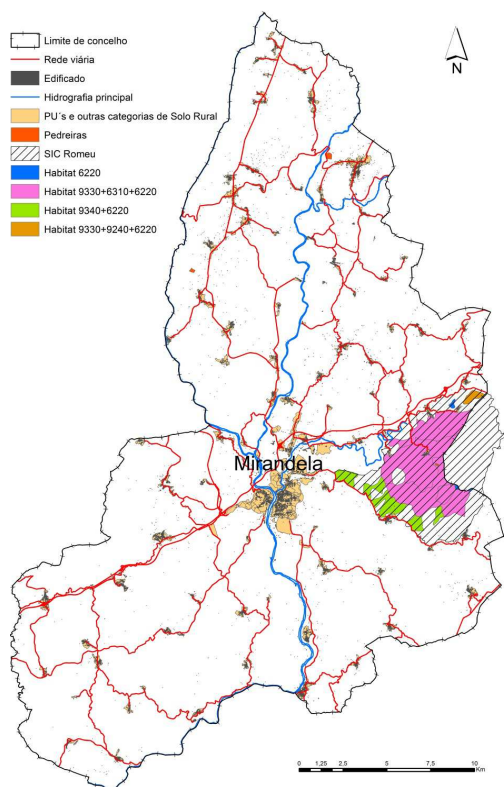


Figura 5 – Habitats e SIC Romeu, da Rede Natura2000

Os principais valores naturais que originaram a classificação do sítio resumem-se no quadro seguinte:

Quadro 11 – Principais espécies protegidas

Espécies da Flora constantes do anexo B-II do Decreto Lei n.º 49/2005 de 24/02		
CÓDIGO ESPÉCIE	ESPÉCIE	ANEXOS
1116	<i>Chondrostoma toixolepis</i> - Boga-de-boca-recta	II
1123	<i>Rutilus alburnoides</i> – Bordalo	II
1127	<i>Rutilus arcasii</i> – Escalo	II
1221	<i>Mauremys leprosa</i> - Cágado-mediterrânico	II, IV
1352	<i>Canis lupus</i> – lobo (espécie prioritária)	II, IV
1301	<i>Galemys pyrenaicus</i> – toupeira-de-água	II, IV
1355	<i>Lutra lutra</i> – lontra	II, IV

Outras Espécies dos Anexos B-IV e B-V do Decreto Lei n.º 49/2005 de 24/02		
	ESPÉCIE	ANEXO
FLORA	<i>Doryenium pentaphyllum ssp. transmontanum</i>	V
	<i>Narcissus Bulbocodium</i>	V
	<i>Narcissus triandrus</i>	IV
	<i>Ruscus aculeatus</i>	V
FAUNA	<i>Bufo calamita</i>	IV
	<i>Rana perezi</i>	IV

FONTE: Decreto-lei n.º 49/2005 de 24/02

A principal ameaça a este Sítio são os incêndios florestais, que ameaçam a conservação dos sobreirais. Também existem pressões que podem levar a uma pastorícia com efeitos negativos na regeneração do sobreiral e a falta de podas sanitárias prejudica o seu estado sanitário.

Além das espécies de flora acima referidas, decorrentes do PSRN2000, ocorrem no município, dentro e fora da área do SIC, três espécies de flora protegidas ao abrigo de legislação específica: sobreiro (*Quercus suber*), à azinheira (*Quercus rotundifolia*) e a oliveira (*Olea europaea*).

A proteção do Sobreiro e Azinheira encontra-se regulamentada pelo Decreto-lei n.º 169/2001, de 25 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de Junho, justificada pela sua importância ambiental e económica, já reconhecida na Lei de Bases da Política Florestal.

Os montados de sobreiro e azinheira são uns dos biótopos mais importantes em Portugal continental, particularmente no que diz respeito a conservação da natureza. Estas espécies constituem ainda um recurso renovável de extrema importância económica a nível nacional. O regime jurídico de proteção ao sobreiro e à azinheira rege-se pelo Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho.

Para além da componente económica, os montados apresentam-se como importantes bancos de biodiversidade e habitat para inúmeras espécies, muitas delas endémicas. São pontos de passagem de aves migratórias, e principalmente, de espécies com interesse cinegético, pelo que uma gestão sustentável dos recursos é preponderante para garantir a renovação das populações.

Outro aspeto muito importante, que advém duma gestão sustentável, é a proteção e conservação dos solos. O coberto vegetal, conjugado com práticas agrícolas adequadas permitem fixar e enriquecer os solos, protegendo-os da erosão, face aos agentes erosivos, sobretudo em áreas de declive mais acentuado, e consequentemente do avanço da desertificação. A sua conservação é essencial para manter a vitalidade das árvores, enquanto fonte de nutrientes e água. O papel do solo é igualmente de regulador, nomeadamente no ciclo da água, permitindo a sua infiltração e abastecimento dos níveis freáticos.

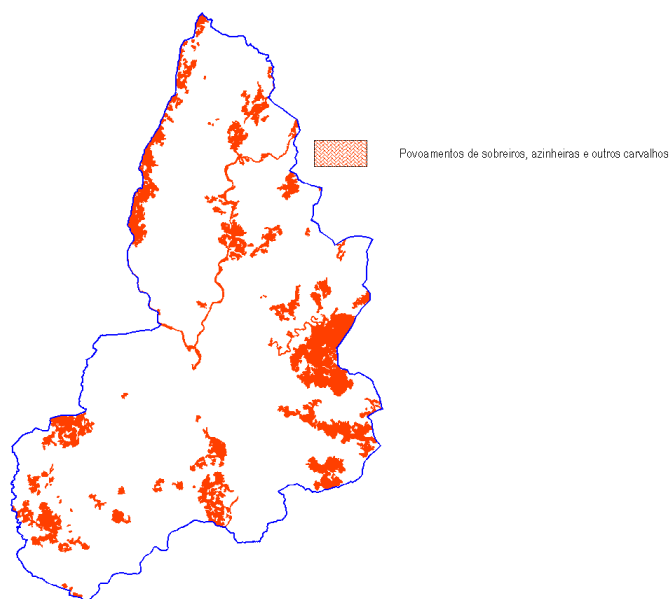


Figura 6 – Povoamento de sobreiros e azinheiras e outros carvalhos.

Segundo a planta de estrutura ecológica municipal, os povoamentos de sobreiros, azinheiras e outros carvalhos ocupa 11,4% da área concelhia (7485,3ha).

A proteção às Oliveiras resulta da publicação do Decreto-Lei n.º 120/86, de 28 de maio, e pretende condicionar o corte das oliveiras uma vez que, nas últimas décadas, tem ocorrido uma substancial diminuição desta cultura. Uma vez que esta espécie apresenta uma elevada importância económica, comercial e paisagística, a legislação obriga a que o arranque e o corte de oliveiras só possa ser feito mediante uma autorização da DRAP da respetiva área geográfica.

Através da informação desenvolvida pelo Projeto CORINE Land Cover (CLC), pretendeu-se compreender a evolução da ocupação e uso do solo na área do plano, comparando-se os dados do uso do solo de COS 2006, em Mirandela em 2006, a área de olival ocupava 10 000ha.

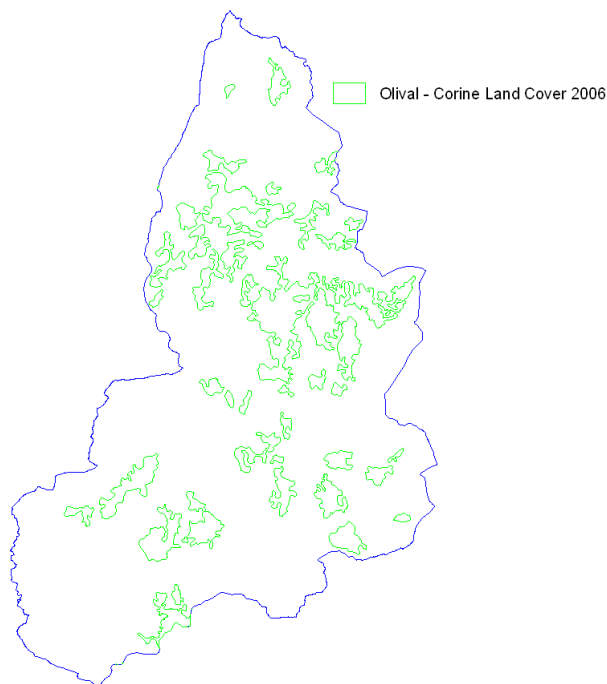


Figura 7 – Culturas permanentes – Olival – COS 2006.

Com o objetivo de manter e/ou promover a conservação dos valores naturais de interesse comunitário, protegidos pelas diretivas aves e habitats são de promover, nas áreas integradas na Rede “Natura 2000”, as orientações de gestão estipuladas para cada espécie identificada, as quais devem ser acauteladas ao nível do plano diretor municipal de Mirandela.

Quadro 12 – Orientações de gestão do PSRN2000 para a conservação das espécies

Orientações de Gestão afetas a espécies e grupos de espécies		Espécie alvo de Orientações de Gestão
Agricultura e Pastorícia		
58a	Adotar práticas de pastoreio específicas	<i>Canis lupus; Mauremys leprosa</i>
128	Conservar/promover sebes, bosquetes e arbustos	<i>Canis lupus; Lutra lutra</i>
52x	Condicionar o uso de agroquímicos / adotar técnicas alternativas específicas em áreas contíguas aos habitats	<i>Chondrostoma polylepis; Galemys pyrenaicus; Lutra lutra; Mauremys leprosa; Rutilus alburnoides; Rutilus arcasii</i>
49	Assegurar mosaico de habitats	<i>Canis lupus</i>
Silvicultura		
40	Conservar/recuperar povoamentos florestais autóctones	<i>Canis lupus</i>
43	Conservar/recuperar vegetação dos estratos herbáceo e arbustivo	<i>Canis lupus</i>
65	Condicionar a florestação	<i>Canis lupus</i>
63	Reduzir risco de incêndio	<i>Canis lupus; Chondrostoma polylepis; Galemys pyrenaicus; Lutra lutra; Mauremys leprosa; Rutilus alburnoides; Rutilus arcasii</i>
Construção e Infraestruturas		
134	Condicionar a construção de infra-estruturas	<i>Canis lupus; Galemys pyrenaicus</i>

Orientações de Gestão afetas a espécies e grupos de espécies		Espécie alvo de Orientações de Gestão
76	Condicionar expansão urbano-turística	<i>Lutra lutra</i> ; <i>Mauremys leprosa</i>
27	Condicionar construção de açudes em zonas sensíveis	<i>Chondrostoma polylepis</i> ; <i>Galemys pyrenaicus</i> ; <i>Rutilus alburnoides</i> ; <i>Rutilus arcasii</i>
29	Melhorar transposição de barragens/açudes	<i>Chondrostoma polylepis</i> ; <i>Galemys pyrenaicus</i>
	Reduzir mortalidade accidental	<i>Canis lupus</i> ; <i>Galemys pyrenaicus</i> ; <i>Lutra lutra</i>
Outros usos e Atividades		
35	Monitorizar, manter/melhorar qualidade da água	<i>Chondrostoma polylepis</i> ; <i>Galemys pyrenaicus</i> ; <i>Lutra lutra</i> ; <i>Mauremys leprosa</i> ; <i>Rutilus alburnoides</i> ; <i>Rutilus arcasii</i>
33	Condicionar captação de água	<i>Chondrostoma polylepis</i> ; <i>Galemys pyrenaicus</i> ; <i>Lutra lutra</i> ; <i>Mauremys leprosa</i> ; <i>Rutilus alburnoides</i> ; <i>Rutilus arcasii</i>
32	Condicionar drenagem	<i>Mauremys leprosa</i>
30	Condicionar intervenções nas margens e leito de linhas de água	<i>Chondrostoma polylepis</i> ; <i>Galemys pyrenaicus</i> ; <i>Lutra lutra</i> ; <i>Mauremys leprosa</i> ; <i>Rutilus alburnoides</i> ; <i>Rutilus arcasii</i>
41	Conservar/recuperar vegetação ribeirinha autóctone	<i>Chondrostoma polylepis</i> ; <i>Galemys pyrenaicus</i> ; <i>Lutra lutra</i> ; <i>Mauremys leprosa</i> ; <i>Rutilus alburnoides</i> ; <i>Rutilus arcasii</i>
28	Regular uso de açudes e charcas	<i>Mauremys leprosa</i>
74	Regular dragagens e extração de inertes	<i>Chondrostoma polylepis</i> ; <i>Galemys pyrenaicus</i> ; <i>Mauremys leprosa</i> ; <i>Rutilus alburnoides</i> ; <i>Rutilus arcasii</i>
144	Tomar medidas que impeçam as deposições de dragados ou outros aterros	<i>Chondrostoma polylepis</i> ; <i>Galemys pyrenaicus</i> ; <i>Rutilus alburnoides</i> ; <i>Rutilus arcasii</i>
72	Implementar gestão cinegética compatível com a conservação da espécie	<i>Canis lupus</i>
83	Ordenar acessibilidades	<i>Canis lupus</i>
77	Ordenar atividades de recreio e lazer	<i>Canis lupus</i> ; <i>Galemys pyrenaicus</i> ; <i>Mauremys leprosa</i>
78	Ordenar prática de desporto de natureza	<i>Chondrostoma polylepis</i> ; <i>Galemys pyrenaicus</i> ; <i>Rutilus alburnoides</i> ; <i>Rutilus arcasii</i>
50	Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação	<i>Canis lupus</i>
Orientações específicas		
47	Impedir introdução de espécies não autóctones/controlar existentes	<i>Chondrostoma polylepis</i> ; <i>Galemys pyrenaicus</i> ; <i>Rutilus alburnoides</i> ; <i>Rutilus arcasii</i> ; <i>Mauremys leprosa</i>
16	Controlar efetivos de animais assilvestrados	<i>Canis lupus</i>
8	Estabelecer programa de repovoamento/fomento/reintrodução de presas	<i>Canis lupus</i>
46	Manter/recuperar habitats contíguos	<i>Chondrostoma polylepis</i> ; <i>Galemys pyrenaicus</i> ; <i>Rutilus alburnoides</i> ; <i>Rutilus arcasii</i>
24	Recuperar zonas húmidas	<i>Mauremys leprosa</i>

FONTE: Decreto-lei n.º 49/2005 de 24/02

Com o objetivo de diminuir a pressão e ameaças que se manifestam sobre os habitats, e visando a manutenção do estado de conservação favorável, encontram-se definidas um conjunto de orientações de gestão no PSRN2000, identificadas no quadro seguinte.

Quadro 13 – Orientações de gestão do PSRN2000 para a conservação dos habitats

Orientações de Gestão afetas a habitats com distribuição reconhecida em Mirandela		Habitat
Agricultura e Pastorícia		
58a	Adotar práticas de pastoreio específicas	6310
58	Manter práticas de pastoreio extensivo	6220;6310
59	Salvaguarda do pastoreio	9330;9340
116	Condicionar mobilização do solo	6220
100	Condicionar expansão do uso agrícola	9330;9340
Silvicultura		
44	Promover áreas de matagal mediterrânico	9330;9340
65	Condicionar a florestação	9330;9340
51b	Adotar práticas silvícolas específicas	6310;9330;9340
48	Promover a regeneração natural	9330;9340
63	Reduzir risco de incêndio	9330;9340
Construção e Infraestruturas		
134	Condicionar a construção de infra-estruturas	9330;9340
76	Condicionar expansão urbano-turística	9330;9340
Outros usos e Atividades		
83	Ordenar acessibilidades	9330;9340
50	Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação	6220;6310;9340;9340
Orientações específicas		
47	Impedir introdução de espécies não autóctones/controlar existentes	9330;9340
70	Efetuar desmatações seletivas	6220
64	Efetuar gestão por fogo controlado	6220

FONTE: Decreto-lei n.º 49/2005 de 24/02

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

*“O conceito **estrutura ecológica** prende-se com a proteção e integração dos elementos biofísicos, culturais, recreativos e paisagísticos do território convergindo para a ideia de sustentabilidade. Deverá orientar as intervenções antrópicas no sentido de reconhecer, conservar e promover elementos naturais e culturais que, por terem características únicas, deverão ser sujeitos a um ordenamento e planeamento ambientalmente sustentável, contribuindo desta forma para a qualidade de vida dos munícipes” (Machado, et al., 2004).*

A função principal da estrutura ecológica é contribuir para a proteção, conservação e valorização ambiental e paisagística dos espaços rurais e urbanos e promover o equilíbrio ecológico do território.

A Estrutura Ecológica pretende estabelecer o “*Continnuum Naturale*” ou seja um sistema natural, contínuo, que permita o funcionamento e desenvolvimento dos ecossistemas promovendo assim a biodiversidade.

Para além de englobar áreas, valores e sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental, esta estrutura é constituída ainda por elementos resultantes da humanização do território que representam a cultura e identidade locais. Esta sobreposição permite usufruir da qualidade ambiental que os sistemas que compõem a Estrutura Ecológica representam. Em meio preferencialmente urbano, a sobreposição com a estrutura ecológica cria a oportunidade de desenvolver percursos em áreas não edificadas e consequentemente contribuir, não só para a sua qualidade ambiental, como também para a requalificação do espaço público. Significa ainda uma melhoria substancial para os percursos, uma vez que a existência de uma rede contínua potencia a existência de redes de percursos pedonais e cicláveis.

Na delimitação desta tem de ser ter em conta Planos de Hierarquia Superior como o caso da proposta de Plano de Regional de Ordenamento do Norte (PROTN) e do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Nordeste (PROFNE).

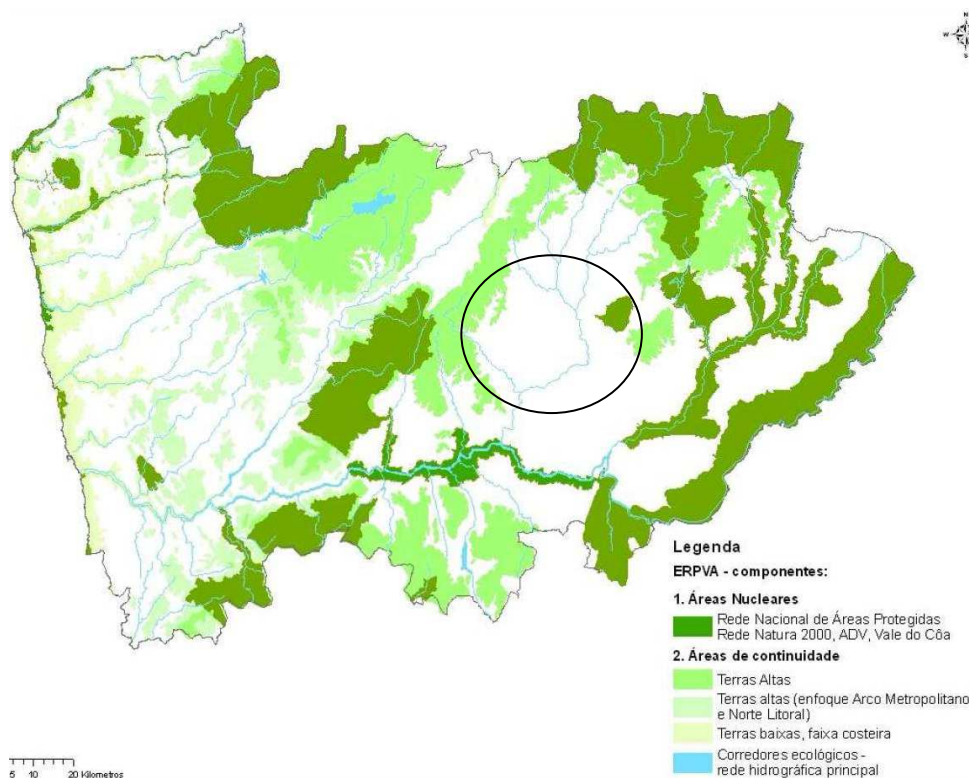


Figura 8 – Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental e do Litoral.

Fonte: PROTN, 2009

O objetivo da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) é o de garantir a manutenção, a funcionalidade e a sustentabilidade dos sistemas biofísicos (ciclos da água, do carbono, do azoto), assegurando, desta forma, a qualidade e a diversidade das espécies, dos habitats, dos ecossistemas e das paisagens. A ERPVA deve contribuir para o estabelecimento de conexões funcionais e estruturais entre as áreas consideradas nucleares do ponto de vista da conservação dos recursos para, desta forma, contrariar e prevenir os efeitos da fragmentação e artificialização dos sistemas ecológicos e garantir a continuidade dos serviços providenciados pelos mesmos: aprovisionamento (água, alimento), regulação (clima, qualidade do ar), culturais (recreio, educação) e suporte (fotossíntese, formação de solo).

A Estrutura Ecológica Municipal atual, enquanto instrumento regulador, visando a proteção dos ecossistemas e equilíbrio ecológico do território encontra-se definida pelas áreas incluídas em RAN, REN e no domínio hídrico.

*“Os **“corredores ecológicos”** podem ser definidos como os elementos que, pela sua estrutura linear e contínua (tais como rios e ribeiras e respetivas margens ou os sistemas tradicionais de delimitação dos campos) ou pelo seu papel e espaço de ligação (tais como lagos, lagoas ou matas), são essenciais à migração, à distribuição geográfica e ao intercâmbio genético de espécies selvagens, à promoção da continuidade espacial e à conectividade das componentes da biodiversidade em todo o território e à adequada integração e desenvolvimento das atividades humanas”.* (MAOT, 1999).

Os corredores ecológicos pretendem salvaguardar as funções ecológicas de áreas mais ou menos extensas, promovendo a continuidade espacial e a conectividade das componentes de mais valia ambiental concelhias, essenciais para a manutenção da biodiversidade.

O Plano Regional de Ordenamento Florestal do Nordeste (PROFNE), define um conjunto de corredores ecológicos, os quais devem contribuir para a definição da estrutura ecológica municipal no âmbito dos PMOT e devem ser compatibilizados com as redes regionais de defesa da floresta contra os incêndios, sendo estas de carácter prioritário.

No concelho de Mirandela foi delimitado um corredor ecológico ao longo dos rios Tuela e Tua, onde se pretende que este permita, promova e proteja a circulação e expansão das espécies da fauna e flora com interesse do ponto de vista da conservação, entre as áreas com estatuto de proteção e entre estas últimas e outras que, não estando sob a alçada de qualquer figura de proteção, lhes seja reconhecido particular interesse pela especificidade florística e faunística. Acrescenta-se, também, que, segundo o PROF, a definição da estrutura ecológica municipal, no âmbito do PDM deverá incorporar, como referência, o corredor ecológico aqui referenciado.

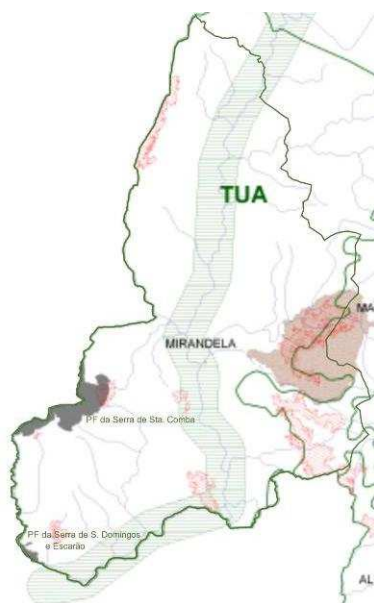


Figura 9 – Corredores Ecológicos (PROF Nordeste)

Os corredores ecológicos definidos no PROF do Nordeste ocupam 20,1 % (13 252,161ha) da área concelhia.

A **fragmentação dos ecossistemas** está diretamente relacionada com a construção de infraestruturas rodoviárias.

A rede viária municipal considerando os Itinerários principais, Estradas Regionais, Estradas Nacionais e Estradas municipais apresenta uma extensão de 327,6km, ao que corresponde um valor de 0,50 Km/Km². O concelho de Mirandela apresenta uma baixa fragmentação do território.

As **espécies invasoras** são espécies introduzidas (espécies não nativas) que conseguem obter sucesso reprodutor e colonizar áreas afastadas do local onde foram inicialmente introduzidas, provocando muitas vezes modificações e desequilíbrios nos ecossistemas invadidos.

As espécies invasoras são um grande problema para a conservação da Biodiversidade, sendo considerada a segunda maior causa de perda da biodiversidade. O seu controlo gestão é um dos grandes desafios da atualidade

Na tabela seguinte são listadas as espécies de flora exóticas invasoras que provavelmente ocorrem nos biótipos e habitats do concelho de Mirandela, segundo o estudo “ Plantas Invasoras em Portugal” de 2005.

Das cerca de 30 espécies classificadas como invasoras pelo Decreto-lei n.º 565/99, 12 poderão estar presentes no concelho de Mirandela.

Quadro 14 – Espécies Invasoras

Família	Espécie	Nome Comum	Ambiente de Invasão
Asteraceae	<i>Arctotheca calendula</i>	Erva-gorda	Sítios arenosos
	<i>Conyza bonariensis</i>	Avoadinha-peluda	Áreas perturbadas junto a zonas urbanas, estradas e baldios
	<i>Erigeron Karvinskianus</i>	Vitadínia-das-floristas	Muros, fendas e empedrados
	<i>Galinsoga parviflora</i>	Erva-da-moda	Áreas cultivadas e sítios ruderalizados
Cactaceae	<i>Opuntia ficus indicæ</i>	Figueira-da-índia	Zonas áridas de vegetação herbácea e arbustiva, zonas rochosas e zonas costeiras
Fabaceae	<i>Acacia dealbata</i>	Mimosa	Terrenos frescos, solos siliciosos, linhas de água, áreas florestais de zonas montanhosas em condições de secura.
	<i>Acacia melanoxylon</i>	Austrália	Áreas perturbadas, margens de estradas e linhas de água
	<i>Robinia pseudoacacia</i>	Falsa acácia	Margens de estradas e linhas de água, pinhais e áreas perturbadas
Oxaladaceae	<i>Oxalis pes-caprae</i>	Erva-pata	Terras cultivadas, sítios descampados
Poaceae	<i>Arundo donax</i>	Cana	Linhas de água, margens de estradas e áreas agrícolas
Simaroubaceae	<i>Ailanthus altissima</i>	Espanta-lobos	Áreas perturbadas
Solanaceae	<i>Datura stramonium</i>	Figueira-do-inferno	Terras cultivadas, sítios ruderalizados

Segundo informação da Câmara Municipal de Mirandela, esta não realiza controlo e erradicação de espécies invasoras.

GESTÃO E CONSERVAÇÃO DA FLORESTA

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2008-2012, dá-nos dados sobre os povoamentos florestais ao nível concelhio.

De acordo com o PMDFCI de Mirandela, a área florestal constitui a principal ocupação no concelho de Mirandela, representando cerca de 49,8% (32783,26ha) da sua superfície total, constituída maioritariamente por sobreiro.

A espécie florestal que se encontra maioritariamente representada no Concelho é o Sobreiro, com 7367,01ha (22,5%), estando representada, sobretudo, nos sectores Leste e Sul do Concelho; seguindo-se o Pinheiro Bravo com 5196,66ha (15,9%), estando representado sobretudo nos sectores Norte e Sudoeste do Concelho. Com uma representação de mais de mil hectares, ocorre o Eucalipto (1371,53ha), maioritariamente nos sectores Sul e Centro do Concelho. Abaixo dos mil hectares ocorrem o Castanheiro bravo (79,34ha), Outras folhosas (298,29ha), Carvalhos (623,92ha), Outras resinosas (664,70ha), Castanheiro-da-Índia (346,84ha) e Azinheira (21,62ha).

Quadro 15 – Distribuição das espécies florestais, por freguesia (ha).

Freguesia	Arbustos	Castanheiro bravo	Eucalipto	Outras folhosas	Pinheiro bravo	Sobreiro	Carvalhos	Outras resinosas	Castanheiro da Índia	Azinhreira	Área Florestal total
Abambres	630,5	10,68	2,33	105,10	7,86	192,40	0	0	0	0	949,01
Abreiro	1023,65	0	260,97	0	236,69	37,21	0	0	0	0	1558,53
Aguieiras	165,96	0	0	7,89	446,72	5,21	26,11	0	0	0	651,89
Alvites	548,76	0	21,36	0,59	5,06	93,55	56,65	2,78	0	0	728,75
Bouça	70,14	0	0	15,81	391,79	0,95	0	0	0	0	478,68
Cabanelas	519,04	0	0	16,69	0	93,67	0	0	0	0	629,40
Caravelas	148,56	38,40	12,79	0	10,59	347,56	0	0	78,91	0	638,81
Carvalhais	936,23	0	2,78	2,55	1,30	3,41	15,22	6,07	0	0	967,56
Cedães	788,96	0	0	0	0	907,44	32,98	0	0	0	1729,37
Cobro	263,76	0	0	0	104,20	202,97	0	0	0	0	570,93
Fradizela	124,28	0	0	4,08	365,35	58,11	17,23	0	0	0	569,05
Frechas	435,06	0	1,96	0	146,55	177,09	0	262,37	0	0	1023,04
Lamas de Orelhão	522,86	0	0	0	156,0	19,50	63,65	29,28	0	0	791,37
Mascarenhas	680,08	0	208,28	5,23	6,42	36,64	67,57	0	0	0	1004,23
Mirandela	1115,02	0	0	14,81	217,61	369,68	58,81	0	0	0	1775,93
Múrias	871,96	0	322,13	19,98	4,17	58,48	18,95	2,83	0	19,18	1317,63
Passos	220,75	0	0	3,92	197,58	13,09	15,05	187,03	0	0	637,42
São Pedro Velho	322,32	0	0	0,07	834,74	235,99	1,20	0	0	0	1394,32
São Salvador	433,41	0	0	0	68,04	298,51	0	3,83	0	0	803,79
Suçães	1593,91	0	0	0,02	43,99	161,71	6,88	36,05	7,84	0	1849,86
Torre de Dona Chama	635,67	0	108,60	27,86	324,42	108,78	0,06	0	0	2,49	1207,87
U. F. de Avantos e Romeu	838,22	1,23	3,04	6,30	3,82	757,3	90,58	0	0	0	1347,587

Freguesia	Arbustos	Castanheiro bravo	Eucalipto	Outras folhosas	Pinheiro bravo	Sobreiro	Carvalhos	Outras resinosas	Castanheiro da Índia	Azinhreira	Área Florestal total
U. F. de Avidagos, Navalho e Pereira	1089,950	0	248,89	0	226,94	238,05	0	0	19,81	0	1823,63
U. F. de Barcel, Marmelos e Vale Verde	970,82	0	81,70	2,18	196,90	1159,95	0	7,14	0	0	2235,18
U. F. de Franco e Vila Boa	541,9	0	0,09	0	563,29	153,94	3,59	116,42	199,16	0	1597,8
U. F. de Freixeda e Vila Verde	491,12	0	83,28	0	0	755,26	0	0	0	0	1331,66
Vale de Asnes	292,73	23,25	0	0	15,02	669,18	58,39	0	21,70	0	1080,27
Vale de Gouvinhas	506,56	3,18	10,49	34,81	34,07	0	9,10	0	0	0	598,21
Vale de Salgueiro	200,48	0	0	3,29	24,36	194,46	17,25	0	0	0	439,84
Vale de Telhas	183,37	2,60	2,87	27,12	260,55	45,11	64,65	0	0	0	586,26
Total Concelho (ha)	16813,36	79,34	1371,53	298,29	5196,66	7367,01	623,93	664,70	346,84	21,61	32783,26

FONTE: PMDFCI de Mirandela 2008-2012

Em relação à proporção da área florestal ardida em 2013, foi de 5,6%, enquanto a média do continente foi de 2,5%. A taxa de superfície florestal ardida em Mirandela tem sido ao longo dos anos inferior a taxa da região Norte e sub-região do Alto Trás-os-Montes

Quadro 16 – Taxa da superfície florestal ardida (ha).

Zona Geográfica	2009	2010	2011	2012	2013
Continente	1,623	2,471	1,371	1,835	2,543
Região Norte	4,367	6,222	3,534	3,144	7,688
Sub-região do Alto Trás-os-Montes	3,469	1,916	3,399	2,744	6,421
Mirandela	0,346	0,705	2,313	0,389	5,581

FONTE: INE

A floresta é um sistema biológico que constitui um valioso recurso natural, quer pela sua função de fornecimento de serviços ecológicos importantes (proteção do solo, recarga de aquíferos, purificação do ar, sequestro de CO₂, suporte de biodiversidade), como pela melhoria da qualidade de vida da população ao proporcionar espaços lúdicos, de recreio, lazer e beleza paisagística, bem como uma importante e variada fonte de recursos económicos. No entanto, sobre este importante recurso florestal ocorrem várias ameaças, das quais os incêndios florestais são uma das principais, mas também a propagação das espécies exóticas infestantes, como a *Acacia* sp.

As Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) são as áreas territoriais contínuas e delimitadas constituídas maioritariamente por espaços florestais, submetidas a um plano de gestão florestal e a um plano de defesa da floresta e geridas por uma única entidade.

A sua constituição obriga a valores mínimos de 1 000ha de área, 50 proprietários e 100 prédios rústicos, o que pressupõe um trabalho de associativismo. As ZIF têm a vantagem de promover a gestão sustentável dos espaços florestais que as integram e coordenam a proteção dos espaços florestais e naturais de forma planeada e a recuperação desses espaços afetados por incêndios.

O PROF do Nordeste, recomenda a constituição de sete Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), estando uma delas no concelho de Mirandela – ZIF Romeu. Esta estende-se pelas freguesias de Romeu, Cedães e Vale de Asnes.

De acordo com a informação disponibilizada pelo ICNF, através da consulta do site em outubro de 2014, no concelho não se encontra constituída qualquer ZIF.

Em Mirandela encontra-se dois perímetros florestais: Serras de S. Domingos e Escarão e serra de Santa Comba. A distribuição por níveis de ocupação do solo, no interior dos perímetros florestais, faz-se predominantemente por dois níveis: espaços florestais e incultos. Na serra de Santa Comba a ocupação do solo encontra-se equitativamente distribuída pelos dois níveis, enquanto no caso da serra de S. Domingos e Escarão a área do perímetro está ocupada, quase na totalidade, por incultos. Por se tratarem de zonas florestais consideradas relevantes são de interesse estratégico para o concelho.

No concelho de Mirandela, existem oito (8) espaços de lazer em área florestal. 6 destes espaços são parques de merendas, 1 parque de campismo e 1 miradouro..

Quadro 17 – Espaços de Lazer em áreas florestais.

Designação	Entidade proprietária	Estacionamento	Área (ha)
Parque de Merendas	Município de Mirandela	Não	0,485
Parque de campismo Três Rios Maravilha	Município de Mirandela	Sim	3,235
Miradouro	Município de Mirandela	Não	0,007
Parque de Merendas	Freguesia de Romeu	Não	0,030
Parque de Merendas	Freguesia de Vale de Salgueiro	Não	0,032
Parque de Merendas	Freguesia de Abambres	Não	0,135
Parque de Merendas	Freguesia de Frechas	Não	0,046
Parque de Merendas	Freguesia de Franco	Não	0,429
Total			4,4

Fonte: Município de Mirandela

O turismo em espaço rural (TER) visa o aproveitamento das potencialidades que o meio rural pode oferecer ao nível turístico através da preservação e recuperação do património natural, paisagístico, cultural, histórico e arquitetónico, bem como ao nível do contacto entre os turistas ou visitantes e as populações, através da prestação de um serviço de cariz familiar. Trata-se de um produto turístico que permite a valorização dos produtos locais, a recuperação do património existente e ao mesmo tempo, a defesa, numa perspetiva de sustentabilidade, dos recursos existentes nestas zonas.

Os alojamentos turísticos denominados de Turismo em Espaço Rural (TER) podem ser de 6 tipologias: turismo de habitação, turismo rural, agroturismo, turismo de aldeia, casas de campo e hotel rural.

Relativamente ao número de empreendimentos em Turismo em Espaço Rural (TER), de acordo com a Câmara Municipal de Mirandela, o município dispõe 6 unidades.

Quadro 18 – Capacidade de alojamento dos estabelecimentos TER do município de Mirandela.

Nome	Categoria	Freguesia	Quartos	Camas
Quinta Entre Rios	Agro-turismo	Cabanelas	9	18
Casa dos Araújo	Turismo Rural	Frechas	9	17
Casa Dr. Bonfim	Turismo Rural	Torre Dona Chama	6	10
Casa do Moleiro	Turismo Rural	Mirandela	2	3
Casa Dona Chama	Casa de Campo	Torre Dona Chama	6	11
Casa Madureira	Turismo Rural	Vale de Salgueiro	2	2

Fonte: Município de Mirandela

Na atualidade encontram-se em fase de construção mais 3 casas de campo (Casas de Vale de Salgueiro em Vale Salgueiro e a Casa da Forja e Casa do Ferrador em Marmelos), que aumentaram a capacidade de alojamento em 10 quartos e 20 camas.

VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS CINEGÉTICOS

A caça tem benefícios para o desenvolvimento agrícola, na medida em que controla a população de espécies que geralmente se alimentam das culturas, nomeadamente sementeiras. O controlo destas e outras espécies cinegéticas, além de benéfico do ponto de vista ecológico, estimula o desenvolvimento rural e económico local, consequência do aumento da produção agrícola e do desenvolvimento de um mercado de espécies cinegéticas.

Contudo, se for conduzida de forma desordenada, em vez de trazer benefícios, a atividade cinegética acarreta prejuízos, do ponto de vista ecológico, e riscos de segurança para pessoas e bens. Esses riscos podem pôr em causa a própria continuação da atividade num determinado local.

A aptidão de um habitat para uma dada espécie é função da adequação do meio para satisfazer as suas diferentes necessidades vitais, designadamente: alimento, abrigo (refúgio, conforto térmico, tranquilidade) e água (Ferreira et al., 2001).

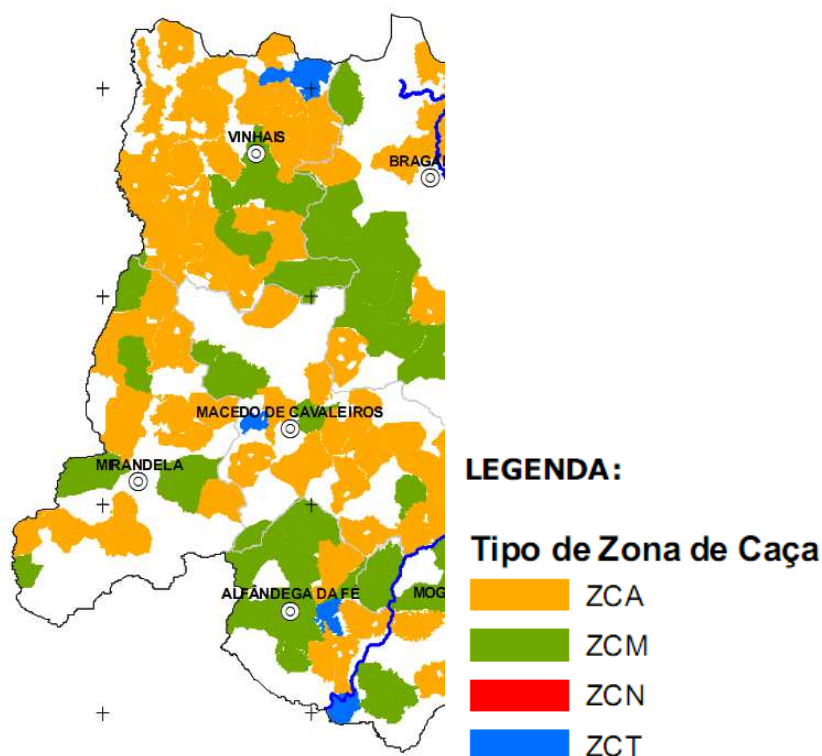


Figura 10 – Mapas de Zonas de Caça

Fonte: PROFNE, 2006

Atualmente existem 29 espaços de uso cinegético já ordenados, 14 zonas de caça Associativa, 14 zonas de caça municipal e 1 zona de caça turística, totaliza uma área de 57102,58ha (86,7% do concelho).

De entre as espécies cinegéticas consideram-se, mercê do seu interesse venatório e expressão económica que a sua exploração tem no setor, a perdiz, o coelho-bravo, a lebre, os pombos, os estorninhos, os tordos, a rola e o javali.

A fauna piscícola dulçaquícola do sul de Portugal apresenta um elevado interesse em termos evolutivos e ecológicos. Muitas espécies são endemismos ibéricos, aumentando o seu número de norte para sul, com expressão máxima no rio Guadiana (Almaça, 1978; Collares-Pereira, 1985 cit in Ferreira et al., 2001).

Os recursos aquícolas constituem, na sua larga maioria, um bem público gerido pelo Estado, estando a sua utilização sujeita a licença e regulamentação. Destes recursos fazem parte um conjunto de espécies piscícolas muito procuradas pelos pescadores. A pesca em águas interiores é uma atividade que conta com mais de 250 mil participantes, divididos em duas categorias, a desportiva e a profissional, não tendo ainda sido avaliada a sua contribuição económica. No sentido de avaliar o rendimento em indivíduos e o respetivo esforço de captura, tem-se recorrido aos censos dos concursos de pesca, que têm principalmente lugar em albufeiras. Estes dados têm alguma dificuldade de interpretação dada a seletividade dos métodos de pesca utilizados e a dificuldade de padronizar as capturas, devendo ser objeto de calibração e validação (Ferreira et al., 2001).

Através da Carta Piscícola Nacional, no sítio do ICNF, é possível constatar que as espécies ocorrentes nas águas do Município de Mirandela, são: *Barbus bocagei* (Barbo-comum, Barbo do Norte), , *Chondrostoma duriense* (Boga do Douro), *Squalius carolitertii* (Escalo do Norte), *Chondrostoma oligolepis* (Ruivaco, Ruivaca, Pardelha-de-escamas-grandes), *Cobitis calderoni* (Verdemã do Norte, Peixe-rei), *Carassius auratus* (Pimpão, Peixe-vermelho, Peixe-dourado), *Squalius alburnoides* (Bordalo), *Salmo trutta* (Truta-marisca, Truta-fário, Truta-de-rio), *Cyprinus carpio* (Carpa, Sarmão), *Lepomis gibbosus* (Perca-sol, Peixe-sol) e *Chondrostoma arcasii* (Panjorca).

O concelho de Mirandela insere-se na Bacia Hidrográfica do Rio Douro. Os cursos de água de Mirandela encontram-se classificados como piscícolas.

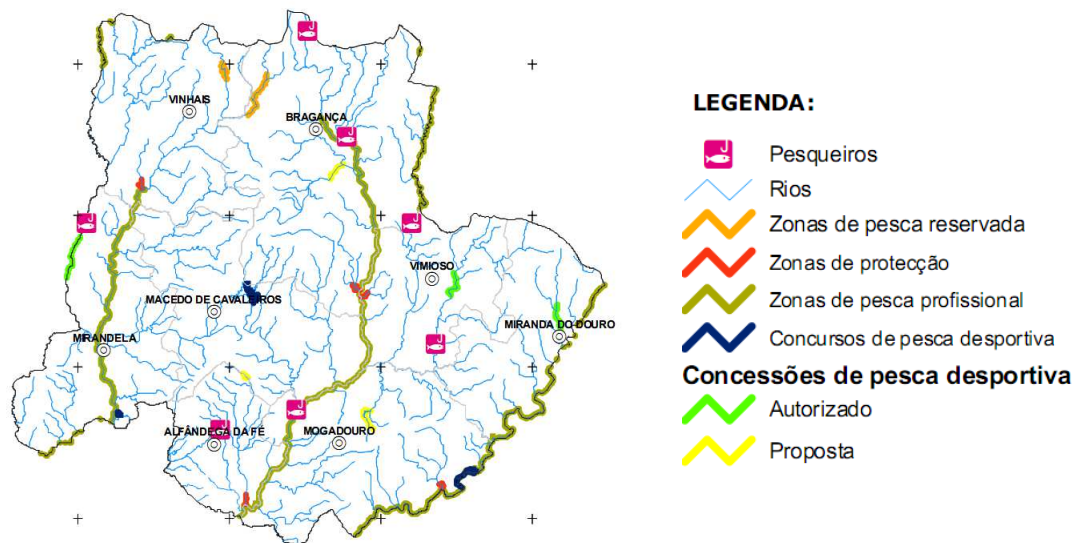


Figura 11 – Pesca em águas interiores

Fonte: PROFNE – Bases do Ordenamento (2006)

As zonas de pesca distribuem-se ao longo dos três principais cursos-de-água, ocorrendo os ciprinídeos em todo o percurso do Rio Tuela e em dois troços do Rio Tua, um junto ao Cachão e outro a Sul de Abreiro; os salmonídeos ocorrem num troço do Rio Rabaçal, junto à ponte de Vale de Telhas; e o espaço de Concessão de Pesca Desportiva, localiza-se, aproximadamente, entre a Quinta do Choupim e a Ribeira de Carvalhais, num troço de cerca de sete quilómetros.

As concessões de pesca desportiva são zonas geridas por uma Entidade Concessionária (clube ou associação de pescadores, legalmente constituídos, ou Câmaras Municipais), a quem o exclusivo de pesca é atribuído por um período não superior a 10 anos, sujeitas a Regulamento próprio, onde apenas é permitida a pesca desportiva.

O ICNF apresenta as seguintes concessões de pesca desportiva: a concessão de pesca desportiva da Albufeira de Vale Madeiro ou Cedães, a Concessão de pesca desportiva do Rio Rabaçal e a Concessões de Pesca Desportiva do Rio Tua.

No município de Mirandela existem 11 associações de caça e 11 associações de caça e pesca.

6.1.3. Análise SWOT

O quadro seguinte apresenta uma análise SWOT do FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza, onde se identificam as Forças e Oportunidades presentes no Concelho, assim como as Fraquezas e as Ameaças, pretendendo-se efetuar um diagnóstico de referência, sem considerar a implementação da proposta de reviso do Plano.

Quadro 19 - Análise SWOT no âmbito do FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza

Forças (S)	Fraquezas (W)
<ul style="list-style-type: none"> Município com elevado valor ecológico e conservacionista, sobretudo associado ao Sítio Romeu, as áreas de sobreiro e azineiras e ao olival. Rede hidrográfica densa com linhas de água preservadas e galerias ripícolas bem constituídas. Elevado peso percentual do espaço florestal e agrícola no município. Grande potencial cinegético do município (29 zonas de caça). 3 zonas de pescas. Existência de elevado número de percursos pedestres e áreas de recreio e lazer em áreas florestais. Realização de medidas e ações que visam o ordenamento florestal e redução do risco de incêndio (e.g. Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e ações de silvicultura preventiva). Taxa de superfície florestal ardida inferior a da sub-região e região. 	<ul style="list-style-type: none"> Não integração no regulamento do PDM das orientações de gestão de espécies e habitats previstas no Plano Sectorial da Rede Natura 2000, referentes ao SIC de Romeu. Presença de espécies invasoras Ausência de plano de gestão para a área classificada. Município com grande de susceptibilidade a desertificação. O Pinheiro bravo ocupa uma grande área ao nível concelhio. Risco elevado de ocorrência de incêndios e perda de biodiversidade devido sua ocorrência.
Oportunidades (O)	Ameaças (T)
<ul style="list-style-type: none"> Salvaguarda dos valores naturais. Incorporar as medidas de gestão da Rede Natura 2000 aplicáveis aos valores naturais presentes no plano. Possibilidade de acompanhamento da evolução da presença das espécies invasoras e aferição da necessidade do seu controlo. Optimizar a gestão e o ordenamento florestal. Gestão sustentável dos recursos florestais. Aposta no setor do turismo de natureza. Presença de espaços naturais valiosos com potencial para a prática de actividades lúdicas e didácticas ligadas à natureza. Definir uma estrutura ecológica municipal, fundamental para a conservação da natureza e biodiversidade. Aplicação de varios fundamentos integrados no QRE, nomeadamente o QREN,ENDS,PGBH,PRF, ao nível da proteção da biodiversidade e conservação da natureza 	<ul style="list-style-type: none"> Inexistência de ordenamento florestal e de definição de Estrutura Ecológica Municipal. Aumento de edificação para fins turísticos. Incêndios florestais. Alargamento das áreas de regadio Exclusão de áreas de REN. Ausência de áreas de floresta de conservação. Uso de pesticidas na agricultura com impacto sobre os habitats e espécies protegidas. A riqueza dos valores naturais em presença poderá, porém, ver-se progressivamente ameaçada devido à ocorrência de inúmeros focos (sobretudo antrópicos) de potencial degradação do ambiente e da paisagem.

6.1.4. Tendências de evolução sem Plano

ÁREAS CLASSIFICADAS E ESPÉCIES PROTEGIDAS

A integração das orientações de gestão do Plano de Sectorial da Rede Natura 2000, nos planos Municipais de Ordenamento do Território constitui uma das obrigações legais a que os municípios têm que obedecer de modo a garantir a adequada proteção dos valores naturais.

Considera-se que a não aplicação da revisão do PDM poderá dificultar a aplicação das orientações de gestão e de conservação da natureza, dificultando a conservação dos valores naturais presentes no concelho.

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

A existência de uma rede que assegure a continuidade e articulação entre áreas urbanas e os espaços naturais, bem como entre estes últimos, é fundamental, tal como exposto anteriormente, para assegurar o *continuum naturale* entre os diferentes ecossistemas e habitats.

O facto de uma Estrutura Ecológica Municipal não se encontrar delimitada nem estudada, poderá permitir a ocorrência de fatores de ameaça e pressão sobre os ecossistemas, normalmente atraentes do ponto de vista urbanístico.

Assim, a tendência de evolução sem a implementação do Plano representará a continuação da pressão sobre estes espaços, bem como a indefinição do que estas estruturas naturais (corredores) representam para o Concelho e para o equilíbrio natural do mesmo, quer no que diz respeito à ocorrência e mobilidade das espécies, quer no que diz respeito ao equilíbrio do sistema físico, como é o caso dos sistemas hídricos, controlo da erosão, entre outras.

Sem a devida implementação do Plano, poderá ocorrer o risco de não se conservar a integridade biofísica dos corredores ecológicos, tal como não se verificará uma tendência para aumentar e conservar as áreas naturais do Concelho, bem como criar oportunidades para a sua conservação, valorização e recuperação.

GESTÃO E CONSERVAÇÃO DA FLORESTA

No que diz respeito a gestão e conservação das áreas naturais, nomeadamente na sua componente florestal, e apesar de existir o PROF do Nordeste a não implementação da regulamentação prevista para os espaços florestais concelhios na revisão do PDM, permitirá a continuação da adoção de práticas silvícolas como as que vigoram atualmente, dificultando a implementação de um plano ativo de gestão para a floresta concelhia.

VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS CINEGÉTICOS

Relativamente ao, prevê-se a continuidade do estado atual na ausência do plano.

6.1.5. Oportunidades e Riscos para o FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza

Seguidamente são avaliados para cada critério do FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza, o impacto das questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Mirandela em termos de oportunidades e riscos

Questões Estratégicas (QE):

- QE1** - Estabelecer o ordenamento do território através da promoção de um desenho urbano qualificado e adequado ao suporte físico, valorizando intervenções urbanas que favoreçam a melhoria da qualidade de vida dos munícipes e o desenvolvimento sustentado do concelho.
- QE2** - Promover a melhoria das acessibilidades, através do reforço das ligações interregionais e da conservação/beneficiação das vias intraconcelhias.
- QE3** - Potenciar a competitividade e desenvolvimento económico através da oferta quantitativa e qualitativa de espaços empresariais e industriais.
- QE4** - Potenciar e valorizar os territórios agrícolas e florestais como elementos fundamentais para a promoção de um desenvolvimento económico sustentável e de afirmação da ruralidade do concelho.
- QE5** - Promoção e desenvolvimento do turismo local com base nos recursos naturais, na cultura, nos produtos endógenos e na gastronomia.
- QE6** - Coesão social e territorial através da adequação da rede de equipamentos coletivos e da consolidação da centralidade de cidade de Mirandela.
- QE7** - Preservar e valorizar o património natural e cultural, a biodiversidade, utilizar de modo sustentável os recursos e prevenir os riscos.
- QE8** - Implementação e monitorização dos diversos planos com recurso as novas tecnologias da informação

Quadro 20 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Áreas Classificadas e Espécies Protegidas”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Promover a valorização e assegurar a conservação do património natural, cultural, em áreas classificadas.		
Promover a incorporação das orientações de gestão do PSRN2000 no PDM.		
Evitar prejuízos em áreas classificadas e promover a sua valorização.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	Os perímetros urbanos foram redefinidos tendo em atenção a valorização e conservação do património natural, e classificando espaços urbanos em vigor como aglomerados rurais. (++) Não são estabelecidas propostas de expansão do solo urbano para áreas de elevado valor ecológico, nomeadamente áreas da RN2000. (++)	
QE2	0	0
QE3	0	0
QE4	A valorização dos territórios florestais e agrícolas do concelho que ocupam na proposta cerca de 95%, contribuirá para a salvaguarda das áreas classificadas espécies protegidas. (++)	A não aplicação das orientações de gestão da RN2000 relativas a agricultura e pastoreio e silvicultura. (-)
QE5	O turismo de natureza contribuirá para a preservação das áreas classificadas. (+)	
QE6	0	0
QE7	A definição de estrutura ecológica municipal contribuirá para a proteção e conservação das áreas classificadas e das espécies protegidas e ocupa 52% do concelho. (++) As áreas mais sensíveis do ponto de vista ecológico, nomeadamente a área da Rede Natura 2000 e as áreas e povoamentos florestais de sobreiro e azinheira integram-se (Planta de Ordenamento) em espaços de florestais de conservação e espaços de uso múltiplo agrícola e florestal tipo I, assegurando a sua proteção no que respeita aos usos admissíveis. (++)	

Objetivos de Sustentabilidade:		
Promover a valorização e assegurar a conservação do património natural, cultural, em áreas classificadas.		
Promover a incorporação das orientações de gestão do PSRN2000 no PDM.		
Evitar prejuízos em áreas classificadas e promover a sua valorização.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
	Incorporação das orientações de gestão da rede natura no regulamento do PDM, contribuirá para a proteção e valorização do SIC. (++) A definição das áreas de perigosidade de risco de incêndio e das condicionantes à edificação diminui o risco de incêndio em áreas classificadas. (++)	
QE8	Constitui uma oportunidade de articular o PDM com os restantes Planos existentes para concelho contribuindo para a preservação e valorização dos espaços naturais, preservando os valores paisagísticos e a biodiversidade. (+)	
Nota: (-,-) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 21 - Principais oportunidades e riscos para o critério "Conservação da Natureza"

Objetivos de Sustentabilidade:		
Promover uma política de conservação da natureza e da biodiversidade.		
Evitar a fragmentação dos ecossistemas.		
Compatibilizar o desenvolvimento territorial com a biodiversidade		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	Promove o ordenamento da expansão urbana e contenção da edificação dispersa, reduzindo artificialização e fragmentação de espaços naturais e sistemas ecológico. (++)	
QE2	A rede viária proposta localiza-se na cidade de Mirandela e é de reduzida extensão, funcionando como variantes às vias existentes, não contribuindo para fragmentação dos ecossistemas (+)	
QE3	0	0
QE4	A valorização dos espaços agrícola e florestal do concelho contribuirá para a conservação da natureza. (++)	
QE5	O turismo de natureza contribuirá para a conservação da natureza e biodiversidade. (+)	
QE6	0	0
QE7	A estrutura ecológica inclui as áreas nucleares da ERPVA, áreas de continuidade da ERPVA e a rede fundamental de conservação da natureza, promovendo um <i>continuum naturale</i> . A estrutura ecologia ocupa 52 % (34219ha) do Plano (++) O plano impede a introdução de espécies não autóctones e incentiva o controlo das espécies não indígenas invasoras existentes. (++)	
QE8		
Nota: (-,-) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 22 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Gestão e Conservação da Floresta”

Objetivos de Sustentabilidade: Promoção da gestão sustentável e a conservação da floresta autóctone. Dinamizar o aproveitamento dos espaços florestais para recreio e lazer		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	Contribui para o ordenamento da expansão urbana, promovendo a contenção da edificação urbana em solo rural mais vulnerável ao risco de incêndio florestal. (++) Promove a fixação da população nos aglomerados rurais contribuindo para a manutenção das áreas florestais e assegurando a produtividade e a redução do risco de incêndio nas zonas rurais. (+)	
QE2	Promove a fixação da população nos aglomerados rurais contribuindo para a manutenção das áreas florestais e assegurando a produtividade e a redução do risco de incêndio nas zonas rurais. (+)	
QE3	Permitirá um ordenamento mais adequado da atividade industrial diminuindo o risco de incêndios, protegendo os recursos florestais. (+)	
QE4	A subcategoria de espaços florestais de conservação visa o suporte da atividade florestal associada ao suporte de valores naturais excecionais do ponto de vista da conservação. (++) São identificadas as áreas de predominância de espécies autóctones, dentro das quais o regulamento remete para a aplicação dos modelos de silvicultura identificados no PROF -NE de acordo com cada sub-região. (++) Cria condições para a instalação de unidades e empreendimentos turísticos no concelho promotores de uma maior dinamização da funcionalidade e qualidade dos espaços rurais agrícolas, florestais e naturais em solo rural. (++)	A inexistência de ZIF constitui um ponto fraco e uma ameaça da revisão do PDM (-)
QE5	A aposta no turismo de natureza constituindo espaços com vocação privilegiada para a estadia, o recreio e lazer apoiados nos recursos florestais contribuirá para a sua preservação. (++) Valorização económica dos recursos endógenos em espaços de baixa densidade e diversificação económica nos aglomerados rurais contribuirá para a conservação da floresta autóctone. (++)	
QE6	A proposta prevê um aumento da capitação dos espaços verdes que pretendem a estrutura ecológica municipal e tem como função a manutenção das funções ecológicas do concelho. (++)	
QE7	A definição das áreas de perigosidade de risco de incêndio e das áreas percorridas por incêndio e das condicionantes à edificação diminui o risco de incêndio nas áreas florestais (++) A Estrutura Ecológica Municipal inclui as áreas classificadas como espaços florestais como maior valor ecológico e ambiental, promovendo regras de usos e ocupação do solo para a protecção e valorização dos recursos e valores naturais. (++)	
QE8	Constitui uma oportunidade de articular o PDM com os restantes Planos existentes para o concelho contribuindo para a preservação e valorização dos espaços florestais. (+)	
Nota: (-,--) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 23 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Valorização dos recursos cinegéticos”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Promover a gestão sustentável e valorização dos recursos cinegéticos autóctones		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	Promove a fixação da população dos aglomerados no concelho contribuindo para a desenvolvimento de atividades cinegéticas e piscícolas. (+) Promove a melhoria e requalificação das redes de infraestruturas de saneamento básico, contribuindo assim para a melhoria da qualidade dos recursos hídricos com benefícios na manutenção de habitats aquáticos importantes para a conservação da fauna cinegética e piscícola. (++)	
QE2	0	0
QE3	0	0
QE4	O aumento da competitividade dos setores agrícola e florestal, a promoção da sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais contribuirá para a valorização dos recursos cinegéticos. (++)	
QE5	A aposta no desenvolvimento do turismo local com base nos recursos naturais, contribuirá para a valorização dos recursos cinegéticos e piscícolas. (++)	
QE6	0	0
QE7	Contribuição para a valorização dos recursos cinegéticos na medida que a definição de uma Estrutura Ecológica Municipal contribui para preservação e valorização dos recursos e valores naturais do território fundamentais para a manutenção de habitats naturais que servem de refúgio e alimento para a fauna cinegética. (+)	
QE8	0	0
Nota: (-,-) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

6.2. Ordenamento e Qualificação do Território

6.2.1 Descrição do FCD e seus objetivos

Pretende-se avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da organização e requalificação do espaço biofísico do concelho, no que à política, uso e ocupação do solo diz respeito, considerando também os aspetos que conduzem à melhoria e valorização das componentes do território municipal (infraestruturas e equipamentos) e da mobilidade e acessibilidade.

No FCD – Ordenamento e Qualificação do Território irá atender-se aos efeitos da proposta de plano sobre o uso e ocupação do solo, as condicionantes e áreas naturais, assimetrias territoriais, a coesão territorial, a qualificação urbana e a mobilidade e acessibilidades.

Quadro 24 – Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Ordenamento e Qualificação do Território.

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Ordenamento e Qualificação do Território	Ocupação e Uso do Solo	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma política de estímulo ao ordenamento do território equilibrado com o objetivo de assegurar a sua proteção e valorização, através da organização espacial do território. 	<ul style="list-style-type: none"> Variação da densidade populacional por freguesia. Ocupação e uso do solo. Distribuição relativa das classes de espaço do solo urbano.
	Condicionantes e áreas naturais	<ul style="list-style-type: none"> Qualificação ambiental do espaço urbano e rural, valorizando os recursos naturais, a biodiversidade e o património natural 	<ul style="list-style-type: none"> Variação da Reserva Agrícola Nacional Variação da Reserva Ecológica Nacional Variação do Regime Florestal Distribuição do tipo de solo afetado pelas áreas de expansão urbana
	Assimetrias Territoriais	<ul style="list-style-type: none"> Promover a fixação da população e evitar o despovoamento do território 	<ul style="list-style-type: none"> Variação da população residente por freguesia. Variação do número de alojamentos. Índice de envelhecimento.
	Coesão Territorial	<ul style="list-style-type: none"> Dotar o território concelho de equipamentos adequados às necessidades da população. 	<ul style="list-style-type: none"> Número e tipologia de equipamentos por freguesia. Investimentos previstos em novos equipamentos. Taxa de utilização da rede de apoio à 3.ª idade (Lares, Centros de Dia e Serviços de Apoio Domiciliário).
		<ul style="list-style-type: none"> Garantir um nível de infraestruturização adequado às novas exigências ambientais 	<ul style="list-style-type: none"> Variação da taxa de cobertura no concelho por infraestrutura (saneamento, abastecimento de água).
	Qualificação urbana	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o estado de conservação dos espaços públicos de utilização coletiva e aumentar a atratividade. 	<ul style="list-style-type: none"> Capitação de espaços públicos de utilização coletiva urbanos (m²/habitante).
		<ul style="list-style-type: none"> Incentivar processos de requalificação e valorização urbana. 	<ul style="list-style-type: none"> Estado de conservação dos edifícios. Número de licenças para construção e para reconstrução e reabilitação. Variação das reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas. Ações de regeneração e requalificação urbana realizadas e previstas.

FCD	Crítérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
	Mobilidade e Acessibilidades	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades internas e externas. 	<ul style="list-style-type: none"> Número de vias requalificadas e Número de vias projetadas. Distância e tempo de deslocação entre localidades. Repartição modal Estado de conservação da rede viária municipal.
		<ul style="list-style-type: none"> Promover a mobilidade sustentável. 	<ul style="list-style-type: none"> Extensão de percursos cicláveis e pedonais Variação da cobertura dos serviços de transporte público.

6.2.2. Situação existente e análise tendencial

OCUPAÇÃO E USO DO SOLO

De acordo com os indicadores estatísticos de 2011 (INE), o concelho de Mirandela apresenta uma densidade populacional de 36,2 hab/km², valor este, que se encontra acima do valor médio registado na sub-região do Alto Alto Trás-os-Montes (25,0 hab/km²), contudo, muito abaixo do valor médio registado na Região Norte (173,30hab/km²).

Quadro 25 – Evolução da Densidade Populacional (N.º/Km²), em Mirandela

Área Geográfica	Densidade Populacional (N.º/Km ²)	
	2001	2011
Abambres	21,04	18,4
Abreiro	12,94	10,7
Agueiras	25,47	19,6
Alvites	15,83	13,3
Avantos	9,46	7,4
Avidagos	18,62	14
Barcel	20,21	14,9
Bouça	30,47	22,3
Cabanelas	22,56	20,7
Caravelas	21,41	17
Carvalhais	61,25	58,9
Cedães	17,88	13,3
Cobro	19,65	16,7
Fradizela	21,31	16,6
Franco	17,63	14,3
Frechas	61,32	50,1
Freixeda	10,11	7,8
Lamas de Orelhão	24,03	20,5
Marmelos	9	6,4
Mascarenhas	23,81	19,6
Mirandela	344,70	365,3

Área Geográfica	Densidade Populacional (N.º/Km2)	
	2001	2011
Múrias	15,65	12,5
Navalho	15,36	11,3
Passos	26,05	23
Pereira	33,79	26,2
Romeu	20,88	19,4
São Pedro Velho	17,48	13,9
São Salvador	20,75	15,7
Suçães	21,27	15,9
Torre de Dona Chama	50,06	39,9
Vale de Asnes	19,28	12,7
Vale de Gouvinhas	22,17	18,6
Vale de Salgueiro	27,82	28
Vale de Telhas	24	18,7
Valverde	11,24	8,2
Vila Boa	12,81	9,8
Vila Verde	21,04	8,2
Concelho –Mirandela	39,18	36,2
Alto Trás-os-Montes	27,33	25,0
Norte	173,20	173,30

Fonte: INE – Censos 2001 e 2011. Nota: O INE ainda não apresenta dados organizados pela união das freguesias, assim os dados são apresentados pela organização concelhia a data do seu levantamento.

A densidade populacional concelhia, encerrava, contudo, grandes oscilações entre as diferentes freguesias, já que variava entre os 365,3 hab/km² na freguesia de Mirandela e os 6,4 hab/km², na freguesia de Marmelos, verificando-se, concomitantemente, que em cerca de 90% das freguesias, as densidades populacionais são inferiores a 30 hab/km², valores muito baixos, quase de desertificação humana. Destacam-se ligeiramente apenas três freguesias (Carvalhais, Frechas e Torre D. Chama) com valores entre os 30 e os 60 hab./km². É especialmente no setor sul do concelho (com exceção de Frechas) que a menor densidade se regista, no território mais marginal ao eixo Mirandela/Macedo de Cavaleiros/Bragança.

Analisando o anterior, verifica-se, que o concelho de Mirandela tem registado uma quebra em termos de demográficos. No período intercensitário, 2001 e 2011, apresentou uma variação negativa da sua densidade populacional em cerca de 7,6%, tendência evidenciada também na sub-região do Alto Trás-os-Montes.

O concelho de Mirandela apresenta uma estrutura de lugares de dimensão polarizada com 50,3% da população reside em lugares com menos de 2000 habitantes e 49,7% da população residente num lugar com mais de 2000 habitantes.

O indicador “Ocupação e Uso do Solo” pretende retratar a utilização do solo usando para isso a informação desenvolvida pelo Projeto *CORINE Land Cover (CLC)*. O CLC foi criado em 1985 pela Comissão Europeia com o objetivo de produzir uma cartografia de ocupação e uso do solo para os países da União Europeia relativa a um ano próximo de 1990, conforme o país. Desta iniciativa resultou o CLC90 que, no caso português, se baseou em imagens de satélite de 1985, 1986 e 1987. O *CORINE Land Cover 2000 (CLC2000)* traduziu-se no levantamento a nível europeu da ocupação e uso do solo para o ano 2000 e no registo das alterações verificadas na última década, por classes de diversos níveis, e os resultados foram publicados no final de 2005.

A nomenclatura CLC é hierárquica, constituída por três níveis de detalhe, com 44 classes no nível mais detalhado, as quais representam a quantificação da ocupação e uso do solo por diversas classes pré-definidas. No nível 1, o nível menos detalhado, as classes de uso do solo são: territórios artificializados, áreas agrícolas e agroflorestais, florestas e meios naturais e seminaturais, zonas húmidas e corpos de água.

A ocupação do solo de Mirandela traduz-se, Segundo o COS 2007, conclui-se, que a ocupação do solo em Mirandela, as “florestas e meios naturais e seminaturais” (53%) são predominantes no concelho, seguindo-se as “áreas agrícolas e agroflorestais” (44%) que apresentam. As áreas dos “corpos de água” e dos “territórios artificializados” possuem carácter residual no total do concelho não ultrapassando os 3%, no seu conjunto.

Verifica-se que as “áreas agrícolas e agroflorestais” concentram-se na zona norte/central do concelho, enquanto o resto do concelho apresenta um carácter fundamentalmente florestal, seja através da presença de florestas propriamente ditas (principalmente de sobreiro) seja através de zonas de matos.

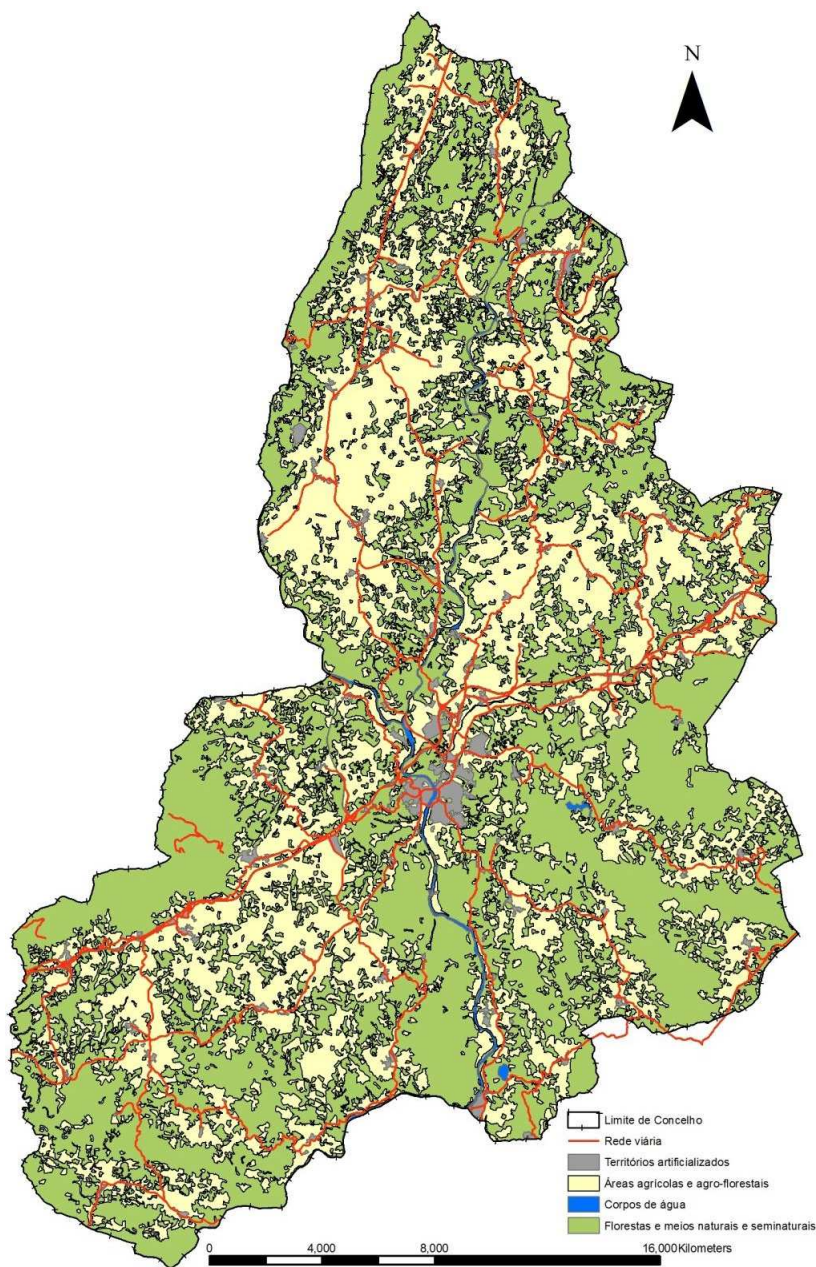


Figura 12 – Ocupação e Uso do Solo – COS2007.

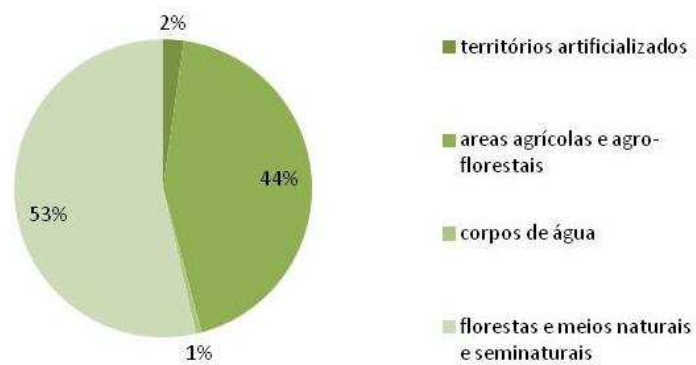


Figura 13 – Quantificação da Ocupação e Uso do Solo – COS2007.

O Plano Diretor Municipal de Mirandela (ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/94, de 2 de novembro, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/97 de 17 de outubro e pelo Aviso n.º 20157/2008, de 15 de julho, e parcialmente suspenso pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2010, de 15 de dezembro), apresenta para o solo urbano, as subcategorias de espaço quantificadas no quadro seguinte.

O PDM em vigor possui a particularidade de não delimitar perímetros urbanos, não fazendo igualmente a distinção “habitual” do que são as categorias de solo urbano e de solo rural. Uma vez que na generalidade dos casos o ordenamento dos aglomerados é definido por uma única categoria (“espaço urbano”) a identificação cartográfica do que é o perímetro urbano constitui um exercício relativamente simples; a situação mais complexa ocorre na delimitação do perímetro urbano da cidade de Mirandela, que agrega no seu interior um conjunto de categorias de espaço – espaços urbanos (urbanos, urbanizáveis, zonas industriais existentes e previstas); espaços de recreio e lazer; espaços culturais e naturais (áreas de importante valor paisagístico e albufeiras, zonas reservadas e de proteção); e espaços agrícolas (que integram os solos de RAN então presentes no interior deste perímetro urbano).

No total foram identificados 95 perímetros urbanos, ou seja, foram considerados como solo urbano todos os aglomerados do concelho, e a sua delimitação dos perímetros urbanos procurou enquadrar as áreas edificadas existentes à data, integrando igualmente espaços com capacidade para permitir o desenvolvimento de novas áreas urbanas. Da apreciação da quantificação das categorias consideradas como parte integrante dos perímetros urbanos em vigor, verifica-se que estes totalizam 1436,3ha (2,18%) do território concelhio, conforme consta no quadro seguinte.

Quadro 26 – Distribuição das classes de uso do solo urbano

Subcategorias de Espaço	Área	
	ha	%
Espaços urbanos	1040,7	72,5
Espaços urbanizáveis	223,7	15,6
Zona industrial existente	48,9	3,4
Zona industrial prevista	31,1	2,2
Áreas de recreio e lazer	4,3	0,3
Áreas de importante valor paisagístico	32,5	2,3
Albufeiras, zonas reservadas e de proteção	21,4	1,5
Espaços agrícolas pertencentes à RAN	33,6	2,3
Total	1436,3	100,0

De referir que o solo rural, ocupa no PDM em vigor, ocupa uma área de 64459,4ha (97,82% da área concelhia).

Analisando o concelho de Mirandela, que se estende por cerca 260,93 km², com uma densidade populacional (9,5hab/km²) e um n.º populacional de 2504 habitantes, com duas freguesias, foram identificados dois aglomerados urbanos - Mirandela e Vila Nova da Baronia, outros lugares rurais - Monte Patos, Monte Rio Seco, S.ta Águeda e Água de Peixes que apresentam uma muito fraca expressão populacional, e alguns lugares isolados, verificando-se que a população tende a concentrar-se nos

lugares de maior dimensão, onde a taxa de concentração urbana, aumentou, apresentando, em 2001, o valor de 89,5%.

A estrutura funcional destes povoamentos, com um espetro assente unicamente em bens e serviços básicos, praticamente de consumo diário, baseia-se exclusivamente nos dois únicos lugares existentes no concelho, em que Mirandela, sede do concelho, assume-se como o lugar mais importante, quer pelo número de unidades funcionais, quer em relação ao número de funções centrais existentes.

Esta estrutura funcional é fruto das dinâmicas sócio- culturais e económicas que influem igualmente nos processos de configuração e apropriação do espaço concelhio.

CONDICIONANTES E ÁREAS NATURAIS

O regime jurídico da **Reserva Agrícola Nacional (RAN)** encontra-se previsto no Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, que veio revogar o Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de junho.

A RAN é o conjunto das áreas que em termos agroclimáticos, geomorfológicos e pedológicos apresentam maior aptidão para a atividade agrícola, constituindo uma restrição de utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial especial, que estabelece um conjunto de condicionamentos à utilização não agrícola do solo, identificando quais as utilizações permitidas tendo em conta os objetivos do presente regime nos vários tipos de terras e solos.

Os solos de RAN devem ser afetos à atividade agrícola e são áreas *non aedificandi*, numa ótica de uso sustentado e de gestão eficaz do espaço rural, sendo interditas todas as ações que diminuam ou destruam as potencialidades para o exercício da atividade agrícola.

O concelho de Mirandela tem a sua RAN eficaz, decorrente do processo de aprovação do Plano Diretor Municipal em vigor, e foi aprovada pela portaria 49/93 de 12 de janeiro.

Porém a CM de Mirandela encontra-se presentemente a rever a sua delimitação, trabalho que está ser acompanhado pela DRAP-N. Acresce referir que a delimitação desta condicionante inclui as áreas respeitantes ao aproveitamento hidroagrícola de Macedo de Cavaleiros (Azibo) e de Vale de Madeiro.

A RAN ocupa 4994,9ha, correspondendo a 7,58% da área concelhia.

Município de Mirandela



Figura 14 - Áreas de REN do concelho de Mirandela - Portaria 49/93 de 12 de janeiro

A REN é uma estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que, pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são objeto de proteção especial, constituindo por isso uma restrição de utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial especial que estabelece um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo, identificando os usos e as ações compatíveis com os objetivos desse regime nos vários tipos de áreas.

O regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN) encontra-se previsto no Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 239/2012 de 2 de novembro.

No concelho de Mirandela a carta da REN em vigor foi publicada pela RCM n.º 160/96, de 18 de setembro.

Na sequência da elaboração da 1ª revisão do Plano Diretor Municipal, a Câmara Municipal entendeu ser o momento de desencadear o procedimento de “redelimitação” da REN, uma vez que considera que a REN em vigor padece de um conjunto de erros de delimitação assinaláveis, sobretudo associados às debilidades da informação cartográfica e dos meios disponíveis.

No âmbito da revisão do presente PDM, procedeu-se a uma nova delimitação REN, estando a mesma aprovada pela CNREN e aguardando aprovação pelo Governo para posterior publicação.

A servidão relativa ao **Regime Florestal** foi instituída por decreto a 24 de dezembro de 1991.

As áreas florestais constituem uma riqueza crescente no panorama económico nacional. O valor florestal de uma dada região pode determinar a demarcação de perímetros florestais, cuja arborização, conservação e exploração são consideradas de utilidade pública, estando sujeitas portanto a certas regras e restrições. Estas disposições aplicam-se em terrenos do Estado mas também a terrenos e matas de outras entidades públicas ou de particulares.

O regime florestal total aplica-se em terrenos, dunas e matas do Estado, ou que venham a pertencer-lhe por expropriação, enquanto o parcial, se aplica em terrenos e matas de outras entidades públicas ou de particulares.

O concelho de Mirandela é abrangido pelas manchas relativas aos perímetros florestais (regime florestal parcial) da Serra de Santa Comba e das Serras de São Domingos e Escarão.

A área concelhia sujeita a regime florestal parcial ocupa 1296,3ha, correspondendo a 1,97% da área concelhia.

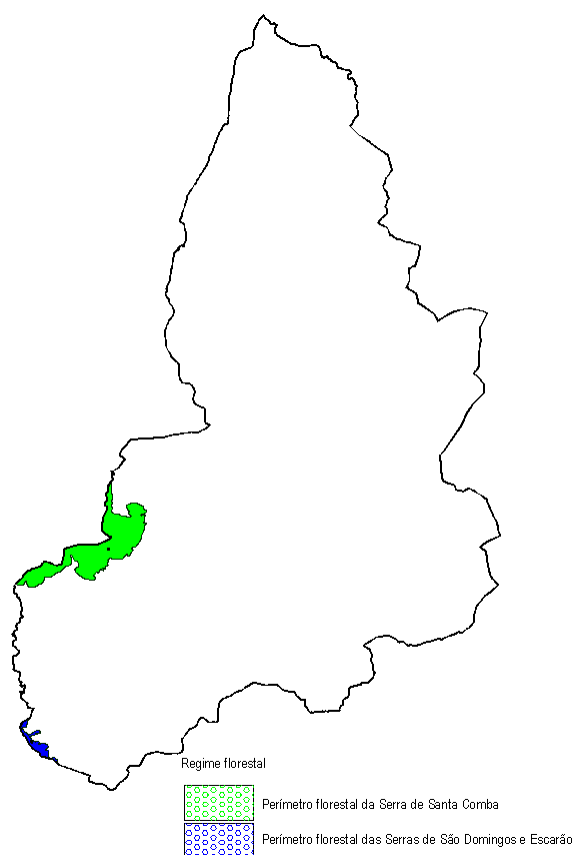


Figura 16 - Áreas de Regime Florestal Parcial

ASSIMETRIAS TERRITORIAIS

A análise da evolução da população residente permite verificar a atratividade de um determinado território, sendo, para isso, necessário analisar a variação intercensitária da população.

Analisando o Quadro 28, verifica-se, que o concelho de Mirandela tem registado uma quebra em termos de demográficos. No período intercensitário, 2001 e 2011, apresentou uma variação negativa de 7,6% e, de acordo com dados dos Censos do INE. Esta tendência para uma progressiva perda de população, evidência uma menor procura do município para residir.

Quadro 28 - População Residente e variação da população entre 1991 e 2011.

Área Geográfica	Variação População (2001-2011)		
	População Residente		Variação %
	2001	2011	01-11
Mirandela	25819	23850	-7,6
Alto Trás-os-Montes	223333	204381	-8,5
Norte (NUT2)	3687293	3689682	0,1
Portugal	10356117	10561614	2,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001 e dados preliminares dos Censos 2011

A nova divisão administrativa, em conformidade como os princípios que a nortearam, traduziu-se, em Mirandela, na existência unidades territoriais com volumes populacionais de maiores dimensões, sendo que a União das freguesias de Avidagos, Navvalho e Pereira é a 7ª unidade administrativa com maior volume populacional do concelho.

No outro extremo, a atual União das freguesias de Freixeda e Vila Verde, constituída por 170 pessoas, é a unidade administrativa com a dimensão populacional mais reduzida do concelho.

Desta distribuição decorre a tão referida macrocefalia da freguesia concelhia (e da cidade de Mirandela), sendo que esta freguesia concentra 50% da população total do concelho.

No período 2001-2011, a população residente, à exceção de Mirandela, perdeu população. A freguesia de Vale de Asnes foi a que perdeu maior percentagem de população.

Quadro 29 – População Residente em Mirandela, por freguesia

	2001	2011	Varição População Residente 01/11
Abambres	396	347	-12,4
Abreiro	311	257	-17,4
Aguieiras	375	289	-22,9
Alvites	282	237	-16,0
Bouça	356	261	-26,7
Cabanelas	421	386	-8,3
Caravelas	269	214	-20,4
Carvalhais	1350	1299	-3,8
Cedães	455	338	-25,7
Cobro	242	205	-15,3
Fradizela	300	234	-22,0
Frechas	1137	929	-18,3
Lamas de Orelhão	462	394	-14,7
Mascarenhas	670	550	-17,9
Mirandela	11186	11852	6,0
Múrias	353	281	-20,4
Passos	479	423	-11,7
São Pedro Velho	413	329	-20,3
São Salvador	295	223	-24,4
Suçães	770	574	-25,5
Torre de Dona Chama	1386	1105	-20,3
U.F. de Avantos e Romeu	424	376	-11,3
U.F. de Franco e Vila Boa	420	334	-20,5
U.F. Avidagos, Navalho e Pereira	700	531	-24,1
U.F. de Freixeda e Vila Verde	215	170	-20,9
U.F. de Barcel, Marmelos e Vale Verde	573	415	-27,6
Vale de Asnes	413	271	-34,4
Vale de Gouvinhas	380	319	-16,1
Vale de Salgueiro	422	424	0,5
Vale de Telhas	364	283	-22,3
Total do Concelho	25819	23850	-7,6

Relativamente ao parque habitacional do município continuou a crescer entre 2001 e 2011 em 750 alojamentos, sendo a freguesia de Mirandela aquela que registou o aumento de maior número de novas edificações e alojamentos.

Quadro 30 – Evolução do número de alojamentos, 2001 - 2011, por Freguesia.

Freguesia	2001	2011	Varição Alojamentos 01/11
Abambres	250	258	3,2
Abreiro	216	269	24,5
Aguieiras	365	253	-30,7
Alvites	198	192	-3
Bouça	258	247	-4,3
Cabanelas	216	231	6,9
Caravelas	151	146	-3,3
Carvalhais	676	673	-0,4
Cedães	300	280	-6,7
Cobro	113	107	-5,3
Fradizela	232	218	-6
Frechas	537	530	-1,3
Lamas de Orelhão	246	231	-6,1
Mascarenhas	507	471	-7,1
Mirandela	5305	6440	21,4
Múrias	256	213	-16,8
Passos	245	239	-2,4
São Pedro Velho	317	278	-12,3
São Salvador	193	171	-11,4
Suçães	360	422	17,2
Torre de Dona Chama	777	817	5,1
U.F. de Avantos e Romeu	293	264	-9,9
U.F. de Franco e Vila Boa	260	248	-4,6
U.F. Avidagos, Navalho e Pereira	334	275	-17,7
U.F. de Freixeda e Vila Verde	159	144	-9,4
U.F. de Barcel, Marmelos e Vale Verde	299	300	0,3
Vale de Asnes	238	189	-20,6
Vale de Gouvinhas	313	286	-8,6
Vale de Salgueiro	287	254	-11,5
Vale de Telhas	211	216	2,4
Total do Concelho	14112	14862	5,3

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Em consequência das evoluções ocorridas ao nível destas duas variáveis, é possível observar as respetivas linhas de tendência, as quais, progressivamente, se começam a aproximar, o que não deixa de ser uma preocupação e um desafio crescente para o município, na medida em que isso reflete uma cada vez maior desocupação do parque habitacional, com as inevitáveis consequências a

vários níveis, nomeadamente a maior exposição à sua degradação.

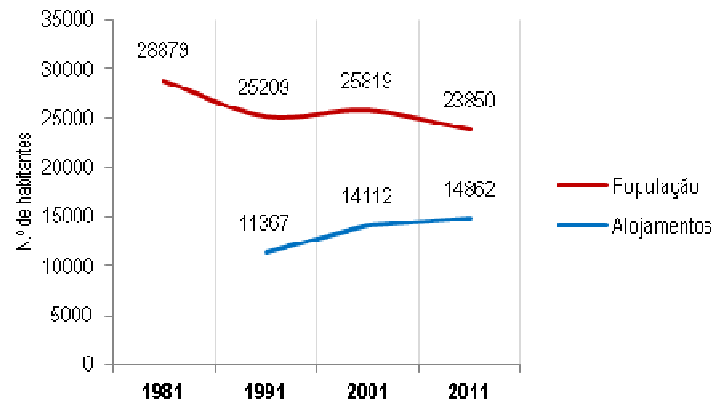


Figura 17 - Evolução da população e dos alojamentos no concelho, entre 1981 e 2011

O índice de dependência total, que representa o peso relativo da população jovem e idosa em relação à população em idade ativa, ilustra bem o processo de envelhecimento da população de Mirandela. À semelhança do verificado no Baixo Alentejo aumentou entre 2001 e 2011 (passou de 130,8 para 207,7 indivíduos) devido, sobretudo, ao aumento do número de idosos.

O fenómeno de envelhecimento coloca, entre outros, problemas ao nível da programação de equipamentos e de oferta de serviços, o que implicará uma gestão ajustada ao nível das estruturas e equipamentos que sirvam a população idosa e também a criação de condições para o relançamento de novas dinâmicas territoriais.

Quadro 31 – Índice de Envelhecimento, nas freguesias e concelho de Mirandela e Sub-Região do Alto Trás-os-Montes

Área Geográfica	Índice de envelhecimento	
	2001	2011
Abambres	190,5	207,7
Abreiro	211,6	365,6
Aguiéiras	583,3	352
Alvites	344,8	650
Avantos	1 100,0	400
Avidagos	212,8	783,3
Barcel	184	562,5
Bouça	430,3	650
Cabanelas	227,4	1 433,3
Caravelas	386,3	365,6
Carvalhais	98,1	635,7
Cedães	243,7	165,2
Cobro	123	477,8

Área Geográfica	Índice de envelhecimento	
	2001	2011
Fradizela	341,9	305,6
Franco	245	850
Frechas	135,4	473,7
Freixeda	307,1	265,4
Lamas de Orelhão	122,5	422,2
Marmelos	266,6	251,2
Mascarenhas	238,2	369,2
Mirandela	65,2	400
Múrias	253,4	102,4
Navalho	108,6	811,8
Passos	158,1	150
Pereira	89,6	478,6
Romeu	134,6	305,9
São Pedro Velho	268	460,9
São Salvador	232,4	638,1
Suçães	187,5	415,8
Torre de Dona Chama	200,5	500
Vale de Asnes	162,6	480,7
Vale de Gouvinhas	189,6	227,8
Vale de Sagueiro	263,6	389,7
Vale de Telhas	193,7	662,1
Valverde	175,8	618,8
Vila Boa	800	216,7
Vila Verde	433,3	840
Concelho –Mirandela	130,8	207,7
Alto Trás-os-Montes	165,8	249,2

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Outro aspeto importante a realçar é o facto de este Índice ser sempre superior a 100 nas unidades geográficas em análise e nos 2 anos considerados, excepto a freguesia de Mirandela em 2001. No caso do concelho de Mirandela, em 2001, para cada 100 jovens já existiam 131 idosos, tendo este valor aumentado para 208 em 2011, ou seja, os idosos já são mais do dobro dos jovens. A freguesia de Cabanelas é a freguesia que apresenta maior índice de envelhecimento e a freguesia de Múrias a com menor.

Naturalmente que a freguesia que apresenta a população residente mais envelhecida é a que também regista um decréscimo populacional e a mais ameaçada em termos de substituição de gerações, o que resulta de um crescimento natural negativo e um baixo ou mesmo nulo poder de atração.

COESÃO TERRITORIAL

Os equipamentos coletivos possuem uma componente determinante ao nível do tecido social, no sentido em que promovem a qualidade de vida da população ao assegurarem a otimização do acesso à educação, à saúde, à segurança social, ao desporto, à cultura e ao lazer, sendo, também, fundamentais no apoio prestado à atividade económica. Para além da componente social, são normalmente elementos polarizadores do espaço envolvente, funcionando como referências nos percursos e na paisagem urbana.

A expansão dos aglomerados urbanos nem sempre acompanha a oferta de espaços qualificados (equipamentos e serviços) que possibilitem um bom desenvolvimento social, cultural e físico das populações. O desenvolvimento de novas centralidades, depende grandemente da área de influência exercida por determinados equipamentos, donde a sua localização por um lado, tenha uma componente estratégica do ponto de vista dos efeitos multiplicadores para o território e por outro, o seu correto dimensionamento para efetivamente corresponder à satisfação da comunidade para a qual se direciona.

O concelho de Mirandela encontra-se globalmente bem dotado de equipamentos de utilização coletiva, alguns dos quais de características e irradiação regionais, fazendo jus à sua relevância no sistema urbano regional (hospital, ensino superior).

Os equipamentos coletivos de Mirandela, considerados estão divididos pelas seguintes tipologias: os Equipamentos Educativos, os Equipamentos de Saúde, os Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social, os Equipamentos Desportivos, os Equipamentos Culturais e os Equipamentos de Segurança e Proteção Civil.

Quadro 32 – Caracterização dos Equipamentos públicos de utilização coletiva de Mirandela (2014)

Equipamento Coletivo	Caraterização
Equipamento Educativo/Formativo	17 do Ensino pré-escolar (JI), 17 do 1º CEB, 4 do 2º CEB e do 3º CEB, 2 do Ensino Secundário, 3 Ensino Profissional e 1 do Ensino Superior.
Equipamento de Solidariedade e Segurança Social	<ul style="list-style-type: none"> - 4 creches, com capacidade insuficiente face à procura. - 4 ATL sub-lotados. - 9 Lares, 5 Centros de Dia e é prestado Apoio Domiciliário a todo o concelho através de 11 instituições. - outras respostas sociais (Acolhimento Social; Centro de Acolhimento Temporário; Lar de Infância e Juventude (2); Centro de Atividade Ocupacionais (CAO) e a Residência Autónoma, da APPACDM; Unidade de apoio integrada a pessoas com deficiência (Hospital- SCMM); e Cantina Social.
Equipamento de Saúde	<ul style="list-style-type: none"> - 1 Hospital, 2 centros de Saúde, 4 extensões de saúde e uma Unidade de Saúde Familiar - 7 Farmácias, suficientes para uma boa cobertura farmacêutica (5 na cidade)
Equipamento Desportivo	<ul style="list-style-type: none"> - 30 grandes campos de jogos, 23 pequenos campos de jogos polidesportivos, 13 pavilhões desportivos e salas de desporto polivalentes 1 piscina (municipal). - dotação global concelhia (6,4m²/hab.) acima do valor de referência (4m²/hab.) de superfície desportiva, mas existem grandes assimetrias espaciais na distribuição das infraestruturas desportivas pelo concelho.
Equipamento Cultural	<p>o principal polo cultural do concelho é o Centro Cultural Municipal que congrega várias valências (Biblioteca Municipal Sarmiento Pimentel, a qual inclui um espaço Internet, o Museu Municipal Armindo Teixeira Lopes e o Auditório Municipal; ainda na cidade o Centro de Informação Turística, o Arquivo Municipal, um pequenos Museu de Peças Religiosas, dois Espaços Internet e o novo Museu da Oliveira e do Azeite</p> <ul style="list-style-type: none"> - no espaço rural localizam-se o Museu de Curiosidades de Romeu e o Museu Etnográfico de Suções) e o Posto de Turismo/Galeria de Exposições de Torre D. Chama

Equipamento Coletivo	Caraterização
Equipamento de Segurança Pública e Proteção Civil	Os principais agentes de segurança e proteção civil são: - Polícia de Segurança Pública (PSP). - Guarda Nacional Republicana (GNR) - Destacamentos Territoriais de Mirandela e de Torre D. Chama. - Bombeiros Voluntários (Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Cruz Amarela e de Torre D. Chama). - Serviço Municipal e Proteção Civil (SMPC)

Seguidamente apresenta-se a distribuição das valências dos equipamentos coletivos pelas várias freguesias do concelho de Mirandela

Quadro 33 – Funções Urbanas (valências) de Mirandela.

Tipologia	Centros urbanos									
	Abambres	Abreiro	Aguielras	Alvites	Avantos	Avidagos	Barcel	Bouça	Cabanelas	Caravelas
EQUIPAMENTOS DE ENSINO										
Pré-escolar (JI)		●				●			●	
1º CEB		●								
2º CEB										
3º CEB										
Ensino Secundário										
Ensino Profissional										
Ensino Superior										
EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS										
Pequeno Campo Jogos									●	
Grande Campo Jogos		●		●	●	●	●			●
Pavilhões/Salas Desporto										
Piscinas										
EQUIPAMENTOS CULTURAIS										
Biblioteca										
Arquivo Municipal										
Espaço Internet										

Tipologia	Centros urbanos									
	Abambres	Abreiro	Aguieiras	Alvites	Avantos	Avidagos	Barcel	Bouça	Cabanelas	Caravelas
Museu										
Auditório Municipal										
Radio Local										
Impresa local										
Centro de Informação Turística										
Associação Cult. E Recreativa	●	●	●							
EQUIPAMENTOS DE SAÚDE										
Hospital										
Centro de Saúde										
Unidade de Saúde Familiar										
Extensão de Saúde	●		●							
Farmácia										
EQUIPAMENTOS DE SOLIDARIEDADE E APOIO SOCIAL										
Lar da 3ª Idade										
Apoio Domiciliário		●								
Centro de Dia										
ATL										
Creche										
CAT										
Cantina Social										
Lar de Infância e Juventude										
EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA										
GNR										
PSP										
Bombeiros/INEM										
Proteção Civil										

Tipologia	Centros urbanos									
	Abambres	Abreiro	Aguieiras	Alvites	Avantos	Avidagos	Barcel	Bouça	Cabanelas	Caravellas
Total Valências	2	5	2	0	2	2	1	0	2	1

Fonte: Plural "Caraterização e Diagnostico "outubro 2012 ● Assinala a existência de uma Função Central, independentemente se existe apenas uma ou mais unidades

Quadro 34 – Funções Urbanas (valências) de Mirandela.(cont.)

Tipologia	Centros urbanos									
	Carvalhais	Cedães	Cobro	Fradizela	Franco	Frechas	Freixeda	Lamas de Orelhão	Marmelos	Mascarenhas
EQUIPAMENTOS DE ENSINO										
Pré-escolar (JI)	●					●		●		●
1º CEB	●					●		●	●	
2ª CEB										
3ºCEB										
Ensino Secundário										
Ensino Profissional	●									
Ensino Superior										
EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS										
Pequeno Campo Jogos	●					●		●		●
Grande Campo Jogos	●		●	●		●	●	●		●
Pavilhões/Sala s Desporto	●									
Piscinas										
EQUIPAMENTOS CULTURAIS										
Biblioteca										
Arquivo Municipal										
Espaço Internet										
Museu										
Auditório Municipal										

Tipologia	Centros urbanos									
	Carvalhais	Cedães	Cobro	Fradizela	Franco	Frechas	Freixeda	Lamas de Orelhão	Marmelos	Mascarenhas
Radio Local										
Impresa local										
Centro de Informação Turística										
Associação Cult. E Recreativa			●	●	●	●		●	●	
EQUIPAMENTOS DE SAÚDE										
Hospital										
Centro de Saúde										
Unidade de Saúde Familiar										
Extensão de Saúde										
Farmácia										●
EQUIPAMENTOS DE SOLIDARIEDADE E APOIO SOCIAL										
Lar da 3ª Idade						●				
Apoio Domiciliário						●				
Centro de Dia						●				
ATL						●				
Creche										
CAT										
Cantina Social										
Lar de Infância e Juventude										
EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA										
GNR										
PSP										
Bombeiros/INEM										
Proteção Civil										
Total Valências	6	0	2	2	1	9	1	5	2	5

Fonte: Plural "Caraterização e Diagnostico "outubro 2012 ● Assinala a existência de uma Função Central, independentemente se existe apenas uma ou mais unidades

Quadro 35 – Funções Urbanas (valências) de Mirandela.(cont.)

Tipologia	Centros urbanos									
	Mirandela	Múrias	Navalho	Passos	Pereira	Romeu	São Pedro Velho	São Salvador	Suçães	Torre de Dona Chama
EQUIPAMENTOS DE ENSINO										
Pré-escolar (JI)	•			•						•
1º CEB	•				•	•			•	•
2ª CEB	•									•
3ºCEB	•									
Ensino Secundário	•									•
Ensino Profissional	•									
Ensino Superior	•									
EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS										
Pequeno Campo Jogos	•			•			•		•	•
Grande Campo Jogos	•		•			•		•		•
Pavilhões/Salas Desporto	•									
Piscinas	•									
EQUIPAMENTOS CULTURAIS										
Biblioteca	•									
Arquivo Municipal	•									
Espaço Internet	•								•	
Museu	•					•				
Auditório Municipal	•									
Radio Local	•									
Imprensa local	•									
Centro de Informação Turística	•									•
Associação Cult. E Recreativa	•	•		•					•	•
EQUIPAMENTOS DE SAÚDE										
Hospital	•									

Tipologia	Centros urbanos									
	Mirandela	Múrias	Navalho	Passos	Pereira	Romeu	São Pedro Velho	São Salvador	Suçães	Torre de Dona Chama
Centro de Saúde	●									●
Unidade de Saúde Familiar										●
Extensão de Saúde							●			●
Farmácia	●									●
EQUIPAMENTOS DE SOLIDARIEDADE E APOIO SOCIAL										
Lar da 3ª Idade	●					●			●	●
Apoio Domiciliário	●				●	●	●			●
Centro de Dia	●				●		●			●
ATL	●									
Creche	●									
CAT	●									
Cantina Social	●									●
Lar de Infância e Juventude	●				●					
EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA										
GNR	●									●
PSP	●									
Bombeiros/INEM	●									●
Proteção Civil	●									
Total Valências	35	1	1	3	5	5	4	1	5	18

Fonte: Plural "Caraterização e Diagnostico "outubro 2012 ● Assinala a existência de uma Função Central, independentemente se existe apenas uma ou mais unidades

Quadro 36 – Funções Urbanas (valências) de Mirandela.(cont.)

Tipologia	Centros urbanos						
	Vale de Asnes	Vale de Gouvínhas	Vale de Saigueiro	Vale de Telhas	Valverde	Vila Boa	Vila Verde
EQUIPAMENTOS DE ENSINO							
Pré-escolar (JI)			•				
1º CEB			•				
2ª CEB							
3ºCEB							
Ensino Secundário							
Ensino Profissional							
Ensino Superior							
EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS							
Pequeno Campo Jogos		•	•				
Grande Campo Jogos					•		•
Pavilhões/Salas Desporto							
Piscinas							
EQUIPAMENTOS CULTURAIS							
Biblioteca							
Arquivo Municipal							
Espaço Internet							
Museu							
Auditório Municipal							
Rádio Local							
Imprensa local							
Centro de Informação Turística							
Associação Cult. E Recreativa		•	•			•	•
EQUIPAMENTOS DE SAÚDE							
Hospital							

Tipologia	Centros urbanos						
	Vale de Asnes	Vale de Gouvinhas	Vale de Salgueiro	Vale de Telhas	Valverde	Vila Boa	Vila Verde
Centro de Saúde							
Unidade de Saúde Familiar							
Extensão de Saúde							
Farmácia							
EQUIPAMENTOS DE SOLIDARIEDADE E APOIO SOCIAL							
Lar da 3ª Idade			●				
Apoio Domiciliário			●				
Centro de Dia							
ATL							
Creche							
CAT							
Cantina Social							
Lar de Infância e Juventude							
EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA							
GNR							
PSP							
Bombeiros/INEM							
Proteção Civil							
Total Valências	0	2	6	0	1	1	2

Fonte: Plural "Caraterização e Diagnostico "outubro 2012 ● Assinala a existência de uma Função Central, independentemente se existe apenas uma ou mais unidades

A rede de equipamentos encontra-se fortemente concentrada na cidade, em resposta à maioritária concentração populacional que ali se verifica. No espaço rural, o continuado despovoamento tem levado ao limite os limiares mínimos de sustentação de alguns equipamentos (p.e escolas), ao ponto de não se encontrar, de um modo geral muito dotado, com exceção de Torre de D. Chama.

Não obstante ter perdido população na última década censitária (pela menor pressão exercida sobre os equipamentos existentes), existem alguns domínios onde se fazem sentir carências, nomeadamente ao nível das valências de Creche, Lares e de Apoio à população com deficiência.

Ao invés, a nível educativo, desportivo, de saúde e cultural, o concelho encontra-se bastante bem dotado, destacando-se no domínio desportivo, pela capacidade evidenciada de promoção e realização de eventos internacionais; no domínio da Saúde com a recente instalação do Centro de Hemodiálise e do Hospital da Terra Quente, e na Cultura com a ampliação da rede de equipamentos (p.e o Museu do Azeite) e igualmente da promoção de eventos culturais diversos

Apoio à 3ª Idade

É cada vez mais preocupante, generalizada e problemática a questão do envelhecimento demográfico e, por consequência, do apoio à 3ª Idade, com todos as dificuldades que lhes são inerentes. Estas questões começam por isso a ser consideradas com mais acuidade, impondo-se o equacionar de um conjunto de condições, que forçosamente terão de vir a ser criadas, de resposta a este fenómeno.

Hoje em dia existe um amplo conjunto de respostas sociais destinadas à terceira idade, que passam pelos mais tradicionais, nomeadamente lares, centros de dia, centros de convívio, ao apoio domiciliário simples ou apoio domiciliário integrado, até aos centros de noite, aos serviços de tele-alarme, ou ao conceito inovador de residência sénior.

As respostas sociais presentes em Mirandela, são: Lar de idosos, Centro de Dia e Apoio Domiciliário.

No concelho de Mirandela, existe uma rede considerável de apoio à 3ª idade, embora globalmente desajustada (existem valências subocupados e valências sobrelotadas) e, por isso, é considerada insuficiente para as necessidades específicas de alguma da população idosa local. Em concreto, existem 8 lares, 5 centros de dia e é prestado apoio domiciliário a todo o concelho através de 13 instituições, três das quais privadas.

Quadro 37 – Centros de Dia, 2012

Instituição	Equipamento	Freguesia	Capacidade	N.º de Utentes
SCM Mirandela	Centro de Dia da SCM	Mirandela	30	23
SCM Mirandela	Centro de Dia e SAD de S. Pedro Velho	S. Pedro Velho	3	3
Casa do Menino Jesus		Pereira	25	20
Centro Social Paroquial de S. Miguel	Centro Social Paroquial de S. Miguel	Frechas	20	6
Centro Social e paroquial Torre D. Chama	Lar de Idosos Centro Social Paroquial Torre D. Chama	Torre D. Chama	10	7
Total	-	-	88	59

Fonte: MSSS, Carta Social (última atualização: 4º trimestre de 2011/1º Trimestre 2012)

Quadro 38 – Lares Mirandela, 2012

Instituição	Equipamento	Freguesia	Capacidade	N.º de Utentes
SCM Mirandela	Residência Sta Ana	Mirandela	25	31
SCM Mirandela	Hospitel – o Bom Samaritano	Mirandela	46	70
SCM Mirandela	Lar Idosos N.º Sra da Paz e SAD Caravelas	Mirandela	93	94
Centro Social paroquial de Romeu	Centro Social paroquial de Romeu	Romeu	50	29
Quinta d'Avós Hotel Sénior (entidade Lucrativa)	Quinta d'Avós Hotel Senior	Suçães	20	18
SCM Mirandela	Lar de Idosos S. Sebastião e SAD Vale Salgueiro	Vale Salgueiro	21	30
Centro Social Paroquial de S. Miguel	Centro Social Paroquial de S. Miguel	Frechas	11	11
Centro Social e paroquial Torre D. Chama	Lar de Idosos Centro Social Paroquial Torre D. Chama	Torre D. Chama	35	35
Total	-	-	301	318

Fonte: MSSS, Carta Social (última atualização: 4º trimestre de 2011/1º Trimestre 2012)

Quadro 39 – Serviço de Apoio Domiciliário*, 2012

Instituição	Equipamento	Freguesia	Capacidade	N.º de Utentes
SCM Mirandela	Centro de dia do Abreiro	Abreiro	30	30
Centro Social Paroquial de S. Miguel	Centro Social Paroquial de S. Miguel	Frechas	15	21
SCM Mirandela	Residência Sta Ana	Mirandela	83	85
SCM Mirandela	Hospital "O Bom Samaritano"	Mirandela	33	30
SCM Mirandela	Lar N.º Sra da Paz e SAD Caravelas Caravelas	Mirandela	28	25
Casa do Menino Jesus	Casa do Menino Jesus	Pereira	35	20
Centro Social Paroquial de Romeu	Centro Social Paroquial de Romeu	Romeu	100	79
SCM Mirandela	Centro de Dia e SAD de S. Pedro Velho	S. Pedro Velho	46	55
Centro Social e paroquial Torre D. Chama	Lar de idosos Centro Social Paroquial Torre D. Chama	Torre D. Chama	45	25
SCM Mirandela	Lar de idosos S. Sebastião e SAD Vale Salgueiro	Vale Salgueiro	52	61
Centro de Estudos e Apoio Pedagógico (entidade lucrativa)	Palavras Mágicas	Mirandela	30	30
Total	-	-	497	461
*Não foram quantificados o n.º de pessoas apoiadas nem a capacidade de 2 entidades lucrativas por ausência de informação ("Confort keepers" e "Sénior Mais")				

Fonte: MSSS, Carta Social (última atualização: 4º trimestre de 2011/1º Trimestre 2012)

Quadro 40 – Serviço de Apoio Domiciliário Integrado, 2012

Instituição	Equipamento	Freguesia	Capacidade	N.º de Utentes
SCM Mirandela	Residência Santa Ana	Mirandela	30	30

Fonte: MSSS, Carta Social (última atualização: 4º trimestre de 2011/1º Trimestre 2012)

No seu conjunto, os equipamentos e as valências de assistência à 3ª idade, apoiam 14,3% da população idosa do concelho (em 2011 residiam no concelho 6.051 indivíduos com 65 ou mais anos), embora possuam capacidade para atender a 15,1%.

Num mero exercício de enquadramento da situação de Mirandela, relativamente a Portugal, pode considerar-se que este concelho possui uma cobertura de equipamentos sociais de apoio aos idosos globalmente satisfatória, embora insuficiente na valência lar.

Não obstante esta dotação, afigura-se importante destacar o facto de que existe um desfasamento entre a oferta e a procura concelhia que, de futuro, deverão ser ajustadas. Com efeito, a ocupação dos lares, em termos globais, ultrapassa a capacidade total instalada, apresentando uma taxa de utilização de 106%, facto que, só por si, já indicia carências, quando os centros de dia e o próprio apoio domiciliário têm percentagens de utilização inferiores, nomeadamente 67% e 93%, respetivamente.

Quadro 41 – Equipamentos Sociais de apoio à população idosa, por valência, no concelho, em 2012

Valências	Nº de unidades do concelho	Capacidade total do concelho	Nº de Utentes	Taxa de Utilização
Centro De Dia	5	88	59	67%
Lar	8	301	318	106%
Apoio Domiciliário*	11	497	461	93%
Apoio Domiciliário Integrado	1	30	30	100%
Total	25	916	868	95%
* Não estão incluídos os dados de 2 entidades lucrativas por ausência de informação ("Confort keepers" e "Sénior Mais").				

Fonte: MSSS, Carta Social (última atualização: 4º trimestre de 2011/1º Trimestre 2012)

Infraestruturas

A existência de infraestruturas de abastecimento e de saneamento tem uma implicação direta na qualidade ambiental com consequências muito positivas para a qualidade de vida da população. Ao nível das infraestruturas básicas serão analisadas as de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais.

No concelho de Mirandela a taxa de atendimento nas áreas urbanas (sedes de freguesia e aldeias anexas) é de 100%, estimando-se que apenas cerca de 400 habitantes (população isolada) não possua ligação à rede pública de água. A taxa de cobertura da rede de abastecimento do concelho, ultrapassando a meta de 95% apontada pelo Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR) para o período 2007-2013.

Os sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais são o conjunto de estruturas e equipamentos que asseguram a conectividade hidráulica e fazem afluir as águas residuais urbanas a um meio recetor, com o objetivo de prestação de serviços de drenagem e tratamento de águas residuais.

Os dados do INE (2009), a percentagem de população servida por sistemas de drenagem e por estações de tratamento de águas residuais é de 97% e 98% da população do concelho respetivamente.

A taxa de cobertura de drenagem de águas residuais por sistemas públicos no concelho de cerca de 97%, representa um valor acima dos 90% que constituem a meta apontada pelo PEAASAR.

Em 2011, apenas se contabilizavam 53 alojamentos sem água canalizada (0,6%) e 137 alojamentos de residência habitual sem esgotos (1,5%).

QUALIFICAÇÃO URBANA

Os espaços verdes urbanos, integrados no “contínuo construído” constituem áreas de descompressão urbana e são, cada vez mais, fatores do equilíbrio na saúde física e psíquica do cidadão, quer por constituírem um importante equipamento social de fruição, quer ainda pela sua função na produção de oxigénio e absorção de dióxido de carbono e poeiras atmosféricas, filtrando ainda estas últimas.

Os espaços verdes urbanos ocupam, uma área de 37,7 ha, ao que corresponde uma capitação atual de espaços verde utilização coletiva é de 15,8 m²/ hab., valor bastante abaixo dos 30 m²/hab definido pela Direção-Geral do ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) para a estrutura verde principal, mas superior ao valor indicado para a estrutura verde secundária (10 m²/hab), mas acima da média europeia recomendada (12 m²/hab.).

Um indicador de “qualidade” do parque habitacional diz respeito às condições físicas de conservação em que este se mantém.

Em 2011, o concelho de Mirandela detinha um parque edificado composto por 11515 edifícios, tendo registado, relativamente a 2001, um incremento de 146 edifícios (1,3%), valor inferior ao crescimento do número de alojamentos, significando que, nesta década, foi maioritária a construção de habitações em altura (o que se verifica apenas na cidade).

O concelho de Mirandela, registando valores médios idênticos, embora ligeiramente superiores à sub-região em que se insere, apresentava, em 2011, 0,6 famílias por alojamento e 1,6 pessoas por alojamento. Contudo, apesar da aparente baixa ocupação dos alojamentos, registam-se situações, com algum significado, de partilha de alojamentos e de sobrelotação.

Desde 1970 até março 2011, construiu-se 2/3 do parque edificado existente no concelho de Mirandela (edifícios de habitação, de comércio e serviços e mistos), refletindo a relativa juventude daquele. No entanto, verifica-se que 12% dos edifícios do concelho são anteriores a 1945, ou seja existe uma proporção significativa de edifícios muito próximos do termo da sua idade técnica limite (± 70 anos).

O parque habitacional do concelho de Mirandela era constituído, em 2011, quase na totalidade, por alojamentos clássicos (99,9%), não tendo qualquer significado o peso e o número de alojamentos não

clássicos (16 alojamentos não clássicos/improvisados), possuindo na sua maioria 40 anos, ou menos, de construção (aproximadamente 66,3% dos edifícios foram construídos a partir de 1971), conforme sistematizado no gráfico seguidamente apresentado:

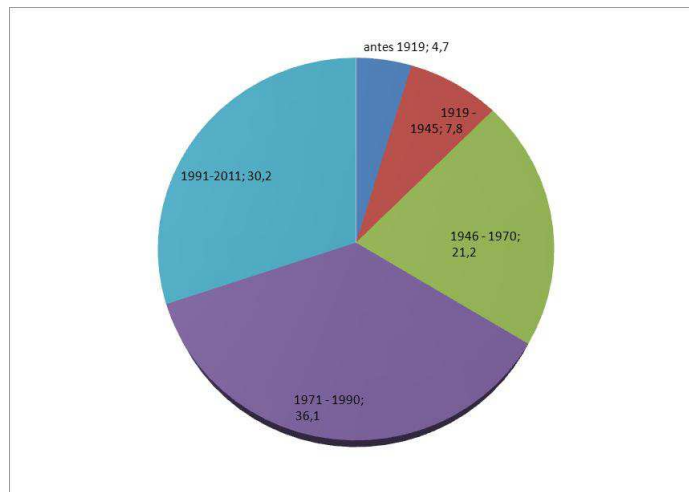


Figura 18 – Edifícios, segundo a época de construção

Apesar da idade média dos edifícios, aproximadamente 72,5% dos edifícios do concelho não apresentam necessidades de reparação, situação ligeiramente mais favorável que a registada nas restantes duas unidades territoriais de análise. Contudo, a situação concelhia difere ligeiramente ao nível das duas freguesias, conforme sistematizado no quadro seguidamente apresentado.

Quadro 42 – Edifícios por estado de conservação (2011).

Zona Geográfica	Total	Sem necessidade de reparação		Com necessidade de reparação		Muito degradado	
		nº abs.	%	nº abs.	%	nº abs.	%
Norte	1209911	836737	69,2	353416	29,2	19758	1,6
Alto Trás-os-Montes	127220	85282	67,0	40169	31,6	1769	1,4
Mirandela	11515	8036	69,8	3363	29,2	116	1,0

Em 2011, 29,2% dos edifícios de Mirandela apresentavam necessidades de reparação, existindo 116 edifícios que se encontravam em estado muito degradado.

Entre 1995 e 2013 segundo os dados fornecidos pelo INE (ver quadro seguinte), foram alvo de licenciamento, um total de 2359 edifícios, o que perfaz uma média de 124 edifícios licenciados/ano. Cerca de 93,3% dos edifícios licenciados neste período foram construções novas.

Quadro 43 – Edifícios licenciados por tipo em Mirandela 1995-2013.

Tipo de Obra	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Construção Nova	101	102	142	166	143	164	157	136	111	116	146	122	143	139	106	73	44	40	52
Ampliação	13	4	5	4	6	2	3	1	0	6	2	4	5	4	5	8	4	1	3
Alteração	0	2	1	2	2	1	2	0	0	0	0	0	3	2	3	11	3	6	1
Reconstrução	2	3	1	1	4	2	6	2	0	0	0	0	1	3	0	5	1	6	0
Demolição	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4	5	3	15	4	12	1
Total	116	111	149	173	155	169	168	139	111	122	148	126	152	148	114	97	52	53	56

Fonte: www.ine.pt; Última atualização dos dados: 9 de julho de 2014.

Tem-se verificado uma tendência de quebra progressiva no licenciamento de edifícios, a partir de 2010 até 2013, registando-se em 2010 o mínimo absoluto para o período em análise com 53 licenciamentos.

A recuperação do edificado tem sofrido uma tendência crescente quando comparada com a nova edificação. O número de reconstruções concluídas em Mirandela por cada 100 novas construções concluídas sofreu um incremento nos últimos anos, pois até 2010 praticamente não existia. No entanto ainda não apresenta uma taxa de reconstrução superior à sub-região do Alto Trás-os-Montes e do Norte.

Quadro 44 - Reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas.

Área Geográfica	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Mirandela	0,7	0	1,4	0	0	1,4	1	0	1,2	6,9	5,6
Alto Trás-os-Montes	5,4	5,6	7,4	6,8	10,6	6,8	10,7	11	8,7	14,9	17,6
Norte	6,8	7,1	6,1	6,4	5,8	5,1	5,3	5,4	5,6	6,8	7,6

Fonte: www.ine.pt; Última atualização dos dados: 9 de julho de 2014.

Em relação ao edificado verifica-se um crescimento das novas construções em detrimento da recuperação do edificado existente, o que poderá acentuar algumas assimetrias dentro da própria estrutura urbana, reduzindo a atratividade dos centros urbanos em favor das periferias, contribuindo para uma maior dispersão da malha urbana. No entanto, esta tendência parece ter vindo a ser atenuada nos últimos anos.

O município tem desenvolvido ações de requalificação e valorização urbana salientando-se em 2013:

- Arranjo Urbanístico da Rua da Índia – Alteração.
- Zona Industrial de Mirandela - Pavimentação da Rua E a Cubos de Granito.
- Reabilitação e Adaptação do Edifício da Casa do Povo a Posto da G.N.R. de Torre de Dona Chama.
- Execução de um Muro de Suporte em Valverde da Gestosa
- Recuperação e Qualificação Urbanística da Rua e Avenida das Amoreiras e Avenida dos Bombeiros Voluntários
- Execução de Muros de Suporte de Terras - Bairro da Preguia, Vale da Sancha e Outros
- Requalificação das Margens da Ribeira de Carvalhais - Ecoteca

e em 2012:

- Edifício da Junta de Freguesia de Fradizela - Beneficiação da Cobertura
- Recuperação dos Fornos do Largo do Pelourinho em Frecha
- Recuperação do Paço dos Távoras
- Beneficiação do Acesso ao Parque de Campismo

Para além das intervenções anteriores, são de destacar as intervenções previstas no Plano de Ação tuaMirandela, nomeadamente a ação tuaMirandela-regeneração urbana do centro histórico de Mirandela

MOBILIDADE E ACESSIBILIDADES

Mirandela é um concelho eminentemente rural e de baixos efetivos populacionais, por isso, como já se viu, a problemática da mobilidade assume contornos distintos dos que ocorrem em territórios mais densamente povoados, sendo o nível de intervenção e a sua programação temporal também substancialmente diferentes. Há ainda que distinguir duas realidades diferenciadas no interior do próprio concelho – por um lado a cidade de Mirandela, com características de maior urbanidade, e por outro o restante território marcadamente rural.

Relembra-se que neste domínio o município dispõe de um Plano de Mobilidade Sustentável para a cidade de Mirandela.

Atendendo a que a rede viária e os transportes devem dar resposta às necessidades de mobilidade das populações no que respeita ao acesso ao emprego, ao estudo, aos equipamentos de saúde, de desporto e de lazer e simultaneamente devem constituir um fator de desenvolvimento das atividades económicas, é importante que se garanta a acessibilidade dos principais aglomerados e dos pólos de atividade económica com a sede do município onde se localizam os referidos equipamentos, as instituições financeiras, as companhias de seguros, os notários, as conservatórias e os serviços de telecomunicações e correios, etc..

Para tal, deverá a administração central assegurar aos municípios acessibilidades exteriores adequadas ao desenvolvimento harmonioso e ao ordenamento equilibrado do território, quer à escala nacional, quer regional, tendo este princípio fundamental norteado a elaboração do próprio PRN2000 em vigor, que assume como um dos seus objetivos principais a *“ligação entre a Rede Nacional Fundamental e os centros urbanos de influência concelhia ou supraconcelhia, mas infradistrital”*, através das vias integradas na Rede Complementar, formada por Itinerários Complementares (IC) e por Estradas Nacionais (EN).

Assim, de acordo com o disposto no âmbito do PRN2000, o concelho de Mirandela é servido pelos seguintes troços da Rede Nacional:

- o **IP4/A4**, integrado na Rede nacional fundamental e na Rede de Autoestradas;
- o **IP2**, da Rede nacional fundamental;
- a **EN213**, da rede nacional complementar.
- as **ER206 e ER315**, na categorias de estradas regionais

No que diz respeito às estradas nacionais desclassificadas, os troços existentes assumem igualmente funções, bastante diferenciadas no contexto da rede municipal, destacando-se os seguintes:

- A EN15, com um traçado paralelo ao do IP4 e que desempenha ainda, nalguns troços, funções com alguma relevância a nível interno, estabelecendo-se a partir dela várias ligações locais, bem como a articulação direta/próxima com este Itinerário Principal;

- A EN15-4, que assegura a acessibilidade às freguesias de Marmelos, Valverde e Barcel (CM1093) e uma ligação secundária ao concelho de Vila Flor (via Vilarinho das Azenhas);
- A EN206-1 (Torre D. Chama/ER206 - Mirandela), que percorre longitudinalmente a região norte com um traçado aproximado ao da ER315 (com a qual converge junto à sede de concelho) e, logo, com funções bastante equiparadas a nível interno;
- Com menor relevância no contexto de acessibilidade inter e intraconcelhia há ainda a registar o atravessamento marginal da EN314 (Vila Flor-Carrazeda de Ansiães), que serve Abreiro, e da EN102-1 (EN15-Macedo de Cavaleiros).

A restante rede municipal abrange um conjunto de vias bastante heterogéneo, quer em termos físicos, quer funcionais, assegurando algumas ligações exteriores de importância variável – com referência destacada para a EM578 (EN213 - Salvador - Freixeda - IP2/Trindade) e, a outro nível, para as EM535 e EM553, a norte, e para as EM603 e EM604, a sul –, o acesso e interligação entre principais núcleos urbanos ou a outros polos concelhios e, nalguns casos, funções de carácter exclusivamente urbano

Assim, a extensão total da rede considerada é da ordem dos 506km, a que corresponde uma densidade viária global de 0,77Km/km², valor que traduz uma cobertura territorial bastante satisfatória, sobretudo se tivermos em conta a elevada dimensão do concelho, a orografia acidentada e a reduzida densidade de inúmeras áreas rurais e florestais.

A região sul, com uma estrutura viária mais rarefeita, apresenta as principais insuficiências a este nível, derivando as principais debilidades estruturais da configuração acentuadamente radial da rede (centrada na cidade de Mirandela) e, frequentemente, da inexistência de troços que assegurem o estabelecimento de ligações transversais adequadas entre zonas significativas do território

Quadro 45 – Extensão da rede viária por categoria administrativa.

Tipo de via	Extensão (km)	Peso no total da rede (%)
Rede Nacional	172,90	34,1
Fundamental (IP)	85,56	16,9
Complementar (EN)	21,53	4,2
Regional (ER)	65,81	13,0
Rede Municipal	333,68	65,9
Estradas nacionais desclassificadas	94,41	18,6
Estradas municipais	107,67	21,3
Caminhos municipais	62,61	12,4
Vias não classificadas	68,98	13,6
TOTAL	506,58	100

O PDM em vigor apresentava, um conjunto de medidas ao nível das infraestruturas viárias e transportes:

Infraestruturas Viárias e Transportes	Conclusão do IP2 e IP4	Executado
	Beneficiação/retificação da EN213 (troço Mirandela-Vila Flor)	Parcialmente executado
	Equacionar a execução do IC5 (no âmbito do PRN2000)	Executado
	Concluir a beneficiação da EN231 (troço Mirandela-Chaves)	Executado
	Pavimentação das vias municipais com piso de terra	Parcialmente executado
	Construção de troços de vias municipais que permitam o fecho da malha viária municipal	Parcialmente executado
	Manutenção do serviço ferroviário na linha do Tua	Não Executado
	Equacionar a construção de um interface de transportes na cidade de Mirandela	Executado
	Aumentar a cobertura nas áreas do concelho com deficiente serviço de transporte público	Não Executado

Verifica-se que durante a vigência do PDM em Vigor, grande parte das medidas foram executadas.

A rede viária sobre com regularidade ações de manutenção e conservação das vias e dos espaços públicos, ao que corresponde o fato que 64% do pavimento das vias encontrarem-se em bom estado.

Assim, por iniciativa da Autarquia, e com o apoio dos instrumentos de financiamento comunitários disponíveis, está previsto um conjunto de investimentos, na sequência do observado ao longo dos anos mais recentes, que preveem intervenções em diversas vias da rede municipal salientando-se os seguintes:

- Conclusão da pavimentação da EM582 e EM558 (entre Abambres e Vale de Martinho)
- Beneficiação das EM555, EM584 e EM561 (entre Avantos e Alvites)
- Qualificação da EN15 entre o nó Mirandela ponte do IP4 e a cidade de Mirandela
- Beneficiação dos CM1068, CM1084 e CM1086
- Pavimentação dos caminhos rurais Guide/Mosteiró, Valbom dos Figos/Vale de Pereiro, Rego de Vide/Avidagos/Vila Boa/Quinta da Gricha, ligação ER315/ Chelas
- Construção de vias municipais de ligação Cedães/Vila Verdinho/Vale de Lobo, Vale de Madeiro/Barragem/Cedães, Abreiro/Navalho/Carvalho, Pousadas/Paradela e Cedães/Vila Verde

Neste ponto efetua-se uma análise das acessibilidades intraconcelhias, nomeadamente, das ligações entre Mirandela e as restantes sedes de freguesia – as mais relevantes em termos de geração de deslocamentos –, baseada nas respetivas distâncias, estrutura e características da rede existente

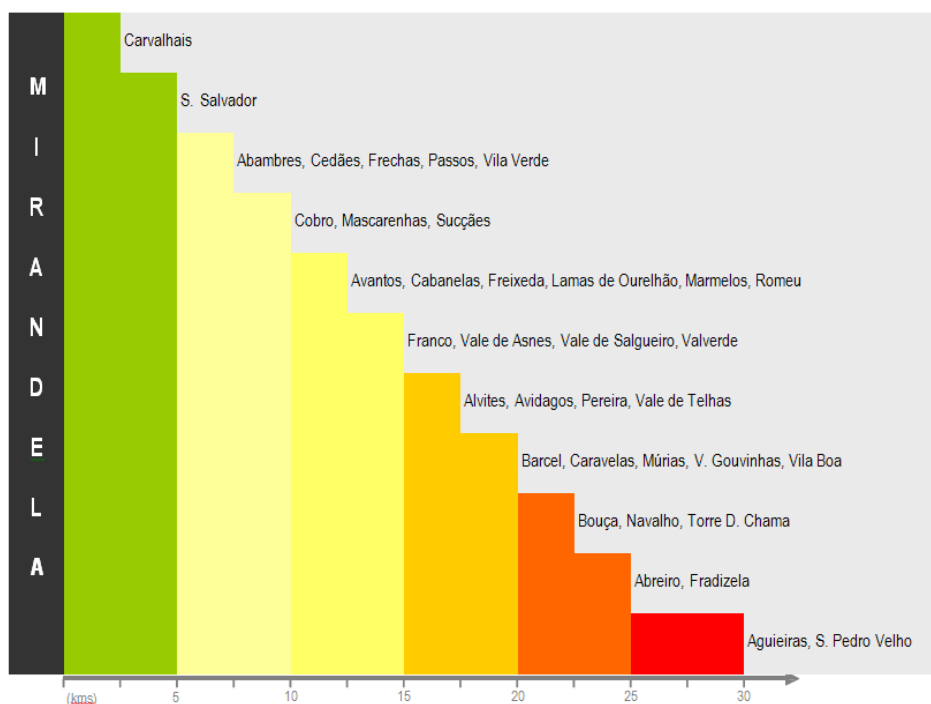


Figura 19 – Distâncias entre a sede de concelho e os principais polos geradores de fluxos

Tendo em conta a localização geográfica da cidade de Mirandela, a elevada dimensão e a configuração do território, podemos proceder à agregação dos diferentes polos considerados em quatro grandes zonas com condições de acessibilidade distintas:

- uma zona central, na sua periferia próxima, englobando 10 freguesias situadas a distâncias reduzidas (inferiores a 11km) e, portanto, beneficiando de um grau de acessibilidade elevado;
- a segunda coroa envolvente, que agrega 14 freguesias, servidas essencialmente por ligações radiais à sede de concelho ou por ramificações destas, situadas a distâncias da ordem dos 12 a 18km e com uma acessibilidade média;
- Os restantes polos concelhios, situados na sua maioria no setor norte e no extremo sudoeste do território, com distâncias a percorrer da ordem dos 20 a 30km e, portanto, com uma acessibilidade reduzida.

Esta análise permite constatar a relativa centralidade geográfica da sede de concelho, verificando-se distâncias da mesma ordem de grandeza nas ligações a polos urbanos situados em diferentes quadrantes, sendo as respetivas acessibilidades favorecidas pela configuração radial da rede e, globalmente, pelas razoáveis características de grande parte das vias utilizadas.

O tempo médio em viagem por dias das pessoas móveis foi em 2011 de 14,53 minutos, valor mais baixo que a duração média dos movimentos pendulares da região centro, sub-região do Alto Trás-os-Montes.

Quadro 46 – Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante.

Ano	Unidade Geográfica			
	Portugal	Região Norte	Alto Trás-os-Montes	Mirandela
2011	20,2	18,28	15,26	14,53
2001	22,4	20,54	14,21	14,25
1991	21,56	19,28	12,41	12,14
Var 1991-2011.(min)	-1,36	-1,0	2,85	2,39

Fonte: INE, Censos 1991-2001-2011

O modo de transporte mais utilizado no concelho de Mirandela é, à semelhança das restantes unidades geográficas que aqui se apresentam, o automóvel particular (61,9%).

Seguem-se as deslocações a pé e de autocarro com um peso de 26,1% e 7,7%, respetivamente. Os restantes modos de transporte representam no seu conjunto 4,3% do total dos trajetos efetuados como motivo trabalho e estudo.

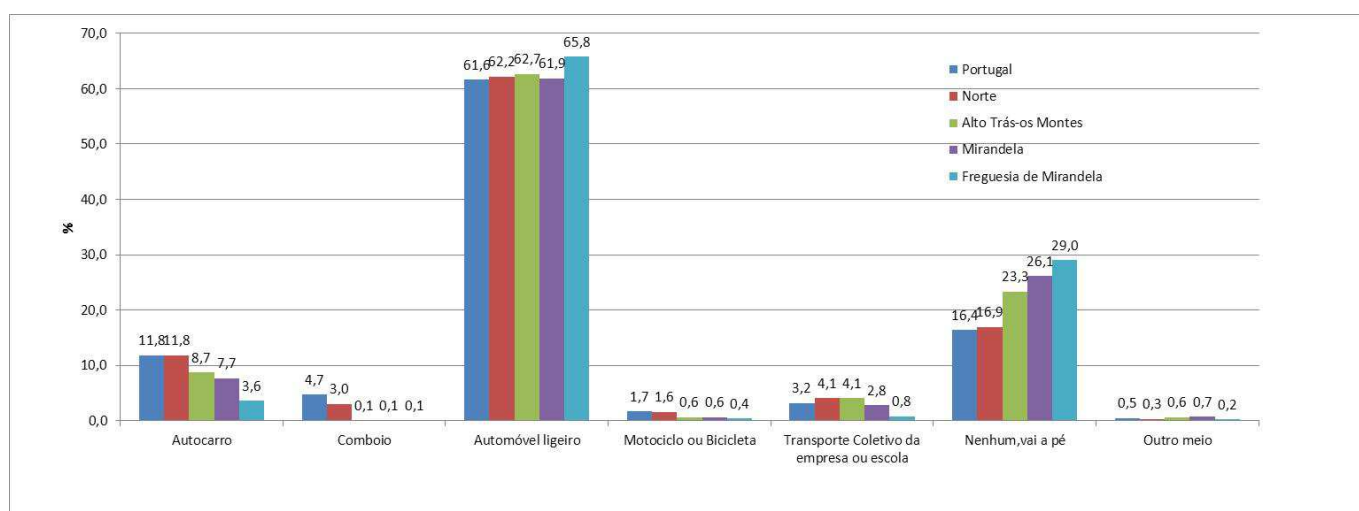


Figura 20 - Repartição modal nos movimentos pendulares 2011.

A freguesia de Mirandela, aonde se encontra quase 50% da população concelhia, o uso do automóvel particular é superior a todas as outras unidades geográficas (65,8%), do mesmo modo as deslocações a pé tem um peso superior às mesmas regiões geográficas (29%). Os restantes modos de transporte representam no seu conjunto 5,2% do total dos trajetos efetuados como motivo trabalho e estudo.

Quadro 47 - Porporção da utilização do automovel nas deslocações.

Ano	Unidade Geográfica			
	Portugal	Região Norte	Alto Trás-os-Montes	Mirandela
2011	61,60	62,24	62,68	61,88
2001	49,09	47,96	46,37	46,37
1991	20,55	17,83	15,90	15,90
Var 1991-2011.(%)	+41,05	+44,41	+46,78	+45,98

Fonte: INE, Censos 1991-2001-2011

O uso do transporte individual nas deslocações trabalho/estudo, aumentaram em Mirandela de 1991 a 2011, 45,98%. Em 2011, somente 11,6% da população residente utilizava transportes coletivos.

O tipo e o estado de conservação dos pavimentos constituem importantes fatores na avaliação qualitativa da rede, com repercussões ao nível da sua capacidade, segurança, economia e conforto de utilização.

Na figura seguinte, apresenta-se o inventário físico da rede viária concelhia.

Da sua leitura, constata-se que a quase totalidade dos troços inventariados se encontra pavimentada em betuminoso, constituindo exceções os troços com pavimentos em calçada, de reduzida extensão, existentes apenas no interior de alguns aglomerados.

Pela relativa representatividade que apresentam no contexto da rede e, também como elemento base ao desenvolvimento de propostas futuras de intervenção, foram identificados alguns troços viários não pavimentados, com uma extensão global de 31,5km (cerca de 6% da extensão total da rede), todos eles pertencentes à rede municipal e estabelecendo ligações viárias de carácter local de menor relevância.

Relativamente ao seu estado de conservação verifica-se que, se de um modo global, a maioria dos troços que constituem a rede apresentam-se em bom (64% do total) ou regular estado (30%), o que configura um cenário relativamente positivo.

São ainda de salientar as boas condições de manutenção apresentadas pela quase totalidade das vias da rede nacional, com exceção para alguns troços da ER206; no que diz respeito às EN desclassificadas, destaque apenas para alguma deterioração de alguns troços da EN15, apesar de apresentar troços do seu traçado que beneficiaram de intervenção recente decorrente das obras em curso no IP4/A4.

É porém nas vias que integram a restante rede municipal (EM, CM e vias não classificadas) que se verifica a ocorrência de extensões mais significativas de troços em mau estado de conservação, embora nos últimos anos se tenha verificado uma melhoria muito significativa a este nível.

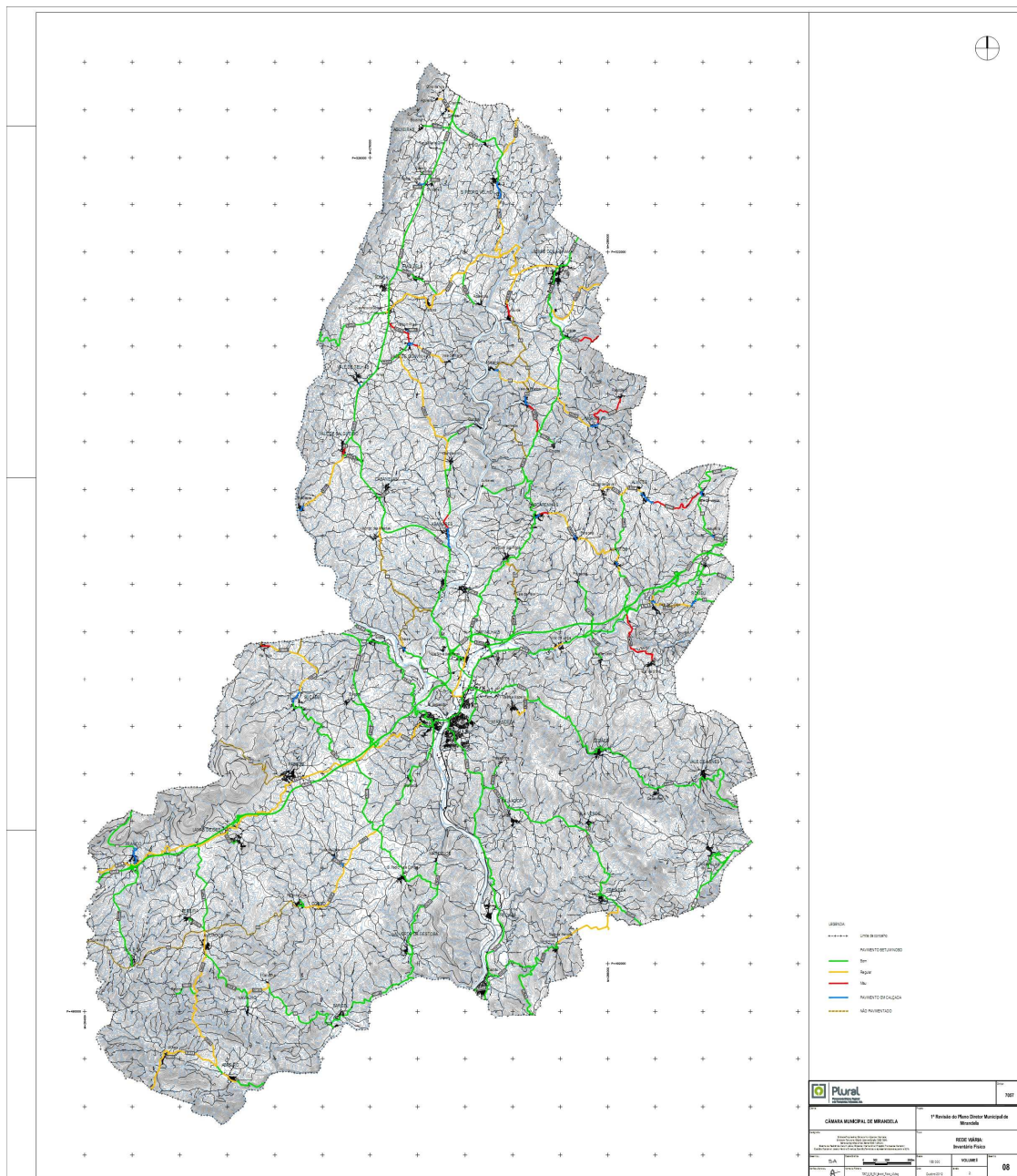


Figura 21 – Inventário físico da rede viária concelhia.

Fonte: Plural, outubro 2012

O Plano de Mobilidade Sustentável de Mirandela de junho de 2008, apresenta como objetivos:

- Promover a utilização do transporte coletivo e dos modos suaves em detrimento do transporte individual;
- Reorganizar o funcionamento da rede viária de modo a assegurar a fluidez do tráfego e a melhoria das condições de circulação e segurança e a redução dos níveis de sinistralidade;
- Assegurar a coerência entre as políticas municipais de ordenamento do território e urbanismo e as políticas de mobilidade.

O *Plano de Mobilidade Sustentável de Mirandela*, pelo rigor e detalhe com que aborda esta temática, devendo o município procurar implementar as ações/projetos propostos, procurando parcerias para a sua execução e incentivando os diversos agentes municipais a adotar práticas de mobilidade mais sustentável.

Relativamente aos percursos clicáveis, não existem corredores especificamente destinados a deslocações nestes modos de transporte, constituindo a única exceção um pequeno troço de ciclovía (com passeio adjacente) que assegura a ligação entre o Parque de Campismo da Maravilha e a rotunda da Quinta Branca, numa extensão de cerca de 2 Km , que integra, porém um projeto de maior extensão ainda por concretizar, a Ecovia cidade de Mirandela. E ainda a Rua da Republica com uma extensão de 200m

Este ambicioso projeto, com cerca de 30Km de rede clicável, pretende disponibilizar aos habitantes da cidade de Mirandela uma variedade de infra-estruturas clicáveis e sensibilizar e despertar os cidadãos para a utilização de transportes mais sustentáveis.

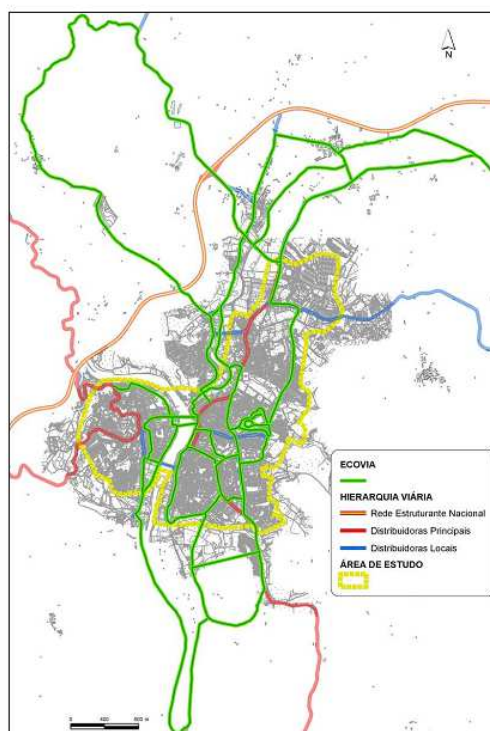


Figura 22 – Ecovia da cidade de Mirandela.

Fonte: Plano de Mobilidade Sustentável de Mirandela, junho 2008

Ainda neste domínio, na cidade de Mirandela, referência para o projeto TuaBike, serviço de empréstimo de bicicletas de gestão camarária gratuito, com 15 bicicletas distribuídas por 3 locais de empréstimo (Posto de turismo, Piscina Municipal e Loja Ponto Já).

No âmbito do Plano de Mobilidade Sustentável de Mirandela foi efetuado um levantamento exaustivo da rede pedonal da zona histórica da cidade de Mirandela, quer das ruas exclusivamente pedonais, quer dos passeios e das travessias pedonais. Na figura seguinte apresenta-se rede pedonal identificada.

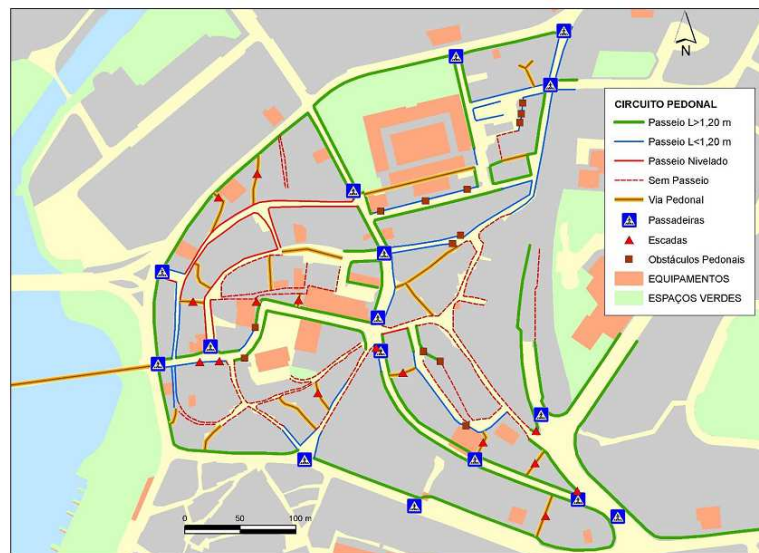


Figura 23 – Circuito pedonal do centro histórico de Mirandela.

Fonte: Plano de Mobilidade Sustentável de Mirandela, junho 2008

A **nível concelhio**, o serviço de transporte coletivo rodoviário é assegurado essencialmente por operadores privados que garantem um conjunto relativamente vasto de carreiras regulares, que servem diversas freguesias do concelho, nomeadamente:

- **carreiras locais**, com pontos terminais em **Mirandela** e:
 - **Caravelas**, via Freixeda, Vila Verde e S. Salvador (EM578);
 - **Milhais**, via Abreiro, Avidagos e Pereira (EM582);
 - **Barcel**, via Valverde e Cobro;
 - **Pai Torto**, via Sucções (EM571);
 - **Vale de Lagoa**, via Alvites, Avidagos e Carvalhais;
 - **Rebordelo** (concelho de Vinhais), via Aguierras, Bouça, Vale de Telhas, Vale de Salgueiro, Cabanelas, Abambres e Carvalhais (ER315);
 - **Torre D. Chama**, via Mascarenhas e Carvalhais (antiga EN206-1);
- **carreiras interurbanas**, com pontos terminais em **Mirandela** e:
 - **Alfândega da Fé**, via ER315 com paragens intermédias em Cedães e Vale de Asnes;
 - **Vila Flor**, via Vale da Sancha, Freixeda, Vila Verde e S. Salvador (EM578).

Para além destas, o concelho é servido por diversas **carreiras do tipo Expresso**, asseguradas fundamentalmente pela Rodonorte / Santos Viagens e Turismo, e pela Auto Aviação do Tâmega, que asseguram também importantes ligações de carácter regional e nacional. A primeira assegura fundamentalmente a ligação da cidade de Mirandela a um vasto conjunto de cidades – Bragança, Macedo de Cavaleiros, Vila Real, Amarante, Guimarães, Braga, Porto, Viseu, Guarda, Covilhã e mesmo Coimbra e Lisboa; a segunda efetua carreiras regionais e nacionais que para além de Mirandela, ligam a vila de Torre de D. Chama e as aldeias de Bouça e Franco a algumas das principais cidades da região e ainda Viseu, Coimbra, Fátima e Lisboa. Também a Rede Nacional de Expressos serve o concelho de Mirandela, possibilitando a ligação da cidade aos principais centros urbanos regionais e nacionais, nomeadamente, Macedo de Cavaleiros, Bragança, Vila Real, Porto, Viseu, Braga, Guarda, Coimbra e Lisboa.

Conforme se pode observar, estas carreiras, têm na sua totalidade pontos terminais ou intermédios na sede de concelho, concretamente na sua central de camionagem (interface com a estação de metro Jean Piaget), sendo o serviço prestado a nível local assegurado por paragens intermédias em alguns aglomerados urbanos situados ao longo dos eixos viários percorridos.

Em síntese, as características geográficas do concelho e a disseminação do povoamento em núcleos urbanos dispersos pelo seu território implicam um esforço significativo no sentido da prestação de um serviço de transporte rodoviário convencional, podendo-se por isso considerar como reduzido o seu grau de cobertura.

Na cidade de Mirandela, a autarquia implementou em 2006 um serviço de transportes urbanos, de utilização gratuita (encargos de exploração integralmente suportados pela CMM), e que cobre territorialmente a área da cidade de Mirandela, os núcleos vizinhos de Carvalhais e Vila Nova das Patas e ainda parte da freguesia de Suções, através de dois circuitos diferenciados.

O **circuito 1** possui 12 circulações diárias entre as 7h15m e as 18h, sendo que cada circulação tem a duração de 34 minutos, com uma frequência de 35 minutos no período da manhã e de cerca de 45 minutos no período da tarde. Este serviço serve um conjunto de polos geradores/attractores de fluxos, tais como: Hospital, Ninho de Empresas, Zona Industrial (Oficinas da Câmara), Centro Cultural, Centro de Saúde, Escola Secundária, INATEL, EB1 de Mirandela e Central de Camionagem, servindo também quatro estações de metro (Jacques Delors, S. Sebastião, Jean Monet e Taranas).

O **circuito 2** tem também 12 circulações diárias, com horários entre as 7h15m e as 18h25m e o percurso completo tem a duração de 52 minutos. Este circuito permite também o acesso a um vasto conjunto de equipamentos e serviços, como a Igreja de S. Bento, o Centro de Saúde, o Hospital, a EB1 de Mirandela, a Escola Secundária, a Zona Industrial (Oficinas da Câmara), o Ninho de Empresas e a Igreja de Vila Nova das Patas, possibilitando ainda a ligação à rede de metro de superfície (estações Jean Piaget, Tarana, Jean Monet e Carvalhais). De referir que esta carreira urbana faz apenas três percursos completos por dia (às 8h30m, às 12h15m e às 17h30m), sendo que as restantes circulações cobrem apenas parte do percurso – os aglomerados de Carvalhais e Vila Nova das Patas são servidos, somente, por quatro circulações diárias (as três circulações completas e a primeira circulação do dia).

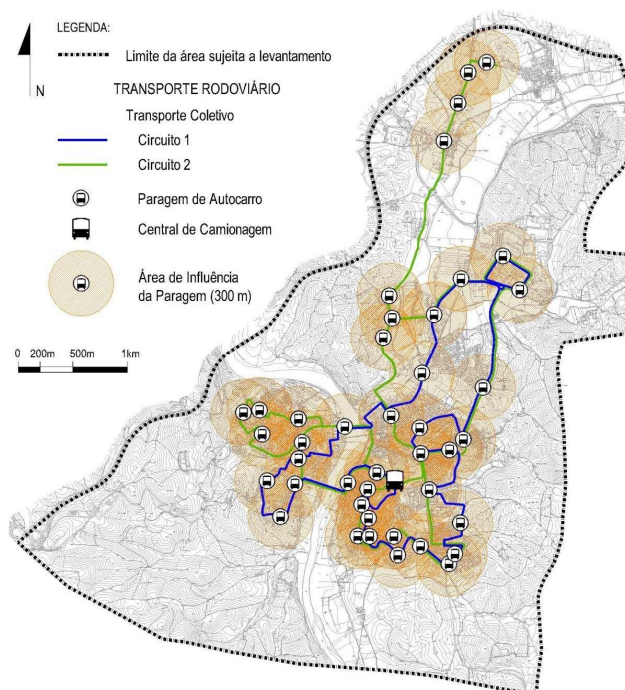


Figura 24 – Rede de transportes coletivos urbanos da cidade de Mirandela

A cidade de Mirandela dispõe de uma Central de Camionagem (Rua D. Afonso III), a qual permite apetrechar o serviço de razoáveis condições de comodidade para os utentes e onde, conforme referido, a generalidade das carreiras que servem o concelho têm ponto de paragem, sendo que a grande maioria aqui tem a sua origem e o seu término, quer se trate das carreiras urbanas quer das que prestam serviço intra e interconcelhio localização constitui ainda um interface com o Metropolitano Ligeiro de Mirandela (estação de metro Jean Piaget).

Nos anos mais recentes o transporte ferroviário tem vindo a ser assumido como uma aposta de futuro, pelas vantagens em termos económicos, ambientais, de segurança e conforto que apresenta quando comparado com outros meios de transporte.

Esta aposta, apesar de estar já há algum tempo enraizada em vários países europeus, apenas começou a ter acolhimento em Portugal nos últimos anos, após várias décadas em que a primazia das infraestruturas rodoviárias relegou o transporte ferroviário para segundo plano.

Assim, a Linha do Tua (Porto/Tua/Mirandela) que durante décadas serviu o concelho de Mirandela e a região do nordeste transmontano, assegurando uma ligação direta com a Linha do Douro (Régua/Pocinho) e a partir desta ao Porto, atualmente apenas possui serviço ferroviário de passageiros entre Cachão e Mirandela, um percurso residual face à extensão total da linha. Atualmente o percurso entre Tua e Cachão é efetuado com recurso a táxis.

Entre Mirandela e Carvalhais, no corredor da linha do Tua circula desde 1995 o metro ligeiro de superfície, projeto criado ao abrigo do Decreto-lei n.º 24/95, de 8 de fevereiro com o objetivo de instalar *“um meio de transporte ferroviário ligeiro que, com a adequada dimensão de meios, flexibilidade e periodicidade de circulação, rapidez e comodidade, trará às populações abrangidas um acréscimo significativo na qualidade dos meios ferroviários colocados à sua disposição”*, e que decorreu da implementação de uma série de medidas postas em prática no início da década de 90 do século passado com vista à *“racionalização das linhas de baixa procura”*, e que tinha conduzido ao encerramento do troço da Linha do Tua entre Mirandela e Bragança.

Na ligação entre as estações de Cachão e Mirandela (com duração de 20 minutos) as composições também efetuam paragem na estação de Frechas, sendo que o serviço (do tipo regional) permite quatro ligações diárias em cada sentido, duas matinais e duas vespertinas.

O serviço de metropolitano ligeiro (Mirandela-Carvalhais) possui um alcance territorial bastante reduzido, limitação compreensível atendendo a que se trata de um modo pesado de transporte. O metro serve apenas um pequeno percurso, concentrado no eixo central entre a cidade de Mirandela e o aglomerado de Carvalhais, dispondo de um total de seis estações (Mirandela, Tarana, Jacques Delors, S. Sebastião, Jean Monet e Carvalhais).

O metro ligeiro possui vinte circulações diárias, dez em cada sentido, registando, maior frequência de ligações no período da manhã. No sentido Mirandela-Carvalhais, as circulações efetuam-se entre as 7h45m e as 17h45m e no sentido oposto entre as 7h58m e as 18h02m, e o tempo estimado de cada circulação é de 9 minutos. A cobertura temporal é, assim, relativamente reduzida, devido à baixa frequência de circulações diárias e à ausência de serviço noturno.

Este modo de transporte permite o acesso a serviços e equipamentos da área central da cidade e da freguesia de Carvalhais, tais como a EB2,3 Luciano Cordeiro de Mirandela, a Escola Secundária de Mirandela, a central de camionagem, o centro de saúde, o centro cultural, a Escola Profissional de Artes de Mirandela, a Escola Profissional Agrícola de Carvalhais e a zona industrial.

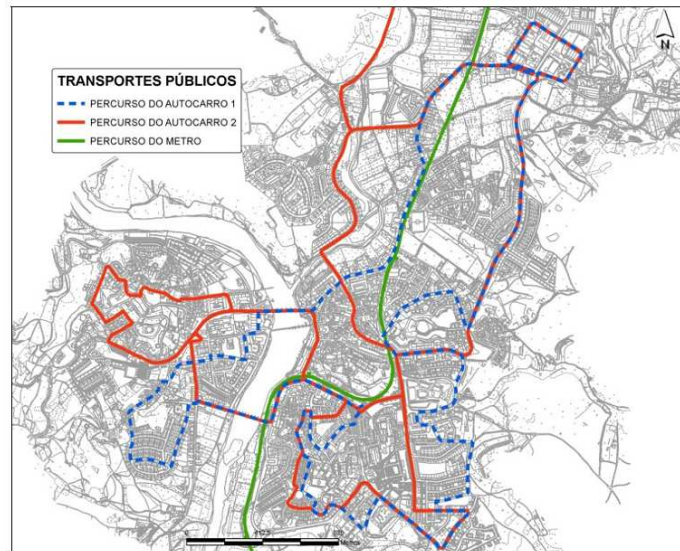


Figura 25 – Circuito dos transportes públicos na cidade de Mirandela.

Fonte: Plano de Mobilidade Sustentável de Mirandela, junho 2008

6.2.3. Análise SWOT

O quadro seguinte apresenta uma análise SWOT do FCD – Ordenamento e Qualificação do Território, onde se identificam as Forças e Oportunidades presentes no Concelho, assim como as Fraquezas e as Ameaças, pretendendo-se efetuar um diagnóstico de referência, sem considerar a implementação da proposta de reviso do Plano.

Quadro 48 - Análise SWOT no âmbito do FCD – Ordenamento e Qualificação do Território

Forças (S)	Fraquezas (W)
<ul style="list-style-type: none"> O território é dominado pela ocupação com floresta, meios naturais e seminaturais (53%) e pelas áreas agrícolas e agroflorestais (44%). Aumento ligeiro da área dos territórios artificializados face a 1990. Forte polarização da freguesia de Mirandela: esta concentra metade da população do concelho. Área de RAN, REN e Regime florestal ocupam 49,23% do concelho. A proposta de delimitação da REN de 2014, atualizaou a REN de 1994, que padecia de um conjunto de erros de delimitação assinaláveis, sobretudo associados às debilidades da informação cartográfica e dos meios disponíveis. Quase total cobertura da rede de saneamento e abastecimento de água. Boa cobertura de equipamentos nos domínios da cultura, desporto e segurança social. Bom estado de conservação dos edifícios. Índice de envelhecimento dos edifícios inferior ao da subregião do Alto Trás-os-Montes. Capitação de espaços verdes acima da média europeia. Enquadramento territorial favorável (proximidade aos principais eixos rodoviários). Grau médio de acessibilidade interna (distâncias dos centros a Mirandela inferiores a 20km). Bom estado de conservação da rede viária. Elevada taxa de deslocação a pé quer ao nível concelho, quer ao nível da freguesia de Mirandela, superior a todas as unidades geográficas. 	<ul style="list-style-type: none"> As zonas de expansão, onde o edificado perde o seu cariz tradicional, apresentam lacunas ao nível da estruturação urbana e de qualificação do espaço público. Evolução demográfica recessiva nas últimas décadas, não só no contexto da região como do País. Diminuição da densidade populacional. Nível de instrução e qualificação da mão-de-obra baixa. Estrutura etária mais envelhecida, quer na base, quer no topo da pirâmide. Aumento do Índice de Envelhecimento. Carência na valência de creche e lares e de apoio à população com deficiência; Diminuição das licenças para construção. Decréscimo do licenciamento a partir de 2007 Reduzida expressão do licenciamento de obras de alteração, ampliação ou reconstrução Existem 116 edifícios em estado muito degradado. Aumento do uso do automóvel individual nas deslocações. Ao nível do transporte público de passageiros o serviço é bastante insatisfatório, com exceção da cidade, originando fortes desigualdades em termos de acesso a um serviço crucial para a qualidade de vida das populações e para sobrevivência dos territórios rurais. Ao nível do transporte ferroviário, registou-se um retrocesso com o encerramento do serviço na linha do Tua.
Oportunidades (O)	Ameaças (T)
<ul style="list-style-type: none"> Moderação na impermeabilização do solo e definição de uma estrutura ecológica. Melhorias das estrutura funcional, com adaptações às necessidades dos nossos dias. Conclusão do IP4/A4, em concreto o troço Amarante-Vila Real que permitirá uma melhoria significativa da acessibilidade à região metropolitana do Porto Hierarquização e definição de novos perfis transversais para a rede viária. Plano de Mobilidade Sustentável de Mirandela. Maior adesão aos transportes coletivos devido ao aumento dos preços dos combustíveis e à crescente sensibilização ambiental da população podem promover. 	<ul style="list-style-type: none"> Período de crise económica mundial Envelhecimento da população. Tendência crescente da degradação dos núcleos antigos das aldeias em consequência do seu despovoamento Propensão para a desconcentração e perda de dinâmica do espaço urbano, materializada pelo crescimento do número de alojamentos vagos e de uso sazonal e as exigências de manutenção, e potencial degradação do edificado, daí decorrentes.

6.2.4. Tendências de evolução sem Plano

OCUPAÇÃO E USO DO SOLO

Durante a vigência do PDM`94, foi aprovada legislação e políticas a nível do ordenamento do território e da compatibilização dos usos do solo, que mostra a cada vez maior desatualização do atual PDM.

Caso a revisão do PDM não ocorra, o mesmo mostrar-se-á cada vez mais desatualizado face a realidade nacional e municipal.

CONDICIONANTES E ÁREAS NATURAIS

Relativamente às condicionantes e áreas naturais, prevê-se a continuidade do estado atual na ausência do plano.

ASSIMETRIAS TERRITORIAIS

Relativamente às assimetrias territoriais, prevê-se um agravamento da situação pela falta de capacidade do município de fixar a população na ausência do plano.

COESÃO TERRITORIAL

Relativamente à coesão territorial, prevê-se a continuidade do estado atual na ausência do plano.

Na ausência de implementação da revisão do PDM, existe um conjunto de equipamentos previstos que poderão não ter enquadramento no PDM em vigor, não sendo incrementado o nível de serviço dos equipamentos de educação (creche) e apoio social (lares).

QUALIFICAÇÃO URBANA

Relativamente à qualificação urbana, prevê-se a continuidade do estado atual na ausência do plano.

Considera-se que a não implementação do plano não favorece o tratamento e requalificação do espaço urbano na sede de concelho e nas principais sedes de freguesia.

MOBILIDADE E ACESSIBILIDADES

Relativamente à qualificação urbana, prevê-se a continuidade do estado atual na ausência do plano.

6.2.5. Oportunidades e Riscos para o FCD – Ordenamento e Qualificação do Território

Seguidamente são avaliados para cada critério do FCD – Ordenamento e Qualificação do Território, o impacto das questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Mirandela em termos de oportunidades e riscos

Questões Estratégicas (QE):

QE1 - Estabelecer o ordenamento do território através da promoção de um desenho urbano qualificado e adequado ao suporte físico, valorizando intervenções urbanas que favoreçam a melhoria da qualidade de vida dos munícipes e o desenvolvimento sustentado do concelho.

QE2 - Promover a melhoria das acessibilidades, através do reforço das ligações interregionais e da conservação/beneficiação das vias intraconcelhias.

QE3 - Potenciar a competitividade e desenvolvimento económico através da oferta quantitativa e qualitativa de espaços empresariais e industriais.

QE4 - Potenciar e valorizar os territórios agrícolas e florestais como elementos fundamentais para a promoção de um desenvolvimento económico sustentável e de afirmação da ruralidade do concelho.

QE5 - Promoção e desenvolvimento do turismo local com base nos recursos naturais, na cultura, nos produtos endógenos e na gastronomia.

QE6 - Coesão social e territorial através da adequação da rede de equipamentos coletivos e da consolidação da centralidade de cidade de Mirandela.

QE7 - Preservar e valorizar o património natural e cultural, a biodiversidade, utilizar de modo sustentável os recursos e prevenir os riscos.

QE8 - Implementação e monitorização dos diversos planos com recurso as novas tecnologias da informação

Quadro 49 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Ocupação e Uso do Solo”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Promover uma política de estímulo ao ordenamento do território equilibrado com o objetivo de assegurar a sua proteção e valorização, através da organização espacial do território.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	<p>A proposta de plano distingue os espaços urbanizados das áreas cuja urbanização é possível programar. Nas áreas a programar promovem-se as continuidades com o solo já urbanizado, bem como a hierarquização estratégica das intervenções, resultando impactos significativos no ordenamento do território. (++)</p> <p>Promoção de um desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico e de um desenvolvimento integrado dos territórios de baixa densidade. (++)</p> <p>Classificação de um número significativo de núcleos populacionais como aglomerados rurais. (++)</p> <p>O solo urbano aumenta 30,3%, contudo corresponde somente a 2,8% da área concelhia e a uma redução de -7,0% se considerarmos os perímetros urbanos em vigor mais as áreas edificadas consolidadas. (++)</p> <p>As normas do PDM evitam a dispersão urbana. (++)</p> <p>A provimento de infraestruturas básicas têm efeitos positivos na fixação e atração de novos residentes e iniciativas/investimentos empresariais importantes para a contenção do êxodo rural e preservação dos usos tradicionais do solo. (+)</p>	<p>A ocupação dispersa continuará a ser um risco embora com menor magnitude (-)</p>
QE2	<p>A hierarquização da rede viária contribuirá para uma melhor organização espacial do plano e um ordenamento mais equilibrado evitando congestionamento que poderão originar a degradação da qualidade ambiental da área do Plano (++)</p>	
QE3	<p>Espaços específicos e adequados dedicados à implantação e fixação de novas indústrias ou melhoria das condições de atividade das já existentes. (++)</p> <p>A expansão / criação de zonas industriais privilegia a concentração das funções industriais. (++)</p>	

Objetivos de Sustentabilidade:		
Promover uma política de estímulo ao ordenamento do território equilibrado com o objetivo de assegurar a sua proteção e valorização, através da organização espacial do território.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE4	Os espaços agrícolas e florestais apresentam regras para o uso e edificabilidade. (++)	
QE5	Cria condições para a implementação de projetos turísticos que contribuem para a valorização de produtos e práticas tradicionais essenciais para a manutenção de atividades agrícolas e florestais. (+)	A pressão da atividade turística poderá originar conflitos na ocupação e uso do solo (-).
QE6	Possibilita a fixação da população e a contenção da dispersão urbana. (+)	
QE7	A definição de estrutura ecológica municipal define regras de uso e ocupação do solo para a preservação e valorização dos recursos e valores naturais, condicionando fortemente a edificação dispersa e a implantação de atividades que contribuem para um desordenamento municipal. (++) Impactes significativos na organização espacial do território através da prevenção e minimização dos riscos que potenciam um correto ordenamento do território e a prevenção da localização de usos conflituosos. (++)	
QE8	Agilização na gestão e ordenamento do território com a passagem do PDM para formato digital. (++)	
Nota: (-,-) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 50 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Condicionantes e áreas naturais”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Qualificação ambiental do espaço urbano e rural, valorizando os recursos naturais, a biodiversidade e o património natural		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	Contribui para a contenção da dispersão urbana, evitando o uso de áreas naturais (RAN, REN e Regime florestal). (+)	Exclusão de área REN, embora seja de somente 45,67ha. (-)
QE2	0	0
QE3	A definição de espaços empresariais e industriais evita a ocupação indevida de áreas condicionadas e áreas naturais. (+)	
QE4	A aposta na manutenção e preservação das atividades do setor primário contribuirá para a preservação das áreas naturais.(++)	
QE5	A aposta no turismo baseado nos produtos endógenos, possibilitará o desenvolvimento da atividade agrícola e florestal o que contribuirá para a preservação das áreas naturais.(+)	Implantação de projetos e unidades turísticas em áreas sensíveis do ponto de vista ambiental, nomeadamente áreas integradas na REN, RAN e EEM. (-)
QE6	0	0
QE7	A definição de estrutura ecológica municipal define regras de uso e ocupação do solo para a preservação e valorização dos recursos e valores naturais, condicionando fortemente a edificação dispersa e a implantação de atividades que contribuem para a descaracterização da paisagem tradicional e degradação de sistemas ecológicos fundamentais. (++)	

Objetivos de Sustentabilidade:		
Qualificação ambiental do espaço urbano e rural, valorizando os recursos naturais, a biodiversidade e o património natural		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE7	A delimitação da REN, corrigiu incorreções e possibilitou a correta delimitação dos sistemas da REN a proteger. (++) As áreas de REN são classificadas no solo urbano como espaços verdes urbanos e integradas na EEM, assumindo tipologias de uso urbano mais vocacionadas para áreas verdes de utilização coletiva e de enquadramento desde que não seja posta em causa a continuidade e a salvaguarda do sistema natural em causa.	
QE8	Monitorização das condicionantes. (++)	
Nota: (-,-) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 51 - Principais oportunidades e riscos para o critério "Assimetrias Territoriais"

Objetivos de Sustentabilidade:		
Promover a fixação da população e evitar o despovoamento do território		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	A qualificação urbana através da melhoria da qualidade de vida urbana, rural e ambiental promove a fixação da população. (++) A resolução das carências habitacionais existentes e o aumento da oferta habitacional social ou a custos controlados promove a fixação da população. (++)	A macrocefalia de Mirandela poderá atrair população dos outros aglomerados urbanos. (-)
QE2	A melhoria das acessibilidades contribuirá para a fixação da população. (+)	
QE3	Esta opção deverá ter efeitos positivos na fixação da população, na criação de novos postos de trabalho, o que irá permitir diminuir a taxa de desemprego. (++)	
QE4	Contribui para a valorização dos sectores agrícolas e florestais considerados fundamentais para o desenvolvimento económico e para a fixação da população no concelho. (++)	
QE5	Promoção de uma maior diversificação das atividades de base económica através do desenvolvimento da atividade turística associadas ao comércio tradicional, produtos endógenos e na gastronomia, património arqueológico e edificado. Esta medida afigura-se importante para a contenção do êxodo rural e para o incremento da atratividade do concelho no que se refere a atividades económicas e população. (++)	
QE6	Contribui para o incremento no território de equipamentos coletivos e serviços públicos, garantindo uma maior equidade no acesso a equipamentos e serviços fundamentais para a coesão e desenvolvimento social. (++)	A presença de grande parte ds valencias na cidade de mirandela poderá promover o êxodo da população residente em aglomerados urbanos de baixa densidade e mais periféricas para a sede de concelho que oferece melhores condições de vida. (-)
QE7	A valorização e preservação dos recursos naturais, contribuirá para o desenvolvimento turístico e para a valorização das atividades agrícolas, possibilitando o desenvolvimento económico e a fixação da população. (++)	
QE8	0	0
Nota: (-,-) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 52 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Coesão Territorial”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Dotar o território concelhio de equipamentos adequados às necessidades da população.		
Garantir um nível de infraestruturação adequado às novas exigências ambientais.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	O plano promove e assegura a implantação de outras funções para além da habitacional, como seja as áreas para utilização coletiva, possibilitando a dotação de equipamentos importantes necessários ao concelho, promovendo a coesão territorial. (++) O plano prevê a melhoria das infraestruturas básicas, quer através da sua renovação e melhoria da eficiência, substituição ou integração no sistema multimunicipal. (++)	A melhoria das infraestruturas, serviços e equipamentos coletivos na cidade de Mirandela poderá promover o êxodo da população residente em aglomerados urbanos de baixa densidade e mais periféricas para a sede de concelho que oferece melhores condições de vida. (-)
QE2	0	0
QE3	Os espaços empresariais e industriais serão dotados de todas as infraestruturas básicas necessárias. (++)	
QE4	0	0
QE5	0	0
QE6	Aumento dos equipamentos coletivos, nomeadamente na valência lar e creche. (++)	A presença de grande parte ds valencias na cidade de mirandela poderá promover o êxodo da população residente em aglomerados urbanos de baixa densidade e mais periféricas para a sede de concelho que oferece melhores condições de vida. (-)
QE7	0	0
QE8	0	0
Nota: (-,--) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 53 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Qualificação urbana”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Assegurar o estado de conservação dos espaços públicos de utilização coletiva e aumentar a atratividade.		
Incentivar processos de requalificação e valorização urbana.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	O plano prevê o aumento dos espaços verdes e da capitação por habitante. (++) O plano a requalificação de núcleos antigos, edifícios e espaços públicos. (++)	
QE2	A melhoria das acessibilidades traz vantagens para a população existente e para a que se venha a instalar e a fixar-se no município, incentivando processos de requalificação urbana. (+)	
QE3	O desenvolvimento económico e a instalação de novas atividades vai originar processos de requalificação urbana, melhorando a qualidade urbana do concelho. (++)	
QE4	0	0
QE5	O incentivo do setor turístico vai originar processos de requalificação urbana, melhorando a qualidade urbana do plano. (++)	
QE6	Melhoria significativa da capitação de espaços verdes e dos equipamentos coletivos e por consequência da qualidade urbana. (++)	
QE7	Permite a valorização e proteção dos valores culturais do plano, incentivando a qualidade urbana do plano. (++)	

Objetivos de Sustentabilidade: Assegurar o estado de conservação dos espaços públicos de utilização coletiva e aumentar a atratividade. Incentivar processos de requalificação e valorização urbana.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE8	0	0
Nota: (-,-) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 54 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Mobilidade e Acessibilidades”

Objetivos de Sustentabilidade: Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades internas e externas. Promover a mobilidade sustentável.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	A implementação de soluções de transporte público de passageiros contribuirá para a melhoria da cobertura do transporte público. (++) A aplicação do Plano de Mobilidade de Mirandela, aumentará os percursos cicláveis e pedonais e promoverá melhorias na mobilidade. (++) Os novos perfis da rede viária possibilita a implementação de meios de mobilidade sustentável (pedonais ou cicláveis). (++)	
QE2	A melhoria das acessibilidades (Beneficiação da rede viária e construção de vias novas) e a implementação de soluções de transporte público de passageiros contribuirá para a fixação da população. (++) A hierarquização da rede viária promove a acessibilidade da população ao cidade de Mirandela e aos concelhos vizinhos. (++)	A melhoria nas acessibilidades poderá não contribuindo para contrariar o aumento da proporção da população que uso o automóvel.
QE3	A oferta de áreas industriais contribuirá para a melhoria das acessibilidades na medida em que a atividade industrial pode potenciar o reforço das acessibilidades, quer através da construção de novas vias, como de obras de beneficiação da rede existente. (+)	
QE4	0	0
QE5	A aposta no turismo contribuirá para a melhoria das acessibilidades na medida em que a geração de fluxos turísticos pode potenciar o reforço das acessibilidades, quer através da construção de novas vias, como de obras de beneficiação da rede existente. (+) A existência de vários percursos pedestres associados aos valores naturais incentiva a mobilidade sustentável. (++)	O aumento dos fluxos tursiticos poderá originar problemas de congestionamento nas áreas de maior atração turística.
QE6	Os espaços verdes favorecem ainda a implementação de modos de locomoção não motorizada (pedonal e bicicleta), permitindo uma mobilidade sustentável. (+)	
QE7	A EEM incentiva a criação de meios de mobilidade sustentável através da criação de percursos cicláveis e pedonais. (+)	
QE8	0	0
Nota: (-,-) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

6.3. Desenvolvimento Económico e Social

6.3.1. Descrição do FCD e seus objetivos

No âmbito do presente Fator Crítico de Decisão pretende-se avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da competitividade e dinâmica empresarial, a valorização do espaço rural, na dinâmica turística associada ao património e aos recursos naturais e no desenvolvimento humano nomeadamente ao nível da qualificação dos recursos humanos e na promoção do emprego.

Quadro 55 – Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Desenvolvimento Económico e Social

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Desenvolvimento Económico e Social	Desenvolvimento Humano	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização e qualificação dos recursos humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Nível de ensino da população. • População com ensino superior/População com 25 anos ou mais. • População ativa por grupo de profissão.
		<ul style="list-style-type: none"> • Criar e promover o emprego local. 	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de População Ativa. • Taxa de Desemprego. • Evolução da População Ativa por Atividades Económicas. • Movimentos pendulares trabalho/ estudo - casa - trabalho/estudo
	Competitividade e Dinâmica empresarial	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o crescimento do tecido empresarial e dinamização da estrutura económica local 	<ul style="list-style-type: none"> • Variação do número de empresas sediadas. • Variação do número de Empresas por setor de atividade. • Dimensão dos estabelecimentos instalados • Volume de vendas por atividades económicas. • Poder de compra per capita.
	Valorização do espaço rural	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o potencial agrícola e florestal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Variação do número de explorações agrícolas e área média de exploração. • Superfície agrícola utilizada (SAU). • Utilização das terras (principais culturas), por exploração. • Variação do número de explorações pecuárias e número de animais. • Variação de área solo afeta à RAN.
	Dinâmica turística	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar/melhorar as condições de apoio e suporte à prática turística 	<ul style="list-style-type: none"> • Número total de camas e empreendimentos turísticos. • Taxas de ocupação hoteleira. • Evolução do número de dormidas. • Intensidade turística.
		<ul style="list-style-type: none"> • Promover a atratividade turística • Desenvolver uma estratégia de marketing e promoção turística 	<ul style="list-style-type: none"> • Percursos temáticos implementados. • Produtos de qualidade. • Eventos com poder de atração. • Investimentos concelhios em Turismo.

6.3.2. Situação existente e análise tendencial

DESENVOLVIMENTO HUMANO

A qualificação/formação é um dos critérios de avaliação fundamentais para aferir a qualidade dos potenciais ativos residentes no município.

Relativamente aos níveis de instrução desta população verificamos que é uma população com baixas habilitações escolares, possuindo aproximadamente 63,4% habilitações iguais ou inferiores ao 2º ciclo do ensino básico.

A realidade ao nível das restantes unidades geográficas em análise não difere de forma significativa da apresentada para o concelho.

Quadro 56 – Nível de instrução e qualificação académica da população residente, 2011 (%)

Nível de Ensino	Concelho Mirandela	Alto Trás-os-Montes	Norte
Nenhum	10,3	11,1	7,6
Pré-escolar	2,0	1,9	2,4
1º Ciclo	34,3	37,9	31,9
2º Ciclo	10,9	10,2	12,7
3º Ciclo	13,7	13,4	16,3
Ensino secundário	14,9	13,3	15,2
Pós-secundário	0,8	0,6	0,8
Ensino superior	13,1	11,6	13,0

Fonte: INE, Censos 2011

Tal como acontece ao nível Sub-regional cerca de 35% da população residente em Mirandela possui apenas o 1º Ciclo do ensino básico de escolaridade.

O 2º ciclo do ensino básico regista uma percentagem igual no concelho e na sub-região do Alto Trás-os-Montes, cerca de 10,2%, o mesmo sucede nos valores registados no 3.º ciclo do ensino básico ambas unidades geográficas apresentam valores que rondam à volta dos 13,5%.

Por sua vez, a população do concelho que tem o ensino secundário representa 13,3% dos residentes, percentagem próxima à da Sub-região (14,9%), e 13,1% com o ensino médio ou superior, valor acima do Alto Trás-os-Montes (11,6%). Ou seja, mais de metade da população residente tem a escolaridade obrigatória, e cerca de 10 % não têm nenhum nível de instrução.

Segundo os dados do INE, constata-se que houve uma melhoria ao nível da qualificação da população residente, em relação a 2001, sobretudo através da redução da parcela da população que apenas tem o equivalente ao ensino primário (1º ciclo do ensino básico), de 37,6% para 28,5% em 2011, face ao aumento dos que possuem um curso médio ou superior.

Relativamente à população com mais de 25 anos com ensino superior verifica-se um aumento da percentagem da população com curso superior.

Quadro 57 – População com mais de 25 anos com ensino superior completo (%)

Ano	Freg. de Mirandela	Concelho Mirandela	Alto Trás-os-Montes	Norte
2001	13,3	5,9	5,1	7,1
2011	17,9	11,2	9,8	10,8

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Considerando as profissões da população residente economicamente ativa e empregada no concelho em 2011, e apesar da dispersão por inúmeras profissões, assumem especial destaque, pelos efetivos que concentram, as seguintes profissões:

- Vendedores em lojas, 496 indivíduos
- Empregado de escritório em geral, 341 indivíduos
- Professor dos ensinos básico (2º e 3º ciclos) e secundário, 277 indivíduos
- Outras profissões elementares, 203 indivíduos
- Trabalhadores de limpeza em casas particulares, hotéis e escritórios, 109 indivíduos
- Professores do ensino básico (1º ciclo) e educadores de infância, 164 indivíduos
- Pessoal dos serviços de proteção e segurança, 152 indivíduos
- Profissionais de enfermagem, 143 indivíduos
- Técnicos de nível intermédio da área financeira e matemática, 131 indivíduos
- Trabalhadores qualificados da construção das estruturas básicas e similares, 121 indivíduos
- Trabalhadores de cuidados pessoais nos serviços de saúde, 116 indivíduos
- Trabalhadores qualificados da transformação de alimentos, 116 indivíduos
- Cozinheiro, 111 indivíduos

Agregando as profissões segundo os respetivos grupos, aproximadamente 63,5% da população residente economicamente ativa concentra-se em quatro grupos de profissões, a saber: o Grupo 2 - Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas, Grupo 5 - Pessoal dos Serviços e Vendedores, Grupo 7 - Operários, Artífices e Trabalhadores Similares e Grupo 9 - Trabalhadores Não Qualificados.

Quadro 58 – População residente economicamente ativa e empregada no Concelho, segundo o grupo de profissões, em 2001-2011

Grupo de profissões	2001		2011	
	nº	%	nº	%
Grupo 1 - Quadros Superiores da Adm. Púb., Dirig. e Quad. Sup. de Empresas	675	7,4	732	8,6%
Grupo 2 - Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	782	8,5	1 366	16,0%
Grupo 3 - Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	759	8,3	754	8,8%
Grupo 4 - Pessoal Administrativo e Similares	793	8,7	595	7,0%
Grupo 5 - Pessoal dos Serviços e Vendedores	1 445	15,8	1 782	20,9%
Grupo 6 - Agricultores e Trab. Qualif. da Agric. e Pescas	1 232	13,5	622	7,3%
Grupo 7 - Operários, Artífices e Trab. Similares	1 581	17,3	1 108	13,0%
Grupo 8 - Operadores de Inst. e Máquinas e Trab. da Montagem	412	4,5	374	4,4%
Grupo 9 - Trab. Não Qualificados	1 408	15,4	1 160	13,6%
Grupo 0 - Forças Armadas	61	0,7	42	0,5%
Mirandela	9148	100	8 535	100

Fonte: INE, Censos 2011.

A percentagem de Pessoal dos Serviços e Vendedores, no período 2001-2011, teve um aumento de 5,1%, tornando-se o grupo de profissões com mais elevada percentagem no município.

A percentagem de Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas, no período 2001-2011, teve uma redução de 6,2%, o que revela uma diminuição da atividade no setor primário.

É possível constatar a importância que as profissões associadas ao sector Terciário, começam a ganhar no contexto do emprego concelhio em detrimento das profissões de menor “valor acrescentado”, ou seja, nas profissões assentes em baixos níveis de qualificação e em mão de obra “barata”. Esta atual conjuntura económica que marca o Concelho, é de certa forma representativa, das atuais dinâmicas de desenvolvimento económico nacional. Sem desvirtuar outras áreas de atuação, o investimento público relativo à oferta de atividades “científicas” (bibliotecas, cursos formação,...) de Mirandela, deve constituir uma meta de atuação por parte do poder local.

O indicador “Taxa de população ativa” permite definir a relação entre a população ativa e a população total num determinado território. Em 2011 cerca de 42% da sua população ativa exercia uma atividade.

Entre 2001 e 2011 assistiu-se a um ligeiro aumento da população ativa no concelho de Mirandela, ao contrário da região Norte.

Quadro 59 – Taxa de População Ativa, concelho de Mirandela, na região e sub-região, 2001 e 2011

Unidade Geográfica	2001			2011		
	Total	H (%)	M (%)	Total	H (%)	M (%)
Mirandela	39,0	n.d.	41,39	40,7	46,03	35,93
Alto Trás-os-Montes	37,4	n.d.	28,51	38,0	43,9	32,53
Norte	48,1	n.d.	41,3	47,59	52,3	43,24

Fonte: INE, 2001 e 2011: Recenseamentos Gerais da População

Conclui-se que a população masculina da Sub-região, Concelho e das Freguesias é ainda hoje a população ativa por excelência. No entanto, a evolução estatística de 2001 a 2011 apresenta uma diferença entre homens e mulheres inseridos no mercado de trabalho mais diluída e com tendência a uniformizar-se.

A estrutura económica revela a capacidade produtiva de um concelho e também o seu desenvolvimento e preparação para os desafios do futuro. Da análise dos quadros seguintes, onde foram introduzidos os valores dos censos de 2001 e 2011, verifica-se que a taxa de desemprego total do concelho em 2011 (12,1%) revela-se concordante com a média da sub-região Alto Trás-os-Montes (11,9%).

Quadro 60 – Evolução da taxa de desemprego.

	Taxa de Desemprego %		Δ2011-2001
	2001	2011	
Norte	6,6	14,5	7,9
Alto Trás-os-Montes	8,6	11,9	3,3
Concelho de Mirandela	9,1	12,1	3,0

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

Sobre a população ativa nos setores de atividade, e apoiados nos dados do INE, constata-se que o setor primário decresceu na última década, sendo o menos representativo na estrutura socioeconómica do Concelho, tendo sofrido uma quebra de 31,9% no número de ativos, ocupando, em todo o caso, ainda, cerca de 10,7% da sua população ativa.

Comparativamente, o setor terciário é, por sua vez, o mais expressivo, assumindo grande destaque: cresceu durante esta década apresentando em 2011 um acréscimo de 7,8% do número de ativos face à década anterior.

O Setor secundário era em 2001, o setor que empregava 23,8% da população ativa do concelho, contudo em 2011, o setor secundário sofreu um decréscimo de 28,7% do número de ativos, passando a empregar 18,2% da população do concelho

Em suma, o Concelho demonstra uma clara manutenção e crescimento exponencial da atividade dominante em termos da ocupação da sua população ativa, manifestando uma transferência dos ativos do setor primário e setor secundário para o terciário.

Em termos de especialização da base produtiva, pode desde já, constatar-se a partir da observação do quadro da estrutura da população ativa com uma profissão que, tanto no concelho, como na Sub-região Alto Trás-os-Montes, esta se encontra concentrada no Terciário.

Quadro 61 – População Empregada por Setor de Atividade.

Unidade Geográfica	Ano	Primário		Secundário		Terciário	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%
Mirandela	2001	1336	14,6	2176	23,8	5636	61,6
	2011	909	10,7	1551	18,2	6075	71,2
Alto Trás-os-Montes	2001	14980	19,6	17605	23,1	43771	57,3
	2011	7725	11,3	13567	19,8	47149	68,9
Norte	2001	78726	4,8	758079	45,8	819298	49,5
	2011	43023	2,9	533848	35,5	925012	61,6

Em 2011 o setor terciário, empregava 71,2 % da população empregada de Mirandela, valor este superior ao da região e sub-região.

No que diz respeito à mobilidade da população, foram analisados dados do INE, relativos aos movimentos pendulares para o ano de 2011. Entende-se por movimentos pendulares, todas as deslocações efetuadas pela população compreendidas entre a sua residência e local de trabalho/estudo, por concelho de origem e destino.

Dos dados presentes no quadro seguinte, e referindo-nos ao período censitário de 2011, conclui-se que o maior número de pessoas que trabalham ou estudam fá-lo no próprio município a onde reside, isto é, de um total de 10 852 residentes empregados ou estudantes, cerca de 85% reside e trabalha ou estuda no concelho de residência.

Quadro 62 – População residente empregada ou estudante segundo local de trabalho ou estudo(2011).

Unidade Geográfica	Na freguesia onde reside	Noutra freguesia do município onde reside	Noutro Município	No estrangeiro
Região Norte	766 847	82 1151	593 887	38 477
Alto Trás-os-Montes	55 107	30 654	14 245	1 543
Mirandela	8 080	2 772	1 731	179

Fonte: INE, Censos 2011

Se verificarmos a proporção de população residente que trabalha ou estuda noutro município, constatamos que Mirandela, de acordo com os censos de 2011, apresenta 13,6% da população.

Quanto à população que se desloca para o estrangeiro para estudar ou trabalhar são em termos absolutos sejam apenas 179 pessoas em 2011.

A análise das relações de dependência fundamentou-se na informação estatística, obtida a partir do recenseamento da população de 2011 do INE, sobre as viagens diárias, de carácter sistemático, que se efetuam do município de Mirandela para os diversos destinos, por motivos de trabalho ou estudo.

Em 2011, as principais ilações a retirar referentes às relações de dependência por motivos de trabalho ou estudo com outros municípios prendem-se com o seguinte:

- Os principais destinos da população que se desloca para fora do concelho de Mirandela são Bragança (13%) e Porto (13%), o que traduz a atratividade das duas capitais de distrito;
- É notório a atração exercida pelo conjunto de municípios vizinhos, designadamente, Macedo de Cavaleiros (9%), Vila Flor (7%) e Valpaços (5%);
- Verifica-se que a Área Metropolitana de Lisboa (AML) constitui também um polo de atração encabeçado por Lisboa com 5% das deslocações oriundas de Mirandela;

COMPETITIVIDADE E DINÂMICA EMPRESARIAL

Em 2011, o número de empresas de com sede em Mirandela era de 2462, correspondendo a uma densidade de empresas no município de 3,9 empresas/km², valor superior ao do Alto Trás-os-Montes (2,5 empresas/km²), valor que reflete necessariamente a falta de atratividade económica do município.

Em 2012, a tendência de diminuição manteve-se e o número de empresas em Mirandela foi de 2329.

Quadro 63 – Indicadores do tecido empresarial concelhio.

		Continente	Norte	Alto Trás-os-Montes	Mirandela
Empresas (N.º)	2009	1 149 445	378 791	20 132	2 545
	2011	1 065 375	360 482	19 670	2 463
	2012	1 017 697	347 939	18 340	2329
Densidade de empresas (N.º/km²)	2009	11,4	16,1	2,1	3,3
	2011	12,0	17,7	2,5	3,9
Proporção de microempresas (%)	2009	95,6	94,8	97,5	97,3
	2011	95,9	95,1	97,8	97,6

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região do Norte 2010 e 2012.

O concelho de Mirandela regista um número de empresas por km² superior ao da sub-região do Alto Trás-os-Montes. Relativamente à dimensão das empresas no concelho, importa destacar a elevada proporção de microempresas, valor este que acompanha o registado na região e no país.

O número de empresas sedeadas no concelho entre 2009 e 2012 sofreu variações que acompanharam a tendência regional e nacional.

De acordo com dados estatísticos do INE, relativos aos anos de 2012 a 2010, a distribuição das empresas, segundo a classificação das atividades económicas, evidenciou um decréscimo do número de empresas, uma perda de 216 empresas, 8,5% das empresas existentes em 2010.

Quadro 64 - Empresas do concelho de Mirandela, segundo a classificação das atividades económicas, Rev. 3.

Empresas - Segundo a classificação das atividades económicas	2010		2011		20012	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (CAE A)	224	9	242	10	226	10
Indústrias extrativas (CAE B)	2	0	2	0	1	0
Indústrias transformadoras (CAE C)	163	7	160	6	158	7
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (CAE D)	3	0	3	0	3	0
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição (CAE E)	3	0	4	0	3	0
Construção (CAE F)	192	8	184	7	159	7
Comércio por grosso e a retalho; Reparação de veículos automóveis e motociclos (CAE G)	671	27	654	27	629	27
Transportes e armazenagem (CAE H)	48	2	48	2	45	2
Alojamento, restauração e similares (CAE I)	268	11	278	11	246	11
Atividades de informação e comunicação (CAE J)	16	1	12	0	11	0
Atividades imobiliárias (CAE L)	26	1	27	1	29	1
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (CAE M)	191	8	189	8	179	8
Atividades administrativas e dos serviços de apoio (CAE N)	159	6	149	6	158	7
Educação (CAE P)	206	8	206	8	187	8
Atividades de saúde humana e apoio social (CAE Q)	144	6	149	6	142	6
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas (CAE R)	27	1	28	1	28	1
Outras atividades de serviços (CAE S)	121	5	128	5	125	5
Total	2464	100	2463	100	2329	100

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2012 e 2011.

Em 2011, as empresas do concelho de Mirandela desenvolvem a sua atividade maioritariamente em três subsectores, responsáveis por aproximadamente 48,0% das empresas com sede no concelho a saber: comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (27%) e o alojamento, restauração e similares (11%), a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (10%).

Analisando o volume de vendas por atividade económica, verifica-se um decréscimo do total de vendas de 2009 a 2012 de 7%.

Quadro 65 – Volume de vendas nas empresas com sede no município segundo a classificação das atividades económicas, em euros.

Setor de atividade	Ano			
	2009	2010	2011	2012
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	4239016	4134919	6132881	6163177
Indústrias extrativas	-	-	-	-
Indústrias transformadoras	35170153	36985047	35902323	37022458
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	-	528641	-	382820
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	10568719	12279282	13286072	8879557
Construção	23486502	22909746	17770959	13605589
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	135505781	144477767	139144221	134931354
Transportes e armazenagem	4652860	5669955	5339548	5011879
Alojamento, restauração e similares	11007898	11015070	10965575	7634996
Atividades de informação e de comunicação	313245	231151	209158	184129
Atividades imobiliárias	358197		1063274	
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	4888521	4716592	4473434	3712469
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	4340492	5487637	4215253	3322507
Educação	6402420	5623827	4685370	3668438
Atividades de saúde humana e apoio social	10672855	11300889	10473108	10594793
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	471698	470409	290996	244804
Outras atividades de serviços	1977035	1953569	1744802	1784548
Total Concelho	256044722	269726831	259186547	238025102

Fonte: INE.

Em 2012, os setores de atividade com maior volume de vendas eram o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (56,7%) e a indústria transformadora (15,6%).

O índice do poder de compra do município de Mirandela em 2011 correspondia a 63,61 % da média nacional, tendo aumentado 25,73% entre 1993 e 2011, contudo é 24,38% inferior ao índice do Alentejo. O índice do poder de compra do município de Mirandela está ainda 17,57% abaixo da sub-região do Baixo Alentejo.

Quadro 66 – Índice de Poder de Compra.

Área Geográfica	Índice de Poder de Compra					Ganho mensal médio (€)
	1993	2007	2009	2011	Δ (11-93)	2011
Mirandela	57,89	71,41	73,10	80,36	22,47	839,76
Alto Trás-os-Montes	51,47	66,33	67,43	72,35	20,88	809,86
Norte	81,72	86,24	87,64	89,22	7,5	949,08
Portugal	100	100	100	100	0	1084,55

Fonte: www.ine.pt

O Município de Mirandela apresentava, em 2011, ganho mensal médio de 839,76 €, que era um valor bastante abaixo da média nacional, bem como da região do Norte, mas superior ao da sub-região do Alto Trás-os-Montes.

VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL

De acordo com a informação existente no Recenseamento Geral Agrícola de 1989, 1999 e 2009, é possível obter dados relativamente às explorações agrícolas do concelho de Mirandela.

Em 2009, em termos de área, as 3 745 explorações agrícolas correspondem a 42 764 ha, sendo a área das explorações com superfície agrícola utilizada (SAU) de 24 834 ha, equivalente à 58% da área total das explorações do concelho de Mirandela. O valor médio de SAU por exploração é de 7,6 ha, enquanto a área média das explorações é de aproximadamente 11,4 ha.

Quadro 67 – Informação relativamente às explorações agrícolas existentes no concelho de Mirandela.

		1989	1999	2009
Explorações Agrícolas	Explorações (n.º)	3 455	3 781	3 745
	Área (ha)	37 384	42 072	42 764
	Área por exploração	10,8	11,1	11,4
Superfície Agrícola Utilizada (SAU)	Explorações (n.º)	3 448	3 762	3 737
	Área (ha)	26 101	27 958	24 834
	Área por exploração	7,6	7,4	6,6
Superfície Agrícola Não Utilizada (SANU)	Explorações (n.º)	7	19	8
	Área (ha)	11 283	14 114	17 930
	Área por exploração	1 611,9	742,8	2 241,3

Fonte: INE.

Ao longo dos anos, no concelho de Mirandela as culturas temporárias mais representativas são as Culturas forrageiras, seguidas dos temporários e Cultas hortícolas. Ao nível das culturas permanentes o Olival e a vinha são as culturas mais representativas

Quadro 68 – Informação relativamente à utilização das terras (principais culturas) no concelho de Mirandela.

Culturas	Explorações			Área (ha)		
	1999	2009	Variação(%)	1999	2009	Variação(%)
Culturas Temporárias						
Cereais para grão	1194	673	-43,6	2238	1117	-50,1
Leguminosas secas para grão	267	129	-51,7	47	27	-42,6
Prados temporários	61	27	-55,7	171	35	-79,5
Culturas forrageiras	1492	956	-35,9	1822	1313	-27,9
Batata	1129	314	-72,2	216	66	-69,4
Culturas Industriais	1	0	-100,0			
Culturas hortícolas	195	127	-34,9	84	66	-21,4
Flores e plantas ornamentais	12	3	-75,0	2	1	-50,0
Outras culturas temporárias	35	19	-45,7	6	8	33,3

Culturas	Explorações			Área (ha)		
	1999	2009	Variação(%)	1999	2009	Variação(%)
Culturas Permanentes						
Frutos frescos (exceto citrinos)	1592	1216	-23,6	686	563	-17,9
Citrinos	50	27	-46,0	6	14	133,3
Frutos sub-tropicais	0	5				
Frutos de casca rija	1080	1089	0,8	1271	1696	33,4
Olival	3651	3661	0,3	12417	14181	14,2
Vinha	2405	2084	-13,3	1842	1348	-26,8
Outras culturas permanentes	16	13	-18,8	13	6	-53,8

Fonte: INE.

Ao nível das explorações pecuárias, verificou-se entre 1989 e 2009, uma diminuição de explorações relativamente a todas as espécies e do efetivo de todas as espécies exceto os coelhos. Verifica-se que ao nível da pecuária a prática mais comum é a criação de aves, embora com um efetivo semelhante ao de equídeos.

O número de aves por exploração era, em 2009, de 13,5, enquanto no Alto Trás-os-Montes se registava uma média de 17,0. No que diz respeito aos efetivos de equídeos por exploração, Mirandela apresentava um índice praticamente igual (1,1) ao verificado na sub-região (1,3).

Quadro 69 – Informação relativamente às explorações pecuárias existentes no concelho de Mirandela.

		1989	1999	2009
Bovinos	Explorações (n.º)	422	159	64
	Efetivo (n.º)	1648	726	680
	Bovinos por exploração	3,9	4,6	10,6
	Cabeças Normais (CN)	1140	483	408
Suínos	Explorações (n.º)	1290	802	221
	Efetivo (n.º)	3728	4169	2017
	Suínos por exploração	2,9	5,2	9,1
	Cabeças Normais (CN)	825	1089	560
Ovinos	Explorações (n.º)	212	334	285
	Efetivo (n.º)	17324	25279	18452
	Ovinos por exploração	81,7	75,7	64,7
	Cabeças Normais (CN)	1732	2528	1845
Caprinos	Explorações (n.º)	190	186	116
	Efetivo (n.º)	5042	3214	3860
	Caprinos por exploração	26,5	17,3	33,3
	Cabeças Normais (CN)	504	321	386

		1989	1999	2009
Equídeos	Explorações (n.º)	2288	1695	838
	Efetivo (n.º)	3533	2135	947
	Equídeos por exploração	1,5	1,3	1,1
	Cabeças Normais (CN)	2826	1708	758
Aves	Explorações (n.º)	2585	2063	1410
	Efetivo (n.º)	36058	28072	19076
	Aves por exploração	13,9	13,6	13,5
	Cabeças Normais (CN)	487	391	257
Coelhos	Explorações (n.º)	403	380	201
	Efetivo (n.º)	1064	14727	30218
	Coelhos por exploração	2,6	38,8	150,3
	Cabeças Normais (CN)	21	71	73

Fonte: INE.

A Reserva Agrícola Nacional ocupa 4994,9ha, correspondendo a 7,58% da área concelhia.

DINÂMICA TURÍSTICA

O turismo é uma atividade económica extremamente importante podendo desempenhar um papel decisivo em termos do desenvolvimento local e regional, e que pode dinamizar as potencialidades naturais e histórico-culturais, promovendo o desenvolvimento dos recursos endógenos.

A abordagem sobre uma perspetiva do turismo, enquanto meio de promoção do desenvolvimento integrado e sustentável das populações 'hospedeiras' constitui um facto consensual. No entanto a definição quanto aos modelos a preconizar é um processo demasiado complexo, marcado por profundas divergências, existindo uma bipartição entre os que, incondicionalmente, defendem o desenvolvimento sustentável, numa perspetiva holística, e os que preconizam uma abordagem economicista, que consubstancia a prova cabal da dificuldade de encontrar uma via consensual.

Entretanto, é por demais reconhecido que o turismo constitui uma atividade de grande potencial económico para o concelho, na medida em que aos criar sinergias entre as diversas atividades económicas, estimula os agentes regionais e locais para a criação de mais serviços e infraestruturas, potenciando e integrando os recursos endógenos na estratégia de desenvolvimento.

Turismo sustentável é aquele que atende, simultaneamente, às necessidades dos turistas e das regiões recetoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades económicas, sociais e ambientais possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.

A oferta de alojamento existente no concelho de Mirandela resume-se a 11 empreendimentos turísticos: cinco estabelecimentos hoteleiros, 1 parque de campismo e seis empreendimentos de Turismo no Espaço Rural (TER).

Quadro 70 – Empreendimentos turísticos existentes no Concelho de Mirandela, 2012

	Tipologia	Localização (freguesia)	Unidades de Alojamento	N.º de Camas
Hotel Mira Tua	Hotel*	Mirandela	31	57
Hotel Grande Hotel D. Dinis	Hotel***	Mirandela	129	258
Residencial Globo	Residencial***	Mirandela	37	71
Residencial Jorge V	Residencial***	Mirandela	30	55
Pensão O Lagar	Pensão**	Mirandela	9	18
Parque de Campismo de Mirandela	Parque de Campismo*	Mirandela	-	a)
Casa do Moleiro	Casa de Campo	Mirandela	2	3
Casa Dr. Bonfim	Casa de Campo	Mirandela	6	11
Agroturismo Quinta Entre Rios	Agroturismo	Cabanelas	9	12
Agroturismo Casa dos Araújo	Agroturismo	Frechas	10	19
Casa D. Chama	Casa de Campo	Torre de D. Chama	6	9
Casa Madureira	Alojamento Local	Vale Salgueiro	2	2
Total			271	515

Em termos de atividade turística, o concelho de Mirandela em 2013 tinha uma taxa de ocupação-cama de 15,8%, o Alto Trás-os-Montes 18,4% e o Norte 32,9%. Estes valores, revelam-se pouco significativos, uma vez que o concelho pretende apostar no desenvolvimento económico e competitividade e, ainda, na valorização e preservação dos recursos naturais e culturais, através de uma estratégia de promoção de um turismo baseado nestes recursos.

Quadro 71 – Taxa de Ocupação hoteleira.

Ano	Unidade Geográfica	Taxa de Ocupação-Cama (%)				Estada média	Hóspedes por habitantes
		Total	Hotéis	Pensões	Outros		
2013	Norte	32,9	35,5	16,1	14,9	1,8	0,8
	Alto Trás-os-Montes	18,4	19,4	12,9	-	1,6	0,8
	Mirandela	15,8	-	-	-	1,5	0,8
2012	Norte	31	33,8	16,2	23,7	1,7	0,7
	Alto Trás-os-Montes	18,1	18,8	14,8	-	1,5	0,8
	Mirandela	20,2	-	-	-	1,4	1,0
2011	Norte	32,1	35,3	18,4	25,3	1,7	0,7
	Alto Trás-os-Montes	21	21,9	17,3	-	1,5	0,9
	Mirandela	26,2	-	-	-	1,5	1,3
2010	Norte	32,4	35,8	20,4	26,6	1,7	0,7
	Alto Trás-os-Montes	22,9	25,8	17,4	-	1,6	0,9
	Mirandela	29,2	-	-	-	1,5	1,3

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2010, 2011, 2012 e 2013.

O número de hóspedes por habitante em Mirandela foi 0,8, em 2013. Relativamente ao número de dormidas, em 2013, foram 28032 e o número de hóspedes foi de 19 023, valores estes que tem vindo a diminuir ao longo dos anos.

Quadro 72 – Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros

Ano	Unidade Geográfica	Dormidas				Hóspedes			
		Total	Hotéis	Pensões	Outros	Total	Hotéis	Pensões	Outros
2013	Norte	4 865 579	4 062 188	343 749	304 091	2 777 229	2 308 570	175 649	222 826
	Alto Trás-os-Montes	257 849	181 599	51 382	0	162 344	114 369	33 630	0
	Mirandela	28 032	S/I	S/I	0	19 023	S/I	S/I	0
2012	Norte	4 541 919	3 714 015	397 144	189 255	2 626 472	2 138 659	210 834	82 064
	Alto Trás-os-Montes	254 251	164 116	67 354	0	168 916	108 282	46 998	0
	Mirandela	33 699	S/I	S/I	0	23 538	S/I	S/I	0
2011	Norte	4 547 011	3 497 085	538 213	371 449	2 641 977	2 010 422	286 455	262 357
	Alto Trás-os-Montes	289 189	164 116	92 956	0	189 957	109 578	64 342	0
	Mirandela	43 600	S/I	S/I	0	29 913	S/I	S/I	0
2010	Norte	4 437 756	3 179 212	701 815	419 703	2 545 911	1 805 218	364 000	292 528
	Alto Trás-os-Montes	313 912	177 349	105 647	0	191 956	103 562	70 895	0
	Mirandela	48 662	S/I	S/I	0	31 624	S/I	S/I	0

S/I – Sem informação

O indicador intensidade turística avalia a relação entre a quantidade de turistas e a população residente num determinado território, indicando a dimensão dos potenciais impactes resultantes. Relativamente a 2013, a intensidade turística em Mirandela foi de 1,2 dormidas/habitante, na sub-região do Alto Trás-os-Montes e região norte o valor de intensidade turística foi de 1,3 dormidas/habitante.

No concelho de Mirandela, estão implementados 15 percursos temáticos: 11 percursos pedestres e 4 percursos automóveis. De salientar que 3 percursos pedestres estão homologados pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, num extensão de 29,3km.

Quadro 73 – Percursos temáticos implementados.

Percurso	Descrição
Percursos Pedonais	
PP1 – Percurso Pedestre de Quadraçal (Vila Verdinho/Romeu)	Este percurso tem início na aldeia de Romeu, junto ao cruzeiro. Ao longo de cerca de 8 km pode-se apreciar a paisagem do Sítio Classificado de Romeu que integra a Rede Natura 2000, onde se insere totalmente este percurso. Esta paisagem é constituída por uma enorme mancha de sobreiros e de bosques de sobreiro e zimbro, em excelente estado de conservação. São também frequentes os extensos afloramentos de granito que surgem ao longo deste percurso. Pode, ainda contemplar-se uma pequena mancha de pinheiro bravo junto à antiga linha de caminho-de-ferro (linha do Tua) que, anteriormente, fazia a ligação entre Bragança e Foz Tua (concelho de Carrazeda de Ansiães). Esta linha de caminho-de-ferro encontra-se, atualmente, desativada desde Bragança até Carvalhais. A norte desta linha de caminho-de-ferro e a sul da Casa das Lameiras, visualiza-se, a cerca de 420m de altitude, um monumento que simboliza a memória a Clemente Meneres, fundador da Sociedade Clemente Meneres. Junto às barragens, há oportunidade de atravessar a ribeira de Carvalhais e de visitar a antiga fábrica de rolhas. Na aldeia de Romeu pode saborear-se uma refeição típica no restaurante “Maria Rita” e apreciar objetos antigos, e conhecer a história da família Meneres no Museu das Curiosidades. Integrado neste percurso existe mais um pequeno (Percurso Pedonal Vilaverdinho) que tem início perto de Vila Verdinho. Segue-se o caminho de terra batida que desce ligeiramente até encontrar um cruzamento no qual se vira à esquerda. De salientar que se entra numa das maiores manchas de sobreiros da Europa. Passado o pontão sobre a ribeira, seguir o caminho à sua direita subindo até encontrar a linha do caminho-de-ferro desativada (linha do Tua). Continuar ao longo da ribeira até encontrar dois edifícios de construção em pedra que pertenciam a uma antiga fábrica de rolhas. Visitar o açude que está em frente às casas e descobrir um monumento que está gravado nas rochas. Seguir pelo caminho que vai dar à entrada principal das casas, e finalmente, virar à direita no cruzamento e começar a subir a ladeira com bastante inclinação e caminhar até encontrar um novo cruzamento no qual virar à esquerda e seguir em frente até chegar ao ponto de partida;
PP2 – Percurso Pedestre de Freixedinha	Este percurso inicia-se com a subida da Av. das Amoreiras e da Av. Dos Bombeiros Voluntários em direção ao Bairro S. João. Após contornar o Bairro S. João, sobe-se em direção ao “Alto da Serra”, que se localiza perto da aldeia de Vale de Madeiro. À medida que se vai avançando podem apreciar-se estevas, oliveiras, sobreiros e terras de cultivo e, já no topo, podem contemplar-se: a cidade de Mirandela, as Serras de Santa Comba, Faro e Bornes, bem como o Sítio Classificado de Romeu (Quadraçal). De seguida, caminha-se ao longo do topo até se chegar à aldeia de Freixedinha. A partir da Freixedinha, começa a descida em direção a Mirandela, pela Reginorde, terminando o percurso no local de partida – Posto de Turismo de Mirandela;
PP3 – Percurso Pedestre do Parque de Campismo/Chelas <u>Percurso homologado</u>	Este percurso inicia-se junto ao Parque de Campismo “Três Rios – Maravilha”. Segue-se pela estrada principal até à aldeia de Chelas, passando pela ponte sobre o rio Tuela. Ao chegar à aldeia, descer o caminho que se encontra à direita, junto à Quinta Entre Rios. Caminhar por um carreiro estreito entre muros de pedra, até passar um riacho, e alguns metros à frente vira-se à direita e observa-se o olival. Devagar, sobe-se até ao ponto mais alto e desfruta-se da paisagem humanizada, com o rio Tuela ao fundo. Continua-se a caminhar junto à margem do rio, observando a vegetação ripícola (choupas, amieiros e salgueiros) e segue-se em frente. Depois, no cruzamento, vira-se à esquerda e observa-se a vista panorâmica sobre a aldeia de Chelas e sobre os rios Tuela e Rabaçal. Caminha-se pelo lado direito até encontrar uma bifurcação, ignora-se a descida e segue-se em frente, tendo agora o caminho ligeiras oscilações. Para-se no ponto mais alto e atenta-se nas colmeias, respirando o ar puro que cobre a aldeia. Na antiga estrada principal de pedra vira-se à esquerda e segue-se em frente até encontrar o centro hípico da Associação para o Desenvolvimento de Atividades Equestres;

Percurso	Descrição
PP4 – Percurso Pedestre de Passos/Suçães	O percurso inicia-se na aldeia de Passos em direção à serra. Caminhar por um caminho de terra batida que sobe intensamente até encontrar um cruzamento, aqui seguir pelo caminho à esquerda, mais à frente encontra novo cruzamento no qual vira-se à direita até encontrar a antiga casa da Guarda Florestal, onde se encontra uma belíssima paisagem. Continuar a subida por entre o conjunto rochoso à direita e uma grande extensão de pinheiros à esquerda. Um pouco mais à frente novo cruzamento no qual se deve virar à esquerda seguindo sempre pelo meio do pinhal. Mais à frente encontra-se um conjunto de rochas no qual existem umas escadas que levam até uma cruz no cimo das rochas. Aqui, disfrutar da paisagem grandiosa e do horizonte larga sobre todas as serras da região da Terra Quente. Descer as escadas, novamente virar à esquerda, contornar as rochas e encontrar um "carreiro de cabras" que vai levar até ao mítico Buraco da Pala. Nesse local os amantes da escalada podem praticar o seu desporto favorito nas arestas do maciço rochoso. Regressar pelo mesmo caminho até passar pelo Regato das Bouças, onde deverá prosseguir para Suçães. Contornar o Arrasto (também conhecido por Arasto), e observar as rochas, de cores originais e variadas e as manchas de pinhais, olivais, cerejais, amendoais e castanheiros. Quando se passa as Corriças, começa-se a descer a serra. Observar as ruínas de Santo Amaro e de Suçães. Descer gradualmente na terra batida até entrar na zona histórica desta localidade. São caminhos com interessante vegetação e de uma beleza incomparável. As urzes roxa e branca, misturadas com a carqueja, dão cor em toda a extensão. As giestas brancas e amarelas, misturadas com as estevas, completam o colorido da serra. E, nos vales, os matagais de fetos, dão um ar fresco. Em Suçães, pode-se visitar o Museu Etnográfico, saborear o pão tradicional cozido em forno de lenha e adquirir os produtos caseiros;
PP5 – Percurso Pedestre de São Martinho (Caravelas)	O percurso inicia-se dentro da localidade de Caravelas, subindo em direção ao vértice geodésico de Estojaís e contornando esta elevação. Continua-se o percurso ao longo da ribeira da Abelheira, onde se pode olhar para norte e contemplar as manchas de montado da área de Rede Natura 2000. Continua-se na direção do limite do concelho, invertendo posteriormente o sentido do percurso, percorrendo um pouco da EN102, para voltar ao ponto de início, dentro do aglomerado de Caravelas;
PP6 – Percurso Pedestre de Mirandela/Bronceda	Este percurso tem como local de encontro o CIT/Posto de Turismo de Mirandela, iniciando-se com a travessia da Ponte Europa para a margem direita do rio Tua. Segue-se até ao fim da Avenida Ayrton Sena, onde se inicia o percurso em terra batida, subindo-se em direção ao vértice geodésico denominado Meia Légua. Após se contornar o Lombo da Rasa, desce-se até ao lugar de Bronceda que faz parte da freguesia de Mirandela. A partir deste lugar, inicia-se a subida em direção ao vértice geodésico denominado Ervideira, onde se inicia a descida até ao rio Tua e se regressa à Avenida Ayrton Sena, terminando-se o percurso onde este se iniciou.
PP7 – Percurso Pedestre de Torre de Dona Chama/Vilares	O percurso inicia junto ao Pelourinho (classificado como Monumento de Interesse Público) e à Igreja Matriz da vila de Torre de Dona Chama. Caminha-se em direção ao Castro de São Brás e após uma breve explicação sobre o mesmo (classificado como Imóvel de Interesse Público), desce-se em direção à Estrada Nacional 206, passando a Escola Básica 1,2, pelo recinto da feira. De seguida, toma-se o caminho junto à escola em direção a Guide, junto à Igreja (classificada como Monumento de Interesse Público), continuando pelo caminho que se apresenta pela esquerda em direção à ponte que permite a ligação com a freguesia de Vale de Gouvinhas. Finalmente, segue-se pelo caminho em direção à aldeia de Vilares, passando pela Cerâmica da Torre e finaliza-se o percurso no Largo da aldeia de Vilares;
PP8 – Percurso Pedestre da rota do granito e da cortiça	– O percurso inicia-se em Vila Verdinho, no Largo da Igreja. Caminhando para sul, ao longo do caminho, podem observar-se diferentes fragas. Poderá fazer-se um desvio para subir ao Alto do Prado do Castelo, ou prosseguir sempre para sul, passando ao lado do vértice geodésico de Froia. Ao continuar o percurso, encontra-se um caminho para a esquerda que deverá ser seguido, para começar a deslocação para norte. Nesta deslocação poderão ser observadas diferentes fragas e no final do percurso pode ser visitada a Quinta do Cabeço. De salientar que todo este percurso é efetuado dentro da área de Rede Natura 2000;
PP9 – Percurso Pedestre de Mirandela/Frechas <u>Percurso homologado</u>	- Este percurso tem início no largo da aldeia de Frechas onde se encontra um pelourinho classificado como Monumento de Interesse Público. Ao chegar à praia-fluvial, atravessa-se a ponte e segue-se pela margem direita do rio Tua em direção a norte. Seguindo o curso das águas do rio Tua é possível contemplar-se uma paisagem bastante diversificada: junto às margens do rio manifesta-se a vegetação ripícola (choupas, amieiros, salgueiros, etc.) e, à medida que nos afastamos, podem contemplar-se extensas paisagens de oliveiras, sobreiros e pinheiros salpicados por estevas, carqueja e rosmarinho. Quando nos aproximamos da aldeia de Marmelos, podem ver-se as serras de Santa Comba, de Bornes, do Cubo e de Faro, bem como a cidade de Mirandela. São ainda visíveis troços da linha do Tua na margem esquerda do rio;

Percurso	Descrição
PP10 – Percurso Pedestre de Santa Comba	O percurso inicia-se na aldeia de Passos em direção à serra. Caminhar por um caminho de terra batida que sobe intensamente até encontrar um cruzamento, aqui seguir pelo caminho à esquerda, mais à frente encontra novo cruzamento no qual vira-se à direita até encontrar a antiga casa da Guarda Florestal, onde se encontra uma belíssima paisagem. Continuar a subida por entre o conjunto rochoso à direita e uma grande extensão de pinheiros à esquerda. Um pouco mais à frente novo cruzamento no qual se deve virar à esquerda seguindo sempre pelo meio do pinhal. Virar à esquerda, contornar as rochas e encontrar um “carreiro de cabras” que vai levar até ao mítico Buraco da Pala. Regressar pelo mesmo caminho e seguir o caminho de terra batida, à esquerda, que percorre as cotas mais altas da serra de Santa Comba, dentro do concelho de Mirandela, até voltar ao aglomerado de Passos. Salienta-se que este percurso sobrepõe-se a alguns troços ao PP4;
PP11 – Percurso Pedestre de Vale de Lobo <u>Percurso homologado</u>	Este percurso inicia-se em São Sebastião, caminhando para norte, onde, depois de atravessar a ribeira de Mourel, se caminha ao longo desta. Passa a norte de Vale Madeiro, e segue sempre por caminhos de terra batida até chegar a Vale de Lobo. No caminho pode observar-se o vale da ribeira de Carvalhais, com a sua esplendorosa galeria ripícola.
Percursos automóveis associados ao projeto TerraOlea:	
P1 – Por terras de Ledra até ao Quadraçal	A saída da cidade faz-se pela Avenida das Comunidades Europeias, marcada por uma extensa sebe de oliveiras até à rotunda da Nora. Ao tomar a ER315, rumo a Carvalhais, reparar, à esquerda, num conjunto de oliveiras centenárias. Provavelmente, muitas dessas árvores “do olival comprido” ainda são daquelas que restam das plantações efetuadas nas sés. XVI/XVIII. Passar este pequeno povoado rural e dirigir-se a Mascarenhas. No trajeto vai encontrar mais alguns exemplares históricos, quer deste período agrícola quer de períodos posteriores. Ao chegar a Valbom dos Figos, já na EN206-1, na direção de Mascarenhas, observar uma das mais belas paisagens olivícolas da região. O roteiro continua, não sem antes visitar a Igreja Matriz e o povoado romanizado da frágua do Penelo em Mascarenhas, pela EM560, passando por Paradela, e EM561 até Alvites (com origens reportadas entre os sécs. X e XIII) onde a massa imponente dos Solares dos Botelhos e dos Barbosas (do séc. XVIII) ressalta no casario da aldeia. Mais uma vez a mancha olivícola compõe a paisagem e alguns dos exemplares arbóreos são, de certeza, da época de construção destes solares e do estabelecimento das respetivas famílias. É de seguir agora pelo CM1075 até Vale de Lagoa, tomar o CM1087 para a Assureira e um pouco mais à frente, já depois do Vimieiro, virando na indicação de Cortiços, entrar num pequeno caminho (alcatroado) rumo à aldeia do Romeu – a “aldeia das rosas”. Nesta última parte do trajeto, de monumentais sobreiros, continuar a espreitar oliveiras e olivais dos sécs. XVIII/XIX/início do séc. XX. E ao chegar junto à Igreja Matriz, sentir a frescura daquela «mata» olivícola que se anicha no sopé deste templo religioso. Dar uma mirada ao Museu de Curiosidades. Oliveiras e olivais do passado continuam a rodear esta pequena aldeia. Antes de entrar na EN15 fazer uma volta pelo Santuário de Nossa Senhora de Jerusalém e parar no alto para admirar outra das mais belas paisagens olivícolas, que fornecem a azeitona para o azeite do “Romeu”, guardiãs do casario da aldeia de Vale de Couço, assim como da parte altaneira do Quadraçal;
P2 – Entre Tuela e Rabaçal	A partir da rotunda das Comunidades Europeias, em direção ao Parque de Campismo da “Maravilha” e à aldeia de Chelas, onde a Quinta de Entre Rios oferece um magnífico espaço envolvente, de repouso e lazer, notar a presença de mais alguns exemplares plenos de história. Embora de forma dispersa, estas memórias vivas estão presentes em todo este trajeto até à entrada na ER315, logo a seguir à ponte da Formigosa sobre o rio Tuela. Em Abambres, a Igreja de S. Tomé é notável e merecedora de uma visita demorada. Esta obra do séc. XIII é um exemplar digno da arquitetura românica transmontana, de uma só nave e capela quadrangular. Depois desta visita, continuar na direção de Vale Gouvinhas, pela EM558, e um pouco antes de Vale de Martinho, parar e admirar todo o horizonte olivícola – de Valongo das Meadas, Cabanelas, Vale Salgueiro até ao termo de Vale Telhas. Retomar a estrada para Vale de Gouvinhas, contornando a sua Igreja Matriz e o Edifício da Junta de Freguesia; depois de Valbom Petiz, e já novamente na ER315, no denominado cruzamento da Bouça, seguir pela EN206 até à Ferradosa e, logo abaixo, entrar no acesso – EM534 – que dá para a aldeia da Fradizela. São aldeias simples, oleícolas do séc. XIX, tipicamente representativas da ruralidade da Terra Quente Transmontana. Quando regressar à ER315, à entrada da Bouça, justifica-se uma visita à “estátua menir”, símbolo fálico da fecundidade que indica a ocupação antiquíssima da região por povos pré- históricos, à Igreja Matriz e à Casa dos Viscondes da Bouça. No regresso a Mirandela, não deixar de visitar em Vale de Telhas – um dos centros arqueológicos mais fecundos da região transmontana – a sua Igreja Matriz, a capela de S. Sebastião e o Pelourinho, ambos, provavelmente, do séc. XVI, a fonte e o miliário romano proveniente da via XVII que ligava Bracara Augusta a Asturica Augusta, e algumas casas ainda com vestígios romanos;

Percurso	Descrição
P3 – Ares da Serra	- A partida poderá ser do Centro Cultural Municipal (Auditório/Biblioteca e Museu Municipal Armindo Teixeira Lopes) onde nos seus jardins se encontram as primeiras oliveiras (transplantadas) que ajardinaram a cidade. No término da Av. 25 de Abril, já na EN15, o destino é para S. Salvador pela EM578. Olivais de hoje e de outrora são presenças constantes, algumas, únicas e de referências associadas ao início da olivicultura regional. No fim desta estrada municipal, ao começar a respirar o ar fresco da serra de Bornes e os calores da Vilariça, tomar a EN102 e tentar encontrar a Anta ou Orca de Caravelas – este monumento faz parte da civilização megalítica que se espalhou na Europa Ocidental no séc. III a.C. e está ligado a rituais fúnebres. Afastada da povoação, escondida por arbustos, sobranceira à ribeira da FigueiraBrava e ribeiro do Vale do Covo, é uma magnífica construção de cinco lajes verticais ajustando-se entre si, servem de esteios delimitando uma câmara aberta. Regressar à EN102, até ao cruzamento de Bornes e tomar a indicação de Mirandela pela ER315. Na descida para Vale de Asnes onde a paisagem é soberba, admirável e grandiosa, ou seja, é o local ideal para sentir os ares da montanha fria, de floresta e lameiros de encosta, para o cáldo da paisagem mediterrânica – olivícola, novamente, por excelência. O casario da aldeia é de uma simpatia harmoniosa, integrando bem a Igreja Matriz, as capelas, cruzeiro, pelourinho e a antiga casa cadeia. Mais adiante ficam Cedainhos, Cedães, aldeias suficientemente interessantes para visitar, e Vale Madeiro, já nas costas da cidade;
P4 – Olivais até ao Tua	Para este percurso, a partida faz-se da Alameda do rio Tua, Av. Nossa Senhora do Amparo até ao Jardim da Praceta Eng.º Adelino Amaro da Costa (Jardim das Oliveiras), antes de entrar na EN15, em direção ao IP4. Quer logo à saída quer no jardim da praceta junto ao hospital, a cidade recorda o labor da prensagem azeitoneira com duas peças da história lagareira. O primeiro destino é a aldeia de S. Pedro de Vale do Conde, via EN15-4, onde oliveiras dão azeitona para um dos melhores azeites da região. Rumo ao rio Tua, logo a seguir a Valverde da Gestosa, a paisagem ora é despida e agreste ora é matizada de olivais e oliveiras. Daqui, pelo CM1093, até Barcel e Longra, visitar a Igreja Matriz, casas brasonadas, a Anta dos Trochos, a Fraga do Diabo. Subir pelo estradão (CM1091) que vai dar ao Carvalhal, parar bem no alto e observar como o vale e as encostas são de um verde oliva. Já nos Avidagos, pela EM582 e depois pela EM581, descansar junto ao Pelourinho de Lamas de Orelhão – símbolo do poder municipal de que foi sede – e pedir para contarem a lenda do mouro Rei de Orelhão, aquele que perseguiu os irmãos-pastores Comba e Leonardo. Ir até à aldeia dos Passos e subir ao “Buraco da Pala” onde se encontram vestígios que datam do II milénio a.C. e grutas com algumas pinturas rupestres. Para isso, trepar por um estradão florestal, porque, a meia encosta, a paisagem merece ser contemplada – dos campos de Sucções, aos olivais de S. Pedro de Vale do Conde, Rego de Vide e Cobro, até ao serpenteado do rio Tua. Todavia, a serra de Santa Comba justifica só por si uma visita.

Os produtos tradicionais de qualidade assumem, cada vez mais, um papel importante para os turistas e a população residente e estão sujeitos a um rigoroso controlo por uma entidade certificadora, designada por Organismo Privado de Controlo e Certificação (OPC) e apresentam-se devidamente rotulados, podendo surgir no mercado com as seguintes denominações: **Denominação de Origem Protegida (DOP)**; **Indicação Geográfica Protegida (IGP)** ou **Especialidade Tradicional Garantida (ETG)**.

A União Europeia concede, através dos regulamentos (CE) nº 510/2006 do Conselho, de 20 de março de 2006, relativo à proteção das indicações geográficas e denominações de origem dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios e do regulamento (CE) nº 509/2006 do Conselho, de 20 de março de 2006, relativo às especialidades tradicionais garantidas dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios, uma proteção especial aos produtores de "especialidades regionais". O regime possibilita aos produtores registarem-se num sistema comunitário de proteção obrigatória de determinados produtos agrícolas e géneros alimentícios com denominação.

Entende - se por: **Denominação de Origem (DO)**, o nome de uma região, de um local determinado, ou em casos excecionais, de um país, que serve para designar um produto agrícola ou um género

alimentício, originário dessa região, desse local determinado ou desse país, cuja qualidade ou características se devem essencial ou exclusivamente a um meio geográfico específico, incluindo os fatores naturais e humanos, e cuja produção, transformação e elaboração ocorrem na área geográfica delimitada.

Entende - se por : **Indicação Geográfica (IG)**, o nome de uma região, de um local determinado ou, em casos excepcionais, de um país, que serve para designar um produto agrícola, ou um género alimentício originário dessa região, desse local determinado ou desse país, e que possui determinada qualidade, reputação ou outras características que podem ser atribuídas a essa origem geográfica, e cuja produção e ou transformação e ou elaboração ocorrem na área geográfica delimitada.

Entende - se por : **Especialidades Tradicionais Garantidas (ETG)**, produto agrícola ou género alimentício produzido a partir das matérias-primas tradicionais, ou com uma composição tradicional ou um modo de produção e/ou de transformação que dependa do tipo de produção e/ou de transformação tradicional e que reflita o tipo de produção e/ou de transformação tradicional conforme regulamentarmente previsto, através da obtenção de um Certificado de Especificidade (CE).

A certificação dos produtos tradicionais possibilita: incentivar a produção agrícola diversificada, proteger os nomes dos produtos contra imitações e utilizações indevidas, promover os produtos característicos de determinados locais; melhorar o rendimento dos agricultores e fixar a população rural e ajudar os consumidores, fornecendo-lhes informações relativas às características específicas dos produtos.

Mirandela possui, efetivamente, vários **produtos tradicionais de qualidade**, os mesmos que têm granjeado um significativo reconhecimento deste concelho e da região, nomeadamente:

- **Produtos com Denominação de Origem Protegida (DOP):** “Azeite de Trás-os-Montes”, “Azeitona de Conserva Negrinha de Freixo”, “Borrego Terrincho”, “Cabrito Transmontano”, “Carne de Porco Bísaro Transmontano”, “Castanha da Terra Fria”, “Cordeiro Bragançano”, “Mel da Terra Quente”, “Queijo de Cabra Transmontano” e “Queijo Terrincho”;
- **Produtos com Indicação Geográfica Protegida (IGP):** “Batata de Trás-os-Montes”;
- **Denominação de Origem (DO) “Trás -os-Montes ”** , relativa a vinhos e produtos vitivinícolas - vinho branco, vinho tinto e vinho rosado ou rosé, que se integre na categoria de vinho de qualidade produzido em região determinada (VQPRD), de vinho espumante de qualidade produzido em região determinada (VEQPRD), de vinho licoroso de qualidade produzido em região determinada (VLQPRD), de aguardente bagaceira ou bagaço e de aguardente de vinho, produzidos na respetiva área delimitada - abrange grande parte do território de Mirandela;
- **Especialidade Tradicional Garantida (ETG):** a “Alheira de Mirandela” é o produto emblemático e que mais riqueza gera para Mirandela (segundo o presidente da Associação Comercial e Industrial de Mirandela (ACIM)), sendo consensual a importância que tem na promoção da região de Alto Trás- os-Montes. A Alheira de Mirandela tem o registo provisório de ETG, mas a ACIM, já requereu, a passagem a Identificação Geográfica Protegida (IGP). Considera-se fundamental esta alteração, na medida em que hoje, a “alheira de Mirandela” pode ser produzida

em qualquer ponto do país, desde que cumpra com o caderno de especificações. Caso venha a passar a IGP, tendo em conta que a produção da alheira de Mirandela requer carne de porco da raça Bísara (ou cruzamento com esta raça, desde um dos progenitores seja desta raça), a área geográfica de produção de matéria-prima fica também naturalmente delimitada à área de exploração do porco de raça Bísara.

Os eventos com poder de atração, particularmente aqueles que possuem mais características diferenciadoras e que, também por isso, têm a capacidade de ultrapassar as fronteiras do Município e muitas vezes da Região, transportando e afirmando a sua imagem, dinâmica empresarial e cultural, história e tradições.

O setor turístico é insuficientemente promovido e potenciado, este setor encontra em Mirandela vários atrativos turísticos que, se promovidos de forma integrada e articulada, podem dotar o concelho de uma oferta consistente e complementar da região onde se integra. Embora a oferta de alojamento turístico seja reduzida e de pouca qualidade (com algumas exceções), o que tem funcionado como um importante constrangimento ao desenvolvimento turístico, Mirandela oferece vários recursos turísticos: património cultural, património natural e paisagístico, produtos regionais de elevada qualidade, artes e ofícios tradicionais, gastronomia, hospitalidade da população, festas, feiras e romarias, reservas de caça, tradição na promoção de eventos desportivos nacionais e internacionais, percursos pedestres, praias fluviais, guia turístico de última geração, e outros recursos de suporte.

O ano de 2013 caracterizou-se pela promoção de um elevado número de eventos promocionais (feiras) quer em Mirandela quer em algumas aldeais assumindo sempre uma componente temática assente nos produtos regionais e em componentes de valorização do território como a gastronomia. Identificam-se seguidamente os eventos realizados:

- Festival de Sabores de Azeite Novo;
- Festival Gastronómico do Cabrito;
- Feira da Alheira de Mirandela na Alfândega do Porto;
- Feira do Tordo de Mascarenhas;
- Feira da Alheira de Mirandela;
- Feira do Ramos de Frechas;
- Feira do Vinho e do Morango de S. Pedro Velho
- Feira da Mecanização Agrícola e da Azeitona de Vale de Gouvinhas;
- Feira do Pão e do Azeite de Sucções;
- Feira da Couve Penca de Carvalhais.

Este é um sector para o qual se esperam profundas mudanças no curto prazo, atendendo aos esforços e apostas realizadas por alguns municípios de Trás-os-Montes, nomeadamente por associações de

desenvolvimento do distrito de Bragança, em concreto, a organização do evento Smart Travel, 2014, a realizar em Dezembro em Mirandela e Bragança. Neste evento pretende demonstrar-se que a região tem valores turísticos de excelência mas também que está preparada para os novos desafios do novo Quadro Comunitário, o qual privilegia a componente de inovação. Desta forma tenta-se associar a região de Trás-os-Montes ao conceito smart ou turismo inteligente, que é uma tendência mundial.

Segundo os relatórios de atividades do município de Mirandela o investimento em turismo tem sido feito com o intuito de desenvolver o potencial turístico de Mirandela, nomeadamente através divulgação dos produtos do concelho, na realização de feiras temáticas, na divulgação do património natural e cultural.

Quadro 74 – Investimento turístico em Mirandela (€).

Ano	Previsto	Executado
2013	67 500	34 607
2012	20 999,82	5 673,63
2011	804 560	24 865,65
Total	893 059,82	65 146,28

O município de 2009 a 2013 investiu 65 146,28€ em Turismo.

6.3.3. Análise SWOT

O quadro seguinte apresenta uma análise SWOT FCD Desenvolvimento Económico e Social, onde se identificam as Forças e Oportunidades, assim como as Fraquezas e as Ameaças, pretendendo-se efetuar um diagnóstico de referência, sem considerar a implementação do Plano.

Quadro 75 - Análise SWOT no âmbito do FCD Desenvolvimento Económico e Social

Forças (S)	Fraquezas (W)
<ul style="list-style-type: none"> Aumento da população ativa. Aumento dos níveis médios de habilitações da população e redução da taxa de analfabetismo (2001/2011); Aumento significativo do grupo profissional dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas Existência de 3 estabelecimentos de Ensino Profissional e 1 do Ensino Superior Condições para o desenvolvimento empresarial (boas acessibilidades, zona industrial com lotes disponíveis e existência de um ninho de empresas). Crescente capacidade atrativa (o saldo pendular entre saídas e entradas diárias para trabalho e/ou estudo é positivo); Apenas antecedido por Bragança e Chaves e Vila Pouca de Aguiar, Mirandela posiciona-se em 4º lugar no conjunto da sub-região de Alto-Trás-os-Montes ao nível do seu volume de negócios (ano 2012). Aumento do número de explorações agrícolas. Ocupação agrícola com expressividade, sobretudo ao nível dos produtos regionalmente importantes (olival, frutos de casca rija e vinha). Aproveitamento Hidroagrícola de Vale de Madeiro. Política de Marketing territorial para afirmação da atratividade de Mirandela em associação aos produtos locais e regionais. MIRCOM como fator dinamizador do comércio tradicional na cidade de Mirandela. Município com numerosos eventos culturais e gastronómicos que potenciam a dinâmica turística. Crescente oferta ao nível do TER e Turismo de Natureza Eventos com potencial de atração: Festas, feiras e romarias, eventos desportivos nacionais e internacionais. Existência de vários produtos tradicionais de qualidade com designações de DOP, IGP, DO e ETG (azeite, vinho, carne, queijo, mel, castanha, batata e alheira). Existência de produtos de qualidade. Existência de 11 percursos pedestres (3 homologados), 4 percursos de automóveis. Para além dos dois Centros de Informação Turística, localizados na cidade de Mirandela e na vila de Torre de D. Chama, o concelho de Mirandela, dispõe de um guia turístico inovador – o município aderiu à plataforma <i>WelcomeGuides</i>, 	<ul style="list-style-type: none"> Baixos níveis médios de escolaridade e de qualificação dos recursos humanos, em 2011, embora melhores do que em 2001; Elevado nível de desemprego; Baixo nível de empreendedorismo e associativismo; Insuficiente capacidade de incubação de empresas inovadoras; O setor terciário ocupa 71,2% da população ativa. Baixa dinâmica de criação de emprego no setor secundário e estrutura de emprego dominada pelo setor terciário. Diminuição do número de empresas. Baixo poder de compra. Diminuição da Superfície agrícola útil Diminuição do nº de explorações agrícolas com culturas temporárias e permanentes Diminuição do número de explorações pecuárias e consequente número de efetivos. Existência de um tecido empresarial vulnerável decorrente do excessivo peso de microempresas. Maioria das empresas pretencentes aos setores do comércio e alojamento e restauração, setores sensíveis no cenário atual de crise. Débeis atividades económicas geradoras de criação de postos de trabalho. Diminuição da taxa de ocupação hoteleira. Alojamento hoteleiro em volume reduzido e pouco qualificado. Subaproveitamento dos recursos turísticos do território e ausência de estratégia turística.
Oportunidades (O)	Ameaças (T)
<ul style="list-style-type: none"> Vetor turístico integrado. Reforçar a atração turística nos sectores patrimonial, natural e cultural. Crescente interesse pelo turismo cultural e de natureza. Similitude entre os produtos propostos no PENT e o potencial de Mirandela. Existência no concelho de Mirandela de um conjunto diversificado de infraestruturas de lazer/recreio com 	<ul style="list-style-type: none"> Decréscimo da atividade no sector primário e secundário. Saída dos jovens e continuação do processo de despovoamento humano e de envelhecimento da população. Abandono das zonas periféricas e isoladas, das atividades tradicionais, de vigilância e cuidados ativos passivos dos solos agrícolas e florestais, pela concentração nos núcleos mais urbanos.

<p>qualidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhor aproveitamento da fileira florestal e agrícola. ▪ Domínios do setor agrícola em expansão: olivicultura, frutos secos, vitivinicultura e produção animal. ▪ Apoiar a produtos locais. ▪ Reforço da cooperação inter concelhia e numa lógica supramunicipal nos mesmos sectores e/ou numa ótica de complementaridade. ▪ Potencial para o desenvolvimento turístico poderá proporcionar crescimento e diversificação das atividades económicas. ▪ Desenvolvimento económico e aumento dos postos de trabalho/emprego. ▪ Oportunidade de maior desenvolvimento sobretudo dos setores agrícola e turístico. ▪ Conclusão do Aproveitamento Hidroagrícola de Macedo de Cavaleiros 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desemprego e retração do investimento privado ▪ Concorrência de outras regiões com maior tradição turística, ▪ Período de crise económica mundial.
--	--

6.3.4. Tendências de evolução sem Plano

DESENVOLVIMENTO HUMANO

Relativamente ao desenvolvimento humano prevê-se a manutenção.

A tendência de o aumento da taxa de desemprego e baixa capacidade para atrair recursos humanos contribuirá para a manutenção do estado atual.

COMPETITIVIDADE E DINÂMICA EMPRESARIAL

A tendência de evolução no desenvolvimento socioeconómico é o agravamento da situação devido à debilidade do tecido económico local, à diminuição do número de empresas e a terciarização da atividade económica.

VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL

A tendência de evolução na valorização do espaço rural é o agravamento da situação devido ao índice de envelhecimento do tecido empresarial e à diminuição de explorações agrícolas.

DINÂMICA TURÍSTICA

Relativamente à dinâmica turística, prevê-se a continuidade do estado atual ou alguma evolução na ausência do plano, resultado dos esforços ao nível nacional para a diversificação da oferta turística e desenvolvimento estratégico do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT).

6.3.5. Oportunidades e Riscos para o FCD – Desenvolvimento Económico e Social

Seguidamente são avaliados para cada critério do FCD – Desenvolvimento Económico e Social, o impacto das questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Mirandela em termos de oportunidades e riscos

Questões Estratégicas (QE):

QE1 - Estabelecer o ordenamento do território através da promoção de um desenho urbano qualificado e adequado ao suporte físico, valorizando intervenções urbanas que favoreçam a melhoria da qualidade de vida dos munícipes e o desenvolvimento sustentado do concelho.

QE2 - Promover a melhoria das acessibilidades, através do reforço das ligações interregionais e da conservação/beneficiação das vias intraconcelhias.

QE3 - Potenciar a competitividade e desenvolvimento económico através da oferta quantitativa e qualitativa de espaços empresariais e industriais.

QE4 - Potenciar e valorizar os territórios agrícolas e florestais como elementos fundamentais para a promoção de um desenvolvimento económico sustentável e de afirmação da ruralidade do concelho.

QE5 - Promoção e desenvolvimento do turismo local com base nos recursos naturais, na cultura, nos produtos endógenos e na gastronomia.

QE6 - Coesão social e territorial através da adequação da rede de equipamentos coletivos e da consolidação da centralidade de cidade de Mirandela.

QE7 - Preservar e valorizar o património natural e cultural, a biodiversidade, utilizar de modo sustentável os recursos e prevenir os riscos.

QE8 - Implementação e monitorização dos diversos planos com recurso as novas tecnologias da informação

Quadro 76 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Desenvolvimento Humano”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Valorização e qualificação dos recursos humanos.		
Criar e promover o emprego local.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	Efeitos significativos sobre a população, na medida em que o aumento da atratividade do concelho através da melhoria dos níveis de cobertura das infraestruturas urbanas, conduz à fixação e atração da população e ao desenvolvimento de atividades económicas que visam satisfazer as necessidades dessa população resultando na criação de postos de trabalho. (++)	
QE2	A melhoria das acessibilidades contribui para o desenvolvimento das atividades económicas existentes e que se venham a instalar no local, resultando na criação de postos de trabalho e na melhoria das condições de vida e na fixação e atração de recursos humanos qualificados. (+)	
QE3	Dinamização económica: aumento do número de empregos e de empresas promovendo a valorização dos recursos humanos e criando emprego. (++)	
QE4	A potenciação dos recursos endógenos (agrícola e florestal) promoverá o desenvolvimento económico do concelho de uma forma sustentável, o que trará efeitos positivos para as populações residentes. (++)	
QE5	Esta opção apresenta uma oportunidade para o desenvolvimento económico através do aproveitamento das potencialidades turísticas do concelho. (++) Esta opção deverá ter efeitos positivos na fixação da população, na criação de novos postos de trabalho, o que irá permitir diminuir a taxa de desemprego. (++)	
QE6	Efeitos significativos sobre a população, na medida em que o aumento de equipamentos coletivos conduz à fixação e atração da população e ao desenvolvimento de atividades económicas que visam satisfazer as necessidades dessa população resultando na criação de postos de trabalho.(+)	

Objetivos de Sustentabilidade:		
Valorização e qualificação dos recursos humanos. Criar e promover o emprego local.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE7	A divulgação dos valores culturais e a valorização do património potencia a o aumento da atratividade do concelho conduzindo à fixação e atração da população e ao desenvolvimento de atividades económicas que visam satisfazer as necessidades dessa população resultando na criação de postos de trabalho e na atração de recursos humanos qualificados. (+)	
QE8	0	0
Nota: (-,-) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 77 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Competitividade e Dinâmica empresarial”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Promover o crescimento do tecido empresarial e dinamização da estrutura económica local		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	A melhoria do espaço urbano e ambiental do município contribuirá para o aumento da atratividade empresarial. (++) O estabelecimento de um sistema eficiente de infraestruturas básicas potenciará a atração de novas empresas e o dinamismo empresarial. (+)	
QE2	Oportunidade de dinamização económica, em resultado da manutenção, beneficiação e incremento da rede rodoviária intraconcelhia, oferecendo melhores condições de acessibilidades e de logística. (++)	
QE3	Aumento da competitividade económica do concelho resultante da criação de espaços específicos e adequados dedicados à implantação e fixação de novas indústrias ou melhoria das condições de atividade das já existentes. (++)	
QE4	A valorização do espaço agrícola e florestal promove o desenvolvimento económico do setor agrícola e florestal. (++) Nos espaços agrícolas deve-se assegurar a qualidade ambiental e paisagística e todas as práticas agrícolas deverão estar de acordo com o código de boas práticas agrícolas, que pode contribuir para o aumento da rentabilidade económica e modernização do setor agrícola. (+)	
QE5	Esta opção apresenta uma oportunidade para o desenvolvimento económico através do aproveitamento das potencialidades turísticas do concelho. (++) O regulamento possibilita a instalação de TER em solo rural. (++)	
QE6	0	0
QE7	A valorização do património natural e cultural e a biodiversidade contribuirá para o aumento da atividade económica e da atratividade empresarial do município. (++)	
QE8	0	0
Nota: (-,-) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 78 - Principais oportunidades e riscos para o critério "Valorização do espaço rural"

Objetivos de Sustentabilidade:		
Promover o potencial agrícola e florestal.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	Promove a fixação da população nos aglomerados rurais contribuindo para a manutenção do cultivo de áreas agrícolas e florestais e assegurando a produtividade e a redução do risco de incêndio nas zonas rurais. (++)	
QE2	Oportunidade de dinamização do setor primário, em resultado da manutenção, beneficiação e incremento da rede rodoviária intra e intermunicipais, oferecendo melhores condições de acessibilidades e de logística. (+)	
QE3	A disponibilização de espaços empresariais e industriais promoverá a fixação de empresas relacionadas com a fileira agrícola e florestal. (++)	
QE4	Dinamização do sector primário. (++) Aproveitamento hidroagrícola do Vale Madeira e de Macedo de Cavaleiros (Azibo) possibilitará o desenvolvimento do primário e a valorização do espaço rural. (++)	
QE5	Cria condições para a instalação de unidades e empreendimentos turísticos no concelho promotores de uma maior dinamização da funcionalidade e qualidade dos espaços rurais agrícolas, florestais e naturais em solo rural. (++)	
QE6	0	0
QE7	A EEM integra as áreas classificadas como espaços florestais e agrícolas, promovendo regras de usos e ocupação do solo para a proteção e valorização dos recursos e valores naturais. (++) Impacte positivo na valorização do solo rural através das atividades agri-silvo-pastoril (+)	
QE8	0	0
Nota: (-,--) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 79 - Principais oportunidades e riscos para o critério "Dinâmica turística"

Objetivos de Sustentabilidade:		
Aumentar/melhorar as condições de apoio e suporte à prática turística		
Promover a atratividade turística		
Desenvolver uma estratégia de marketing e promoção turística		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	Contribuem de uma maneira geral para melhorar a vivência e fruição urbana e, desse modo, para aumentar a atratividade turística do município. (++) As ações de requalificação dos núcleos antigos e núcleo histórico de Mirandela contribuir para a promoção turística do concelho. (++)	
QE2	Reforço da atratividade turística, em resultado da melhoria das acessibilidades. (++) A diminuição do tráfego de atravessamento na cidade de Mirandela por implementação de variantes, reforça a atratividade do seu centro histórico. (+)	
QE3	0	0

Objetivos de Sustentabilidade: Aumentar/melhorar as condições de apoio e suporte à prática turística Promover a atratividade turística Desenvolver uma estratégia de marketing e promoção turística		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE4	Uma gestão apropriada dos recursos florestais e agrícolas, presente em grande parte do município, possibilitará a valorização turística e lúdica deste recurso (++)	
QE5	A proposta do plano identifica espaços de ocupação turística, onde é permitida a instalação de empreendimentos turísticos de qualquer tipologia excepto apartamentos turísticos. (++) São propostas 3 novas UOPG's, relacionada com o turismo: U1- cidade de Mirandela, U4- complexo da maravilha e U5-Quinta da Raposa. (++)	
QE6	Um espaço urbano qualificado com áreas de recreio e lazer e espaços verdes equipados e com a reabilitação dos espaços verdes existente contribuirão para a maior atratividade turística de Mirandela. (++)	
QE7	A salvaguarda e valorização do património natural e construído do concelho conduzem obrigatoriamente à valorização dos recursos turísticos existentes, tornando o concelho mais atrativo para o turismo cultural e da natureza. (++)	
QE8	Monitorizar a execução das UOPG aplicando a estratégia de valorização dos recursos turísticos e de marketing turístico. (+),	
Nota: (-,--) Risco;(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

6.4. Património e Paisagem

6.4.1. Descrição do FCD e seus objetivos

No âmbito do presente Fator Crítico de Decisão pretende-se avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível do Património Arquitetónico e Arqueológico e da paisagem

No domínio do FCD Património e Paisagem identificaram-se, no quadro seguinte, os critérios de avaliação, objetivos de sustentabilidade e indicadores, que auxiliam o nível de pormenorização da análise que se pretende efetuar.

Quadro 80 – Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Património e Paisagem.

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Património e Paisagem	Património Arquitetónico e Arqueológico	<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar, salvaguardar e proteger os imóveis e sítios de interesse patrimonial 	<ul style="list-style-type: none"> • Património classificado e em vias de classificação. • Imóveis de interesse municipal inventariados. • Investimento (recuperação/manutenção). • Normas de proteção e valorização do património arquitetónico
	Paisagem	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação e valorização da qualidade paisagística. • Proteger o caráter e a diversidade da Paisagem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elementos de valor paisagístico. • Intrusões na paisagem em área sensíveis. • Expressividade do solo rural transformado em solo urbano/urbanizável e industrial.

6.4.2. Situação existente e análise tendencial

PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO

O Património, nas suas diferentes facetas, construído, artístico, arqueológico e etnológico representa o testemunho da história, constituindo um valor absoluto e uma herança que deve ser preservada e divulgada.

Uma das medidas mais importantes é, sem dúvida, a sensibilização da população para a importância de todo um espólio móvel e imóvel, que constitui um conjunto de memórias e manifestações que nos precederam. O município poderá desempenhar um papel na defesa do património e na construção e preservação da integridade histórica do seu Concelho, mediante a sensibilização da população e evitando que interesses especulativos provoquem não só demolições e revolvimentos, mas também a construção de edifícios de qualidade duvidosa.

De seguida é destacado o quadro com a indicação do património que em Mirandela é classificado pelo IGESPAR-Instituto de Gestão do património arquitetónico e arqueológico num total de 17 imóveis.

No concelho de Mirandela existem dois imóveis classificados como monumentos nacionais e quinze imóveis classificados como Imóveis de Interesse Público, dois deles também protegidos com Zona especial de Proteção (ZEP) por Portaria (Castro de São Juzenda e os Abrigos Rupestres do Regato das Bouças)

Monumentos Nacionais

- Ponte de Pedra sobre o rio Tuela (MN, Decreto n.º 28/82, DR 47, de 26 de Junho de 1982);
- Ponte velha sobre o rio Tua (MN, Decreto n.º 16-6-1910, DG 136, de 23 de Junho de 1910).

Imóveis de Interesse Público

- Igreja de Guide (IIP, Decreto n.º 129 77, DR 226, de 29 de Setembro de 1977);
- Pelourinho de Torre de D. Chama (IIP, Decreto n.º 23 122, DG 231, de 11 de Outubro de 1933);
- Torre de D. Chama / Castro de São Brás (IIP, Decreto n.º 40 361, DG 228, de 20 Outubro de 1955);
- Pelourinho de Lamas de Orelhão (IIP, Decreto n.º 23 122, DG 231, de 11 de Outubro de 1933);
- Pelourinho de Abreiro (IIP, Decreto n.º 23 122, DG 231, de 11 de Outubro de 1933);
- Pelourinho de Frechas (IIP, Decreto n.º 23 122, DG 231, de 11 de Outubro de 1933);
- Igreja da Misericórdia de Mirandela (IIP, Decreto n.º 45 93, DR 280, de 30 de Novembro de 1993);

- Castro de São Juzenda (IIP, Decreto n.º 8 83, DR 19, de 24 de Janeiro de 1983, ZEP, Portaria n.º 106, DR, I Série, n.º 41, de 18 Fevereiro de 1985);
- Paço dos Távoras / Edifício da Câmara Municipal (IIP, Decreto n.º 8/83, DR 19, de 24 de Janeiro de 1983);
- Pelourinho de Mirandela (2) (IIP, Decreto n.º 23 122, DG 231, de 11 de Outubro de 1933);
- Solar dos Condes de Vinhais (IIP, Decreto n.º 1 86, DR 2, de 03 de Janeiro de 1986);
- Castelo de Mirandela (IIP, Decreto n.º 40361, DG 228, de 20 de Outubro de 1955);
- Abrigos Rupestres do Regato das Bouças (IIP, Decreto n.º 26-A 92, DR 126, de 01 de Junho de 1992, ZEP, Portaria n.º 125, DR, I Série-B, n.º 29, de 4 de Fevereiro de 1993);
- Igreja de São Tomé de Abambres (IIP, Decreto n.º 28 82, DR 47, de 26 de Fevereiro de 1982);
- Igreja de Santo André (IIP, Decreto n.º 1 86, DR 2, de 03 de Janeiro de 1986).

A proteção destes imóveis é disciplinada por um conjunto de diplomas, de entre os quais se destacam a Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que constitui a Lei de Bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural e o Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, que estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda.

No âmbito do SISTMIR a informação inventariada (relativa a património imóvel, móvel, imaterial e documental) é organizada com recurso a uma “plataforma informática que aglutina um conjunto de modelos hierarquizados por métodos temáticos e técnicos, a partir dos quais se disponibiliza, por conceitos de pesquisa e consulta, informação visando o conhecimento, a promoção, o planeamento e o ordenamento do património e do território”.

Decorrente desta inventariação torna-se necessária a elaboração de uma Carta de Património que permita, não apenas a identificação dos diversos elementos patrimoniais, mas também a sua salvaguarda, valorização e regulamentação. Pretende-se ainda que a posterior dinamização e fruição destes valores passe pela implementação de uma rede museológica/patrimonial no concelho que potencie o desenvolvimento cultural e socioeconómico.

De enfatizar que os valores culturais em presença no concelho possuem potencial para se assumirem como vetor de desenvolvimento, sobretudo se aliados à promoção dos valores naturais, desde que definida uma estratégia global de intervenção que permita a promoção de um modelo de desenvolvimento consentâneo com a defesa, preservação e revitalização patrimoniais.

A diversidade patrimonial de Mirandela está muito para além deste pequeno conjunto de imóveis classificados, estando presentes no concelho uma multiplicidade de valores culturais relevantes que

devem também ser protegidos, preservados e valorizados. Estes exemplares encontram-se listados no Anexo IV.

O inventário elaborado pela autarquia distingue os diversos imóveis de acordo com oito supertipologias: arquitetura civil, arquitetura religiosa, arquitetura industrial, arquitetura militar, arqueologia, demarcação territorial, achado isolado (31 ocorrências) e escultura.

A supertipologia arquitetura civil foi atribuída a 622 imóveis e integra exemplares do vastíssimo espólio arquitetónico (privado e público) ainda hoje presente no concelho de Mirandela. Englobam-se nesta tipologia inúmeras casas, quintas, escolas, lagares, fornos, pombais, tanques e lavadouros, fontes e azenhas, entre outros imóveis dispersos pelo vasto território do concelho.

Na arquitetura religiosa foram integrados 211 imóveis que para além das igrejas e capelas, integram também cruzeiros, alminhas, nichos e oratórios

A arquitetura industrial regista apenas 10 ocorrências o que resulta do facto de Mirandela não ter sido nunca um concelho de tradição industrial; assim, também pela sua excecionalidade, os exemplares presentes devem ser objeto de preservação.

Classificados como arqueologia encontram-se 163 imóveis de diversos períodos históricos e tão diversificados como antas, vias, castros, moinhos, etc.

Há ainda a registar 31 achados isolados, (4) quatro demarcações territoriais e (3) três esculturas.

Integrado na supertipologia arquitetura militar está apenas o Castelo de Mirandela

Assim à luz do inventário municipal estão identificados 1045 valores culturais de interesse municipal.

O PDM em vigor só identificava 102 valores culturais de interesse municipal, salvaguardados pelas normas de proteção definidas no artigo 22º do Regulamento do Plano Diretor Municipal.

O município tem realizado ações de reabilitação e de manutenção do seu património, tendo orçamentado nas grandes opções do plano para o ano 2014 as seguintes ações: Recuperação do Património Cultural e Arquitetónico incluindo Igrejas e Capelas a executar pelas Juntas Freguesia Recuperação de Património Cultural e Arquitetónico incluindo Igrejas e Capelas a executar pelas Comissões Fabriqueiras. E em 2013 estava prevista a recuperação e valorização da muralha de D.Dinis.

PAISAGEM

Segundo a Lei de Bases do Ambiente paisagem é *“a unidade geográfica, ecológica e estética resultante da ação do homem e da reação da Natureza, sendo primitiva quando a ação daquele é mínima e natural quando a ação humana é determinante, sem deixar de se verificar o equilíbrio biológico, a estabilidade física e a dinâmica ecológica.”*

“A paisagem integra o património natural e cultural das regiões, contribuindo de forma marcante para a construção das culturas locais e para a consolidação da sua identidade, sendo também um elemento fundamental na qualidade de vida das populações” (in convenção europeia das paisagens, Conselho da Europa 2000).

O estudo “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental” trabalho desenvolvido pela Universidade de Évora para a Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano em 2004, define-se paisagem como “um sistema complexo, permanentemente dinâmico, em que os diferentes fatores naturais e culturais se influenciam mutuamente e se alteram ao longo do tempo, determinando e sendo determinados pela estrutura global. (...) A paisagem também é afetada por uma componente mais subjetiva, diretamente ligada ao observador e condicionando as sensações que ele experimenta quando está perante ela. Por isso se considera que a paisagem combina aspetos naturais e culturais, expressando e ao mesmo tempo suportando a interação espacial e temporal entre o homem e o ambiente, em toda a sua diversidade e criatividade. (...) a dimensão mais subjetiva da paisagem não pode ser esquecida porque sendo as paisagens europeias fortemente humanizadas, a sua futura gestão terá que considerar os sentimentos das comunidades que as mantêm e transformam, que delas vivem ou, simplesmente, as visitam e apreciam.” (Universidade de Évora, 2002)

Analisando especificamente o concelho, é possível constatar que, embora o relevo seja movimentado, existe homogeneidade em grande extensão do território em análise. O facto do concelho de Mirandela se encontrar na transição entre a Terra Fria e a Terra Quente transmontana, traduz uma conjugação das duas paisagens. Trata-se de uma paisagem singular, que reflete uma ocupação equilibrada, resultado dos usos coerentes com as aptidões do território. No concelho de Mirandela, diferenciam-se quatro grandes áreas que, devido a condições distintas, promovem uma diferente unidade paisagística. Ressaltam as zonas de vale amplo, associadas aos leitos dos rios Rabaçal, Tuela e Tua.

Na Figura seguinte, delimitam-se as quatro unidades de paisagem, designadamente:

1. Vales dos rios Rabaçal, Tuela e Tua – áreas com cotas inferiores a 300 m de altitude, de declives variados nas suas margens, variando de suaves a moderados altos, envolvendo os rios Rabaçal, Tuela e Tua. Estas linhas de água apresentam galeria ripícola ao longo de toda a sua extensão, com troços onde esta se encontra muito bem conservada. A ocupação do solo envolvente é, sobretudo, florestal, assistindo-se nas zonas de encosta à presença de montado de sobro, com áreas de dimensão significativa. As manchas florestais são, por vezes, da dimensão das parcelas agrícolas, ocupando as áreas mais

declivosas. As áreas agrícolas encontram-se localizadas, geralmente, junto às povoações. Algumas destas áreas agrícolas beneficiam do aproveitamento hidroagrícola de Vale Madeiro, na freguesia de Carvalhais. Os espaços de culturas e pastagens correspondem às situações de áreas mais planas e a algumas encostas menos inclinadas. Salienta-se a variedade da cor da vegetação e do solo, criada através do mosaico de usos do solo, bem como a sua dinâmica cromática ao longo do ano;

2. Serra de Santa Comba (ou serra de Passos) – constituída pela elevação dominante no concelho, localiza-se no seu limite oeste. É uma elevação de contornos nítidos, que se destaca claramente da envolvente mais baixa pela sua altitude e pela cobertura quase exclusivamente florestal. Não obstante o relevo seja bastante ondulado, é nesta unidade que se observa a maior concentração de declives acentuados do território;
3. Planaltos Florestais – referem-se às zonas do concelho que se localizam acima dos 500 m de altitude, exceto na unidade de paisagem da serra de Santa Comba. Caracterizam-se por relevo ondulado, por onde se dispersam muitos dos aglomerados, fundamentalmente de pequena dimensão, associados, na sua grande maioria, a linhas de água e envoltos principalmente em território florestal, havendo ainda pequenas áreas agrícolas nas zonas mais próximas dos aglomerados;
4. Encostas Agrícolas – Constituídas basicamente pelas zonas entre os 300 m e os 500 m. Estas áreas correspondem, sobretudo a zonas de encostas suaves, com muitos aglomerados populacionais distribuídos por todo o concelho, onde prevalecem os terrenos agrícolas e olival que ocupam quer as zonas mais planas, quer as encostas suaves que modelam o terreno. Salienta-se que em algumas das zonas de encosta, surgem áreas agrícolas formadas em socalcos compostos por muros de pedra. É uma paisagem que apresenta um equilíbrio frágil, baseado numa agricultura de pequena ou média propriedade dividida em parcelas de reduzida dimensão, explorações agrícolas familiares diversificadas e não especializadas e produções para autossustentação. Esta é talvez a unidade de paisagem que exprime uma maior suavidade, sem grandes contrastes.

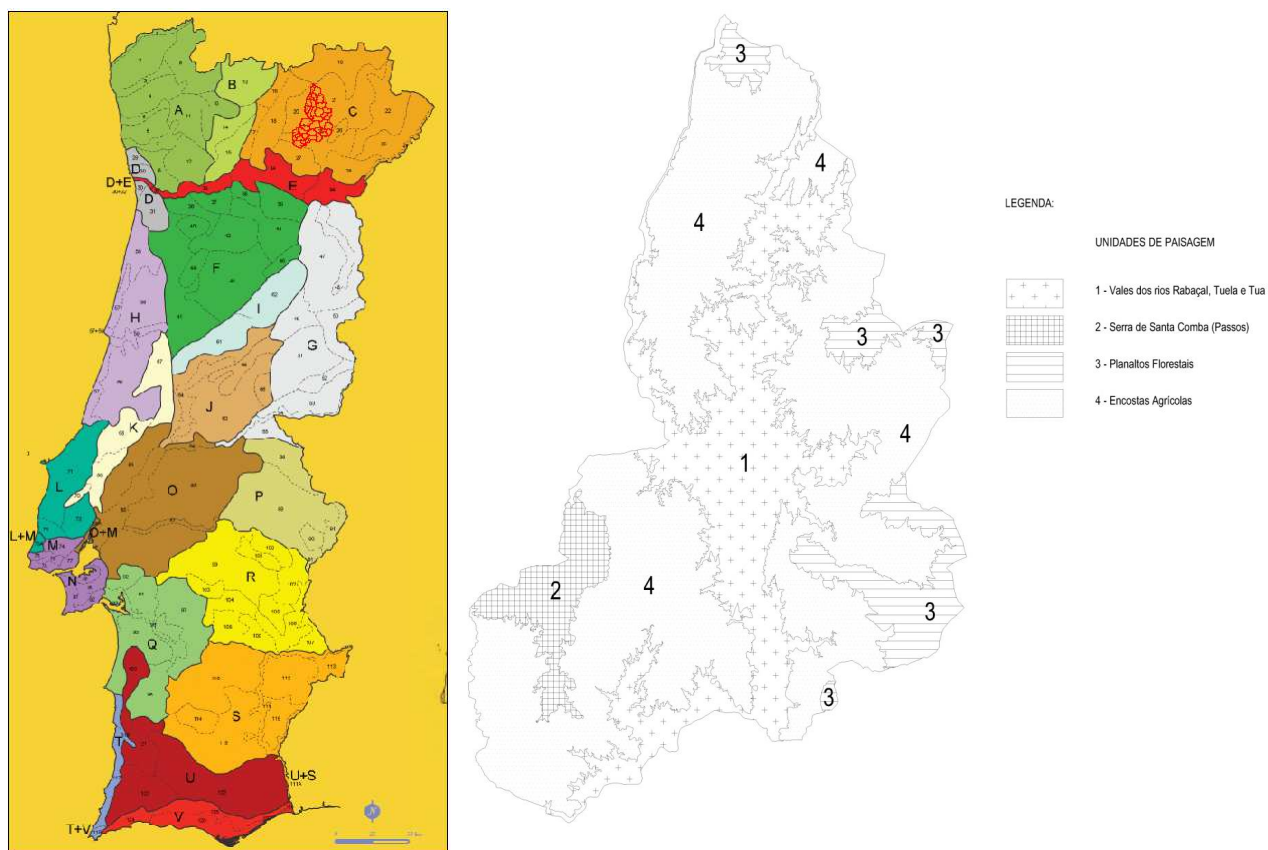


Figura 26 - Grupos e Unidades de Paisagem de Portugal Continental e Mirandela.

Assim, o concelho proporciona excelentes **vistas panorâmicas**, tanto a partir de estradas como a partir de alguns aglomerados ou pontos de maior altitude, que permitem usufruir da sua beleza paisagística. Destacam-se as seguintes vistas:

1. Ervideira;
2. ER315, próximo da Bouça;
3. Capela de S. Brás, Torre de Dona Chama;
4. CM1073, entre Múrias e Regodeiro;
5. Via municipal entre Avidagos e Barcel;
6. Vistas a partir de Chairos, Agueira e Cimo da Vila;
7. Ferradosa;
8. Via municipal entre EN15, passando por Avantos e Alvites até à Capela da Nossa Sr.^a da Madalena;
9. EM558, entre Vale de Juncal e Vale de Martinho;
10. Capela de Santa Bárbara, em Vale Pereiro (Senhora do Viso);

11. ER315, entre Vale de Asnes e Vale Madeiro;
12. Via entre Freixedinha e Vale de Madeiro;
13. Capela de Santa Catarina, próximo de S. Pedro de Vale de Conde;
14. Serra de Santa Comba

Pela paisagem que apresenta, como foi mencionado, poder-se-á considerar que todo o concelho é de interesse paisagístico. Seguidamente são identificados outros locais de interesse paisagístico que, de algum modo, se destacam do resto do território. Assim tem-se:

1. Praia fluvial de Vale de Juncal – aprovada e classificada pela CCDR-N e INAG, como zona balnear, com equipamentos coletivos e um açude;
2. Miradouro em Mosteiró – estrutura de apoio do miradouro já existente, com vista agradável sobre o rio Tuela, podendo esta área ser complementada com algumas infraestruturas de apoio, criando um espaço de estadia;
3. Guribanes, rio Tuela – local com grande proximidade à linha de água, através da sua margem bastante aplanada, com elevado interesse paisagístico e biofísico, com um leito bastante amplo. Possui potencialidades para a implantação de uma praia fluvial, ou outro tipo de estrutura de apoio, de modo a proporcionar a criação de um espaço de recreio e lazer;
4. Ponte em Mirandela – Trata-se de um local onde atualmente já existem diversos equipamentos para usufruto da população. Trata-se de um equipamento de enorme importância não apenas para a população da cidade mas de todo o concelho, uma vez que valoriza paisagisticamente a área através da criação do espelho de água, a partir da Ponte Açude de Mirandela, bem como a promoção de uma área de recreio com utilização lúdica e desportiva. Inclui ainda a praia fluvial Arq. Albino Mendo;
5. Albufeira da barragem do Cachão – Local com potencialidades para o aproveitamento turístico associado ao plano de água e à criação de uma rede de percursos com as mais valias da zona envolvente, apesar de se ter em conta as possibilidades de ocorrência de fontes poluentes a partir do complexo industrial do Cachão;
6. Praia fluvial, rio Rabaçal – Local desde há muito escolhido pela população como zona de fruição, possui as infraestruturas balneares (instaladas no concelho vizinho de Valpaços), podendo este espaço ser complementado com outro tipo de estruturas de apoio, de modo a proporcionar a criação de um espaço de recreio e lazer mais amplo, com o aproveitamento da margem esquerda, em especial a montante da Ponte e no concelho de Mirandela;
7. Parque de campismo da Maravilha – Associado à confluência dos rios Tuela e Rabaçal, este espaço de elevado interesse paisagístico funciona durante o ano inteiro e dispõe de bungalows, piscina (adultos e crianças), corte de ténis, restaurante/bar, quiosque, minimercado, parque de merendas, e todas as outras infraestruturas necessárias. Inclui a praia fluvial da Maravilha

8. Serra de Santa Comba ou serra de Passos – corresponde a uma grande mancha florestal, que se distingue do restante território, tanto ao nível do relevo, em termos de altitude (com contornos bastante nítidos), como do uso do solo, com cobertura quase exclusivamente florestal. Funciona como um espaço estruturante a nível de proteção ambiental;
9. Afloramento de xistos azuis em Valbom dos Figos – está assinalado simbolicamente este afloramento de xistos azuis, que constitui uma ocorrência única em Portugal (sendo uma das duas da Península Ibérica), com importância para a compreensão da evolução geológica regional, podendo tirar-se partido do local para a implementação de um espaço recreativo ou eventualmente pedagógico, tendo em conta as características geológicas do sítio;
10. Praia fluvial de Quintas - aprovada e classificada pela CCDR e INAG, como zona balnear;
11. Miradeses, rio Rabaçal – possibilidade de criação e classificação de praia fluvial;
12. Mosteiró, rio Tuela – possibilidade de criação e classificação de praia fluvial;
13. Praia fluvial de Frechas, rio Tua;
14. Latadas, rio Tua – possibilidade de criação e classificação de praia fluvial;
15. Azenha do Choupim, rio Tua – possibilidade de criação e classificação de praia fluvial;
16. Ponte da Pedra, rio Tuela – possibilidade de criação e classificação de praia fluvial;
17. Albufeira da Barragem de Vale de Madeiro – local com potencialidades para o turismo associado ao plano de água e à criação de uma rede de percursos na zona envolvente;
18. Albufeira do Açude de Mirandela – A partir da ponte-açude de Mirandela, que represa a água, cria-se um espelho de água que acompanha a cidade, bem como a valorização paisagística do local, promovendo a possibilidade de existência de locais agradáveis de estadia e lazer.

Relativamente às **galerias ripícolas**, pode afirmar-se que as principais linhas de água as mantêm bem preservadas, sendo que as linhas de água de menor expressão física apresentam galerias ripícolas irrelevantes ou mesmo inexistentes. Devido às suas qualidades paisagísticas são locais privilegiados para a instalação de praias fluviais e de espaços de recreio e lazer, um pouco à semelhança de alguns referidos anteriormente. A planta de valores naturais identifica este importante habitat a preservar.

As intrusões na paisagem ou disfunções ambientais existentes no município, podem ser encaradas como ocupações de solo, que possam de certa forma representar um risco ambiental. Na área do Concelho, podemos acautelar as áreas ocupadas com espécies florestais de crescimento rápido (eucaliptos) e florestas de pinheiro Bravo e de acácias, bem como depósitos de sucatas, a exploração de inertes e a presença de 46 antigas lixeiras. Salienta-se ainda como feridas na paisagem o aterro sanitário de urjais, as minas da Freixeda e as 13 pedreiras (2 ativa e 11 desativadas). Segundo a DGEG estão ativas a

pedreiras de Palão e Merceais. As pedreiras desativadas constituem um impacto significativo para a paisagem se não tiver sido executado na fase desativação o plano de recuperação paisagístico.

Salienta-se ainda a existência de duas unidades agropecuárias desativadas, mas de forte impacto visual negativo, nunca licenciadas, uma junto à EM206-1, na entrada da vila de Torre de Dona Chama, e a outra entre o leito do rio Tua e a EM1093, com ligação a Barcel.

6.4.3. Análise SWOT

O Quadro seguinte apresenta uma análise SWOT do FCD Património e Paisagem, onde se identificam as Forças e Oportunidades, assim como as Fraquezas e as Ameaças, pretendendo-se efetuar um diagnóstico de referência, sem considerar a implementação do Plano.

Quadro 81 - Análise SWOT no âmbito do FCD: Património e Paisagem.

Forças (S)	Fraquezas (W)
<ul style="list-style-type: none"> Município com Património natural e paisagístico (Recursos hídricos, Sítio Romeu, mancha de Montado, praias fluviais, galerias ripícolas, vistas parorâmicas e vias com interesse paisagístico e locais de interesse paisagístico.). Existência de imóveis classificados e em vias de classificação. Existência de sítios arqueológicos Sistema de Gestão do Património para o concelho de Mirandela. TuaMirandela-Regeneração urbano do centro histórico de Mirandela. Prisma-Plano de Mitigação do Risco de Incêndio Urbano no Centro Histórico de Mirandela. Existência de percursos associados ao património e a paisagem. Paisagem variada e singular, refletindo uma ocupação do território com usos coerentes com as suas aptidões. A mina da Freixeda encontra-se em fase de recuperação ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> Reduzidos projetos de recuperação do património. Ocorrência de incêndios urbanos no centro histórico de Mirandela. Deficiente aproveitamento da aptidão cultural, recreativa e turística do património. Disfunções na paisagem devido à ocorrência de povoamentos de pinheiro barvo, espécies invasoras e focos antrópicos.
Oportunidades (O)	Ameaças (T)
<ul style="list-style-type: none"> Definição de uma estrutura Ecológica que possa assegurar a preservação dos princípios e valores de uma estrutura biofísica básica e diversificada e da paisagem. Potencial turístico, relacionado com as condições paisagísticas e com a existência de património histórico-cultural que pode ser capitalizado. Elaboração de um plano de promoção e marketing dos roteiros turísticos existentes e do programa de animação cultural. Similitude entre os produtos propostos no PENT e o potencial de Mirandela. Recuperação ambiental de pedreiras desativadas. 	<ul style="list-style-type: none"> Perda de património de interesse municipal. Degradação dos edifícios mais antigos. Tendência crescente da degradação dos núcleos antigos das aldeias em consequência do seu despovoamento. A qualidade paisagística pode ver-se progressivamente ameaçada devido à ocorrência de inúmeros focos (sobretudo antrópicos)..

6.4.4 Tendências de evolução sem Plano

PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO

Relativamente ao Património Arquitetónico e Arqueológico, prevê-se a continuidade ou agravamento do estado atual na ausência do plano.

Na ausência da revisão do PDM perder-se-á a oportunidade de através da adoção das opções estratégicas adequadas potenciar os aspetos identitários do concelho

PAISAGEM

Relativamente ao Paisagem, prevê-se a continuidade do estado atual na ausência do plano.

6.4.5. Oportunidades e Riscos para o FCD – Património e Paisagem

Seguidamente são avaliados para cada critério do FCD – Património e Paisagem, o impacto das questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Mirandela em termos de oportunidades e riscos

Questões Estratégicas (QE):

- QE1** - Estabelecer o ordenamento do território através da promoção de um desenho urbano qualificado e adequado ao suporte físico, valorizando intervenções urbanas que favoreçam a melhoria da qualidade de vida dos munícipes e o desenvolvimento sustentado do concelho.
- QE2** - Promover a melhoria das acessibilidades, através do reforço das ligações interregionais e da conservação/beneficiação das vias intraconcelhias.
- QE3** - Potenciar a competitividade e desenvolvimento económico através da oferta quantitativa e qualitativa de espaços empresariais e industriais.
- QE4** - Potenciar e valorizar os territórios agrícolas e florestais como elementos fundamentais para a promoção de um desenvolvimento económico sustentável e de afirmação da ruralidade do concelho.
- QE5** - Promoção e desenvolvimento do turismo local com base nos recursos naturais, na cultura, nos produtos endógenos e na gastronomia.
- QE6** - Coesão social e territorial através da adequação da rede de equipamentos coletivos e da consolidação da centralidade de cidade de Mirandela.
- QE7** - Preservar e valorizar o património natural e cultural, a biodiversidade, utilizar de modo sustentável os recursos e prevenir os riscos.
- QE8** - Implementação e monitorização dos diversos planos com recurso as novas tecnologias da informação

Quadro 82 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Património Arquitetónico e Arqueológico”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Valorizar, salvaguardar e proteger os imóveis e sítios de interesse patrimonial		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	Promove a reestruturação e requalificação dos aglomerados urbanos contribuindo para a contenção da nova construção e para o incremento da reabilitação/reconversão do património construído. (+) Previsão de ações de requalificação de núcleos antigos e do núcleo histórico de Mirandela. (++)	
QE2	0	0
QE3	A correta política de localização das unidades industriais concentrando-as em áreas industriais evita a descaracterização da paisagem e do património edificado associado à sua dispersão. (+)	
QE4	A valorização dos territórios agrícolas e florestais promoverá a salvaguarda dos valores culturais pois muito do património está associado à ruralidade. (++)	
QE5	Promove o desenvolvimento de atividades turísticas baseadas na criação de percursos turísticos associados aos valores culturais e na requalificação e aproveitamento do património edificado para a criação de alojamento e unidades hoteleiras. (++)	Risco de degradação do património cultural, caso se dê um uso massificado e desregrado por parte da atividade turística. (-)
QE6	Está ainda previsto mais um núcleo, o Núcleo de Torre de D. Chama (Núcleo do Careto e das Artes e Ofícios Tradicionais).(++)	
QE7	O plano faz uma identificação dos valores culturais presentes e as disposições regulamentares propostas reforçam a sua salvaguarda e recuperação contribuindo o para a Preservação e valorização do Património. (++) A proposta do Regulamento define medidas de proteção dos locais onde se inserem os valores culturais e na área circundante. (++)	
QE8	O Sistema de Gestão do Património para o concelho de Mirandela e Prisma-Plano de Mitigação do Risco de Incêndio Urbano no Centro Histórico de Mirandela, contribuíram para a preservação dos valores culturais. (++)	
Nota: (-,--) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 83 - Principais oportunidades e riscos para o critério "Paisagem"

Objetivos de Sustentabilidade:		
Preservação e valorização da qualidade paisagística.		
Proteger o caráter e a diversidade da Paisagem.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	Preservação da qualidade da paisagem ao promover o ordenamento da expansão urbana e a contenção da edificação dentro dos perímetros urbanos, minimizando as intrusões visuais provocadas pela ocupação urbana dispersa em solo rural. (+) A ocupação dos vazios urbanos tendo em conta os espaços verdes e atributos naturais com valor a nível paisagístico contribuirá diretamente para valorização da paisagem. (+)	Não são definidos objetivos de qualidade paisagística para as unidades de paisagem identificadas. (+)
QE2	0	0
QE3	Nos espaços de atividades económicas tem que ser assegurada uma correta integração paisagística. (++)	Efeitos negativos na paisagem se não forem acautelados os impactes negativos causados pela instalação de unidades industriais de grande escala (-)
QE4	O aumento da competitividade dos setores agrícola e florestal, a promoção da sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais contribuirá para valorização da paisagem. (++) A edificação em solo rural tem que ter em atenção as condições topográficas, morfológicas e ambientais que caracteriza a envolvente, contribuindo para proteger e valorizar a paisagem do plano. (++)	
QE5	A aposta no turismo de natureza constituindo espaços com vocação privilegiada para a estadia, o recreio e lazer apoiados nos recursos paisagísticos contribuirá para a sua preservação. (+)	
QE6	Aumento da área de espaços verdes, incentivando a utilização de espécies autóctones. (+)	
QE7	Preserva os valores paisagísticos do município, através da EEM e da carta de valores naturais. (++) A EEM estabelece regras de ocupação do território que condicionam atividades e usos suscetíveis de provocar impactes negativos na paisagem, possibilitando a correção de disfunções ambientais e paisagísticas. (+ +) A prevenção dos riscos nomeadamente dos riscos de incêndio contribui para a preservação da paisagem. (+)	
QE8	0	0
Nota: (-,-) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

6.5. Qualidade Ambiental

6.5.1. Descrição do FCD e seus objetivos

A qualidade ambiental de uma região é um índice importante e determinante para a saúde humana e para o equilíbrio dos ecossistemas e, relacionado com os critérios de ordenamento do território, poderá contribuir para altos níveis de competitividade e desenvolvimento de uma região.

Assim o FCD – Qualidade Ambiental, permite avaliar o contributo do Plano para a qualidade do ambiente no município, nomeadamente quais as implicações das ações propostas na qualidade do ar, ruído, gestão de resíduos e proteção dos recursos hídricos e da eficiência energética.

Os principais critérios de avaliação e objetivos de sustentabilidade ambiental encontram-se listados no quadro seguinte, assim como os indicadores propostos para auxiliar o nível de pormenorização da análise que se pretende efetuar, sendo certo que esta análise se encontra balizada pelo tipo de informação disponível.

Quadro 84 – Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Qualidade Ambiental.

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Qualidade Ambiental	Resíduos Urbanos Sólidos	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma política adequada de gestão de resíduos. 	<ul style="list-style-type: none"> Capitação de RSU (Kg/Hab). Taxa de separação de resíduos. Número de ecopontos por freguesia e habitante.
		<ul style="list-style-type: none"> Valorizar os RSU produzidos no concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de reciclagem e valorização de resíduos. Taxa de deposição de resíduos em aterro.
	Recursos Hídricos	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos. 	<ul style="list-style-type: none"> Variação da qualidade da água superficial e subterrânea. Variação da qualidade de água nas praias fluviais. Áreas destinada à proteção dos recursos hídricos. Identificação de fontes poluentes.
	Drenagem e tratamento de águas residuais	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir os níveis de poluição da água, para níveis que não prejudiquem os sistemas naturais. 	<ul style="list-style-type: none"> Volume de água residual tratada no concelho. Eficiência do tratamento de águas residuais (% de análises em cumprimento) Número de fossas sépticas existentes substituídas por ETAR's Reutilização de águas residuais tratadas
	Abastecimento de água	<ul style="list-style-type: none"> Garantir serviços de abastecimento de água para consumo humano. 	<ul style="list-style-type: none"> Variação do consumo de água por habitante. Qualidade da água para consumo humano (numero de violações aos valores paramétricos) Água captada que provém de captações com perímetro de proteção ou de albufeiras de água públicas com plano de ordenamento.
		<ul style="list-style-type: none"> Promover um consumo eficiente e racional do recurso água. 	<ul style="list-style-type: none"> Consumo de água, por setor de atividade e por tipologia. Iniciativas com vista à promoção do uso

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Qualidade Ambiental			eficiente da água.
	Abastecimento de água	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir as perdas de água no sistema público de abastecimento e substituição de redes. 	<ul style="list-style-type: none"> Variação da percentagem de perdas de água no sistema público de abastecimento.
	Ruído	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações. Assegurar níveis de ruído compatíveis com a classificação/ocupação do espaço. 	<ul style="list-style-type: none"> População afetada pelos níveis de ruído. Áreas concelhias incompatíveis com a respetiva classificação (sensível ou mista).
	Qualidade do Ar	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvguarde a saúde pública. Reduzir a poluição do ar. 	<ul style="list-style-type: none"> Qualidade do ar. Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites. Emissão de poluentes atmosféricos NOx, SO2, COVNM e NH3 (T/Km2). Quantidade de GEE (quilotonelada de CO2 equivalente).
	Eficiência Energética	<ul style="list-style-type: none"> Promover a eficiência energética 	<ul style="list-style-type: none"> Variação do consumo de energia elétrica por habitante. Consumos anuais de energia elétrica efetuados pelos edifícios de administração pública e iluminação pública. Medidas para promover a eficiência energética dos edifícios públicos ou iluminação pública. N.º de edifícios concelhios com certificação energética.
		<ul style="list-style-type: none"> Potenciar o aproveitamento dos recursos renováveis 	<ul style="list-style-type: none"> Produção de energia, a nível local, através de recursos renováveis (MWh)

6.5.2. Situação existente e análise tendencial

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

A gestão dos RSU no concelho de Mirandela é realizada pela Resíduos do Nordeste, EIM, SA. Esta empresa é constituída por três associações de Municípios do Douro Superior, Terra Fria do Nordeste Transmontano e Terra Quente Transmontana, na proporção da sua população, correspondendo ao Douro Superior 22%, à Terra Fria 37% e à Terra Quente 41%.

A Resíduos do Nordeste, EIM, engloba os municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Vimioso e Vinhais. Estes municípios representam 143 777 habitantes e uma produção de resíduos estimada de 140 toneladas/dia ou 50 000 toneladas/ano. É da responsabilidade da empresa a gestão dos contratos relativos aos serviços de recolha seletiva, indiferenciada de resíduos sólidos urbanos e limpeza urbana:

- Recolha indiferenciada - realizada nos concelhos de Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Vila Flor, Vimioso e Vinhais;
- Recolha seletiva - realizada nos treze concelhos da sua área de abrangência;

- Limpeza urbana - realizado nos concelhos de Bragança, Miranda do Douro, Vimioso e Vinhais.

O Sistema é constituído pelas seguintes infraestruturas:

- Parque Ambiental do Nordeste Transmontano, que inclui:
 - 1 Aterro Sanitário;
 - 1 Central de Valorização Energética de Biogás;
 - 1 Estação de Tratamento de Águas Lixivantes do Aterro Sanitário;
 - 1 Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico.
- 4 Estações de Transferência (Bragança, Torre de Moncorvo, Vimioso e Vinhais);
- 1 Parque Multimateriais;
- 14 Ecocentros;
- 616 Ecopontos.

De acordo com dados recolhidos pelo INE, em 2012, os resíduos urbanos recolhidos por habitante, em Mirandela, correspondiam a 389 kg/hab, sendo que a proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente era apenas de 45 kg/hab, equivalente a 11,6 % dos resíduos urbanos recolhidos.

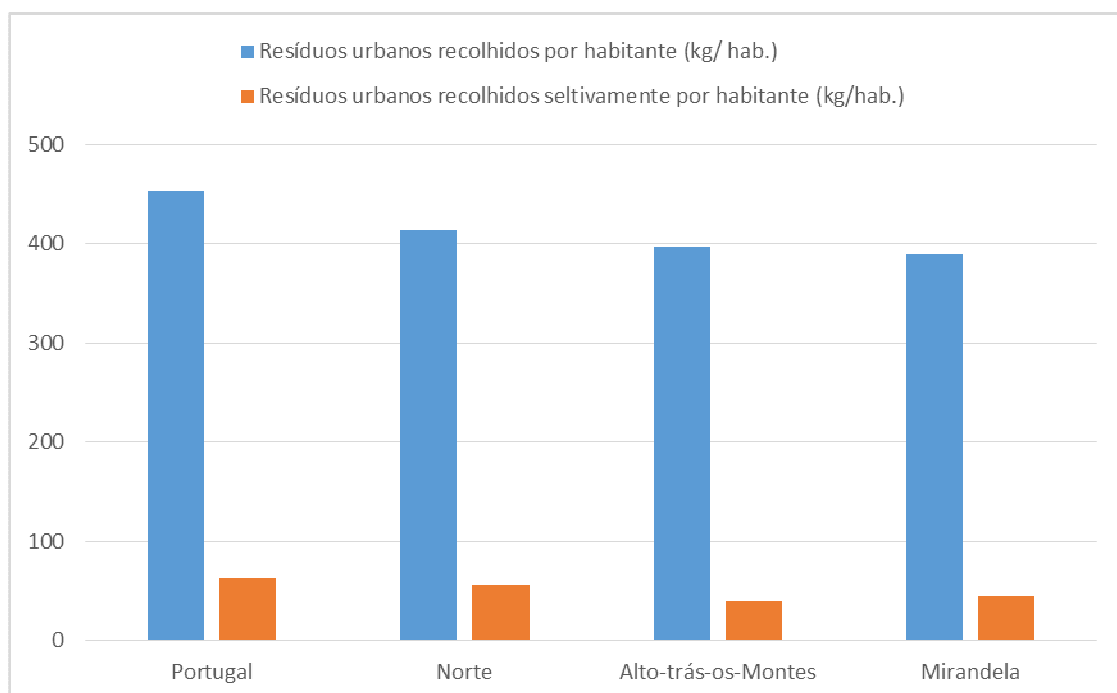


Figura 27 – Resíduos recolhidos por habitante, por localização geográfica, em 2012 (INE).

A capitação diária de RSU do concelho de Mirandela no ano de 2012 foi de 1,05 Kg/hab por dia, bastante inferior à capitação média diária em Portugal que foi de 1,20 Kg/hab por dia no mesmo ano.

- **Taxa de separação de resíduos**

Relativamente à recolha seletiva dos RSU diferenciados, designadamente os lixos que se encontram sujeitos à separação, tratamento ou aproveitamento, existe no concelho um sistema destinado às fileiras do vidro, das embalagens, pilhas e do papel/papelão. Segundo dados do INE, a percentagem de resíduos recolhidos seletivamente em 2002 e no período compreendido entre 2009 e 2012 foi bastante reduzida, tendo vindo a estabilizar nos últimos anos, embora em valores muito superiores ao verificado em 2002. De referir ainda que, o município de Mirandela está próximo de cumprir a meta estipulada no PERSU 2020 de 47 kg de resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante e por ano.

Quadro 85 - Evolução da recolha seletiva em 2002 e no período compreendido entre 2009 e 2012.

Mirandela	2002	2009	2010	2011	2012
Resíduos Urbanos Recolhidos (t)	8116	8695	9615	9445	9139
Resíduos Urbanos com Recolha Indiferenciada (t)	7978	8370	8545	8444	8081
Resíduos Urbanos com Recolha Seletiva (t)	138	325	1070	1002	1057
Taxa de separação de resíduos (%)	1,7	3,7	11,1	10,6	11,6
Resíduos Urbanos Recolhidos (Kg/hab)	316	358	400	397	389
Resíduos Urbanos Recolhidos Seletivamente (kg/hab)	5	13	45	42	45

Fonte: INE.

Distribuídos por todo o concelho de Mirandela existem 101 ecopontos para a recolha de resíduos passíveis de reciclagem perfazendo 236 habitantes/ecoponto, valor bastante abaixo dos 500 habitantes/ecoponto recomendado pela Sociedade Ponto Verde, revelando uma grande disponibilidade de ecopontos distribuídos pelo concelho. No quadro seguinte apresenta-se a relação de ecopontos por freguesia do concelho de Mirandela.

Quadro 86 - Evolução da recolha seletiva em 2002 e no período compreendido entre 2009 e 2012.

Freguesia	N.º de Ecopontos	Freguesia	N.º de Ecopontos	Freguesia	N.º de Ecopontos	Freguesia	N.º de Ecopontos
Abrambes	1	Carvalhais	8	Mirandela	53	Torre Dona Chama	4
Abreiro	1	Cedães	1	Múrias	1	Vale de Asnes	1
Agueiras	1	Cobro	1	Navalho	1	Vale de Gouvinhas	1
Alvites	1	Fradizela	1	Passos	1	Vale de Madeiro	1
Avidagos	1	Franco	1	Pereira	1	Vale de Salgueiro	1
Barcel	1	Frechas	3	Romeu	1	Vale de Telhas	1

Freguesia	N.º de Ecopontos	Freguesia	N.º de Ecopontos	Freguesia	N.º de Ecopontos	Freguesia	N.º de Ecopontos
Bouça	1	Lamas de Orelhão	1	São Pedro Velho	1	Valverde da Gestosa	1
Cabanelas	1	Marmelos	1	São Salvador	1	-	-
Caravelas	1	Mascarenhas	2	Suções	2	-	-

Fonte: Câmara Municipal de Mirandela.

As quantidades de resíduos recolhidos e o destino dos mesmos, em 2002 e no período 2009-2012, no concelho de Mirandela são apresentadas no quadro seguinte.

Quadro 87 - Quantidade em toneladas de resíduos urbanos recolhidos e tipo de destino.

Ano	Resíduos urbanos recolhidos (t)					Taxa de deposição em Aterro	Taxa de reciclagem
	Total	Aterro	Valorização energética	Valorização orgânica	Reciclagem	%	%
2012	9139	8081	0	0	1057	88,4	11,6
2011	9445	8444	0	0	1002	89,4	10,6
2010	9615	8545	0	0	1070	88,9	11,1
2009	8695	8370	0	0	325	96,3	3,7
2002	8116	7978	0	0	138	98,3	1,7

Fonte: INE

O destino dos resíduos é de dois tipos – deposição em aterro sanitário e reciclagem. Os dados revelam que a reciclagem aumentou muito em 2010, relativamente a 2009 e a 2002, mas tem vindo a estabilizar nos últimos anos.

De referir ainda o projeto "Recolha e valorização de óleos alimentares usados" ao qual a CM de Mirandela se associou, tendo passado a dispor, desde setembro de 2012, de um conjunto de equipamentos de recolha (oleões), que através de uma viatura própria permitirá a condução destes resíduos a unidades de valorização que transformam os óleos alimentares usados em biodiesel. Numa primeira fase este equipamento foi instalado na cidade de Mirandela junto de 15 ecopontos. Em 2013 foram recolhidos 6 060 litros de óleo alimentar usado.

A separação de resíduos é um hábito que tem que ser incutido na população, através de **campanhas e ações de sensibilização** para a temática da política dos 3R's. Estas campanhas de sensibilização são dirigidas, na sua maioria, para as camadas mais jovens da população pelo que ainda não se prevê um aumento significativo da taxa de valorização de resíduos nos próximos anos.

A empresa Resíduos do Nordeste tem demonstrado um crescente empenhamento no domínio da sensibilização e da educação ambiental, nomeadamente com a divulgação do trabalho desenvolvido junto das camadas mais jovens da população, por exemplo através da disponibilidade em receber visitas de escolas nas suas instalações (Aterro Sanitário e Ecocentros) e do projeto "Roadshow de

Sensibilização Ambiental”, que recorrendo a uma exposição interativa e itinerante pretende sensibilizar a população para a problemática ambiental atual, com vista à adoção de comportamentos pró-ambientais.

A caracterização da qualidade dos recursos hídricos superficiais em Mirandela teve como base análises realizadas à qualidade da água do Rio Tua, Tuela e Rabaçal. Recorremos à base de dados disponibilizada no Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH), da responsabilidade do Instituto da Água (INAG).

Os pontos de monitorização da **qualidade de água superficial** selecionados estão integrados na rede de monitorização de qualidade de água da Bacia Hidrográfica do Rio Douro, cuja designação e localização se apresenta na tabela seguinte.

Quadro 88 - Estações de amostragem da rede de qualidade da água superficial na bacia hidrográfica do Douro no concelho de Mirandela.

Bacia	Curso de Água	Estação	Concelho/Freguesia	Localização (coordenadas M;P)
Douro	Rio Tua	Frechas (05N/03)	Mirandela / Frechas	280584; 494347
	Rio Rabaçal	Ponte Vale Telhas (04N/01)	Mirandela / Vale de Telhas	273867; 518464
	Rio Tuela	Quinta Maravilha (04N/06)	Mirandela / Sucções	278099; 504740

Fonte: SNIRH

De acordo com o ex-INAG, a classificação da qualidade da água para usos múltiplos, permite obter informação sobre os usos que potencialmente podem ser considerados na massa de água classificada. Assim, são consideradas cinco classes de classificação da qualidade da água, conforme descrito no quadro seguinte.

Quadro 89 - Cinco classes de Classificação da qualidade da água, de acordo com o ex-INAG

Classe	Nível de Qualidade
A- Excelente	Águas com qualidade equivalente às condições naturais, aptas a satisfazer potencialmente as utilizações mais exigentes em termos de qualidade.
B - Boa	Águas com qualidade ligeiramente inferior à classe A, mas podendo também satisfazer potencialmente todas as utilizações.
C - Razoável	Águas com qualidade aceitável, suficiente para irrigação, para usos industriais e produção de água potável após tratamento rigoroso. Permite a existência de vida piscícola (espécies menos exigentes) mas com reprodução aleatória; apta para o recreio, mas sem contacto direto.
D - Má	Águas com qualidade medíocre, apenas potencialmente aptas para irrigação, arrefecimento e navegação. A vida piscícola pode subsistir, mas de forma aleatória.
E - Muito Má	Águas extremamente poluídas e inadequadas para a maioria dos usos.

Parâmetro	Classe				
	A	B	C	D	E
pH	6,5 – 8,5		6,0 – 9,0	5,5 – 9,5	
Temperatura (°C)	≤ 20	21 - 25	26 - 28	29 - 30	>30
Condutividade (μS/cm)	≤ 750	751 - 1000	1001 - 1500	1501 - 3000	> 3000
SST (mg/l)	≤25	25,1 – 30,0	30,1 – 40,4	40,1 – 80,0	> 80,0
Oxigênio Dissolvido (% saturação)	≥ 90	89 - 70	69 - 50	49 - 30	< 30
Oxidabilidade (mg O ₂ /l)	≤ 3,0	3,1 – 5,0	5,1 – 10,0	10,1 – 25,0	> 25,0
CBO ₅ (mg O ₂ /l)	≤ 3,1	3,1 – 5,0	5,1 – 8,0	8,1 – 20,0	> 20,0
CQO (mg O ₂ /l)	≤10,0	10,1 – 20,0	20,1 – 40,0	40,1 – 80,0	> 80,0
Azoto Amoniacal (mg NH ₄ /l)	≤ 0,1	0,11 – 1,0	1,10 – 2,0	2,01 – 5,00	> 5,00
Nitratos (mg NO ₃ /l)	≤ 5,0	5,1 – 25,0	25,1 – 50,0	50,1 – 80,0	> 80,0
Azoto Kjeldahl	≤ 0,5	0,51 – 1,00	1,01 – 2,00	2,01 – 3,00	> 3,00
Fosfatos (mg P ₂ O ₅ /l)	< 0,54		< 0,94	> 0,94	
Coliformes totais (n° / 100 ml)	≤ 50	51 - 5000	5001 - 50000	> 50000	
Coliformes fecais (n° / 100 ml)	≤ 20	21 - 2000	2001 - 20000	> 20000	

Fonte: Adaptado do Instituto Nacional da Água, 2008

Em 2012, a Estação de Qualidade de Frechas Odívelas apresentou uma classificação “C”, equivalente a “Razoável”, sendo o parâmetro responsável por essa classificação os Coliformes Totais.

A análise da figura 29 permite concluir que, ao longo dos últimos anos, a qualidade da água da estação de Frechas apresentou uma qualidade de “Razoável”, à exceção de 2011 em a qualidade desta água foi “Boa”.

Quadro 90 - Evolução da qualidade da água na estação de Frechas de 2007 a 2012.

Ano	Classificação	Parâmetros Responsáveis
2007	C - Razoável	Coliformes Totais
2008	C - Razoável	Coliformes Totais
2009	C - Razoável	Azoto Kjeldahl
2010	-	-
2011	B - Boa	Coliformes Fecais, Estreptococos Fecais; Coliformes Totais e Oxidabilidade
2012	C - Razoável	Coliformes Totais

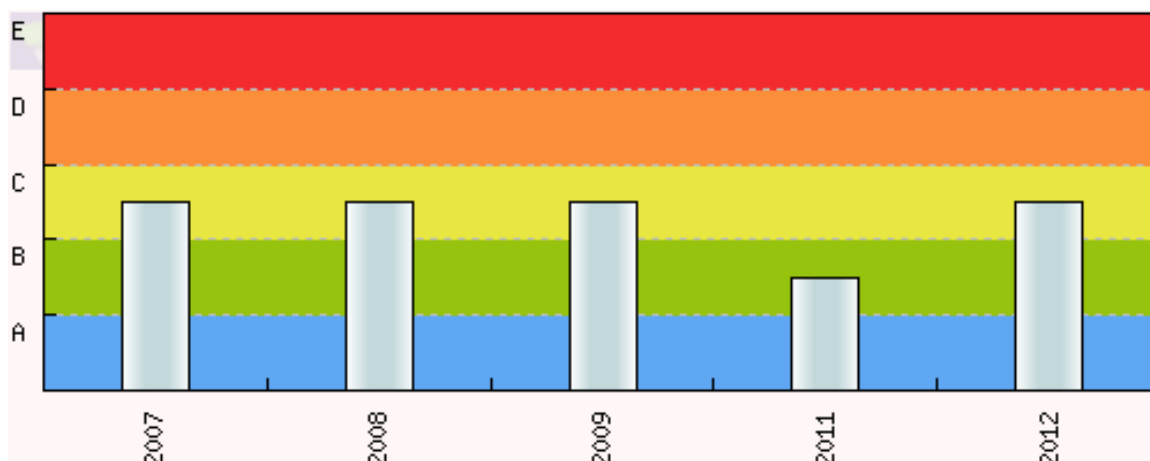


Figura 29 – Evolução da classificação da qualidade das águas na Estação de Qualidade de Frechas, entre 2007 e 2012. FONTE: SNIRH.

Em 2012, a Estação de Qualidade de Ponte Vale Telhas apresentou uma classificação “B”, equivalente a “Boa”, sendo os parâmetros responsáveis por essa classificação a Oxidabilidade, Coliformes totais, pH, Coliformes fecais e Estreptococos fecais.

A análise da figura 30 permite concluir que, ao longo dos últimos anos, a qualidade da água da estação de Ponte Vale Telhas apresentou uma variação de “Boa” a “Má”, sendo a sua classificação de qualidade mais comum nos últimos anos a de “Boa”.

Quadro 91 - Evolução da qualidade da água na estação de Ponte Vale Telhas, de 1995 a 2012.

Ano	Classificação	Parâmetros Responsáveis
1995	C - Razoável	Oxigénio dissolvido (sat), Fosfatos P2O5 e Coliformes Fecais
1996	C - Razoável	Oxigénio dissolvido (sat),
1997	C - Razoável	Sólidos Suspensos Totais, Oxidabilidade, Carência Química de Oxigénio e Coliformes Totais
1998	C - Razoável	Oxigénio dissolvido (sat)
1999	B - Boa	Estreptococos Fecais, Oxidabilidade, Oxigénio dissolvido (sat), Coliformes Totais e Coliformes Fecais
2000	B - Boa	Azoto Kjeldahl, Oxigénio dissolvido (sat), Estreptococos fecais, Coliformes totais e Coliformes fecais
2001	B - Boa	Estreptococos Fecais, Oxigénio dissolvido (sat), Azoto Kjeldahl, Coliformes Totais e Coliformes Fecais
2002	B - Boa	Estreptococos Fecais, Carência Química de Oxigénio, Nitratos, Oxidabilidade, Oxigénio dissolvido (sat), Coliformes Totais e Coliformes Fecais
2003	D - Má	Azoto Kjeldahl
2004	C - Razoável	Azoto Kjeldahl e Coliformes Totais
2005	D - Má	Azoto Kjeldahl e Fosfatos P2O5

Ano	Classificação	Parâmetros Responsáveis
2006	C - Razoável	Azoto Kjeldahl
2007	C - Razoável	Fosfatos P2O5
2008	B - Boa	Estreptococos Fecais, Oxidabilidade, pH, Zinco, Coliformes Totais e Coliformes Fecais
2009	B - Boa	Carência Química de Oxigénio, Oxidabilidade, pH, Coliformes Totais e Coliformes Fecais
2010	C - Razoável	Carência Química de Oxigénio
2011	B - Boa	Estreptococos Fecais, Coliformes Totais e Coliformes Fecais
2012	B - Boa	Estreptococos Fecais, Oxidabilidade, pH, Coliformes Totais e Coliformes Fecais

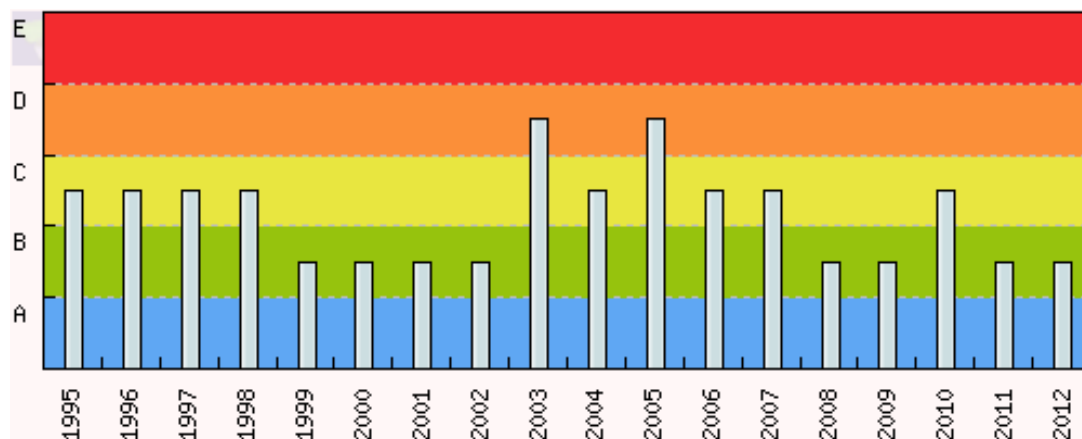


Figura 30 – Evolução da classificação da qualidade das águas na Estação de Qualidade de Ponte Vale Telhas, entre 1995 e 2012. FONTE: SNIRH.

Em 2012, a Estação de Qualidade de Quinta Maravilha apresentou uma classificação “C”, equivalente a “Razoável”, sendo o parâmetro responsável por essa classificação a Oxidabilidade.

A análise da figura 31 permite concluir que, ao longo dos últimos anos, a qualidade da água da estação de Quinta Maravilha apresentou uma variação de “Boa” a “Muito Má”, sendo a sua classificação de qualidade mais comum nos últimos anos a de “Boa”.

Quadro 92 - Evolução da qualidade da água na estação de Quinta Maravilha, de 1995 a 2012.

Ano	Classificação	Parâmetros Responsáveis
1996	B - Boa	Estreptococos Fecais, Carência Bioquímica de Oxigénio, Oxidabilidade, Oxigénio dissolvido (sat), Coliformes Totais e Coliformes Fecais
1997	C - Razoável	Sólidos Suspensos Totais, Oxigénio dissolvido (sat), Oxidabilidade e Coliformes Totais
1998	D - Má	Oxigénio dissolvido (sat)
1999	B - Boa	Oxidabilidade, Oxigénio dissolvido (sat), Coliformes Totais e Coliformes Fecais

Ano	Classificação	Parâmetros Responsáveis
2000	B - Boa	Manganês, Estreptococos Fecais, Carência Química de Oxigénio, Oxigénio dissolvido (sat), Coliformes Totais, Coliformes Fecais e Azoto Kjeldahl
2001	C - Razoável	Azoto Kjeldahl
2002	C - Razoável	Fosfatos P2O5 e Coliformes Totais
2003	D – Muito Má	Substâncias Tensioativas
2004	C - Razoável	Azoto Kjeldahl
2005	D – Muito Má	Fosfatos P2O5 e Fósforo P
2006	B - Boa	Estreptococos Fecais, Carência Química de Oxigénio, Carência Bioquímica de Oxigénio, Oxidabilidade, Coliformes Totais, Coliformes Fecais, Azoto Kjeldahl e Arsénio
2007	B - Boa	Estreptococos Fecais, Oxidabilidade, Coliformes Totais e Coliformes Fecais
2008	B - Boa	Estreptococos Fecais, Oxidabilidade, Coliformes Totais e Coliformes Fecais
2009	B - Boa	Estreptococos Fecais, Carência Química de Oxigénio, Oxidabilidade, Coliformes Totais e Coliformes Fecais
2010	B - Boa	Estreptococos Fecais, Carência Química de Oxigénio, Oxidabilidade, Coliformes Totais e Coliformes Fecais
2011	B - Boa	Estreptococos Fecais, Coliformes Totais e Coliformes Fecais
2012	C - Razoável	Oxidabilidade

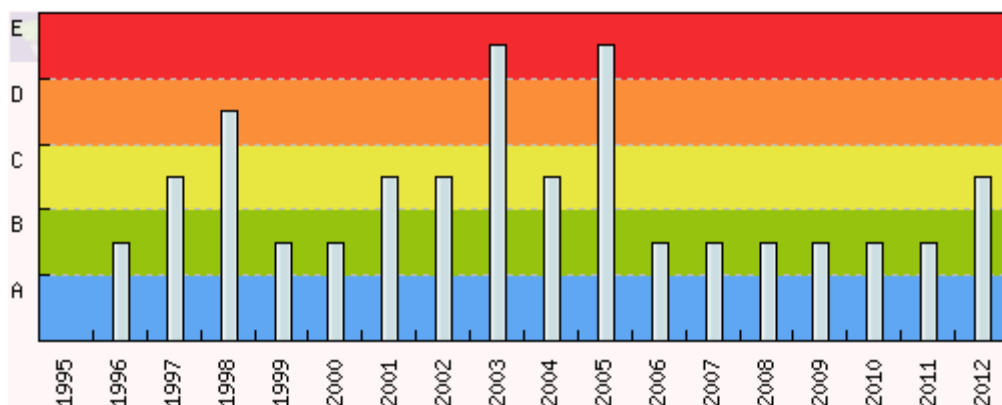


Figura 31 – Evolução da classificação da qualidade das águas na Estação de Qualidade de Quinta Maravilha, entre 1996 e 2012. FONTE: SNIRH.

O Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas do Douro (PGBHD) apresenta uma classificação do estado das massas de água da Região hidrográfica do Norte (RH3). A classificação das águas superficiais baseia-se no conceito de “estado de uma massa de água”, expresso numa escala de cinco classes: Excelente, Bom, Razoável, Medíocre e Mau. Este resulta da conjugação dos resultados obtidos para o estado ecológico e para o estado químico dessa massa de água, sendo adotada a classe correspondente àquela que indica pior qualidade.

De acordo com PGBH da RH3, no concelho de Mirandela, o estado das massas de águas superficiais varia entre o Mediocre e o Bom.

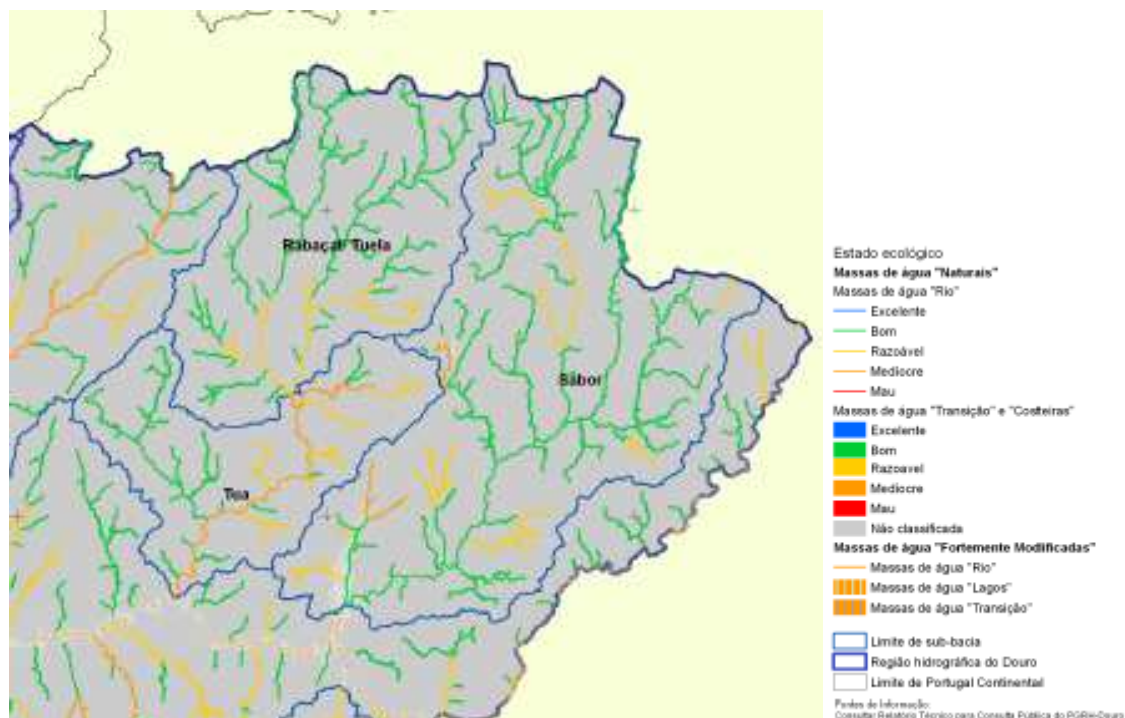


Figura 32 – Estado final das massas de água superficiais (PGBH RH3, 2012).

A massa de água PT03DOU0331 abrange o troço do rio Tua, compreendido entre Mirandela e a sua foz, e apresenta um estado de "Mediocre", embora o troço do rio Tua apresente um estado físico-químico Bom, mas um estado ecológico, para elementos biológicos de Mediocre.

Águas Subterrâneas

A água subterrânea constitui um importante recurso natural, imprescindível para a vida e integridade dos ecossistemas. Desempenham um papel fundamental tanto no abastecimento das populações como para a agricultura e indústria.

No que respeita ao sistema aquífero, o concelho de Mirandela insere-se no sistema aquífero do Maciço Antigo indiferenciado da Bacia do Douro (A0)

O Maciço Antigo é a unidade geológica que ocupa maior extensão em Portugal, sendo constituído, essencialmente, por rochas eruptivas e metassedimentares. De acordo com o relatório do INAG, "Sistemas Aquíferos de Portugal Continental", "*as litologias correspondentes àqueles tipos de rochas são habitualmente designadas pelos hidrogeólogos por rochas cristalinas ou rochas duras, ou ainda por rochas fraturadas ou fissuradas*". Ainda de acordo com a mesma fonte, podem-se considerar como materiais com escassa aptidão hidrogeológica, pobres em recursos hídricos subterrâneos.

No quadro seguinte estão descritas as principais características do sistema aquífero do Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Douro.

Quadro 93 – Principais características do sistema aquífero presente na área de estudo.

Sistemas aquífero / Aquífero	Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Douro
Coordenadas do centróide	X = 59 194,583; Y = 177 112,299
Coordenadas máximas e mínimas	Xmáx = 162 060,72; Xmin = -45 671,554; Ymáx = 258 954,613; Ymin = 65 749,939
Dimensão	18 735,92 km ²
Área de recarga	18 735,92km ²
Precipitação média anual	1 034 mm/ano
Disponibilidade hídrica subterrânea anual	968,65 hm ³ /ano

Fonte: PGRHD-RH3, 2012.

Através do sítio do SNIRH, recolheu-se a informação relativa à qualidade dos recursos hídricos subterrâneos através dos dados das estações de amostragem 63/N2 e 104/N2, localizadas no concelho de Mirandela e de Vila Flor, respetivamente.

A classificação da qualidade da água subterrânea é efetuada de acordo com o Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de agosto. Baseia-se nos parâmetros analíticos determinados pelo programa de monitorização de vigilância operada pela CCDR, a que correspondem esquemas de tratamento tipo distintos, definidos para tornar a água apta para consumo humano (água potável):

A1 — tratamento físico e desinfecção.

A2 — tratamento físico e químico e desinfecção.

A3 — tratamento físico, químico de afinação e desinfecção.

(> **A3** – a baixa qualidade da água pressupõe tratamentos mais fortes)

As classes definidas são estabelecidas de acordo com a avaliação de parâmetros físicos, físico-químicos, químicos, microbiológicos.

Considerar-se-ão aptas para poderem ser utilizadas como origem de água para a produção de água para consumo humano as águas subterrâneas que apresentem qualidade superior ou igual à da categoria A1.

Quadro 94 - Evolução da qualidade da água subterrânea medida nas estações de monitorização existentes em Mirandela e Vila Flor, entre 2008 e 2012.

N.º de Inventário	63/N2	104/N2
Freguesia	Múrias	Vilarinho das Azenhas
Tipo de Ponto de Água	Furo Vertical	Furo Vertical
Bacia Hidrográfica	Douro	Douro
Unidade Hidrogeológica	Maciço Antigo	Maciço Antigo

N.º de Inventário	63/N2	104/N2
Sistema de Aquífero	A0 – Maciço Antigo Indiferenciado	A0 – Maciço Antigo Indiferenciado
Classificação Anual, com base na qualidade da água	2012: Não Definida	2012: A3 Parâmetros responsáveis pela classificação da qualidade da Água: Manganês
	2011: Não Definida	2011: A1
	2010: Não Definida	2010: A1
	2009: Não Definida	2009: Não Definida
	2008: Não Definida	2008: Não Definida



Figura 33 – Estado final das massas de água subterrâneas (PGBH RH3, 2012).

No que diz respeito a proteção de água e captação, existe uma ausência de implementação/regularização de perímetros de proteção das origens de águas captadas para abastecimento público para consumo humano, conforme preceituado pelo Decreto-Lei n.º 382/99, de 22 de setembro, o que representa uma grande limitação na proteção dos recursos hídricos.

Todas as captações de água subterrânea destinadas ao abastecimento público de água para consumo humano, e a delimitação dos respetivos perímetros de proteção, estão sujeitas às regras estabelecidas no mencionado Decreto-Lei n.º 382/99, de 22 de setembro, bem como ao disposto no artigo 37.º da Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro) e na Portaria n.º 702/2009, de 6 de julho.

O município apresenta 46 captações subterrâneas, fazem partes de sistemas individuais de abastecimento do concelho de Mirandela, que servem cerca de 22% da população. Em 2010, o município, captou 220 000 m³ de origem subterrânea. De referir que em 2010, 9,6% da água fornecida ao município, foi de origem subterrânea.

No município de Mirandela existem várias Praias fluviais, infraestruturas de recreio e lazer de uma grande qualidade ambiental e paisagística e equipadas para a utilização recreativa. Segundo o SNIRH, estão identificadas como águas balneares a: praia fluvial da Maravilha, praia fluvial de Vale de Juncal, praia fluvial do Parque Dr. José Gama e a praia de Quintas).

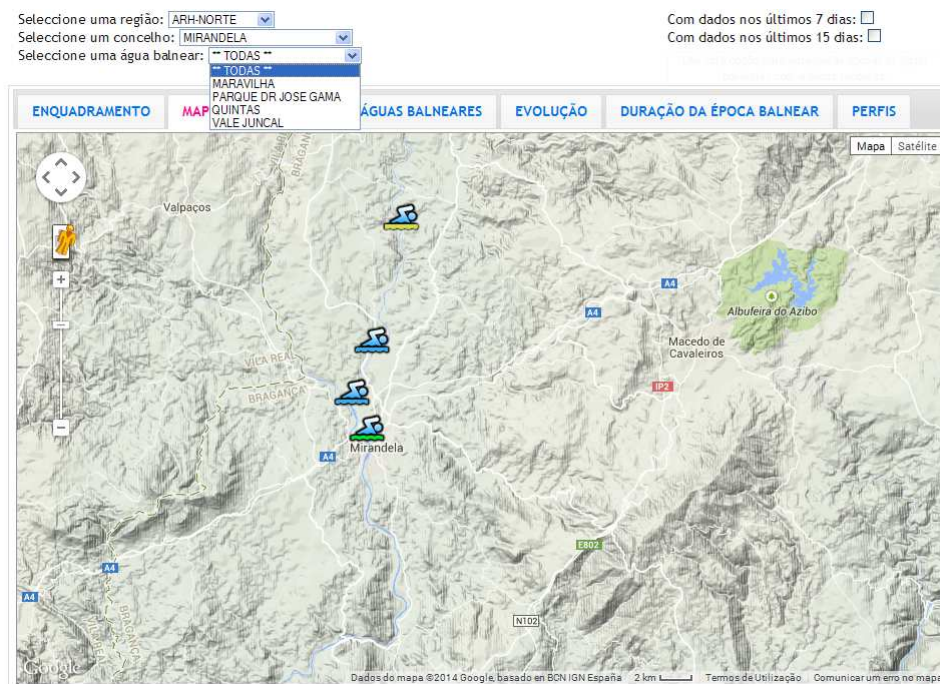


Figura 34 – Localização das águas balneares interiores de Mirandela - SNIRH.

Quadro 95 - Evolução da qualidade das águas balneares - SNIRH.

Praia Fluvial	Maravilha	Vale de Juncal	Dr. José Gama	Quintas
Classificação Anual, com base na qualidade da água	2013: Excelente	2013: Excelente	2013: Boa	2013: Aceitável
	2012: Excelente	2012: Excelente	2012: Boa	2012: Aceitável
	2011: Boa	2011: Boa	2011: Boa	2011: Má
	2010: Aceitável	2010: Aceitável	2010: Aceitável	2010: Aceitável

Todas as águas balneares devem ser classificadas, pelo menos, como "aceitável" até ao final da época balnear de 2015.

O **domínio público hídrico** é constituído pelo conjunto de bens que pela sua natureza são considerados de uso público e de interesse geral, que justificam o estabelecimento de um regime de carácter especial aplicável a qualquer utilização ou intervenção nas parcelas de terreno localizadas nos leitos das águas do mar, correntes de água, lagos e lagoas, bem como as respetivas margens e zonas adjacentes, a fim de os proteger.

Assim, nos terrenos do domínio público hídrico deverá garantir-se o acesso universal à água e a passagem ao longo das águas.

A constituição de servidões administrativas e restrições de utilidade pública relativas ao Domínio Público Hídrico segue regime previsto na Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, que estabelece titularidade dos recursos hídricos, na Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, que aprova a lei da água, e no Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 391-A/2007, de 21 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 93/2009, de 4 de junho, que estabelecem o regime de utilização dos recursos hídricos.

O domínio público hídrico subdivide-se em domínio público marítimo, domínio público fluvial e lacustre e domínio público das restantes águas., na área plano apenas se verificam linhas de água enquadráveis no domínio público das restantes águas.

As linhas de água e os sistemas naturais associados apresentam um considerável potencial para estabelecer um sistema de continuidade ecológica. Estes valores contribuem para a promoção e conservação dos recursos ecológicos presentes refletindo-se, ainda, na biodiversidade dos espaços urbanos ou semiurbanos, permitindo a sua fruição por parte da população, contribuindo em última instância para o incremento da sua qualidade de vida e turismo.

No concelho de Mirandela são representadas na Planta de Condicionantes os leitos e margens das águas não navegáveis nem fluviáveis, com faixa de proteção de 10 metros, e os leitos e margens das águas navegáveis e fluviáveis com faixa de proteção de 30 metros das albufeiras de Vale de Madeira e da albufeira do Cachão. Estas duas albufeiras estão abrangidas pela referida proteção por não se encontrarem classificadas como albufeiras de águas públicas, segundo a legislação em vigor.

O domínio hídrico ocupa 1193,7ha, correspondendo a 1,8% da área concelhia.

Para além da proteção conferida pela diferente legislação relativa aos recursos hídricos, nomeadamente aquela referente ao Domínio Público Hídrico, destaca-se ao nível dos instrumentos de ordenamento do território, a REN, sobretudo no que diz respeito aos sistemas físicos primários que se relacionam mais diretamente com esse importante recurso.

Assim, os recursos hídricos estão classificados nos seguintes sistemas da nova delimitação da REN Mirandela: Leitos dos cursos de água, zonas ameaçadas pelas cheias, albufeiras e faixa de proteção, cabeceiras de linha de água e áreas de máxima infiltração. A área de REN dos sistemas anteriores representa 9789,8ha.

O PGBH-Douro refere que as principais fontes de poluição tópica nesta bacia hidrográfica estão associadas à presença de instalações Seveso, Instalações PCIP, ETAR's, Fitofarmacêuticas, Minas, Aterros e Postos de Combustível. Nas águas superficiais, a agricultura é uma das principais fontes de poluição difusa, quando praticada de um modo intensivo, em consequência do recurso a grandes quantidades de fertilizantes e pesticidas.

O concelho de Mirandela apresenta algumas situações que, potencialmente, podem contribuir para a degradação do ambiente, nomeadamente ao nível dos recursos hídricos. São de referir os seguintes focos de potencial disfunção ambiental:

- Poluição industrial: unidades industriais diversas, lagares de azeite, unidades de produção de óleos- bagaço;
- Poluição em espaço agrícola: unidades de produção animal: aves, bovinos, caprinos, ovinos e suínos;
- Poluição de agroindústrias;
- Estações de tratamento de águas residuais;
- O Aterro Sanitário de Urjais.

Em meio urbano e na sua envolvente dever-se-á de ter em conta a grande pressão exercida sobre as linhas de água que atravessam os aglomerados ou que se encontrem nas suas zonas limítrofes, decorrente da intensa atividade agrícola com a inevitável utilização de pesticidas e fertilizantes.

Como potenciais fontes de poluição industrial foram identificadas algumas unidades, nomeadamente uma fábrica de alheiras e uma serralharia em Cruzamento da Bouça, bem como fábricas de transformação de pedra, em Passos e S. Pedro Velho, e ainda a Avicuima, uma unidade comercial de produtos alimentares para revenda. Dependendo dos processos de produção, estas unidades fabris poderão poluir mais ou menos o meio urbano onde estão inseridas; alerta-se somente para o facto do impacte visual da indústria poder ser minimizado através da implantação de cortinas arbóreas nas áreas envolventes.

São também encontradas várias adegas no concelho, referindo-se como exemplo, entre outras, uma adega em Vale de Salgueiro e outra em Torre de Dona Chama, aguardando-se a disponibilização de informação complementar relativa à presença destas unidades de produção.

Os lagares de azeite também podem acarretar graves problemas ambientais, pelo que a legislação é exigente no que concerne ao licenciamento da sua operação. As condições impostas para o licenciamento (obrigatório por Decreto Regulamentar n.º 25/93, de 17 de agosto) de lagares de azeite são definidas na Portaria n.º 407/2000, de 17 de julho, e a laboração só pode iniciar-se uma vez terminada a instalação e apresentado um pedido de vistoria à DRAP-Norte. Em 2013, segundo o INE, existiam em Mirandela 16 lagares de azeite, sendo Mirandela o concelho do Alto Trás-os –Montes com mais lagares.

A unidade agroindustrial (Complexo Agroindustrial do Nordeste – AIN) localiza-se na freguesia de Cachão. Neste momento funcionam no antigo espaço do Complexo do Cachão as seguintes atividades: lagar de azeite, extração de bagaço de azeitona, laboração de azeitona (com e sem recheio), fábrica de calçado, fábrica de têxteis, laboração de castanha, lavandaria de lãs, lacticínios, matadouro industrial, várias oficinas (serralharia, mecânica automóvel, carpintaria), empresa de recolha de papel para reciclagem, fábrica de tintas e fábrica de guitarras.

As unidades de produção animal, são compostas por pequenas unidades agropecuárias, a maioria de cariz familiar. Destas unidades, quanto a eventuais problemas ambientais salienta-se as explorações suínícolas.

Segundo, o relatório de caraterização e diagnóstico (Plural, 2012) , as unidades de produção animal se localizam, fundamentalmente, em instalações associadas às zonas habitacionais.

Com o Decreto-Lei nº 214/2008 de 10 de novembro, que criou o Regime de Exercício das Atividades Pecuárias — REAP, foram harmonizados os processos necessários para a instalação e exercício destas atividades, tendo sido estabelecidas as regras para a regularização e o desenvolvimento económico do setor, e estabelecendo princípios para assegurar a proteção da hígio-sanidade e do bem-estar animal, a saúde pública, a segurança de pessoas e bens, a qualidade do ambiente e o ordenamento do território, num quadro de sustentabilidade e de responsabilidade social dos produtores, pelas atividades pecuárias que desenvolvem.

O sistema de Mirandela recolhe os efluentes produzidos na cidade e nos aglomerados de Carvalhais, Vila Nova das Patas e Vale Madeiro, que a partir da rede de drenagem existente são conduzidos até aos emissários em alta que estabelecem a ligação à ETAR de Mirandela, sendo posteriormente (e após tratamento) descarregados no rio Tua. O sistema de Torre de Dona Chama serve apenas a população da vila, sendo os efluentes conduzidos à ETAR por via da rede de drenagem existente e dos emissários em alta instalados. O sistema de Cachão serve não apenas o aglomerado do Cachão, mas também a sede da freguesia onde se encontra, Frechas.

Relativamente aos sistemas autónomos, encontram-se em funcionamento 69 sistemas, sendo o tratamento dos efluentes recolhidos feito, na generalidade dos casos, com recurso a ETAR do tipo compacto (cujo tratamento se processa pelo sistema de lamas ativadas com arejamento prolongado) ou a fossas sépticas coletivas. De acordo com a informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Mirandela, no quadro seguinte apresenta-se uma estimativa dos volumes de águas residuais tratados em 2013.

Quadro 96 – Volume de águas residuais tratadas em Mirandela em 2013.

Freguesia	Aldeias anexas	Tipo de tratamento	População dimension. (hab.)	Qmed/ anual (m ³ /ano)
Abambres	Abambres	ETAR - lamas ativadas	200	10950
	Vale de juncal	ETAR - lamas ativadas	150	4928
	Vale de martinho	ETAR - lamas ativadas	120	4380
Abreiro	Abreiro	ETAR - lamas ativadas	250	10494
	Milhais	ETAR - lamas ativadas	110	3504
Aguieiras	Cesario	-	-	-
	Chairos / Corriça	ETAR - plantas	125	6844
	Pádua-Freixo	-	-	-
	Soutilha	ETAR - plantas	100	4380
	Fonte Maria Gins	-	-	-
	Aguieira e Cimo da Vila	-	-	-
Alvites	Alvites	ETAR - lamas ativadas	200	10950
	Açoreira	-	-	-
	Lamas de Cavalo	-	-	-
	Vale de Lagoa	ETAR - lamas ativadas	110	6023
Avantos	Avantos	ETAR - plantas (150hab)	150	8213
	Pousadas	-	-	-
Avidagos	Avidagos	2 Fossa séptica	-	19710
	Palorca	-	-	-
	Carvalhal	-	-	-
Barcel	Barcel	ETAR - lamas ativadas	200	7446
	Longra	-	-	-
Bouça	Bouça	2 ETAR - plantas	-	19163
	Cruzamento da Bouça	ligação à ETAR Bouça	-	2738
	Ferradosa	ETAR - plantas	125	5384
Cabanelas	Cabanelas	Fossa séptica	-	13140
	Chelas	ETAR - lamas ativadas	100	5475
	Valongo das Meadas	ETAR - lamas ativadas	150	6570
Caravelas	Caravelas	ETAR - lamas ativadas	300	10622
Carvalhais	Carvalhais	ligação à ETAR Mirandela	-	24364
	Contins	Leitos de percolação	240	13140

Freguesia	Aldeias anexas	Tipo de tratamento	População dimension. (hab.)	Qmed/ anual (m³/ano)
	Vila nova das patas	ligação à ETAR Mirandela	-	24966
	Vilar de Ledra	ETAR - lamas ativadas	150	8213
	Burrica	-	-	-
Cedães	Cedães	2 ETAR compactas + leito de plantas	400	21900
	Vale de Lobo	ETAR - plantas	75	4106
	Vila Verdinho	ETAR - lamas ativadas	150	8213
Cobro	Cobro	-	-	-
	Rego de vide	Fossa séptica		7183
Fradizela	Fradizela	ETAR - lamas ativadas	250	10950
	Ribeirinha	ETAR - plantas	85	3723
Franco	Franco	ETAR - lamas ativadas	300	10402
Frechas	Cachão	-	-	26937
	Frechas	ETAR - lamas ativadas	500	27375
	Vale da Sancha	ETAR - lamas ativadas	180	8669
Freixeda	Freixeda	ETAR - lamas ativadas	150	7118
Lamas de Orelhão	Fonte da Urze	ETAR - lamas ativadas	92	4030
	Lamas de Orelhão	2 ETAR compactas + 1leito de plantas	500	21900
Marmelos	Marmelos	ETAR - plantas	30	1314
	São Pedro de Vale do Conde	ETAR - plantas	150	8760
Mascarenhas	Mascarenhas	2 ETAR compactas	400	21900
	Paradela	ETAR - lamas ativadas	200	7300
	Valbom dos Figos	ETAR - lamas ativadas	160	8760
	Vale do Pereiro	ETAR - plantas	50	3650
Mirandela	Bronceda	-	-	-
	Freixedinha	-	-	-
	Mirandela	ETAR - lamas ativadas	-	589931
	Vale de Madeiro	ligação à ETAR Mirandela	-	8924
Múrias	Couços	-	-	-
	Múrias	Fossa séptica	-	7366
	Regodeiro	-	-	-
	Vale de Prados	ETAR - plantas	150	5475
Navalho	Navalho	ETAR - plantas	130	7118
Passos	Passos	3 fossa séptica	-	20849
Pereira	Pereira	ETAR - lamas ativadas	250	13688
Romeu	Romeu	ETAR - lamas ativadas	55	3011
	Jerusalém de Romeu/ Vale de Couço	ETAR - lamas ativadas	250	13688
	Vímieiro	ETAR - lamas ativadas	80	4380
São Pedro Velho	Ervideira	-	-	-
	São Pedro Velho	Leitos de percolação	300	13870
	Vilar Douro	ETAR - plantas	60	3285
São Salvador	São Salvador	ETAR - lamas ativadas	300	16425
Suções	Eivados	ETAR - lamas ativadas	100	4380
	Eixes	ETAR - lamas ativadas	200	8760
	Pai Torto	ETAR - plantas	100	6570
	Suções	Fossa séptica	-	15330
Torre de Dona Chama	Guide	ETAR - lamas ativadas	150	8213

Freguesia	Aldeias anexas	Tipo de tratamento	População dimension. (hab.)	Qmed/ anual (m ³ /ano)
	Mosteiró	ETAR - plantas	100	4745
	Torre de Dona Chama	Leitos de percolação	-	56666
	Vilares	ETAR - plantas	125	6844
Vale de Asnes	Cedainhos	ETAR - lamas ativadas	200	10950
	Vale de Asnes	ETAR - lamas ativadas	300	16370
Vale de Gouvinhas	Quintas	ETAR - plantas	75	4106
	Valbom Pitez	-	-	4106
	Vale de Gouvinhas	Fossa séptica	-	16426
Vale de Salgueiro	Miradeses	Fossa séptica	-	6570
	Vale de Salgueiro	Fossa séptica	-	15330
Vale de telhas	Vale de Telhas	Fossa séptica	-	19162
	Cruzamento da Bouça	-	-	-
	Lugar das Hortas	-	-	-
Valverde da Gestosa	Valverde da Gestosa	ETAR - lamas ativadas	200	8760
Vila Boa	Vila Boa	ETAR - lamas ativadas	116	6351
	Quinta da Gricha	-	-	-
Vila Verde	Vila Verde	ETAR - lamas ativadas	100	3650
Total				1 775 742

O Município de Mirandela possui elementos para avaliar a eficiência do tratamento dos efluentes do concelho. No entanto, neste momento, encontra-se em fase de adjudicação o controlo analítico dos efluentes das ETAR's do concelho, licenciadas e em processo de licenciamento, um total de 59 infra-estruturas. Está previsto, ainda durante este mês, o início do controlo analítico dos efluentes, que irá decorrer mensalmente, durante o ano de 2014.

A rede de drenagem concelhia comporta cerca de 211 km de condutas de saneamento, 57 Etar's (Lamas ativadas, lamas ativadas com leito de macrófitas, leito de percolação, leito de macrófitas, fossas imhoff com leito de macrófitas, fossas filtro com leito de macrófitas), 28 Estações elevatórias e 12 Fossas sépticas públicas.

O município não apresenta medidas de reutilização da água residual tratada.

Fradizela, Guide, Miradeses, Pádua Freixo, Quintas, São Pedro Velho, Soutilha, Torre de Dona Chama, Vale Bom Pitez, Vale Maior, Vale de Gouvinhas, Vale de Juncal, Vale de Martinho, Vale de Salgueiro, Vale de Telhas, Valongo das Meadas, Vilar de Ouro, Vilares da Torre.

Nas ZA de Mirandela e das Aguieiras são as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro a entidade gestora em “alta”, sendo a Câmara Municipal a entidade gestora em “alta” e em “baixa” nas restantes ZA.

Além das zonas de abastecimento anterior, existem mais 4 ZA, cuja entidade Gestora são as juntas de Freguesia: ZA de Barcel, ZA de Franco, ZA de Navvalho e a ZA de Romeu.

O **consumo de água por habitante** em 2009 foi de 36 m³/hab., valor inferior ao apurado para o Alto Trás-os-Montes (45 m³/hab.), quer para o Norte (42 m³/hab.), quer para Portugal Continental (50 m³/hab.).

Quadro 97 - Consumo de água por habitante no período compreendido entre 2006 e 2009.

Área geográfica	2006	2007	2008	2009
Continente	63	61	56	50
Norte	50	47	41	42
Alto Trás-os-Montes	58	62	46	45
Mirandela	52	52	59	36

Fonte: INE

Ao nível da capitação do consumo de água, este valor decresceu em 2009 relativamente aos anos anteriores, tanto em Mirandela como a nível regional e nacional.

Relativamente à qualidade da água para consumo humano esta é monitorizada pela ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

Esta entidade regula os serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e gestão de resíduos urbanos, com o principal objetivo da proteção dos interesses dos utilizadores, através da promoção da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras e da garantia de tarifários socialmente aceitáveis, materializada nos princípios de essencialidade, indispensabilidade, universalidade, equidade, fiabilidade e de custo-eficácia associada à qualidade de serviço.

A informação disponibilizada pela ERSAR, sobre a qualidade da água para consumo humano é apresentada na figura seguinte.

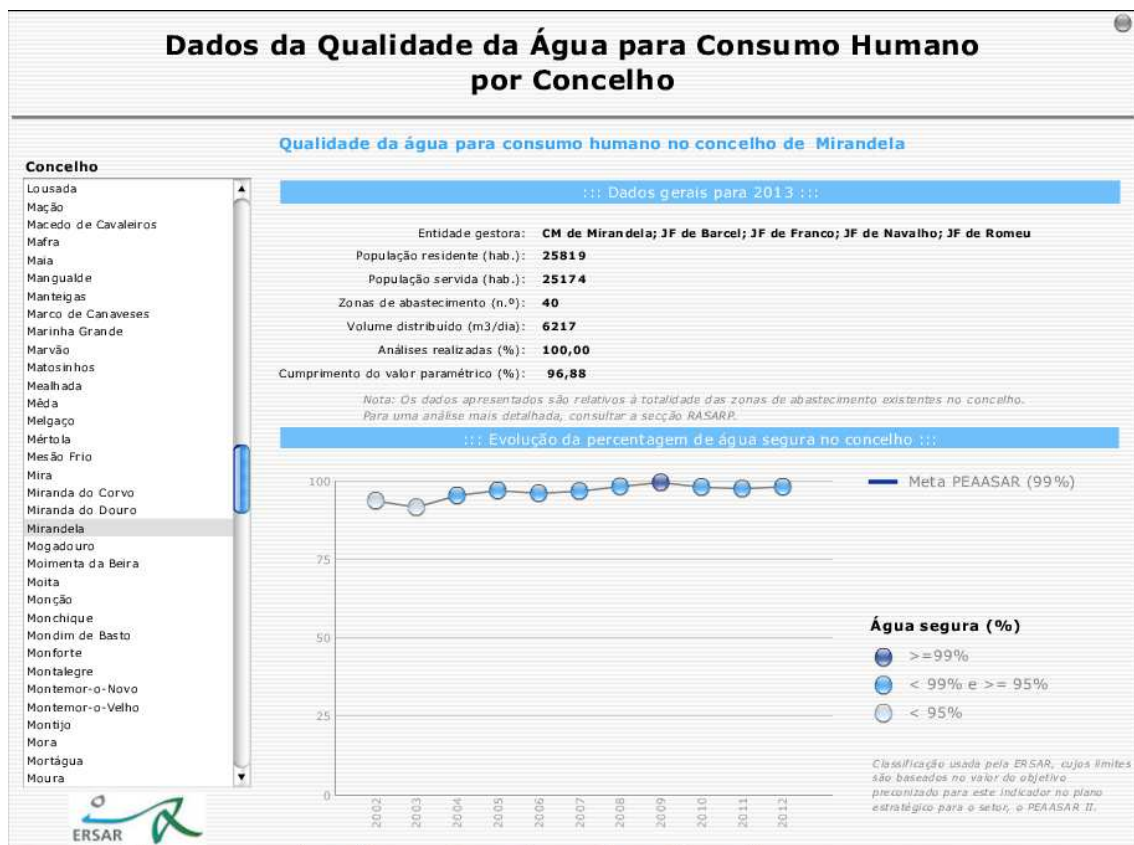


Figura 37 – Qualidade da água para consumo humano no concelho de Mirandela entre 2002 e 2012

Os resultados revelam que a percentagem de análises em cumprimento do valor paramétrico (VP), nos anos disponibilizados, apenas foi inferior a 95% nos anos de 2002 e 2003, sendo nos anos mais recentes sempre superior a 95% ou até mesmo a 99%, como sucedeu em 2009. No entanto, para o abastecimento de água, o PEAASAR II, define uma percentagem de 99% de cumprimento no número total de análises realizadas à água tratada.

Em 2013, o valor de cumprimento do valor paramétrico (VP) foi de 96,88, tendo ocorrido o incumprimento em 69 análises (3,12%).

Ao nível do fornecimento em Alta (Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro) o valor do cumprimento do VP foi de 100%.

Quadro 98 – Análise global dos valores obtidos, por grupo de parâmetro, no controlo da qualidade da água efetuado em 2013.

Entidade Gestora	ZA	Pop. Total abastecida (Hab)	Volume Distribuído (m³/dia)	%Percentagem de cumprimento VP			% de Água Segura	% Total de Incumprimento do VP
				CR1	CR2	CI		
CM de Mirandela	Abreiro	257	27	83,33	100,00	100,00	95,24	4,76
CM de Mirandela	Alvites	237	15	100,00	100,00	100,00	100,00	0
CM de Mirandela	Avantos	96	11	83,33	100,00	100,00	95,24	4,76
CM de Mirandela	Avidagos	245	25	100,00	95,00	100,00	97,62	2,38
CM de Mirandela	Caravelas	214	16	83,33	95,00	90,00	90,48	9,52
CM de Mirandela	Carvalho	22	2	100,00	100,00	100,00	100,00	0
CM de Mirandela	Cedães	338	24	66,67	100,00	100,00	90,70	9,30
CM de Mirandela	Cedaínhos	119	10	66,67	100,00	100,00	90,48	9,52
CM de Mirandela	Couços	40	3	100,00	100,00	100,00	100,00	0
CM de Mirandela	Eivados	85	23	100,00	100,00	100,00	100,00	0
CM de Mirandela	Fonte da Urze	92	8	75,00	95,00	100,00	90,70	9,30
CM de Mirandela	Lamas de Cavalo	31	1	100,00	95,00	100,00	97,62	2,38
CM de Mirandela	Mascarenhas	550	56	100,00	95,83	88,89	95,56	4,44
CM de Mirandela	Milhais	109	11	100,00	100,00	100,00	100,00	0
CM de Mirandela	Mosteiró	81	8	100,00	90,00	100,00	95,35	4,65
CM de Mirandela	Múrias	281	10	83,33	95,00	100,00	92,86	7,14
CM de Mirandela	Pai Torto	100	10	83,33	90,00	90,00	88,10	11,9
CM de Mirandela	Palorca	31	2	100,00	100,00	100,00	100,00	0
CM de Mirandela	Paradela	142	15	100,00	100,00	100,00	100,00	00
CM de Mirandela	Passos	423	51	100,00	100,00	100,00	100,00	0
CM de Mirandela	Pereira	190	21	83,33	95,00	100,00	92,86	7,14
CM de Mirandela	Pousadas	32	2	100,00	100,00	100,00	100,00	0
CM de Mirandela	Rêgo de Vide	205	20	100,00	100,00	100,00	100,00	0
CM de Mirandela	Regodeiro	47	3	100,00	100,00	100,00	100,00	0
CM de Mirandela	Ribeirinha	85	7	100,00	90,00	100,00	96,88	3,12
CM de Mirandela	São Pedro Vale de Conde	145	9	100,00	100,00	100,00	100,00	0
CM de Mirandela	Suçães	574	37	100,00	95,00	100,00	97,62	2,38
CM de Mirandela	Vale de Asnes	271	14	33,33	100,00	90,00	78,57	21,43
CM de Mirandela	Vale de Lagoa	87	8	100,00	100,00	100,00	100,00	0
CM de Mirandela	Vale de Prados	123	13	100,00	100,00	90,00	97,62	2,38
CM de Mirandela	Valverde da Gestosa	144	15	100,00	95,00	100,00	97,73	2,27
CM de Mirandela	Vila Boa	90	10	100,00	90,00	100,00	95,35	4,65
CM de Mirandela	Lamas de Orelhão 1	373	35	100,00	100,00	96,88	98,44	1,56
CM de Mirandela	Lamas de Orelhão 2	42	4	100,00	100,00	100,00	100,00	0
CM de Mirandela	Mirandela (Azibo)	14473	4563	91,67	100,00	98,67	98,13	1,87
CM de Mirandela	Aguieiras	3648	986	100,00	97,92	100,00	99,16	0,84
JF de Barcel	Barcel	171	20	100,00	100,00	100,00	100,00	0
JF de Franco	Franco	351	45	75,00	95,00	100,00	90,48	9,52

Entidade Gestora	ZA	Pop. Total abastecida (Hab)	Volume Distribuído (m³/dia)	%Percentagem de cumprimento VP			% de Água Segura	% Total de Incumprimento do VP
				CR1	CR2	CI		
JF de Navalho	Navalho	130	8	83,33	100,00	90,91	93,02	6,98
JF de Romeu	Romeu	500	70	100,00	100,00	100,00	100,00	0
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	Aguieiras	--	986	100	100	100	100,00	0
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	Mirandela (Azibo)	--	4563	100	100	100	100,00	0

Fonte: ERSAR, 2013

Existem 10 zonas de abastecimento com qualidade de água inferior a 95% e a zona de abastecimento de Vale de Asnes apresenta uma percentagem e incumprimento na ordem dos 21%.

Segundo o PGBH Douro, na região hidriográfica RH3 as zonas mais afetadas por contaminação das massas de água por poluição de origem urbana, industrial e agrícola, inclui as captações de Mirandela.

Nos sistemas de abastecimento concelhio (entidade gestora camara + junta de freguesia) a água captada não provém de existem captações com perímetro de proteção ou albufeiras com plano de ordenamento, contudo esses sistemas são responsáveis somente por 23% (1655 m³/dia em 2013) da água captada/distribuída.

O sistema de Aguieiras tem início com a captação de água realizada com dreno na margem esquerda do rio Rabaçal, próximo da fronteira com o concelho de Vinhais (Azenha do Barigel), sendo, posteriormente, efetuado o seu tratamento na Estação de Tratamento de Água (ETA) situada a norte de Cimo da Vila.

O sistema de Azibo tem origem na albufeira do Azibo, no concelho de Macedo de Cavaleiros, onde é efetuada a captação da água através de um dreno. Este sistema é responsável por 63% do volume de água distribuído no Município. A albufeira de Azibo tem um plano de ordenamento aprovado Despacho Conjunto de 8 de Junho de 1993. Valor ainda inferior ao valor definido para a percentagem de água captada que provém de captações com perímetro de proteção ou plano de ordenamento de albufeira de águas públicas de 95% pelo PEAASAR.

Relativamente ao consumo de água por tipologia, a análise do quadro seguinte, possibilita concluir que o setor doméstico é o único consumidor de água com uma taxa de consumo de 100%. Verifica-se ainda que os setores industrial, comercial e serviços e agrícola e pecuário e outros não apresentam consumos de água de acordo com os dados do INE.

Quadro 99 - Consumo de água abastecida pela rede pública (milhares de m³) por tipologia, em Mirandela, no período compreendido entre 2006 e 2009.

Anos	Total	Doméstico		Industrial		Comercial e Serviços		Agrícola e Pecuário		Outros	
		Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
2009	1262	1262	100	x	0	x	0	x	0	X	0
2008	1314	1314	100	0	0	0	0	0	0	0	0

2007	1509	1509	100	0	0	0	0	0	0	0	0
2006	928	928	100	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: INE.

Segundo dados fornecidos pelo município entre julho de 2011 e julho 2012, a tipologia que consumiu mais água em Mirandela foi o setor doméstico, seguido do Comércio/Indústria

Quadro 100 - Consumo de água abastecida pela rede pública (milhares de m³) por tipologia, em Mirandela, no período compreendido entre julho 2011 e julho 2012.

Total	Doméstico		Comércio/Indústria		Obras		Entidades	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
1340	959	71,6	205	15,3	19	1,4	157	11,7

Fonte: CM Mirandela.

O município não apresenta iniciativas com vista à promoção do uso eficiente da água, além das campanhas de sensibilização a nível concelhio e na informação disponibilizada no site do município nos “Sensibilização para o uso eficiente da água”.

Na ação de sensibilização e informação “Sensibilização para o uso eficiente da água” são apresentadas as seguintes lições: utilização eficiente de torneiras, chuveiros, autoclismos, máquinas de lavar roupa, máquinas de lavar louça e lavagem eficiente de pavimentos e veículos (ver <http://ecoguia.cm-mirandela.pt/multimedia/player.html>).

A gestão de um sistema de distribuição de água, implica uma análise constante dos diversos parâmetros técnico-económicos, nas diversas áreas de intervenção. Uma das mais importantes é o combate às perdas de água, pelo facto, entre outros, do custo de produção ou aquisição da água para distribuição ser normalmente elevado.

As perdas de água em sistemas de adução e distribuição, correspondem à água que não é faturada nem utilizada, mas que é captada, tratada, transportada em infraestruturas de elevado valor patrimonial e com custos de manutenção e operação significativos.

Não existem sistemas de distribuição de água totalmente estanques, nem sistemas de medição de caudais 100% exatos, pelo que a ocorrência de perdas de água é inevitável. No entanto, perdas elevadas têm consequências económicas e ambientais muito negativas.

As perdas de água constituem uma das principais fontes de ineficiência das entidades gestoras de abastecimento de água.

As perdas nos sistemas de abastecimento de água, no município de Mirandela têm vindo a diminuir nos últimos anos, desde 50% no ano 2011, 43% no ano 2012 e 41% em 2013, valor bastante significativo comparado com a meta do PEAASAR de 15% (até 2020), constituindo um enorme pressão sobre os recursos hídricos.

Contudo, convém salvaguardar, que nestas perdas estão considerados todos os consumos autorizados, como sendo rega de jardins, abastecimento de Bombeiros, lavagem de ruas etc. e as perdas provocadas por avarias, limpezas de filtros e reservatórios.

RUÍDO

No que respeita ao ambiente sonoro, o Regulamento Geral do Ruído (RGR) (Decreto-lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro) estabelece o regime legal aplicável à prevenção e controlo da poluição sonora, determinando a necessidade dos planos municipais de ordenamento do território assegurem a qualidade do ambiente sonoro, promovendo a distribuição adequada dos usos do território, tendo em consideração as fontes de ruído existentes e previstas.

Compete aos municípios estabelecer nos planos municipais de ordenamento do território, a classificação, a delimitação e a disciplina das denominadas zonas sensíveis e mistas. Os municípios devem acautelar, no âmbito das suas atribuições de ordenamento do território, a ocupação dos solos com usos suscetíveis de vir a determinar a classificação da área como sensível, verificada a proximidade de infraestruturas de transporte existentes e previstas. Os municípios devem elaborar mapas de ruído, para os indicadores L_{den} e L_n para apoiar a elaboração, alteração e revisão dos PDM's.

Os Mapas de Ruído constituem uma ferramenta muito importante para, prever e visualizar espacialmente os níveis sonoros de uma dada área, onde, nomeadamente, se identificam e catalogam fontes ruidosas e recetores expostos. Ainda, são um elemento fundamental para o apoio à decisão relativamente ao planeamento da ocupação e do uso de solo permitindo compatibilizar a localização de determinados serviços com as características ambientais do local. Por último, assumem um papel orientador relativamente à definição de prioridades para a adoção de medidas de mitigação de ruído.

Pretende-se portanto integrar o fator ruído na tomada de decisão de forma a evitar a coexistência de usos do solo conflituosos e prevenir a exposição das populações a um fator de poluição que vem sendo um dos principais fatores de mal-estar da população, no que às temáticas ambientais diz respeito.

O objetivo fundamental é assegurar os seguintes limites de exposição (artigo 11.º do RGR)¹:

- a) As **zonas sensíveis** não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior, **superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador L_{den} , e superior a 45 dB(A), expresso pelo indicador L_n .**
- b) As **zonas mistas** não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior, **superior a 65 dB(A), expresso pelo indicador L_{den} , e superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador L_n .**

A Câmara Municipal de Mirandela elaborou uma revisão dos Mapas de Ruído do Município através de um novo estudo realizado em 2014. Os Mapas de Ruído foram apresentados no relatório MR.2307/14-CM de outubro 2014, elaborado pelo Laboratório de Acústica da ECO14- Serviços e Consultadoria Ambiental, Lda.

¹ Valores que podem variar consoante exista ou esteja projetada para a sua proximidade uma grande infraestrutura de transporte.

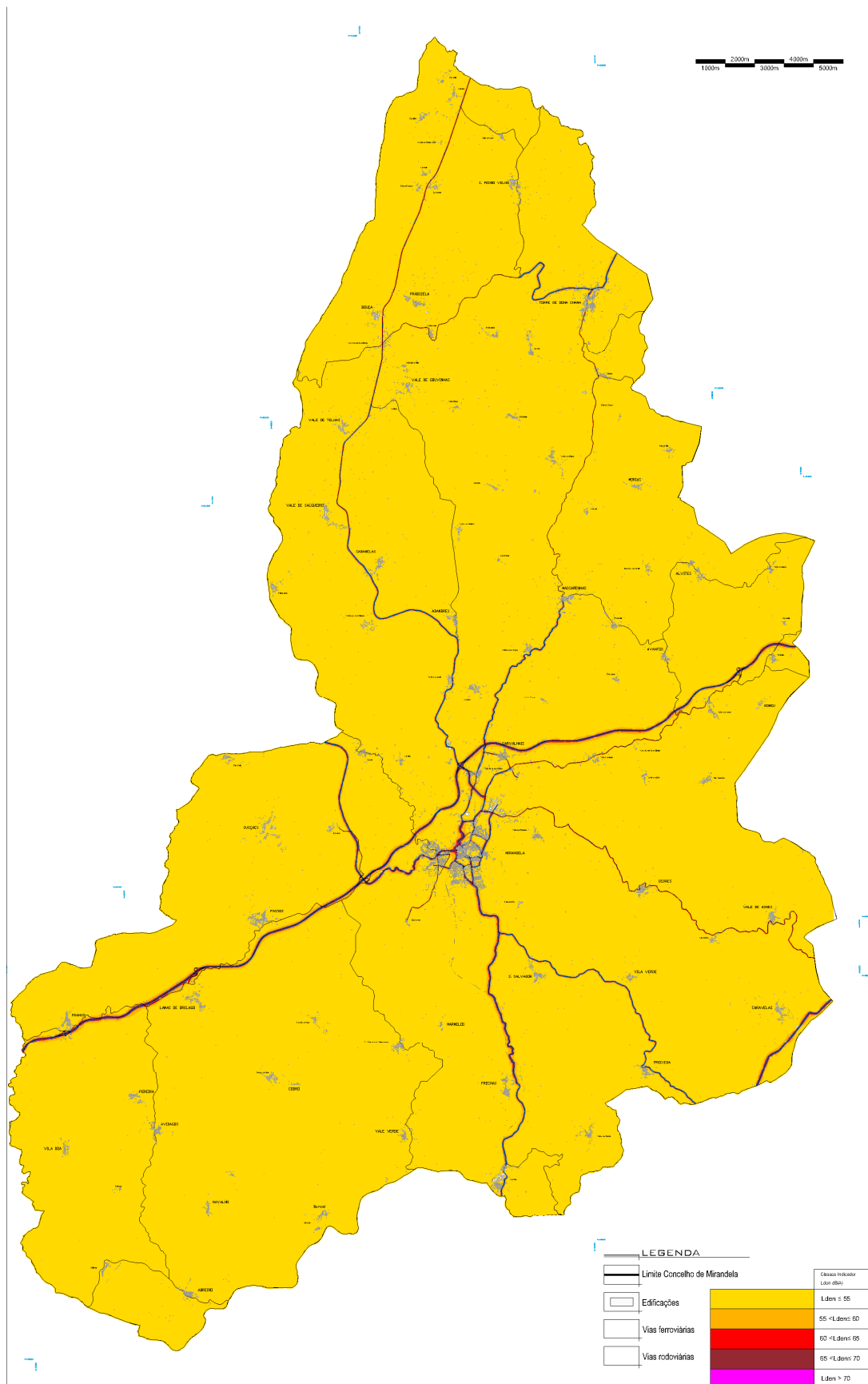


Figura 38 – Mapa de Ruído do Concelho de Mirandela Ano 2014 – indicador sonoro *Lden*.

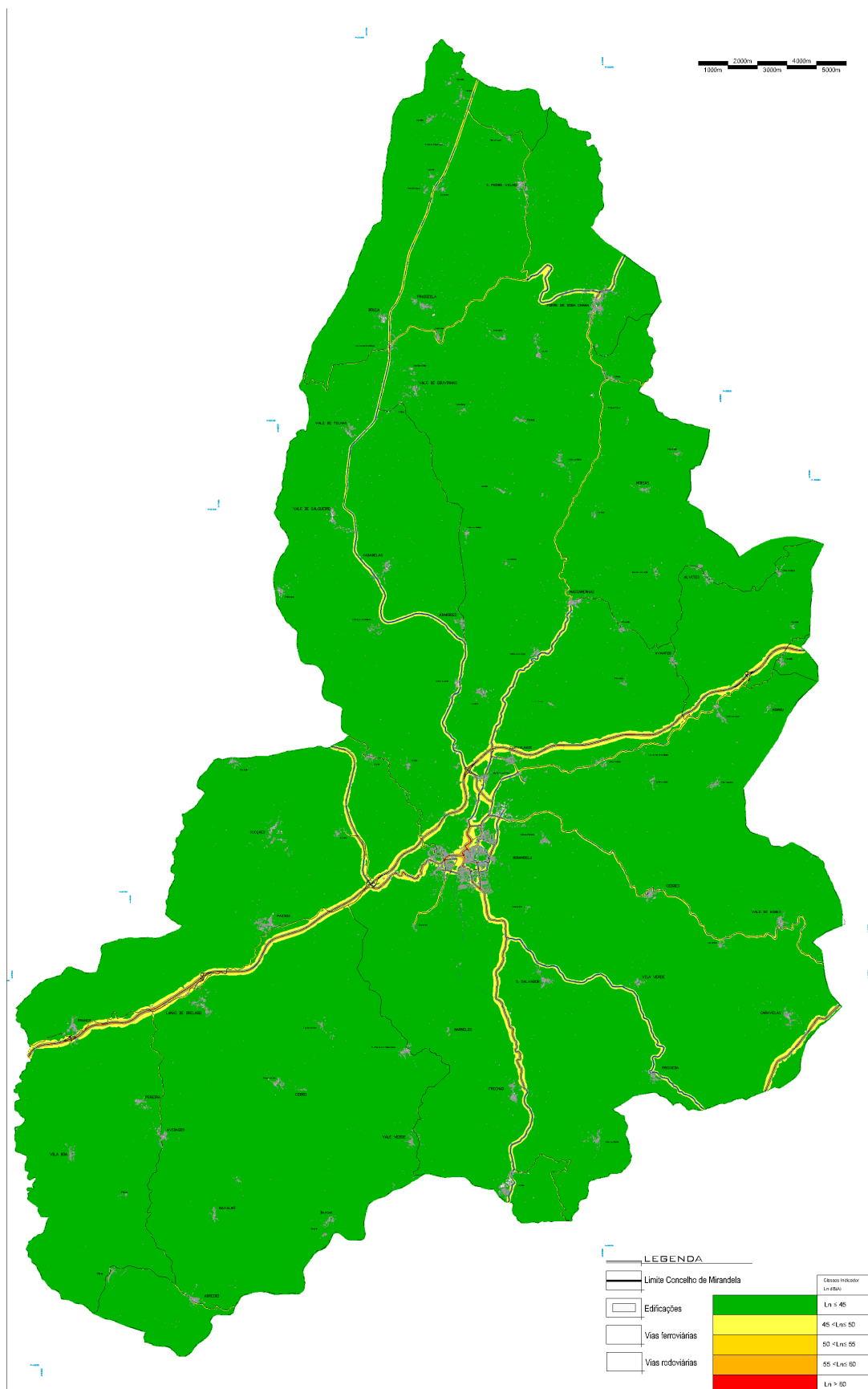


Figura 39 – Mapa de Ruído do Concelho de Mirandela Ano 2014 – indicador sonoro L_n .

As principais fontes ruidosas do concelho são as vias estruturantes que servem e atravessam o concelho e que apresentam volumes de tráfego com algum significado, nomeadamente, a A4, EN15, ER315 e a EN213.

As Avenidas/Ruas do concelho de Mirandela apresentaram também níveis de tráfego com algum significado (com mais de 5000 veículos por dia), originando um impacto sonoro não desprezável sobre utilizações sensíveis (designadamente edifícios habitacionais) adjacentes, nomeadamente a Rua da República, a Av. 25 de Abril e a Rua Eng. Machado Vaz, Av. da Amoreira, Av. São João, Av. Francisco Sá Carneiro e a Rua Vale de Azenha.

No que diz respeito ao ruído industrial, de tráfego ferroviário e aéreo, constatou-se que emissões ruidosas produzidas, não serão susceptíveis de originar cenários de conflituosos.

Para além de possibilitar uma visão qualitativa da distribuição geográfica dos níveis sonoros da área em análise, um Mapa de Ruído do tipo do desenvolvido deve fornecer indicadores quantitativos da população exposta ao ruído.

A partir de dados sobre densidades populacionais do concelho e das suas freguesias, distribuiu-se a população residente pelos recetores sensíveis proporcionalmente ao volume de cada edifício. Da associação dos níveis sonoros da fachada mais exposta e da população residente em cada edifício estimaram-se as percentagens de exposição da população às diferentes classes de níveis de ruído. Estas estimativas, para ambos os indicadores de ruído (L_{den} e L_n), apresentam-se no quadro seguinte.

Quadro 101 - Estimativas (em %) de população exposta a diferentes intervalos de níveis sonoros, para os indicadores de ruído L_{den} e L_n , 2014.

Classes de níveis sonoros do Indicador LAeq, dB(A)	Lden		Ln	
<45	75	97	96	96
45-50	15		2	3
50-55	7		1	
55-60	1	2	0	0
60-65	1		0	
65-70	1	1	0	
>70	0		0	
Observações: A coloração confronta os valores obtidos com os limites estabelecidos no RGR para zonas sensíveis (sombreado verde) e zonas mistas (sombreado amarelo). A área de sombreado vermelho marca níveis sonoros que excedem ambos os critérios.				

A quase totalidade da população está exposta a níveis de ruído ambiente compatíveis com zonas mistas [L_{den} <65 dB(A) e L_n <55 dB(A)].

Cerca de 97% e 96% da população está em locais com níveis sonoros compatíveis com zonas sensíveis, relativamente aos descritores L_{den} e L_n , respetivamente.

De acordo com o definido no artigo 8.º do RGR, as zonas sensíveis ou mistas (com ocupação) expostas a ruído ambiente exterior que exceda os valores limites devem ser objeto de Planos de Redução de Ruído, cuja elaboração é também da competência das autarquias locais. O n.º 2 do mesmo artigo estabelece que estes planos podem contemplar faseamento de medidas, mas devendo incidir prioritariamente sobre zonas sensíveis ou mistas expostas a níveis de ruído ambiente que excedam em mais de 5 dB(A) os respetivos limites.

QUALIDADE DO AR

- **Índice de qualidade do ar**

A qualidade do ar é o termo que se usa, normalmente, para traduzir o grau de poluição no ar que respiramos (www.qualar.apambiente.pt).

A poluição do ar, que é provocada por uma mistura de substâncias químicas, lançadas no ar ou resultantes de reações químicas, que alteram o que seria a constituição natural da atmosfera, tem vindo a ser a causa de um conjunto de problemas, nomeadamente a degradação da qualidade do ar; a exposição humana e dos ecossistemas a substâncias tóxicas; danos na saúde humana; danos nos ecossistemas e património construído; acidificação; deterioração da camada de ozono estratosférico e aquecimento global/alterações climáticas (www.qualar.apambiente.pt).

Entre os efeitos na saúde humana referem-se problemas ao nível dos sistemas respiratório e cardiovascular. Quanto aos danos nos ecossistemas podem citar-se a oxidação de estruturas da vegetação, que entre muitas outras consequências pode originar a queda prematura das folhas em algumas espécies ou o apodrecimento precoce de alguns frutos. Finalmente, quando se fala de prejuízos ao nível do património construído pode dar-se como exemplo o caso dos poluentes acidificantes que atacam quimicamente as estruturas construídas, causando a degradação dos materiais (www.qualar.apambiente.pt).

As unidades funcionais de avaliação e gestão da qualidade do ar, são as designadas zonas e aglomerações, no artigo 2º do Decreto-Lei n.º 102/2010, define-se zona como sendo “uma área geográfica de características homogéneas, em termos de qualidade do ar, ocupação do solo e densidade populacional” e aglomeração como uma “zona caracterizada por um número de habitantes superior a 250000 ou em que a população seja igual ou fique aquém de tal número de habitantes, desde que não inferior a 50000, sendo a densidade populacional superior a 500 habitantes/km²”. O concelho de Mirandela encontra-se na zona de qualidade do ar do Norte Interior.



Figura 40 – Representação das Zonas e Aglomerações do Norte Interior e localização das estações de Monitorização.

Índice de qualidade do ar (IQAr) de uma determinada área resulta da média aritmética calculada para cada um dos poluentes medidos em todas as estações da rede dessa área. Os valores assim determinados são comparados com as gamas de concentrações associadas a uma escala de cores sendo os poluentes com concentração mais elevada responsáveis pelo índice (www.qualar.apambiente.pt).

No quadro seguinte são apresentados os conselhos de saúde em função IQAr, mencionando também as condições meteorológicas normalmente associadas.

Quadro 102 - Índice de qualidade do ar e conselhos de saúde.

Índice	Tempo	Conselhos de Saúde
Mau	Anticiclone com vento fraco; Estabilidade prolongada; Depressão do norte de África com uma corrente de SE no continente transportando poeiras do deserto; Ozono: forte radiação / tempo quente contínuo.	Todos os adultos devem evitar esforços físicos ao ar livre. Os grupos sensíveis (crianças, idosos e indivíduos com problemas respiratórios) deverão permanecer em casa com as janelas fechadas e utilizando de preferência sistemas apropriados de circulação/refrigeração do ar.
Fraco	Anticiclone com vento fraco; Situações de transição do estado do tempo; Estabilidade; Depressão do norte de África com uma corrente de SE no continente transportando poeiras do deserto; Ozono: forte radiação / temperaturas elevadas associadas a dias de céu limpo.	As pessoas sensíveis (crianças, idosos e indivíduos com problemas respiratórios) devem evitar atividades físicas intensas ao ar livre. Os doentes do foro respiratório e cardiovascular devem ainda respeitar escrupulosamente os tratamentos médicos em curso ou recorrer a cuidados médicos extra, em caso de agravamento de sintomas. A população em geral deve evitar a exposição a outros fatores de risco, tais como o fumo do tabaco e a exposição a produtos irritantes contendo solventes na sua composição.
Médio	Diversas situações meteorológicas com características de tempo agradáveis.	As pessoas muito sensíveis, nomeadamente crianças e idosos com doenças respiratórias devem limitar as atividades ao ar livre .

Índice	Tempo	Conselhos de Saúde
Bom	Passagem de frentes com atividade moderada; Outras situações meteorológicas com ventos moderados.	Nenhuns
Muito Bom	Vento moderado a forte - Temperaturas frescas; - Ocorrência de precipitação; Passagem de frentes com atividade moderada.	Nenhuns

Analisando o índice de qualidade do ar da zona de qualidade do ar Norte Interior, verifica-se que o índice que se registou em maior número de dias na região, nos anos 2011, 2012 e 2013, foi o BOM.

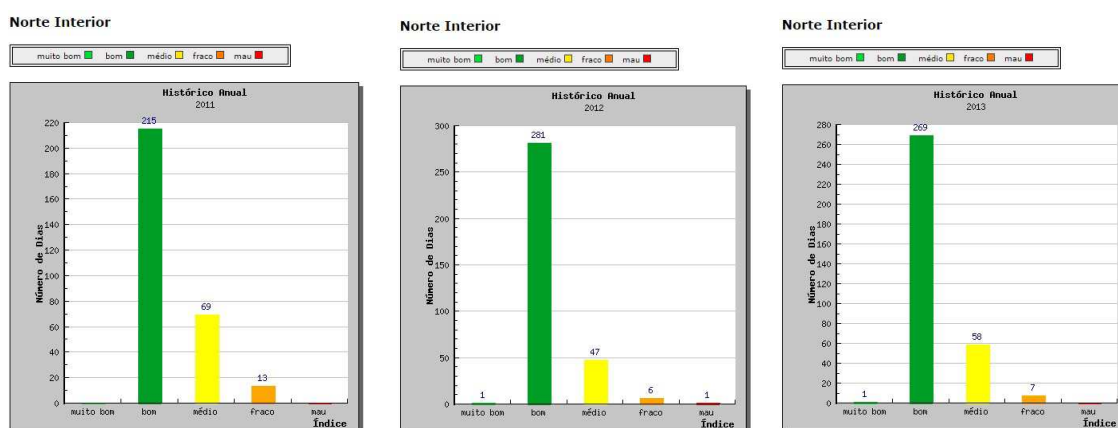


Figura 41 – Índices de qualidade do ar registado na zona Norte Interior, nos anos de 2011, 2012 e 2013.

- Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites**

A capacidade de regeneração da atmosfera reduz-se consideravelmente à medida que, o quantitativo de emissões de poluentes cresce exponencialmente, com a industrialização e com o aumento do número de veículos automóveis no planeta. Os efeitos dos diferentes poluentes atmosféricos na saúde traduzem-se no aparecimento ou agravamento de doenças respiratórias e cardiovasculares, particularmente em populações sensíveis como crianças, idosos e indivíduos com problemas respiratórios.

No quadro seguinte resumem-se os efeitos na saúde humana e no meio ambiente provocados por alguns poluentes atmosféricos.

Quadro 103 - Principais fontes e efeitos na saúde humana e no ambiente dos poluentes atmosféricos abrangidos pelo DL n.º 102/2010.

Poluente	Características	Fontes emissoras	Efeitos na saúde humana e no ambiente
CO (monóxido de carbono)	Incolor e inodoro.	Tráfego. Indústrias.	Reduz a capacidade de transporte de oxigénio até aos tecidos vitais pelo sangue, afetando os sistemas cardiovasculares e nervoso. Em concentrações extremas pode provocar a morte por envenenamento. Em concentrações mais baixas pode ser gravoso para indivíduos com problemas cardiovasculares e reduz o desempenho desportivo. Concentrações elevadas podem causar sintomas como dores de cabeça, tonturas e fadiga.

Poluente	Características	Fontes emissoras	Efeitos na saúde humana e no ambiente
NO₂ (dióxido de azoto)	Castanho claro.	Tráfego. Indústrias (resulta da queima de combustíveis a temperaturas mais ou menos elevadas).	Concentrações elevadas podem provocar problemas do foro respiratório, principalmente em crianças, tais como asma ou tosse convulsa. É um poluente acidificante, que pode contribuir para a formação de chuvas ácidas, as quais acidificam os meios naturais e atacam quimicamente algumas estruturas (por exemplo, os metais) e os tecidos vegetais.
SO₂ (dióxido de enxofre)	Incolor e inodoro em baixas concentrações. Cheiro intenso em concentrações elevadas	Indústrias (indústria química, pasta de papel, refinarias e caldeiras que utilizem combustível com alto teor de enxofre, como por exemplo, o fuelóleo).	Os seus efeitos encontram-se associados a doenças respiratórias (bronquite crónica ou asma) e cardiovasculares. É um dos gases que contribui para as chuvas ácidas, que têm como consequência a acidificação dos meios naturais ou a corrosão de materiais metálicos.
PM₁₀ (partículas)	As de origem mineral apresentam-se na forma sólida. As de origem orgânica resultam de condensação.	Tráfego. Indústrias. Obras de construção civil. Atividades agrícolas.	As partículas microscópicas podem afetar a atividade respiratória, em especial da população de risco, como as crianças e idosos, bem como daqueles que sofrem de doenças cardiovasculares e pulmonares. O nível de risco depende do tamanho das partículas e da sua toxicidade. As partículas em suspensão também afetam o coberto vegetal e reduzem a visibilidade.
O₃ (ozono)	Incolor e poderoso oxidante.	Ao nível do solo resulta de reações químicas entre óxidos de azoto e os compostos orgânicos voláteis na presença de luz solar e de temperaturas elevadas.	A oxidação do ozono troposférico provoca irritações do trato respiratório, causando dificuldades respiratórias, inflamações brônquicas ou tosse. Estes efeitos fazem sentir-se especialmente em grupos sensíveis, como as crianças, idosos, doentes cardiovasculares e do foro respiratório. O ozono é o principal constituinte do <i>smog</i> fotoquímico (mistura de nevoeiro e poluição). A exposição a níveis baixos deste poluente pode reduzir as funções pulmonares, originando dores no peito, tosse, náuseas e congestão pulmonar. A destruição das produções agrícolas e das árvores são outra das suas consequências.
C₆H₆ (benzeno)	Incolor e altamente inflamável. Evapora-se rapidamente.	Tráfego. Indústrias.	Quando inalados os vapores causam tonturas, dores de cabeça e até inconsciência, afeta principalmente o fígado, a placenta e a medula óssea. Provoca doenças como a leucemia, cancro da pele e do pulmão.

A estação de medição de qualidade do ar que mede a qualidade do ar da região Norte Interior, mais próxima onde se encontra Mirandela, é a estação do Douro Norte, na freguesia de Lamas de Olo, concelho de Vila Real e caracteriza-se por ser do tipo Rural Regional.

Quadro 104 - Número de excedências para os parâmetros de qualidade do ar, na estação de Lamas de Olo nos anos de 2011, 2012 e 2013.

Designação	Valor Ref. (µg/m ³)	N.º de Excedências Permitidas (dias)	N.º de Excedências		
			2011	2012	2013
Ozono - Limiar de Alerta à população	240	-	0	1	0
Ozono - Limiar de Informação à população	180	-	30	16	18
Ozono – Base Octo-horaria (proteção da Saúde Humana)	120	25	67	31	36
Dióxido de Enxofre - Alerta	500	-	0	0	0

Designação	Valor Ref. ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	N.º de Excedências Permitidas (dias)	N.º de Excedências		
			2011	2012	2013
Dióxido de Enxofre – Base horária	350	24h	0	0	0
Dióxido de Enxofre – Base diária	125	3	0	0	0
Dióxido de Azoto - Alerta	400	-	0	0	0
Dióxido de Azoto – Base horária	200	18h	0	0	0
Partículas <10 μm – Base diária	50	35	0	0	0

Fonte: www.qualar.apambiente.pt

Comparando as medições com os valores legislados, conclui-se que existe uma deficiente qualidade do ar ambiente na zona do Norte interior, no que se refere à concentração de Ozono, ultrapassando anualmente (e nos últimos 3 anos) o número de excedências permitidas, tendo em vista a proteção da saúde humana.

A Diretiva 2001/81/CE, do Parlamento e do Conselho Europeus, de 23 de outubro estabelece para Portugal a obrigação de desenvolver um programa nacional para a redução das emissões dos poluentes dióxido de enxofre (SO_2), óxidos de azoto (NO_x), compostos orgânicos voláteis não metânicos (COVNM) e amónia (NH_3), com o objetivo de atingir, o mais tardar no ano 2010, os tetos de emissão nacional que lhe foram atribuídos por negociação e estudos (técnicos e económicos) baseados no modelo RAINS ("Regional Air Pollution INformation and Simulation"), a saber: 160 ktoneladas de SO_2 ; 250 ktoneladas de NO_x ; 180 ktoneladas de COVNM e 90 ktoneladas de NH_3 .

As emissões de SO_2 e NO_x continuam a ser, sobretudo, devidas ao setor da energia. As emissões de COVNM continuam a ser, maioritariamente, da responsabilidade do setor da indústria e construção. A agricultura continua a ser o grande responsável pelas emissões de NH_3 .

Estes poluentes considerados pela Diretiva são responsáveis por uma gama de impactos negativos, tais como: impactes na saúde humana; impactes nos ecossistemas (devido à sua contribuição para a acidificação, a concentração de ozono troposférico e a eutrofização); impactes em materiais e construções (devido à sua contribuição para a acidificação e a concentração de ozono troposférico).

Os principais focos de poluição atmosférica no concelho de Mirandela são provenientes das fontes naturais (COVNM), da atividade agropecuária e do tráfego rodoviário.

Quadro 105 - Emissões de Poluentes para o Concelho de Mirandela em 2007, 2008 e 2009 (t/Km²).

Ano	SO _x	NO _x	NH ₃	COVNM	PM10	CH ₄	CO ₂	N ₂ O
2009	0,030	0,847	0,336	2,131	0,288	1,909	108	0,130
2008	0,011	0,851	0,296	2,150	0,282	1,923	104	0,130
2007	0,014	0,543	0,304	5,327	0,280	1,870	91	0,123

Fonte: APA

Refletindo sobre os dados da tabela anterior, verifica-se que no concelho de Mirandela as emissões de poluentes têm estabilizado nos últimos anos de que há dados.

Em termos sectoriais, as emissões em Portugal de GEE em 2012 provinham grande parte do setor energético (70%), essencialmente da produção e transformação de energia (25%) e dos transportes (25%), conforme a figura seguinte.

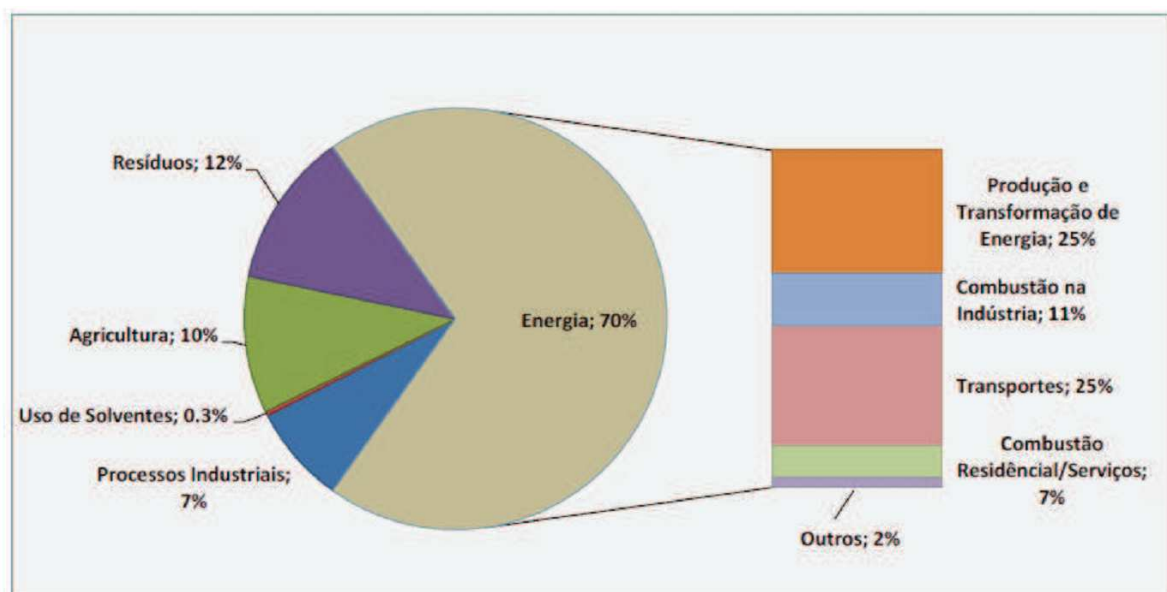


Figura 42 – Emissões sectoriais de GEE em 2012 por setor de atividade (Fonte APA,2014).

Segundo os dados de alocação espacial de emissões disponibilizados pela APA, as emissões totais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) por Km², são apresentados no quadro seguinte.

Quadro 106 - Emissões totais de GEE em t/km².

Mirandela	2007	2008	2009
CH ₄	1,870	1,923	1,909
CO ₂	91	104	108
N ₂ O	0,123	0,130	0,130
CO ₂ equivalente	168,4	184,68	188,39

Fonte: APA

Em 2009, o concelho de Mirandela emitiu 108 t/km² de dióxido de carbono, 1,909 t/km² de metano e 0,130 t/km² de óxido de azoto, ao que corresponde 188,39 t/km² de CO₂ equivalente.

Em 2009, a média nacional de emissão de CO₂, CH₄ e N₂O, situou-se em 1183,0 t/km², 11,859 t/km² e 0,259 t/km² respetivamente, correspondendo a 1195,118 t/km² de CO₂ equivalente.

O setor com mais emissões de GEE foi o tráfego rodoviário (42,3%) e o setor pecuário (149,1%).

As emissões totais de gases com efeito de estufa no concelho de Mirandela encontram-se muito abaixo da média nacional, contribuindo de uma forma muito pouco significativa para as emissões globais de Portugal.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

A energia está na base do funcionamento de qualquer sociedade atual, sendo por isso um fator de extrema importância na economia mundial. No entanto, este indicador está associado a diversos tipos de impactos ambientais, nomeadamente a emissões de poluentes para a atmosfera. Apesar dos esforços que se têm verificado para diminuir a dependência das fontes de energia não renováveis, o seu consumo continua em constante crescimento.

Analisando a evolução do consumo energético por habitante, no concelho de Mirandela, verifica-se que de 2007 para 2012 se registou um aumento dos consumos por habitante em quase 2,3%.

Quadro 107 - Evolução do consumo de energia elétrica por habitante (KWh/hab), entre 2006 e 2012.

Área geográfica	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Continente	4792,1	4731,2	4685,9	4866,3	4729,6	4555
Norte	4156,3	4137,9	4080,8	4253,4	4125,8	3951,8
Alto Trás-os-Montes	2821,4	2915,2	2965,7	3074,9	2961	2910,9
Mirandela	3028,5	2997,2	3091,3	3198,5	3153,9	3098,8

Fonte: INE.

Em 2012, o consumo energético por habitante de Mirandela foi de 3098,8 kWh/hab., valor superior em 6,1% ao valor médio da sub-região do Alto Trás-os-Montes, mas inferior à média da região do Norte e 32% inferior à média de Portugal continental.

O consumo da iluminação das vias públicas, dos edifícios do estado tem vindo numa tendência de decrescer ao longo dos últimos anos, embora em peso no total dos consumos por setores apresente um valor de 16%.

Quadro 108 - Consumo de energia elétrica total e por tipo de consumos (KWh) entre 2008 e 2012

Ano	Total	Iluminação das vias públicas		Iluminação interior de edifícios do Estado	
2012	72810049	5543644	8	5613177	8
2011	75016269	5373328	7	6817128	9
2010	76859650	5670154	7	7594791	10
2009	75032063	5990545	8	7017596	10
2008	73429565	6446445	9	6799298	9

Fonte: INE

O município de Mirandela desenvolveu medidas para promover a eficiência energética e a racionalização da energia.

No ano de 2012, foi dado o particular interesse ao combate dos consumos de iluminação pública que representam 55,7% do consumo de energia elétrica do Município. Nesse sentido, o município desligou pontos de luz excedentários em pontos estratégicos da cidade, de forma concertada, visando não provocar qualquer transtorno aos munícipes. Assim sendo, foram desligados, 543 focos de IP (iluminação pública), o que se traduz uma redução de consumo na ordem dos 100kW.

No ano de 2013, foi concretizado e implementado o projeto “MIRANDELA energia XXI – Redução da Fatura Energética na Rede de Iluminação Pública”, este trata-se de um projeto-piloto com carácter demonstrativo, para posterior generalização, que prevê a instalação de reguladores de fluxo luminoso na rede de IP que permitam uma redução significativa da fatura energética municipal.

Os reguladores de fluxo luminoso são aparelhos que automaticamente diminuem o fluxo luminoso da iluminação pública a partir de determinada hora. Assim, a implementação deste projeto permitirá a redução do consumo de energia elétrica entre 30% e 40% da rede de iluminação pública.

Foi também implementada no âmbito da empreitada “Recuperação e Qualificação Urbanística da Rua e Avenida das Amoreiras e Avenida dos Bombeiros Voluntários”, luminárias de tecnologia LED de forma a substituir as antigas luminárias equipadas com lâmpadas de vapor de sódio.

O município tem, no âmbito do ON.2, um projeto aprovado denominado “ Energia – Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético Ambiental em Equipamentos Coletivo”, num investimento total aprovado de 328.564,98 €

Com a publicação da legislação que aprova o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços, e transpõe a Diretiva n.º 2010/31/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios, que impõem requisitos em projetos de novos edifícios e de grandes remodelações de forma a salvaguardar as condições de conforto térmico sem necessidades excessivas de energia, assim as intervenções no parque habitacional vão no sentido de promover a eficiência energética dos edifícios e a redução das emissões de GEE.

De acordo com os relatórios da certificação energética dos edifícios da Agência para a Energia (ADENE), no quadro seguinte apresenta-se o número de certificados atribuído em Portugal e no concelho de Mirandela em 2012 e a sua evolução relativamente ao período compreendido entre 01/07/2007 e 30/6/2009 e 01/01/2012 a 31/12/2012. Da análise do quadro realça-se a fraca expressão do concelho de Mirandela no contexto nacional no que se refere à certificação energética dos edifícios.

No entanto, importa referir que, no período de 1/7/2007 a 30/6/2009, 132 edifícios no concelho de Mirandela foram certificados energeticamente, destes 97 foram classificados de igual ou superior a B-, correspondendo a 74% dos edifícios certificados.

Em 2012, 94 edifícios no concelho de Mirandela foram certificados energeticamente, destes 61 foram classificados de igual ou superior a B-, correspondendo a 64% dos edifícios certificados.

Relativamente à produção de energia a partir de fontes de energia renováveis (FER), em Portugal, segundo a DGRG, em 2013 a produção de eletricidade a partir de FER foi de 30 648GWh, valor superior ao alcançado em 2012 (20 410GWh), é notório o crescimento da potência instalada em FER, nos últimos anos, para produção de eletricidade.

Relativamente à produção de energia a partir de recursos renováveis a nível concelhio, a informação presente na DGEG é referente apenas ao distrito de Bragança.

Assim, de uma forma geral, de acordo com o relatório de estatísticas de junho de 2014, produzido pela DGEG relativo à energia renovável, a produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renovável (FER) está concentrada no Norte e Centro de Portugal, principalmente nos distritos de Bragança, Viseu, Vila Real, Coimbra e Viana do Castelo.

A figura seguinte apresenta a produção de energia elétrica produzida a partir de FER, em Portugal continental e no distrito de Bragança.

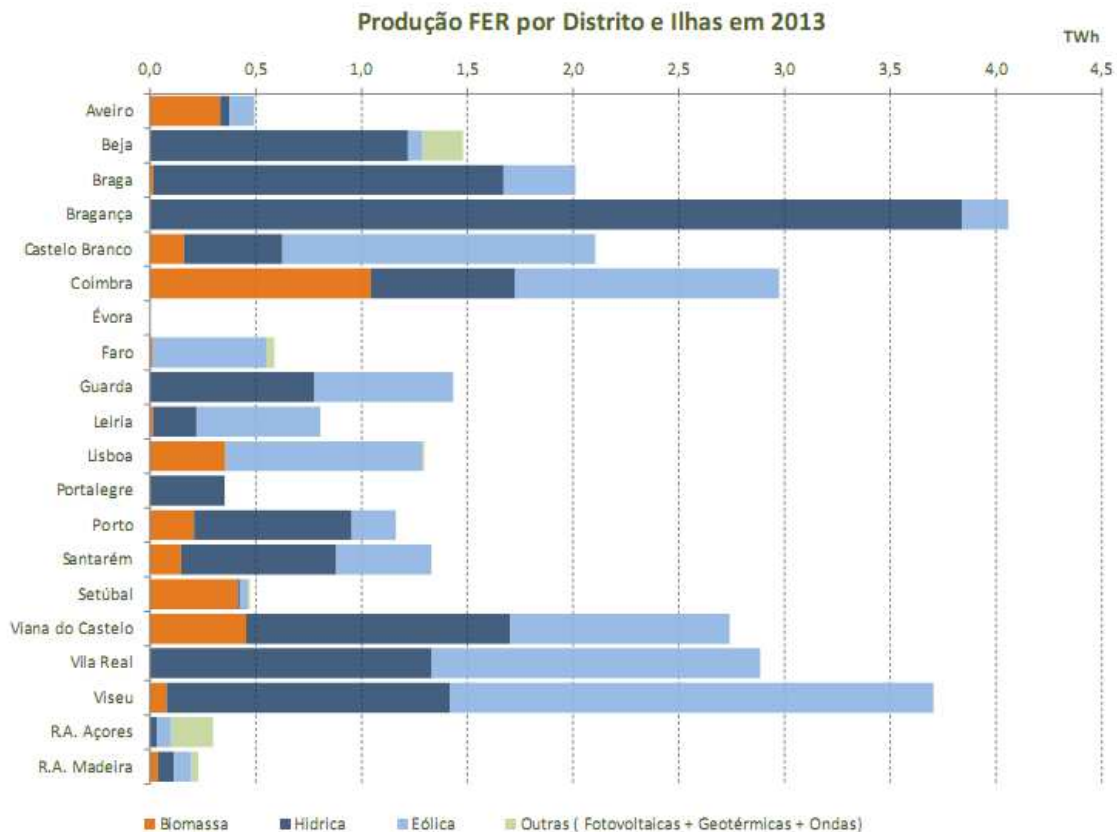


Figura 43 – Produção de Energia elétrica a partir de FER por distritos (Fonte DGEG,2014).

Na atualidade, no concelho de Mirandela existem cinco mini-hídricas, duas no rio Rabaçal, duas no rio Tuela e uma no rio Tua que são propriedade particular.

No âmbito das candidaturas efetuadas ao Programa do Governo "Renováveis na Hora", a Resíduos do Nordeste conta já com quatro unidades de microgeração fotovoltaica ligadas à rede elétrica, nas suas instalações.

Desta forma está a contribuir para Estratégia Nacional para a Energia, consolidando de forma significativa a microprodução de eletricidade, aumentando o nível de autonomia energética do território, através do incremento de potência instalada de fontes renováveis.

As unidades de microgeração, com uma potência instalada de 3,68 kWp cada, (14,72 kWp no total), terão uma produção média total anual de energia de 24.000 kWh e as emissões de CO2 serão reduzidas, para idêntico período, em 11,2 toneladas.

Toda a energia produzida pelos sistemas de microgeração será injetada na rede elétrica, contribuindo de forma significativa para a redução da fatura energética. Em 2013 foi produzida 9231,30 euros de energia.

Assinala-se ainda a existência de uma Central de Valorização Energética de Biogás, em funcionamento desde maio de 2009, que tem como objetivo a recuperação da energia produzida a partir dos RSU depositados no Aterro evitando, ao mesmo tempo, a libertação dos gases para a atmosfera. De Maio de 2009 a dezembro de 2013 a CVE produziu um total de 12.527.865 KWh de energia. A Central de Valorização Energética (CVE), em 2013, registou uma produção de 2.698.59 Kwh, o que evitou a emissão de 1.039 ton de CO2 para a atmosfera, o equivalente a plantar 6.014 árvores.

6.5.3. Análise SWOT

O quadro seguinte apresenta uma análise SWOT do FCD Qualidade Ambiental, onde se identificam as Forças e Oportunidades, assim como as Fraquezas e as Ameaças, pretendendo-se efetuar um diagnóstico de referência, sem considerar a implementação do Plano.

Quadro 109 - Análise SWOT no âmbito do FCD – Qualidade Ambiental

Forças (S)	Fraquezas (W)
<ul style="list-style-type: none"> Integração do concelho nos subsistemas intermunicipais de infraestruturas permitindo um bom nível de atendimento das populações. Boa rede de ecopontos. Elevada taxa de recolha seletiva de resíduos sólidos próximo do objetivo do PERSU2020. Qualidade da água superficial Boa a Razoável. Qualidade de água subterrânea Boa Qualidade das águas balneares Excelente a Boa Total cobertura da rede de abastecimento de água Praticamente total cobertura da rede de drenagem e tratamento de águas residuais. Consumo de água por habitante inferior à média nacional. Boa qualidade da água para consumo humano Boa qualidade do ar. Emissão de poluentes atmosféricos (NOx, SO2, COVNM e NH3) menor que a média nacional. Elevado espaço florestal concelhio (Sumidouro de CO2). Consumo de energia elétrica por habitante superior ao valor do continente e região norte. Aumento do edifício com certificação energética. Implementação de medidas para a racionalização e eficiência energética na iluminação pública. Existe produção de energia a partir de FER (5 minihidricas, Central de Valorização Energética de Biogás e quatro unidades de microgeração fotovoltaica) 	<ul style="list-style-type: none"> Tendência crescente da produção de resíduos. Elevadas perdas de água do sistema de abastecimento. Existência de zonas de abastecimento com qualidade de água segura para consumo humano inferior a 95%. Existência de fossas sépticas. Ausência de implementação/ regularização de perímetros de proteção das águas subterrâneas captadas para abastecimento público. Apresenta algumas situações que, potencialmente, podem contribuir para a degradação dos recursos hídricos (lagares, pecuárias, mina e aterro sanitário, Etar's e fossas sépticas e focos de poluição industrial) O troço do Rio Tua compreendido entre Mirandela e a sua Foz apresenta um estado de massa de água "Mediocre" para elementos biológicos. O município não monitoriza a eficiência do tratamento das águas tratadas nas suas Etar's. Recptores sensíveis com níveis sonoros elevados. Resíduos urbanos de recolha indiferenciada depositados em aterro, em detrimento da reciclagem e valorização orgânica ou energética.
Oportunidades (O)	Ameaças (T)
<ul style="list-style-type: none"> Melhoria da eficiência dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais. Necessidade legal de atingir parâmetros de qualidade estabelecidos pelo PNUA. Aumento da recolha seletiva de resíduos sólidos (urbanos, industriais, etc.) Opção de valorização energética, valorização orgânica para os resíduos recolhidos Consciencialização da população para a preservação da qualidade ambiental como uma forma de melhoria da qualidade de vida das mesmas Avaliação das redes de abastecimento de água de modo a avaliar a eficiência do sistema de abastecimento de água (perdas de água; ausência de quebras de distribuição, etc.) Aproveitamento de águas pluviais e reutilização de água residual. Ruído: resolução das zonas de conflito. Zonamento acústico das áreas mais vulneráveis à poluição sonora e adoção de medidas para minimizar os impactos provocados por atividades ruidosas. Progressiva aposta nas FER. Aumento da eficiência energética do meio edificado e no setor industrial O concelho de Mirandela insere-se no Núcleo de Ação Prioritária 3 do ENEPAI. 	<ul style="list-style-type: none"> Potencial evolução dos níveis de consumo como força motriz para o aumento da produção de resíduos. Presença de fontes de poluição do solo e dos recursos hídricos. Potencial degradação da qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos devido ao deficiente controlo da eficiência das infraestruturas de saneamento. Contaminação associada a fontes de poluição difusa e fontes tóxicas dos recursos hídricos. Aumento do risco de degradação da qualidade das águas balneares com a crescente procura turística. Crescimento do transporte individual é um sério obstáculo à redução dos níveis de ruído e à melhoria da qualidade do ar. Perdas de água nos sistemas de captação e distribuição de água. Resistência da população à adesão aos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais face à existência de alternativas (fossas). Falta de medidas para a promoção de uma gestão mais sustentável da energia no concelho. Redireccionamentos dos fundos comunitários para outro tipo de projetos que não contemplem as infraestruturas; Conjuntura económica desfavorável a investimentos.

<ul style="list-style-type: none">▪ Aplicação do Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Douro.▪ Agenda 21 local.▪ Potencial desenvolvimento de projetos que preconizam a prevenção/minimização das emissões atmosféricas, pela concretização do objetivo estratégico do QREN relativo à melhoria da qualidade do ar.	
--	--

6.5.4. Tendências de evolução sem Plano

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

A tendência de evolução ao nível da gestão dos resíduos sólidos urbanos será no sentido do aumento da recolha seletiva e da sua valorização.

RECURSOS HÍDRICOS

A tendência de evolução será a manutenção do cenário atual, no geral com boa qualidade dos recursos hídricos, cuja proteção e conservação será salvaguardada pela implementação do Plano de Gestão de Bacia Hidrográfica do Douro.

DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

A tendência de evolução será o agravamento do cenário atual por ineficiência dos sistemas de tratamento e pela existência de sistemas de tratamento primário (fossas sépticas).

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Apesar de o concelho estar dotado de bons níveis de atendimento relativamente ao serviço de abastecimento de água, a tendência de evolução será a manutenção do cenário atual.

A ausência de uma estratégia para o uso eficiente e racional da água e o para o combate as perdas nos sistemas de abastecimento, perspetivam a manutenção das tendências atuais e um consequente agravamento das condições que contribuem de forma significativa para a não materialização dos objetivos de sustentabilidade.

RUÍDO

Em termos dos níveis de ruído registados no concelho, a tendência esperada é de manutenção.

Uma vez que atualmente, os limites legais para os dois indicadores são ultrapassados, na ausência do plano, o município deverá promover a elaboração de um Plano Municipal de Redução de Ruído para o local.

QUALIDADE DO AR

A tendência de evolução em relação à qualidade do ar é a de manutenção dos bons níveis atualmente registados.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Não se prevê alterações significativas sobre a energia sem a revisão do plano, mantendo-se o estado atual.

6.5.5. Oportunidades e Riscos para o FCD – Qualidade Ambiental

Seguidamente são avaliados para cada critério do FCD – Qualidade Ambiental, o impacto das questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Mirandela em termos de oportunidades e riscos

Questões Estratégicas (QE):

- QE1** - Estabelecer o ordenamento do território através da promoção de um desenho urbano qualificado e adequado ao suporte físico, valorizando intervenções urbanas que favoreçam a melhoria da qualidade de vida dos munícipes e o desenvolvimento sustentado do concelho.
- QE2** - Promover a melhoria das acessibilidades, através do reforço das ligações interregionais e da conservação/beneficiação das vias intraconcelhias.
- QE3** - Potenciar a competitividade e desenvolvimento económico através da oferta quantitativa e qualitativa de espaços empresariais e industriais.
- QE4** - Potenciar e valorizar os territórios agrícolas e florestais como elementos fundamentais para a promoção de um desenvolvimento económico sustentável e de afirmação da ruralidade do concelho.
- QE5** - Promoção e desenvolvimento do turismo local com base nos recursos naturais, na cultura, nos produtos endógenos e na gastronomia.
- QE6** - Coesão social e territorial através da adequação da rede de equipamentos coletivos e da consolidação da centralidade de cidade de Mirandela.
- QE7** - Preservar e valorizar o património natural e cultural, a biodiversidade, utilizar de modo sustentável os recursos e prevenir os riscos.
- QE8** - Implementação e monitorização dos diversos planos com recurso as novas tecnologias da informação

Quadro 110 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Resíduos Sólidos Urbanos”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Promover uma política adequada de gestão de resíduos.		
Valorizar os RSU produzidos no concelho.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	A melhoria do espaço urbano e ambiental contribuirá para a promoção de uma gestão sustentável dos resíduos. (++) A opção contempla a intervenção específica neste domínio pelo que só poderá constituir oportunidades através do incremento de equipamentos de recolha colocados à disposição da população. (++)	
QE2	A melhoria das acessibilidades facilitará as operações de gestão de resíduos nomeadamente no que diz respeito ao seu transporte para valorização. (+)	
QE3	Esta opção promove a infraestruturação das áreas industriais e permite uma melhor gestão dos resíduos. (++)	Aumento da produção de resíduos resultante do aumento da atividade industrial concelhia. (-)
QE4	A promoção da atividade agrícola e florestal poderá proporcionar uma oportunidade de aproveitamento dos resíduos orgânicos para fertilização natural dos solos e para valorização energética, nomeadamente através da utilização do biogás e da biomassa florestal. (+)	

Objetivos de Sustentabilidade:		
Promover uma política adequada de gestão de resíduos.		
Valorizar os RSU produzidos no concelho.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE5	A aposta no turismo contribuirá para a melhoria da rede de recolha e tratamento de resíduos, visto um território ambientalmente saudável é sem dúvida um atrativo, e uma mais-valia em termos turísticos. (++)	Aumento da produção de resíduos resultante do aumento da atratividade turística concelhia. (-)
QE6	Os novos equipamentos coletivos, bem como os existentes deverão ser dotados de infraestruturas para a recolha seletiva de resíduos, sendo um local ideal para a sensibilização da população. (+)	
QE7	0	0
QE8	0	0
Nota: (-,-) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 111 - Principais oportunidades e riscos para o critério "Recursos Hídricos"

Objetivos de Sustentabilidade:		
Garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	Efeitos positivos na melhoria da qualidade e quantidade dos recursos hídricos uma vez que contribui para dotar concelho em sistemas eficazes de drenagem e tratamento de águas residuais, reduzindo as perdas de água no abastecimento público e a poluição tóxica urbana. (++) O povoamento concentrado facilita a correta infraestruturação das áreas, evitando o aparecimento de novos focos de poluição hídrica por despejo indevido de efluentes domésticos nos recursos hídricos decorrentes de novas edificações dispersas. (++)	
QE2	0	0
QE3	A oferta de áreas industriais devidamente infraestruturadas permite a diminuição de descargas indevidas de poluentes industriais no meio hídrico e no solo (++)	Efeitos negativos na proteção e conservação dos recursos hídricos resultante da atividade industrial, se está não adotar sistemas ambientais eficazes para o tratamento de resíduos e efluentes (-)
QE4	A prática da atividade agrícola deve ser realizada em conformidade com o Código das Boas Práticas Agrícolas para a proteção da água contra a poluição por nitratos de origem agrícola. (++) São definidas distâncias às captações e linhas de água para a instalação de pecuárias. (++)	Risco de Poluição dos recursos hídricos por infiltração de águas de rega, que podem advir da contaminação de pesticidas e por águas residuais das atividades agrícola e florestal, nomeadamente nas áreas de agricultura intensiva em áreas de cabeceiras de linha de água. (-) Aumento do consumo de água. (-)
QE5	A aposta no turismo associado aos recursos hídricos e condições naturais, contribuirá para a proteção dos recursos hídricos. (++)	Efeitos negativos na proteção e conservação dos recursos hídricos resultante da atividade turística, se está não adotar sistemas ambientais eficazes para o tratamento de resíduos e efluentes (-)
QE6	As linhas de água estão integradas em espaços verdes e em estrutura ecológica, para as quais o regulamento estabelece medidas adequadas. (++) Utilização nos espaços verdes espécies de autóctones adaptadas ao contexto edafo-climático minimizando o consumo de água, preservando os recursos hídricos. (+)	
QE7	A Estrutura Ecológica Municipal (EEM) e a REN permitirão a salvaguarda e a proteção dos recursos hídricos. (++) As albufeiras de águas públicas apresentam faixas de proteção. (++)	
QE8	0	0

Objetivos de Sustentabilidade:		
Garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
Nota: (-,-) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 112 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Drenagem e tratamento de águas residuais”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Reduzir os níveis de poluição da água, para níveis que não prejudiquem os sistemas naturais.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	Promoção de um desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico facilita a correta infraestruturação das áreas. (++) A melhoria do espaço urbano e ambiental através da renovação dos sistemas autónomos e implementação de novos sistemas e substituição de fossas sépticas permitindo a superação das carências a este nível da drenagem e tratamento de águas residuais. (++)	Ausência de medidas para areutilização das águas tratadas. (-)
QE2	0	0
QE3	A atração de investimento contribuirá para a melhoria da rede de drenagem e tratamento de águas residuais, pois qualquer investimento a se concretizar necessita de infraestruturas (+) Eta opção promove a infraestruturação das áreas industriais e permite uma melhor gestão da rede de drenagem e tratamento de águas residuais, uma vez que possibilita a diferenciação das necessidades industriais das habitacionais. (++)	A instalação no território deste tipo de iniciativas pode gerar eventuais efeitos negativos no ambiente, sobretudo se a sua implantação não for acompanhada por estruturas eficazes para o tratamento dos resíduos gerados. (-)
QE4	As edificações em solo rural devem estar dotadas de sistema de tratamento de efluentes, não podendo ser lançados diretamente em linhas de água ou solo, sem que seja realizado tratamento adequado. (++)	Pode ocorrer eventuais efeitos negativos no ambiente, sobretudo se a sua implantação das edificações não for acompanhada por estruturas eficazes para o tratamento dos resíduos gerados. (-)
QE5	A aposta no turismo contribuirá para a melhoria da rede de drenagem e tratamento de águas residuais, visto um território ambientalmente saudável é sem dúvida um atrativo, e uma mais-valia em termos turísticos. (++)	A instalação no território deste tipo de iniciativas pode gerar eventuais efeitos negativos no ambiente, sobretudo se a sua implantação não for acompanhada por estruturas eficazes para o tratamento dos resíduos gerados. (-)
QE6	0	0
QE7	0	0
QE8	0	0
Nota: (-,-) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 113 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Abastecimento de água”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Garantir serviços de abastecimento de água para consumo humano.		
Promover um consumo eficiente e racional do recurso água.		
Reduzir as perdas de água no sistema público de abastecimento e substituição de redes.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	A integração dos sistemas individuais de abastecimento de água no sistema multimunicipal da Adc , contribuirá para a diminuição das perdas de água e melhoria da qualidade de água para consumo humano. (++) Promove o uso eficiente do recurso água, diminuindo o seu consumo. (++) As áreas limítrofes e contíguas a captações de água para abastecimento humano apresentam interdições e condicionalismos as ocupações e usos. (++)	
QE2	0	0
QE3	Esta opção promove a infraestruturação das áreas industriais e permite uma melhor gestão das redes de abastecimento de água, uma vez que possibilita a diferenciação das necessidades industriais das habitacionais. (++)	
QE4	A promoção do setor agrícola e florestal é acompanhado da implementação de sistemas mais eficientes de rega. (++)	
QE5	A aposta no turismo contribuirá para a melhoria dos serviços de abastecimento de água. (+)	
QE6	Os novos equipamentos públicos coletivos e espaços verdes deverão possuir sistemas eficientes de rega. (+)	
QE7	A EEM inclui os recursos hídricos, protegendo a qualidade da água para consumo humano.(++)	0
QE8	0	0
Nota: (-,--) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 114 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Ruído”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações.		
Assegurar níveis de ruído compatíveis com a classificação/ocupação do espaço.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	Proteção da população ao ruído na medida que o Plano prevê medidas de controlo dos níveis de ruído nos espaços urbanos através do zonamento acústico. (++) Promoção de um desenvolvimento urbano mais compacto permite menor necessidades de deslocações automóveis, com redução das emissões de ruído. (+) Definição de 3 medidas de redução do ruído: pavimentação e repavimentação de troços e medidas de acalmia de tráfego nos aglomerados atravessados por vias da rede nacional. (++)	Existem receptores sensíveis sujeita a níveis sonoros excessivos. (-) Aumento dos níveis sonoros resultantes do incremento rodoviário face à consolidação urbana. (-) As zonas sensíveis (espaços de uso especial) definidas estão sujeitas a níveis sonoros elevados. (--)
QE2	Redução dos níveis de ruído por ações de hierarquização da rede viária e definição das faixas de proteção. (++) Diminuição dos receptores sensíveis expostos a níveis sonoros superiores aos permitidos por diminuição do tráfego de atravessamento no centro urbano de Mirandela. (+)	A melhoria da rede viária e a construção de novas infraestruturas viárias poderão fomentar a utilização do transporte individual, agravando a poluição sonora. (-)

Objetivos de Sustentabilidade:		
Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações.		
Assegurar níveis de ruído compatíveis com a classificação/ocupação do espaço.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE3	Proteção da população ao ruído através das limitações impostas pelo zonamento acústico sobre as atividades ruidosas permanentes. (++)	A definição de um espaço residencial na proximidade do espaço de atividades económicas poderá originar exposição a níveis sonoros excessivos se não se cumprir o Regulamento Geral do ruído. (-)
QE4	Proteção da população ao ruído através das limitações impostas pelo zonamento acústico sobre as atividades ruidosas permanentes. (++)	Pode eventualmente aumentar os níveis de ruído proveniente das atividades económicas, afetando o bem-estar das populações residente nas suas proximidades. (-)
QE5	Proteção da população ao ruído através das limitações impostas pelo zonamento acústico sobre as atividades ruidosas permanentes. (++)	Contribuir para o aumento dos níveis de ruído provocado pelo tráfego rodoviário devido a maior atratividade turística concelhia. (-)
QE6	O espaços verdes podem constituir barreiras acusticas, contribuindo para a redução do ruído. (+)	
QE7	O plano define zonas sensíveis e as zonas mistas e zonas de conflito para os perímetros urbanos. (++)	
QE8	0	0
Nota: (-,--) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 115 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Qualidade do Ar”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvguarde a saúde pública.		
Reduzir a poluição do ar.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	Promoção de um desenvolvimento urbano mais compacto permite menores necessidades de deslocações automóveis, com redução das emissões de poluentes. (+) A promoção de eficiência energética dos edifícios contribuirá para a melhoria da qualidade do ar. (+) A qualificação do espaço urbano encontra-se associada aos espaços verdes existente e a criar, os quais contribuem para a melhoria da qualidade do ar. (++) A construção do percurso pedonal e ciclável definido no Plano de Mobilidade Sustentável de Mirandela, contribuirá para a diminuição do uso automóvel e das emissões gasosas. (++)	Aumento das emissões de poluentes resultantes do incremento rodoviário face à consolidação urbana. (-)
QE2	Melhoria da qualidade do ar por resolução de locais de congestionamento de tráfego e aumento da fluidez dos fluxos de atravessamento. (+)	A melhoria da rede viária e a construção de novas infraestruturas viárias poderão fomentar a utilização do transporte individual, agravando aumentando a emissão de gases poluentes. (--)
QE3	A concentração das atividades industriais numa área devidamente vocacionada para o efeito, terá efeitos benéficos do ponto de vista das emissões de GEE e da qualidade do ar através do mecanismo de concentração de empresas/indústrias, o que contribuirá para a redução dos meios de transporte necessários utilizados pelas empresas individualmente, face ao surgimento de soluções comuns de logística e transporte que permitirão reduzir os percursos (melhor otimização de trajetos). (++)	Aumento das emissões gasosas e de gases com efeito de estufa, por aumento da atividade industrial. (-)
QE4	Promoção da qualidade do ar através da proteção das áreas agrícolas e floresta (sumidouros de carbono). (++) Impactes significativos na redução da poluição atmosférica pela promoção de energias renováveis que podem ser instaladas em solo rural. (++)	

Objetivos de Sustentabilidade:		
Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvaguarde a saúde pública. Reduzir a poluição do ar.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE5		Aumento das emissões GEE associado à produção de resíduos, águas residuais e consumo de energia elétrica a partir de fontes fósseis devido a maior atratividade turística concelhia. (--)
QE6	Os espaços verdes existente e a criar contribuem para a melhoria da qualidade do ar. (++) Uma maior centralidade na localização de equipamentos provocará uma diminuição das deslocações, diminuindo as emissões gasosas. (+)	
QE7	Redução da poluição atmosférica pela implantação da Estrutura Ecológica Municipal (EEM). (+) Diminuição das emissões atmosféricas decorrentes dos incêndios florestais. (+)	
QE8	0	0
Nota: (-,--) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 116 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Eficiência Energética”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Promover a eficiência energética. Potenciar o aproveitamento dos recursos renováveis		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	Promoção da eficiência energética através da aplicação da legislação relativa à Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços. (++) Promoção de energias renováveis através do aproveitamento da energia solar (instalação de painéis solares nos edifícios público). (++) O município possui medidas de eficiência energética relativas à iluminação pública e dos edifícios municipais. (--)	
QE2	0	0
QE3	Gestão ambiental do espaço industrial promovendo a implementação de medidas de ecoeficiência, racionalização energética, introdução de tecnologias limpas ou renováveis de produção energética. (++)	Aumento do consumo de energia destinada à manutenção das atividades industriais (--).
QE4	Promoção da instalação de infraestruturas de energia renovável em solo rural. (++)	
QE5	No que respeita ao turismo, e com a captação de novos empreendimentos turísticos, é possível criar oportunidades ao nível das fontes de energia renovável pela promoção da eficiência energética através de sistemas de micro-geração. (+)	Aumento do consumo de energia elétrica a partir de fontes fósseis devido a maior atratividade turística concelhia. (-)
QE6	O município continua a promover a implementação de medidas de racionalização e eficiência energética e tem, no âmbito do ON.2, um projeto aprovado denominado “ Energia - Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético Ambiental em Equipamentos Coletivo”. (++)	
QE7	Esta opção estratégica define orientações e regras de uso do solo para a utilização sustentável dos recursos naturais com aproveitamento do potencial do território para a produção de energia a partir de fontes renováveis aproveitamentos hidroelétricos, solar e biomassa florestal, etc). (++)	

Objetivos de Sustentabilidade: Promover a eficiência energética. Potenciar o aproveitamento dos recursos renováveis		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE8	0	0
Nota: (-,-) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

6.6. Riscos Naturais e Tecnológicos

6.6.1. Descrição do FCD e seus objetivos

A gestão de risco é um processo contínuo e dinâmico e deve identificar e avaliar os riscos associados às diferentes atividades desenvolvidas. A tomada de medidas adequadas para gerir os riscos e, consequentemente, prevenir ou reduzir o impacto de potenciais acidentes ou situações de emergência deve assumir elevada importância em qualquer processo de gestão.

A situação geográfica e as características geológicas e climáticas de Portugal, tendo em consideração o contexto atual das alterações climáticas, exigem uma gestão preventiva dos diversos riscos naturais e antrópicos.

Decorrente das diferentes ações que o Homem tem sobre o Ambiente, a previsão e prevenção de riscos ambientais deverá ser um dos fatores cruciais na análise e avaliação dos diferentes planos territoriais ou das propostas de projetos.

Na presente proposta de revisão do PDM face às características da região em avaliação, o FCD – Riscos Naturais e Tecnológicos resultará da análise de diferentes domínios de avaliação específicos que correspondem a diferentes situações de risco, nomeadamente: incêndio, cheias, erosão e riscos tecnológicos, as alterações climáticas e eficiência energética.

No domínio do FCD -Riscos Naturais e Tecnológicos identificaram-se, no quadro seguinte, os critérios de avaliação, objetivos de sustentabilidade e indicadores, que auxiliam o nível de pormenorização da análise que se pretende efetuar.

Quadro 117 – Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Riscos Naturais e Tecnológicos.

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Riscos Naturais e Tecnológicos	Cheias e Inundações	<ul style="list-style-type: none"> Prevenir e reduzir o risco de inundação, garantindo a segurança de pessoas e bens 	<ul style="list-style-type: none"> Ocorrência de situações de cheias e inundações. Áreas urbanizáveis e edificáveis inseridas em áreas com risco de cheias Meios para alerta de cheias e inundações.
	Incêndios	<ul style="list-style-type: none"> Diminuir o número de ocorrência de incêndios florestais e área ardida Reduzir a influência dos incêndios na saúde pública e nos ecossistemas. 	<ul style="list-style-type: none"> Área ardida. Número de ocorrências de incêndios. Áreas urbanizáveis inseridas em locais de risco de incêndios. N.º de ações realizadas no âmbito da prevenção de incêndios florestais previstas no PMDFCI.
	Erosão/Movimento de vertentes	<ul style="list-style-type: none"> Controlar os processos de erosão e deslizamento do solo Restringir a edificação e a construção de infraestruturas em áreas de instabilidade de vertentes 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas sujeitas ao risco elevado e muito elevado erosão e instabilidade de vertentes. Número de ocorrências de deslizamentos Percentagem de áreas urbanizáveis inseridas em locais com risco de erosão;
	Sismo	<ul style="list-style-type: none"> Prevenir as consequências provocadas por um sismo. 	<ul style="list-style-type: none"> Intensidade sísmica do concelho. Número de ocorrências
	Riscos Tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> Prevenir e diminuir os efeitos resultantes de acidentes tecnológicos 	<ul style="list-style-type: none"> Número de acidentes com transportes de matérias perigosas. Número de incêndios industriais. Número de unidades industriais, abrangidas pelo Jurídico da Prevenção de Acidentes Graves (DL 254/2007, de 12 de Julho). Número de simulacros efetuados aos planos de Emergência. Áreas de vulnerabilidade a rutura de barragens.

6.5.2. Situação existente e análise tendencial

CHEIAS E INUNDAÇÕES

As cheias são fenómenos naturais extremos e temporários, provocados por precipitações moderadas e permanentes ou por precipitações repentinas e de elevada intensidade. Este excesso de precipitação faz aumentar o caudal dos cursos de água, originando o extravase do leito normal e a inundação das margens e áreas circunvizinhas. A prevenção e mitigação do efeito das cheias e, por isso, de extrema importância. A análise do risco de cheia e a gravidade dos seus efeitos é crucial para a decisão sobre medidas de defesa a adotar.

No que se refere ao sistema biofísico “**Zonas Ameaçadas pelas Cheias**” este é constituído pela “*área contígua à margem dos cursos de água, que se estende até à linha alcançada pela maior cheia que se produza no período de um século, ou pela maior cheia conhecida, no caso de não existirem dados que permitam identificar a anterior*”. Deste modo torna-se necessário ter um conhecimento sólido sobre os recursos hídricos existentes na área em estudo. Também as características associadas aos recursos

hídricos e todo o seu ciclo são apresentadas no documento de suporte à revisão do PDM, sendo aqui apresentados apenas os aspetos principais que caracterizam este ciclo.

As zonas ameaçadas por cheias estão classificadas na planta da Reserva Ecológica Nacional, e correspondem a 906,69ha, cerca de 1,38% do território concelhio.

O município de Mirandela dispõe, relativamente à temática dos Riscos e Proteção Civil de dois instrumentos fundamentais (ainda que intimamente relacionados e articulados), para a intervenção ao nível do planeamento, prevenção, proteção e socorro:

1. Atlas de Riscos Naturais e Tecnológicos, elaborado para os concelhos de Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Bragança, que no essencial procede à identificação e cartografia dos riscos, e que data de Junho de 2008;
2. Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Mirandela (PMEPCM), data de Janeiro de 2009 e pretendendo organizar os meios humanos e materiais e indicar os procedimentos para fazer face às situações de emergência que possam constituir uma ameaça para pessoas, bens e ambiente.

O atlas identifica também áreas com risco de Inundação, definindo classes de perigosidade, na figura seguinte apresentam-se às áreas de risco de cheias e inundação do concelho de Mirandela

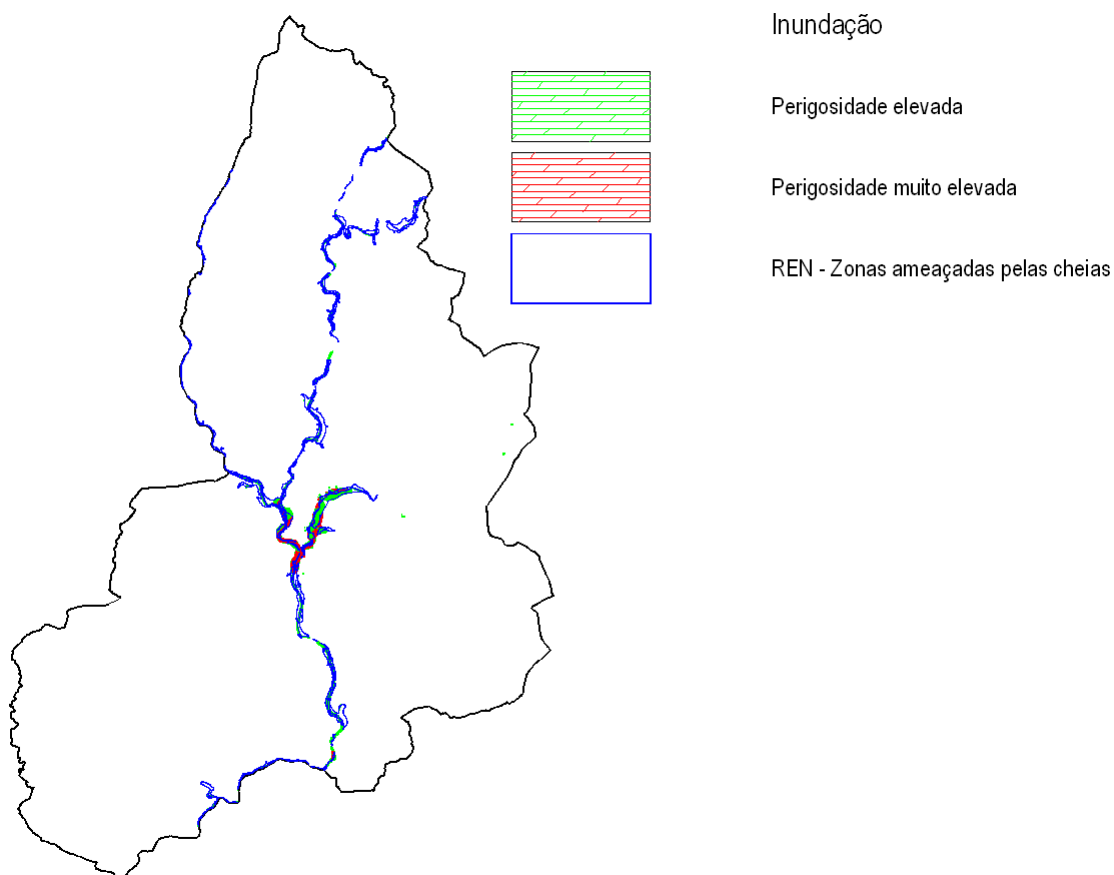


Figura 44 – Zonas Potencialmente Afetadas por Cheias e Inundações no Concelho de Mirandela.

As últimas ocorrência de cheias no concelho de Mirandela, foram em 2001 e 2013.

A Diretiva Operacional n.º1/ANPC/2007, define regras de referência para a declaração dos estados de alerta no âmbito do SIOPS sendo aplicável às organizações intervenientes daquele sistema. O SIOPS, no âmbito da monitorização e gestão do risco e da emergência inclui o estado de alerta normal, que compreende a monitorização e o dispositivo de rotina, estando ativado nas situações que não determinem o estado de alerta especial, e inclui o nível verde; e o estado de alerta especial que compreende o reforço da monitorização e o incremento do grau de prontidão das organizações integrantes do SIOPS, com vista a intensificar as ações preparatórias para as tarefas de supressão ou mitigação das ocorrências, colocando meios humanos e materiais de prevenção em relação ao período de tempo e à área geográfica em que se preveja especial incidência de condições de risco ou emergência, e inclui os níveis azul, amarelo, laranja e vermelho, progressivos conforme a gravidade da situação e o grau de prontidão que esta exige.

O sistema de monitorização, alerta e aviso é um conjunto organizado de recursos humanos e meios técnicos que tem como funções divulgar os procedimentos a adotar por uma população face a situações de perigo e manter informada a população da área eventualmente afetada, da iminência, ocorrência ou evolução de uma situação de perigo.

O Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos (SVARH) da Agência Portuguesa do Ambiente, constitui um sistema de monitorização e alerta, que mede em tempo-real o estado hidrológico dos rios e albufeiras do país (níveis de água, caudais e volumes armazenados). O sistema compara os valores observados com valores históricos e efetua previsões da evolução dos níveis, caudais e volumes armazenados, em caso de ocorrência de precipitações intensas.

Em caso de cheias o alerta é desencadeado conforme o definido no Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Mirandela.

O Serviço Municipal de Proteção Civil é detentor de uma rede de rádio que funciona em banda alta. Esta rede é constituída por cinco rádios móveis, uma estação base e uma estação móvel que está instalada numa viatura. Dispõe-se, ainda, do uso de telemóveis de um operador comercial. Para além de estes sistemas de comunicação, utiliza-se uma rede própria de quarenta terminais que possibilitam a comunicação em modo rádio walkie talkie ou telefone entre cada elemento do grupo ou com todos em simultâneo. O Aero Clube de Mirandela, sediado no Aeródromo Municipal, tem uma rede de rádio em banda aérea, constituída por uma base um rádio móvel. A secção de parapente do mesmo clube possui uma base e cinco rádios móveis na banda UHF.

INCÊNDIOS

O número de ocorrências no concelho de Mirandela, no período 2003 a 2012, foram em média de 83,2, porém, nos anos de 2011 e 2007 o número de ocorrência foram 108 e 95, respetivamente, valores estes acima da média. De uma forma geral, a área ardida acompanhou o aumento das ocorrências, o valor médio da área ardida entre 2003 e 2012 foi de 713,2ha. O ano de 2003 foi o ano em que ardeu mais área no concelho de Mirandela.

Quadro 118 – Número de ocorrências entre 2003-2012.

Freguesias	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Média
Abambres	1	4	7	1	3	s/i	s/i	2	1	s/i	1,9
Abreiro	8	2	0	s/i	3	s/i	6	4	4	3	3,8
Agueiras	2	1	7	0	2	s/i	6	6	13	3	4,4
Alvites	s/i	1	1	0	1	1	10	3	5	1	2,6
Bouça	1	2	3	1	3	3	2	4	2	1	2,2
Cabanelas	6	3	4	2	5	0	1	2	3	2	2,8
Caravelas	1	1	s/i	s/i	1	4	3	1	1	6	2,3
Carvalhais	0	7	1	4	3	4	6	7	2	1	3,5
Cedães	s/i	1	3	1	5	s/i	2	s/i	2	2	2,3
Cobro	s/i	0	s/i	0	1	s/i	s/i	0	6	1	1,3
Fradizela	0	s/i	5	0	1	1	1	s/i	0	2	1,3
Frechas	0	1	1	6	7	3	3	1	3	2	2,7
Lamas de Orelhão	5	1	0	1	4	4	s/i	1	s/i	5	2,6
Mascarenhas	s/i	0	2	9	s/i	1	1	3	1	4	2,6
Mirandela	10	18	9	9	18	9	6	7	11	11	10,8
Múrias	s/i	0	2	s/i	1	1	2	s/i	1	1	1,1
Passos	0	4	1	0	s/i	4	2	s/i	3	s/i	2,0
São Pedro Velho	12	5	3	s/i	3	6	0	s/i	8	2	4,9
São Salvador	1	5	4	3	4	1	1	s/i	3	1	2,6
Suçães	3	5	0	3	3	5	10	3	0	2	3,4
Torre de	8	4	5	4	9	4	6	1	11	21	7,3

Freguesias	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Média
Dona Chama											
U. F. de Avantos e Romeu	2	1	0	2	3	1	4	6	2	s/i	2,3
U. F. de Avidagos, Navalho e Pereira	1	1	0	1	1	3	3	3	1	2	1,6
U. F. de Barcel, Marmelos e Vale Verde	2	2	2	0	0	4	0	5	1	s/i	1,8
U. F. de Franco e Vila Boa	1	4	4	9	1	1	4	5	4	2	3,5
U. F. de Freixeda e Vila Verde	0	4	3	7	1	2	3	0	1	1	2,2
Vale de Asnes	4	2	0	5	2	2	1	s/i	s/i	3	2,4
Vale de Gouvinhas	1	2	2	1	3	11	6	3	9	3	4,1
Vale de Salgueiro	1	0	1	1	4	3	2	3	8	s/i	2,6
Vale de Telhas	0	2	3	2	3	3	4	1	2	2	2,2
Total Concelho	70	83	73	72	95	81	95	71	108	84	83,2

Fonte: AFN 2014

Quadro 119 – Área ardida (ha) entre 2003-2012.

Freguesias	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Média
Abambres	2,5	4,021	6,07	0,001	4,2	s/i	s/i	10,4	0,05	1	3,5
Abreiro	2572,642	0,5	0	s/i	3,6	s/i	13,22	53,15	43	10,04	337,0
Agueiras	1,52	0,5	21,45	0	1,7	s/i	32,3001	10,11	46,7705	4,17	13,2
Alvites	s/i	1	3	0	0,25	1,45	13,2275	4,01	8,62	0,001	3,5
Bouça	1,001	1	4,22	0,001	1,53	1	0,95	6,753	3,2393	0,2307	2,0
Cabanelas	8,4	2,1	9,5	0,75	3,952	0	0,3	2,001	1,502	6,75	3,5
Caravelas	3	0,5	s/i	s/i	12	1,87	0,5711	1,5	2,5	14,651	4,6

Freguesias	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Média
Carvalhais	0	5,732	0,6	2,51	0,253	2,47	10,0011	57,523	6,095	1,36	8,7
Cedães	s/i	0,5	232	0,001	8,5001	s/i	1,5	s/i	2	0,5937	35,0
Cobro	s/i	0	s/i	0	1,5	s/i	s/i	0	34,0086	1	6,1
Fradizela	0	s/i	63,501	0	0,02	0,05	1	s/i	0	1,81	8,3
Frechas	0	1	0,25	102,752	11,512	6,8	0,004	0,5	0,59	1,55	12,5
Lamas de Orelhão	0,7401	0,25	0	0,5	3	1,051	s/i	3	s/i	4,5327	1,6
Mascarenhas	s/i	0	0,022	42,71	s/i	0,05	1,5	3	0,01	7,0126	6,8
Mirandela	14,2351	48,9151	5,656	418,01	7,4183	4,028	4,302	0,61	143,7982	0,8741	64,8
Múrias	s/i	0	0,21	s/i	20	0,15	9,36	s/i	0,25	1,38	4,5
Passos	0,002	1134,802	1	0	s/i	0,512	0,052	s/i	1,401	s/i	162,5
São Pedro Velho	25,76	8,7	21,02	s/i	1,52	1,98	0	s/i	241,8864	10,12	38,9
São Salvador	1,5	18,67	3,702	109,5	1,715	0,2	1,5	s/i	1,1	0,001	15,3
Suçães	1,11	2,511	0	40,201	1,751	1,022	6,894	0,012	0	1,1	5,5
Torre de Dona Chama	5,278	1,8	1,7	1,11	4,17	1,41	4,6101	0,001	2,6732	28,327	5,1
U. F. de Avantos e Romeu	1,53	0,05	0	1,5	3	0,02	8,09	1,282	s/i	s/i	1,9
U. F. de Avidagos, Navvalho e Pereira	0,02	1	0	0,5	0,2	1,85	2,301	6,502	0,1353	2,3453	1,5
U. F. de Barcel, Marmelos e Vale Verde	2,5	0,003	4,5	0	0	0,7401	0	78,003	5	s/i	10,1
U. F. de Franco e Vila Boa	0,0001	0,3301	252,5	24,05	1	1	4,648	12,041	20,905	0,89	31,7
U. F. de Freixeda e Vila Verde	0	0,6301	247,5	23,35	1	1,02	4,6	0	253,7	0,01	53,2
Vale de Asnes	2,601	3,01	0	3,52	0,52	1,802	0,5	s/i	s/i	20,054	4,0
Vale de Gouvínhas	2,5	1	1,02	3	2,4	5,275	3,78	2,4	8,75	3,90	3,4
Vale de Salgueiro	1,02	0	0,1	2	97,021	0,008	2	3,5	8,586	s/i	12,7
Vale de Telhas	0	5,5	1,51	0,502	2,79	0,522	3,101	0,001	1,01	2	1,7
Total Concelho (ha)	2647,8593	1244,0243	881,031	776,468	196,5224	36,2801	130,3119	256,299	837,5805	125,7031	713,2

Fonte: AFN 2014

Ao nível das ações previstas no PMDFCI foram realizadas 5 ações de sensibilização em grupos alvo. Anualmente o município realiza ações de silvicultura preventiva/gestão de combustíveis. Em 2013, correspondeu a 153,3Km e 92,39ha, em 2012 correspondeu a 241,21Km e 153,92ha e em 2011 foi limpa uma área de 151,66ha

EROSÃO/MOVIMENTO DE VERTENTES

Por sua vez, no que diz respeito às áreas com “Risco de Erosão” estas são “áreas que, devido às suas características de solo e subsolo, declive e dimensão da vertente e outros fatores suscetíveis de serem alterados, tais como o coberto vegetal e práticas culturais, estão sujeitas à perda de solo, deslizamentos ou quebra de blocos”. A delimitação deste sistema biofísico deverá ponderar como fatores determinantes o declive e a erodibilidade média do tipo de solo em presença, bem como o respetivo substrato rochoso. Desta forma, a carta do risco de erosão é um importante instrumento que estabelece as condições potenciais de perda de solo por erosão hídrica. Representa um cenário na ausência do efeito protetor da vegetação, uma vez que apenas tem em conta os fatores clima (particularmente a erosividade da precipitação), solo (a sua erodibilidade) e topografia (em especial o seu declive). Uma vez que o instrumento referido não se encontra disponível, importa analisar os fatores que contribuem para o risco de erosão.

O controlo da erosão é fundamental para a preservação do meio ambiente, pois o processo erosivo faz com que o solo perca as suas capacidades e propriedades nutritivas, impossibilitando o crescimento da vegetação no terreno atingido e causando sérios desequilíbrios ecológicos. A prevenção da erosão do solo requer assim a utilização de um conjunto de práticas capazes de impedir a perda da camada superficial do solo, que é a mais fértil. Para além disso, durante o processo de erosão há um arrastamento de elementos, verificando-se não só uma perda quantitativa do solo, mas também uma diminuição da qualidade do solo, o que afeta a produtividade dos povoamentos, trazendo graves consequências económicas.

As medidas de salvaguarda das áreas de potencial risco, estão definidas na legislação em vigor da Reserva Ecológica Nacional (REN), ocupando no município 19943,94ha (30,3% da área concelhia).

Segundo o Atlas, a perigosidade de movimentos de vertente no concelho de Mirandela é igualmente caracterizada pelo domínio das classes “moderada” e “elevada”, em função do relevo acidentado que predomina em todo o concelho, caracterizado pela ampla bacia de Mirandela, pelo encaixe acentuado de rios e ribeiras e por relevos residuais que se destacam, o que deriva em acentuados declives nas vertentes. As áreas com perigosidade mais elevada situam-se nos sectores de Lamas de Orelhão – Passos, nas proximidades de Mirandela nas vertentes do vale do rio Tua e na ribeira do Vale do Asno, próximo de Franco. Neste âmbito, é de destacar a muito elevada perigosidade associada ao sector central do Concelho, correspondendo à sede de concelho e a cerca de 2 km para Norte a partir da mesma cidade, ao longo do rio Tua e das Ribeiras de Carvalhais e de Mourel. A perigosidade é igualmente muito

elevada, no sector Sul do Concelho, na freguesia de Frechas, a Norte da povoação do Cachão, ao longo do rio Tua.

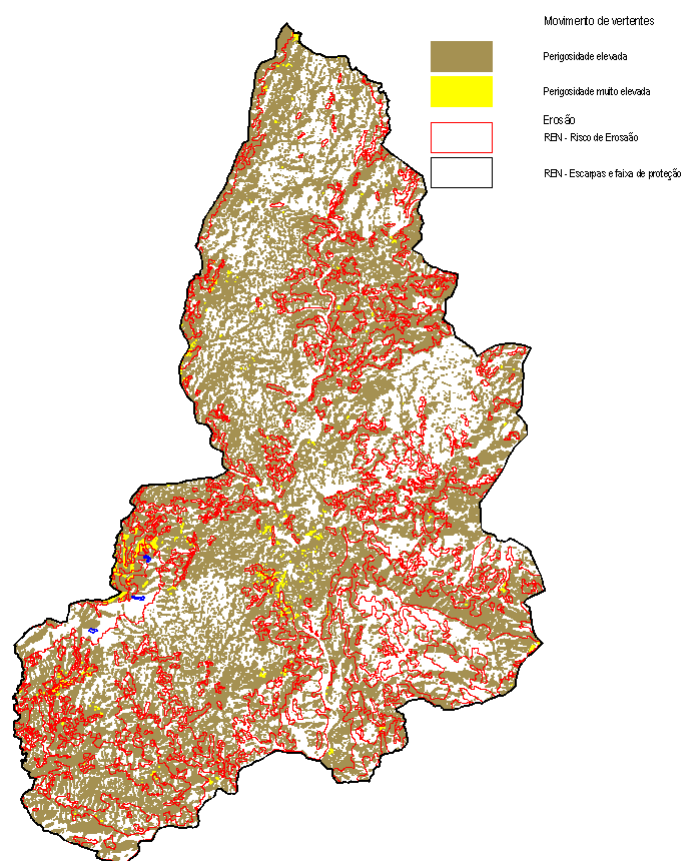


Figura 46 – Áreas de risco de erosão e Movimento de Vertentes.

Da análise da figura anterior, verifica-se que este risco será o mais extensivo e presente no concelho de Mirandela, a perigosidade a movimento de vertentes elevada ocupa 34% do concelho, a perigosidade muito elevada ocupa 0,3% do concelho.

Segundo a CM de Mirandela, o registo do CDOS não apresenta qualquer ocorrência de deslizamentos nos anos de 2012 e 2013.

SISMICIDADE

Um sismo é um fenómeno natural resultante de uma rotura mais ou menos violenta no interior da crosta terrestre, correspondendo à libertação de uma grande quantidade de energia e que provoca vibrações que se transmitem a uma vasta área circundante.

O território nacional apresenta, na generalidade, uma elevada sismicidade devido à confluência de duas placas tectónicas. Na região transmontana há relativa frequência de sismos devido a um acidente tectónico regional com relativa atividade – a falha Bragança-Vilariça-Manteigas – muito embora possuam geralmente magnitudes bastante baixas (raras vezes sentidos pelas pessoas).

Efetivamente, ao consultar-se o Atlas do Ambiente de Portugal, verifica-se que o concelho de Mirandela, apresenta duas zonas de intensidade sísmica máxima uma de valor 5 que representa a maior parte do território e outra de valor 4 a sudeste. Traduzindo estas intensidades sísmicas segundo a Escala de Mercalli modificada:

- O grau IV (Moderado) – Sentido dentro das habitações, podendo despertar do sono um pequeno número de pessoas. Nota-se a vibração de portas e janelas e das loiças dentro dos armários.
- O grau V (Forte) – Praticamente sentido por toda a população, fazendo acordar muita gente. Há queda de alguns objetos menos estáveis e param os pêndulos dos relógios. Abrem-se pequenas fendas nos estuques das paredes.

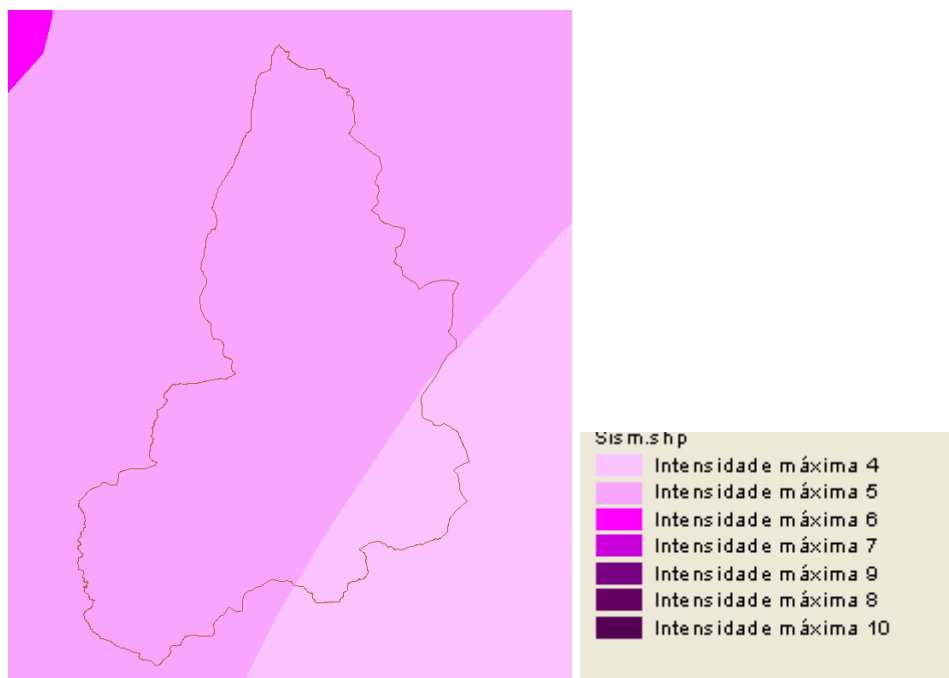


Figura 47 – Enquadramento na Carta da Intensidade Sísmica – Zonas de intensidade máxima (escala internacional) 1901-1972.

Fonte: adaptado do Atlas do Ambiente Digital – IA, 2011

De referir neste caso específico que, apesar da elevada perigosidade verificada no concelho (a totalidade do seu território integra as classes de perigosidade elevada ou muito elevada), decorrente da proximidade a falhas ativas, a probabilidade de ocorrência de sismos de magnitudes superiores a 6 (na escala de Richter) é muito reduzida. Contudo esta questão não deverá ser negligenciada.

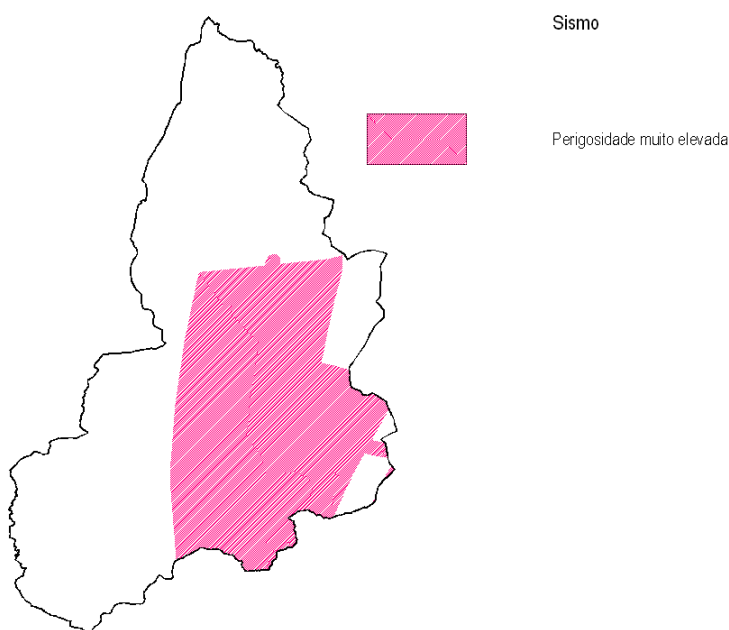


Figura 48 – Áreas do concelho de Mirandela com perigosidade sísmica muito elevada segundo *Atlas de Riscos Naturais e Tecnológicos*.

Fonte: Planta de ordenamento – áreas de risco ao uso do solo – Plural, 2014

Um pouco à semelhança do referido para os eventos anteriores também em relação ao risco sísmico este é maior na cidade de Mirandela, em algumas situações é mesmo muito elevado; na generalidade dos restantes aglomerados populacionais o risco apresenta-se elevado, e nas vias de comunicação e principais infraestruturas moderado.

De acordo com o Regulamento de Segurança e Ações para Estruturas de Edifícios e Pontes (Decreto-Lei n.º 235/83 de 31 de maio), diploma no qual é apresentado o zonamento da sismicidade do território Português, a Região do Norte desenvolve-se na zona sísmica D.



Figura 49 – Zonamento Sísmico do Território Português

A área do concelho de Mirandela situa-se, sob o ponto de vista sísmico, na zona mais desfavorável em que se divide o território Português – Zona D – cujo valor de coeficiente de sismicidade é $\alpha = 0,3$.

Perspetivando a segurança de pessoas e bens, o plano deverá reforçar a necessidade dos projetos terem que cumprir as duas normativas mais divulgadas em Portugal – o Regulamento de Segurança e Ações para Estruturas de Edifícios e Pontes (RSAEEP) e o Eurocódigo 8 (EN1998 adaptado para Portugal pela Norma Portuguesa NP EN1998).

RISCOS TECNOLÓGICOS

Por riscos tecnológicos, ou de origem humana, entendem-se todos aqueles que se encontram associados a infraestruturas artificiais de origem antrópica ou de atividades humanas. Tal como mencionado para os riscos de origem natural, também os riscos tecnológicos podem não depender em exclusivo da atividade do homem (p.e., condições climáticas adversas podem influir na ocorrência de determinados fenómenos).

De acordo com a legislação portuguesa em vigor são consideradas mercadorias perigosas as substâncias ou preparações que devido à sua inflamabilidade, ecotoxicidade, corrosividade ou radioatividade, por meio de derrame, emissão, incêndio ou explosão, podem provocar situações com efeitos negativos para o Homem e para o Ambiente.

Acidentes ocorridos com o transporte ou com o armazenamento de mercadorias perigosas, pelas consequências que podem originar, ao nível da segurança, da saúde e do bem-estar das populações, bem como da qualidade ambiental em geral, necessitam de atenção especial. Neste trabalho, importa a identificação das áreas de armazenamento de matérias perigosas, assim como fatores relacionados com a perigosidade do seu transporte.

Desse modo, é igualmente considerada a eventual circulação de materiais perigosos pela área do concelho que, apesar de não ficarem aí depositados, os atravessam por via terrestre. Em termos de vulnerabilidade a este tipo de acidentes, são apontadas as áreas mais susceptíveis a esses acidentes, de acordo com variáveis utilizadas na análise de outros tipos de risco tecnológico.

Os acidentes viários com transporte de matérias perigosas podem ser classificados em :

- **Incidente** - Acidente em que a cisterna ou o contentor não sofreu qualquer impacto direto e não apresenta danos aparentes. Não há, nem vai haver, qualquer derrame ou fuga de produto em consequência do acidente.
- **Categoria 1** - Acidente em que não há qualquer derrame ou fuga, mas em que a cisterna sofreu um impacto direto, exigindo portanto medidas urgentes, quer apresente ou não danos visíveis. Não há, mas pode haver, derrame ou fuga de produto em consequência do acidente. Pequeno derrame ou fuga de produto, resultante ou não de um acidente, num local afastado da população.
- **Categoria 2** - Derrame ou fuga significativa de produto num local afastado da população, ou pequeno derrame junto da população, resultante ou não de acidente viário. Não são necessárias medidas junto da população.
- **Categoria 3** - Grande derrame ou fuga de produto junto da população, resultante ou não de acidente viário.

No concelho de Mirandela a perigosidade de acidentes com armazenamento e transporte de matérias perigosas pode ser nula, reduzida, moderada e elevada nalguns pequenos sectores. Na maioria do território do concelho apresenta-se nula e é reduzida na maioria das vias de comunicação. É moderada em Mirandela e na maioria das povoações do concelho, contudo em pequenos sectores pode mesmo apresentar-se como elevada, como é o caso de Torre Dona Chama, ocorrendo a mesma situação na cidade de Mirandela, em pequenos sectores.

No sentido de minimizar possíveis efeitos da ocorrência de situações de contingência, o município de Mirandela possui um Plano Municipal de Emergência, que contempla acidentes no transporte de substâncias perigosas, entre outros. Neste plano estão definidas as entidades que deverão intervir, a sua forma de atuar e interagir.

No que se refere ao transporte de matérias perigosas, não é imposta nenhuma restrição pela autarquia à circulação deste tipo de transporte no Concelho. Não existe registo de ocorrências de acidentes com transporte de matérias perigosas.

Segundo o relatório de atividades de 2013 do Serviço Municipal de Proteção Civil e Gabinete Técnico Florestal, ocorreu 1 incêndio industrial na zona industrial do Cachão.

De acordo com o Decreto-Lei nº 224/87, de 3 de Junho de 1987, um acidente grave industrial é um acontecimento que envolve emissão de substâncias, um incêndio ou uma explosão de proporções graves, resultante de desenvolvimentos incontrolados ocorridos durante o funcionamento de um estabelecimento industrial

Atualmente o Concelho de Mirandela apresenta 1 (uma) unidade industrial, abrangidas pelo Regime Jurídico da Prevenção de Acidentes Graves que envolvam substâncias perigosas (Decreto-Lei 254/2007, de 12 de Julho), com um nível inferior de perigosidade. Trata-se da instalação DI-Mirandela BP Gás (Jorge M.Vale das Neves). Esta unidade de desmontagem de baterias, localizada na freguesia de Carvalhais.

Segundo o *Atlas de Riscos Naturais e Tecnológicos* (Geoatributo, 2008), em Mirandela a perigosidade de acidentes graves industriais é nula em praticamente todo o concelho com exceção das áreas onde se encontram instalados estabelecimentos industriais, variando nestes casos entre o grau de perigosidade reduzida a elevada, consoante o tipo de indústria presente e a respetiva distância envolvente.

O Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil (PMEPC) de Mirandela, datado de 2009, encontra-se em revisão, pelo que ainda não foi alvo de exercícios de simulação, mas o Serviço Municipal de Protecção Civil PC participou em simulacros de outras instituições, por exemplo em 2013 a unidade hospitalr ULSNE e em 2012 a CHNE-Mirandela.

Além do PMEPC, estão elaborados oito planos de emergência, sendo eles: Plano de Emergência Externo da Zona Industrial; Plano de Emergência Externo do Agro-Industrial do Nordeste; Plano de Emergência Externo da Zona Histórica de Mirandela; Planos de Segurança das escolas EB 1 n.º1, n.º3 e n.º5 de Mirandela, da Escola de Carvalhais e do Jardim-de-infância de Mirandela.

As barragens são infraestruturas necessárias para uma adequada gestão das águas, podendo ser utilizadas para diversos fins, como o controlo de cheias, abastecimento de água, irrigação, produção de energia, atividades turísticas, industriais e navegação. No entanto, a sua construção pode envolver danos potenciais para as populações e bens materiais e ambientais na sua vizinhança.

Os acidentes/incidentes mais comuns nas barragens prendem-se com a rotura das mesmas, facto que pode originar situações de emergência por causas naturais ou antrópicas.

O Regulamento de Segurança de Barragens (RSB) é o documento legal que na atual legislação portuguesa (Decreto-Lei nº 344/2007, de 15 de Outubro) define quais os meios a implementar de controlo e segurança de barragens, por intermédio de medidas adequadas de projeto, construção, exploração, observação e inspeção.

O RSB exige que seja elaborado o planeamento de emergência para as barragens de Classe I (que potencialmente podem causar maior dano em caso de rotura) e a implementação de sistemas de alerta e aviso (artigo 45º do RSB). De acordo com o artigo 46º do RSB o planeamento de emergência de uma barragem é constituído pelo plano de emergência interno (PEI) e plano de emergência externo (PEE).

O RSB determina ainda que o PEI é um documento da responsabilidade do Dono de Obra relativo à segurança da albufeira e do vale a jusante na Zona de Auto-Salvamento (ZAS) (artigo 4º, alínea ai), com aprovação da Autoridade de Segurança de Barragens, após parecer da ANPC (artigo 52º, nº 2). O PEI deve conter estudos de análise do risco de rotura e de propagação da onda de inundação, a diferenciação de zonas de risco e a implementação de sistemas de alerta e de aviso (artigo 50º). Relativamente ao PEE, o RSB define que este é um documento da responsabilidade do Sistema de Proteção Civil (artigo 4º, alínea ah).

Em Mirandela o *Atlas* identifica as áreas situadas a jusante das barragens do Cachão, de Vale Madeiro e da Ponte do Açude como áreas inundáveis em caso de rutura de barragem. Considerando o volume de armazenamento das respetivas albufeiras a perigosidade associada a um acidente desta natureza é muito elevada fundamentalmente no Cachão e em Frechas e na cidade de Mirandela, por se encontrarem em cotas inferiores às das albufeiras.

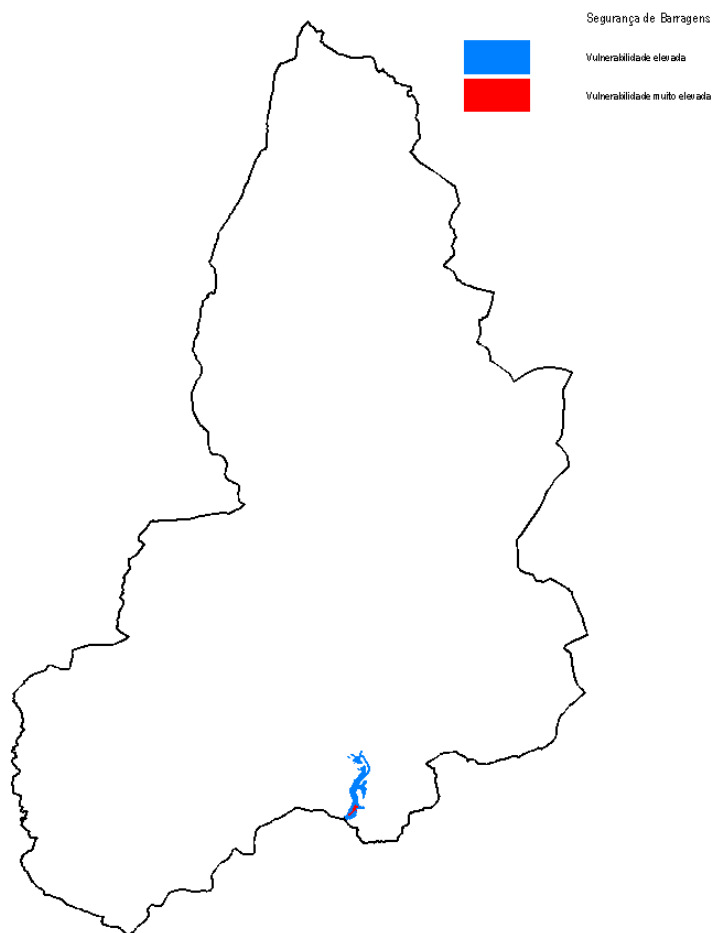


Figura 50 – Áreas vulneráveis a Rotura de Barragens no Concelho de Mirandela (Atlas,2008)

6.6.3. Análise SWOT

O Quadro seguinte apresenta uma análise SWOT do FCD Riscos Naturais e Tecnológicos, onde se identificam as Forças e Oportunidades presentes no Concelho, assim como as Fraquezas e as Ameaças, pretendendo-se efetuar um diagnóstico de referência, sem considerar a implementação da proposta de revisão do Plano.

Quadro 120 - Análise SWOT no âmbito do FCD: Riscos Naturais e Tecnológicos.

Forças (S)	Fraquezas (W)
<ul style="list-style-type: none"> Plano Municipal de defesa da Floresta contra incêndios. Plano de Emergência Municipal de Proteção Civil de Mirandela. Atlas de Riscos Naturais e Tecnológicos Aprovação recente da delimitação da REN. 	<ul style="list-style-type: none"> Grande parte do Concelho sujeito ao risco de erosão e movimento de vertentes Concelho com elevada susceptibilidade à desertificação. Estabelecimento abrangido pelo DL 254/2007 encontra-se envolvido por habitações.
Oportunidades (O)	Ameaças (T)
<ul style="list-style-type: none"> Diminuição da resiliência do território aos incêndios florestais com a implementação das ações propostas no PMDFCI. Adoção de políticas municipais de ordenamento e instrumentos que valorizem a prevenção e minimização dos processos associados à erosão, cheias, sismos e riscos tecnológicos. Dinamização das actividades económicas relacionadas com o sector da agricultura e floresta. Promoção de uma gestão florestal sustentável, que reduza o risco de incêndio e valorize a matéria-prima. Promoção dos espaços naturais do concelho. Incremento dos equipamentos e infraestruturas disponíveis no concelho para combate de incêndios. Revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Mirandela. Revisão do Plano Municipal de defesa da Floresta contra incêndios 	<ul style="list-style-type: none"> Risco de cheias e inundações Risco de erosão e movimentação de vertentes Riscos de incêndios Sismos e rotura de barragem. Aumento da erosão dos solos devido aos incêndios e precipitações fortes. Aumento da edificação urbana dispersa em áreas de risco Conjuntura económica desfavorável a investimentos.

6.6.3. Tendências de evolução sem Plano

CHEIAS E INUNDAÇÕES

No que respeita ao risco de cheia pode afirmar-se a manutenção da situação atual na ausência do plano.

INCÊNDIOS

Na ausência de revisão do PDM não serão aplicadas no território municipal as medidas previstas na legislação atualmente em vigor no domínio das florestas, nomeadamente, no que respeita à Estratégia Nacional para as Florestas, no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Nordeste e o Plano Municipal de Defesa contra Incêndios, pelo que o plano manter-se-ia desatualizado, condicionando assim, por um lado, a ocupação do solo e a edificabilidade nos espaços florestais e agrícolas, e principalmente, a defesa da floresta e dos aglomerados populacionais contra incêndios.

EROSÃO/MOVIMENTO DE VERTENTES

No que respeita ao risco de erosão e movimento de vertentes pode afirmar-se a manutenção da situação atual na ausência do plano.

SISMICIDADE

No que respeita à sismicidade pode afirmar-se a manutenção da situação atual na ausência do plano.

RISCOS TECNOLÓGICOS

No que respeita aos riscos tecnológicos pode afirmar-se a manutenção da situação atual na ausência do plano.

6.6.5. Oportunidades e Riscos para o FCD – Riscos Naturais e Tecnológicos

Seguidamente são avaliados para cada critério do FCD – Riscos Naturais e Tecnológicos, o impacto das questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Mirandela em termos de oportunidades e riscos

Questões Estratégicas (QE):

- QE1** - Estabelecer o ordenamento do território através da promoção de um desenho urbano qualificado e adequado ao suporte físico, valorizando intervenções urbanas que favoreçam a melhoria da qualidade de vida dos munícipes e o desenvolvimento sustentado do concelho.
- QE2** - Promover a melhoria das acessibilidades, através do reforço das ligações interregionais e da conservação/beneficiação das vias intraconcelhias.
- QE3** - Potenciar a competitividade e desenvolvimento económico através da oferta quantitativa e qualitativa de espaços empresariais e industriais.
- QE4** - Potenciar e valorizar os territórios agrícolas e florestais como elementos fundamentais para a promoção de um desenvolvimento económico sustentável e de afirmação da ruralidade do concelho.
- QE5** - Promoção e desenvolvimento do turismo local com base nos recursos naturais, na cultura, nos produtos endógenos e na gastronomia.
- QE6** - Coesão social e territorial através da adequação da rede de equipamentos coletivos e da consolidação da centralidade de cidade de Mirandela.
- QE7** - Preservar e valorizar o património natural e cultural, a biodiversidade, utilizar de modo sustentável os recursos e prevenir os riscos.
- QE8** - Implementação e monitorização dos diversos planos com recurso as novas tecnologias da informação

Quadro 121 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Cheias e Inundações”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Prevenir e reduzir o risco de inundação, garantindo a segurança de pessoas e bens		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	As zonas ameaçadas pelas cheias estão classificadas com espaços verdes e definidas as condições de impermeabilização e usos permitidos. (++) O reforço nas infra-estruturas nomeadamente ao nível das águas pluviais, contribuirá para o controlo de fenómenos de inundações, por precipitação intensa, nos perímetros urbanos.(+)	
QE2	0	0

Objetivos de Sustentabilidade:		
Prevenir e reduzir o risco de inundação, garantindo a segurança de pessoas e bens		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE3	0	0
QE4	A manutenção da maioria do concelho como área florestal e agrícola contribui para prevenir o risco de inundação. (++)	
QE5	0	0
QE6	O aumento dos espaços verdes, alguns deles associados a zonas ameaçadas de cheia contribui pra prevenir e reduzir o risco de cheias e inundações. (+)	
QE7	No âmbito da revisão da REN foram identificadas as zonas ameaçadas pelas cheias. (++) Na EEM são integradas as áreas mais vulneráveis a riscos de cheias e inundações e propostas medidas de gestão do território para prevenir e minimizar as situações de risco. (++)	
QE8	Monitorizar o PMEPC.	
Nota: (-,-) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 122 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Incêndios”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Diminuir o número de ocorrência de incêndios florestais e área ardida. Reduzir a influência dos incêndios na saúde pública e nos ecossistemas.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	Contribui para a contenção da edificação fora dos espaços urbanos, não permitindo aa construção em zonas rurais classificadas como zonas como elevado e muito elevado risco de incêndio. (+) Contribui para a contenção da edificação fora dos espaços urbanos, condicionando a construção em zonas rurais sem capacidade edificatória e mais vulneráveis a riscos naturais. (+)	Áreas urbanas e urbanizáveis em zonas e na proximidade de zonas de perigosidade de incêndios elevada e muito elevada (-)
QE2	Contribui com a maior facilidade de acesso para o combate a incêndios (+)	
QE3		O aumento de indústria sugere à partida um aumento de risco de incêndio quer pela própria atividade (maquinação e humana) quer, eventualmente pelos produtos resultantes dessa mesma atividade (gases e materiais de fácil combustão). (--)
QE4	O reforço da atividade agroflorestal e agropecuária contribui para a prevenção de incêndios florestais. (+) No solo rural a implantação de novas edificações, incluindo ampliações, têm que assegurar as distâncias à extrema da parcelaimpostas pela legislação aplicável à defesa da floresta contra incêndios, sem prejuízo de outras distâncias definidas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. (++)	Risco de incêndio devido à multifuncionalidade do espaço florestal (-). Aumento dos povoamentos florestais de monoculturas de pinheiro e eucalipto. (-)
QE5	Uma rede de rotas de interesse turístico que cruza áreas florestais possibilita uma vigia adicional aos incêndios florestais, sendo no entanto necessário sensibilizar a população para este problema. (+) A valorização dos recursos endógenos contribuirá para evitar o abandono das áreas rurais e a ocorrência de incêndios (+)	

Objetivos de Sustentabilidade:		
Diminuir o número de ocorrência de incêndios florestais e área ardida.		
Reduzir a influência dos incêndios na saúde pública e nos ecossistemas.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE6	0	0
QE7	Na planta Risco de incêndio e áreas ardidas são integradas as áreas mais vulneráveis a riscos naturais e propostas medidas de gestão do território para prevenir e minimizar as situações de risco. (++) Aumento da resiliência do território resultante da implementação do PMDFCI. (++) No solo rural a implantação de novas edificações, incluindo ampliações, têm que assegurar as distâncias à extrema da parcelaimpostas pela legislação aplicável à defesa da floresta contra incêndios, sem prejuízo de outras distâncias definidas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. (++)	
QE8	Monitorizar o PMDFCI e o PMEPC.	
Nota: (-,-) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 123 - Principais oportunidades e riscos para o critério "Erosão/Movimento de vertentes"

Objetivos de Sustentabilidade:		
Controlar os processos de erosão e deslizamento do solo		
Restringir a edificação e a construção de infraestruturas em áreas de instabilidade de vertentes		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	Contribui para a contenção da edificação fora dos espaços urbanos, condicionando a construção em zonas rurais sem capacidade edificatória e mais vulneráveis a riscos de erosão/movimento de vertentes. (+) Define as condições para edificação em zonas de perigosidade elevada e muito elevada. (++)	O PDM permite a edificação nas zonas de risco. (+) A impermeabilização do solo por ações de edificação pode levar à maior probabilidade de erosão pela redução da capacidade de infiltração nessas áreas (-)
QE2	0	0
QE3	0	0
QE4	As áreas com risco de erosão/movimento de vertentes são consideradas áreas frágeis do ponto de vista ecológico, logo ações como a reflorestação e o controle das práticas agrícolas adequadas leva à sua preservação enquanto sistema ecológico. (+)	
QE5	A aposta no turismo local com base nos recursos naturais e endógenos ,promove a manutenção do solo agrícola e florestal contribuindo para prevenir fenómenos de erosão do solo. (+)	0
QE6	Promove a fixação da população, mantendo os usos do território, contribuindo para prevenir fenómenos de erosão do solo. (+)	0
QE7	A valorização do património natural passa pela sua salvaguarda, logo pela prevenção e diminuição das áreas com risco de erosão. (+) A planta de Ordenamento de áreas de risco do uso do solo e a REN identificam as áreas de risco e condicionando o uso do solo. (++)	
QE8	Monitorizar o PMEPC.	
Nota: (-,-) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 124 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Sismo”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Prevenir as consequências provocadas por um sismo.		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	São definidas medidas com vista a assegurar-se a segurança de pessoas e bens relativamente à ocorrência de sismos. (++) Define as condições para edificação em zonas de risco de sismo. (++)	
QE2	0	0
QE3	0	0
QE4	0	0
QE5	0	0
QE6	0	0
QE7	A planta de Ordenamento de áreas de risco do uso do solo identificam as áreas de risco e condicionando o uso do solo. (++)	
QE8	Monitorizar o PMEPC.	
Nota: (-,-) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

Quadro 125 - Principais oportunidades e riscos para o critério “Riscos Tecnológicos”

Objetivos de Sustentabilidade:		
Prevenir e diminuir os efeitos resultantes de acidentes tecnológicos		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1	Foi definida uma faixa de segurança de 60 m em relação a unidade abrangida pelo regime jurídico da prevenção de acidentes graves e identificada na na Planta de Condicionantes. (+) Define as condições para edificação em zonas de risco de inundação por rutura de barragem. (++)	Localizam-se edifícios habitacionais na faixa de segurança da unidade abrangida pelo regime jurídico da prevenção de acidentes graves. (-)
QE2	0	0
QE3	A oferta de espaços devidamente infra-estruturados e adequados à instalação de atividades económicas (industriais e empresariais) terá um efeito positivo sobre os riscos tecnológicos resultantes da concentração dos potenciais riscos facilitando a sua identificação, controle e combate/socorro em caso de acidente. (++)	A concentração de atividades industriais poderá aumentar o risco de uma maior magnitude da gravidade dos acidentes que possam ocorrer. (-)
QE4	0	0
QE5	0	0
QE6	0	0
QE7	A planta de Ordenamento de áreas de risco do uso do solo identifica as áreas de risco de rutura de barragem e condicionando o uso do solo. (++)	
QE8	Monitorizar o PMEPC.	
Nota: (-,-) Risco,(+,++) Oportunidade; (0) Sem relação,		

7. Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica

No seguinte quadro apresenta-se um resumo com as tendências de evolução de cada objetivo de sustentabilidade, na situação atual e com a implementação da revisão do Plano

Quadro 126 - Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Tendência de Evolução	
			sem Plano	com Plano
Biodiversidade e Conservação da Natureza	Áreas Classificadas e espécies protegidas	<ul style="list-style-type: none"> Promover a valorização e assegurar a conservação do património natural, cultural, em áreas classificadas. Promover a incorporação das orientações de gestão do PSRN2000 no PDM. Evitar prejuízos em áreas classificadas, sítios geológicos e espécies protegidas. 	↔↓	↑
	Conservação da Natureza	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma política de conservação da natureza e da biodiversidade. Evitar a fragmentação dos ecossistemas garantindo um <i>continuum naturale</i>. Compatibilizar o desenvolvimento territorial com a biodiversidade. 	↔↓	↑
	Gestão e Conservação da Floresta	<ul style="list-style-type: none"> Estimular o uso variado da Floresta. Promoção da gestão sustentável e a conservação da natureza. 	↔	↑
	Valorização dos recursos cinegéticos	<ul style="list-style-type: none"> Promover a gestão sustentável e valorização dos recursos cinegéticos autóctones 	↔	↑
Ordenamento e Qualificação do Território	Ocupação e uso do Solo	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma política de estímulo ao ordenamento do território equilibrado com o objetivo de assegurar a sua proteção e valorização, através da organização espacial do território. 	↔	↑
	Condicionantes e áreas naturais	<ul style="list-style-type: none"> Qualificação ambiental do espaço urbano e rural, valorizando os recursos naturais, a biodiversidade e o património natural 	↔	↑
	Assimetrias Territoriais	<ul style="list-style-type: none"> Promover a fixação da população e evitar o despovoamento do território 	↓	↑
	Coesão Territorial	<ul style="list-style-type: none"> Dotar o território concelhio de equipamentos adequados às necessidades da população. Garantir um nível de infraestruturação adequado às novas exigências ambientais. 	↔	↑
	Qualificação urbana	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o estado de conservação dos espaços públicos de utilização coletiva e aumentar a atratividade. Incentivar processos de requalificação urbana. 	↔	↑
	Mobilidade e Acessibilidades	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades intra-concelhias. Promover a mobilidade sustentável 	↔	↑
Desenvolvimento Económico e Social	Desenvolvimento humano	<ul style="list-style-type: none"> Valorização e Qualificação dos recursos humanos. Criar e promover o emprego local. 	↔	↑

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Tendência de Evolução	
			sem Plano	com Plano
	Competitividade e Dinâmica Empresarial	<ul style="list-style-type: none"> Promover o crescimento do tecido empresarial e dinamização da estrutura económica local 	↓	↑
	Valorização do espaço rural	<ul style="list-style-type: none"> Promover o potencial agrícola e florestal. 	↓	↑
	Dinâmica Turística	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar/melhorar as condições de apoio e suporte à prática turística Promover a atratividade turística Desenvolver uma estratégia de marketing e promoção turística 	↔ ↑	↑
Património e Paisagem	Património Arquitetónico e Arqueológico	<ul style="list-style-type: none"> Preservação e valorização do Património. Preservação de edifícios históricos e outras características culturais importantes. Promoção da reabilitação e dinamização de edifícios históricos. 	↔ ↓	↑
	Paisagem	<ul style="list-style-type: none"> Preservação e valorização da qualidade paisagística. Proteger o carácter e a diversidade da Paisagem. 	↔	↑
Qualidade Ambiental	Resíduos sólidos urbanos	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma política adequada de gestão de resíduos. Valorizar os RSU produzidos no concelho. 	↑	↑
	Recursos hídricos	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos. 	↔	↑
	Drenagem e tratamento de águas	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir os níveis de poluição da água, para níveis que não prejudiquem os sistemas naturais. 	↓	↑
	Abastecimento de água	<ul style="list-style-type: none"> Garantir serviços de abastecimento de água para consumo humano. Promover um consumo eficiente e racional do recurso água. Reduzir as perdas de água no sistema público de abastecimento e substituição de redes. 	↔	↑
	Ruído	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações. Assegurar níveis de ruído compatíveis com a classificação/ocupação do espaço. 	↔	↑
	Qualidade do Ar	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvguarde a saúde pública. Reduzir a poluição do ar. 	↔	↑
	Eficiência Energética	<ul style="list-style-type: none"> Promover a eficiência energética Potenciar o aproveitamento dos recursos renováveis 	↔	
Riscos Naturais e Tecnológicos	Cheias e Inundações	<ul style="list-style-type: none"> Prevenir e reduzir o risco de inundação, garantindo a segurança de pessoas e bens. 	↔	↑
	Incêndios	<ul style="list-style-type: none"> Diminuir o número de ocorrência de incêndios florestais e área ardida Reduzir a influência dos incêndios na saúde pública e nos 	↓	↑

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Tendência de Evolução	
			sem Plano	com Plano
		ecossistemas.		
	Erosão/Movimento de vertentes	<ul style="list-style-type: none"> Controlar os processos de erosão e deslizamento do solo Restringir a edificação e a construção de infraestruturas em áreas de instabilidade de vertentes 	↔	↑
	Sismo	<ul style="list-style-type: none"> Prevenir as consequências provocadas por um sismo. 	↔	↔
	Riscos Tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> Prevenir e diminuir os efeitos resultantes de acidentes tecnológicos 	↔	↑

Tendências de evolução	↓	↔	↑
	Negativa	Sem alteração significativa	Positiva
	Afastamento dos objetivos de sustentabilidade	Situação tende a manter-se	Aproximação aos objetivos de sustentabilidade

De um modo geral, e pese embora a necessidade de acautelar um conjunto de recomendações para garantir a valorização das oportunidades e a minimização dos riscos associados à sua fase de implementação, considera-se que a proposta de revisão do PDM procura internalizar de forma adequada os impactos ambientais mais significativos no contexto da sua escala de intervenção, constituindo-se como um contributo bastante positivo para a sustentabilidade territorial do concelho de Mirandela.

8. Recomendações e Diretrizes de Seguimento

Vistos e analisados os efeitos previsíveis que resultam da hipotética entrada em vigor da revisão do PDM de Mirandela, importa neste ponto identificar um conjunto de medidas de carácter preventivo, suplementares as propostas apresentadas na revisão do PDM, que permitam minorar ou eliminar os efeitos negativos identificados, ou, acessoriamente, possam introduzir melhorias na implementação do Plano. Este procedimento decorre do previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 6º do Decreto-lei no 232/2007, de 15 de junho, que refere que a entidade responsável pela elaboração do Plano deve prever, no relatório ambiental, “as medidas destinadas a prevenir, reduzir e, tanto quanto possível, eliminar quaisquer efeitos adversos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano ou programa”.

Deste modo são propostos os seguintes conjuntos de medidas:

- Recomendações de Planeamento ou seja medidas que se destinam a complementar/alterar a proposta do Plano.
- Diretrizes de Seguimento ou seja medidas quando pretende-se que haja uma potenciação dos efeitos positivos (oportunidades) e uma minimização dos efeitos negativos (riscos) identificados previamente, pelo que, estas devem ser integradas no programa de execução do plano.

Aquando da análise e avaliação ambiental foram identificadas um conjunto de recomendações que se destinam a complementar/ alterar a proposta do Plano, e que são apresentadas seguidamente.

Quadro 127 – Recomendações de Planeamento

Recomendação	Ponderação da Equipa do Plano
Incluir a área classificada do Parque Natural Regional do Vale do Tua na Estrutura Ecológica Municipal.	Atendendo à metodologia usada na delimitação da EEM, às características (territoriais) e ausência de "desagregação" da área abrangida pelo PNRVT, não nos parece pertinente integrar essa área na EEM. Consideramos que as áreas do Parque de maior valor ecológico encontram-se já integradas na EEM por outras vias (domínio, hídrico, REN, etc...)
Incluir os percursos pedestres, as vias de interesse paisagístico e os locais de interesse paisagístico na Estrutura Ecológica Municipal.	Atendendo à metodologia usada na delimitação da EEM e à regulamentação que sobre ela recaem não nos parece pertinente integrar estas áreas na EEM.
Na Planta de Ordenamento - Áreas de Risco ao Uso do Solo deverá ser identificadas as zonas de conflitos >0-5 db(A) acima do valor regulamentar e zonas de conflito >5 db(A) acima do valor regulamentar. Visto o regulamento prever regime específico de edificação para cada uma destas zonas.	Alteração efetuada na Planta de ordenamento- áreas de risco ao uso do solo
Nas zonas de conflito, só deverá ser permitido o licenciamento ou a autorização de novas construções, mesmo que previstos no presente plano, desde que dê satisfação a uma das seguintes condições: a. Mediante apresentação de um plano de redução com indicação das medidas específicas de minimização de impactos acústicos negativos a adotar e de um programa de monitorização do ruído; b. Mediante apresentação de nova recolha de dados acústicos que comprove a eventual incorreção ou alteração dos valores de referência; c. Após execução de plano de redução de ruído pela entidade competente.	Alteração efetuada no regulamento

Recomendação	Ponderação da Equipa do Plano
Na execução da pavimentação e repavimentação das vias rodoviárias do município deverá ser privilegiado o uso de pavimentos pouco ruidosos.	É uma exigência excessiva de aplicação à globalidade do concelho; consideramos não ser pertinente integrar em regulamento, porém será acrescentada recomendação em relatório
Na regulamentação da ocupação dos espaços de atividades económicas, o Município poderá destinar as áreas mais afastadas dos aglomerados para localização de empresas mais suscetíveis de causar incompatibilidades (ruído, emissões atmosféricas, tráfego de pesados, etc);	Considera-se não ser pertinente introduzir esta alteração ao regulamento
Deverá ser favorecido a utilização de pavimentos permeáveis ou semi permeáveis nos espaços verdes e equipamentos públicos aumentando a infiltração de água no solo.	Alteração efetuada no regulamento
Nas margens das linhas de água não deverá ser permitida a execução de quaisquer obras permanentes ou temporárias sem prévia autorização, as intervenções nestas zonas devem ser orientadas no sentido da manutenção, recuperação e estabilização das margens com base nas espécies arbustivas e arbóreas ripícolas e o controle da vegetação invasora.	Considera-se que estas questões se encontram salvaguardadas por via das normas aplicáveis a estes espaços (servidão do DH; REN; classificação em Espaços naturais; integração na EEM)
As novas edificações e as remodelações devem cumprir os requisitos mínimos de eficiência energética e incorporar os princípios da utilização eficiente da água.	Considera-se não ser pertinente introduzir esta alteração ao regulamento, até porque há já regulamentação específica em relação a esta matéria; além disso a CMM entende que a utilização eficiente da água é algo que o município não consegue fiscalizar e como tal, não nos parece que deve ser condicionante na fase de licenciamento de pedidos para construção de novas edificações ou remodelações
A realização de projetos na área do turismo da natureza e turismo em espaço rural deverá guiar-se por princípios de sustentabilidade ambiental contribuindo para uma maior eficiência energética através de soluções passivas (arquitetura dos edifícios e infraestruturas) e ativas (inclusão de mecanismos de aproveitamento de energias renováveis);	Considera-se não ser pertinente introduzir esta alteração ao regulamento, até porque há já regulamentação específica em relação a esta matéria; A CMM entende ainda que não poderá em qualquer circunstância, reprovar um projecto de arquitetura por causa da avaliação subjectiva da valoração de eficiência energética que possa fazer para o caso; seria ilegal nos termos do art.º 20 do RJUE.
Nas novas instalações agropecuárias, deve garantir-se um afastamento mínimo de 200 metros destinados a habitação, comércio e serviços e instalações de uso coletivo e promover a criação de uma “cortina verde” de isolamento e proteção na envolvente da área edificada, através de arborização por espécies de folha perene e ainda, observar as orientações constantes na Estratégia nacional para os Efluentes Agro-pecuários e Agro-industriais (ENEAPAI).	Será apenas acrescentada referência à cortina verde no regulamento
A permissão da edificabilidade em áreas de risco de incêndio é remetida para as regras definidas no PMDFCI, contudo essas regras deverão constar do PDM, porque o PMDFCI não é um PMOT (e só estes, a nível municipal, têm esse poder), e além disso não é publicado em D.R. (não pode haver regras obrigatórias para os cidadãos que não sejam publicadas oficialmente).	Correção efetuada no regulamento.

As diretrizes de seguimento constituem orientações que podem contribuir para o acompanhamento dos efeitos da proposta de revisão do PDM de Mirandela, e que melhor integram os princípios e objetivos da sustentabilidade. As recomendações e diretrizes de seguimento que a seguir se apresentam são definidas por FCD.

FCD – BIODIVERSIDADE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

ÁREAS CLASSIFICADAS E ESPÉCIES PROTEGIDAS

- Assegurar uma manutenção cuidada dos espaços verdes e dos espaços da estrutura ecológica.
- Desenvolver um conjunto de percursos de interpretação ambiental do concelho que tenham em atenção os valores naturais em presença.
- Sensibilização ambiental da população.
- Promover a implementação das medidas de gestão da RN2000.
- Alargamento das orientações de gestão relativas as espécies protegidas (previstas no PSRN2000) a toda a extensão dos principais rios do concelho.
- Nos processos de AIA e AlncA relativos a Projetos no concelho, o Município deverá ter um papel consciente e participativo procurando as soluções que melhor respondam ao binómio sócioeconomia/ambiente.
- Acompanhar as ações, atividades ou projetos condicionados a parecer vinculativo do ICNF.
- Promover estudos de caracterização dos valores ecológicos (fauna, flora e habitats) existentes no concelho, fomentando a atualização da sua distribuição espacial e integração da cartografia no planeamento municipal;

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

- Assegurar uma manutenção cuidada dos espaços verdes e dos espaços da estrutura ecológica.
- Realizadas campanhas, quando necessárias, de controlo das espécies exóticas invasoras nos espaços verdes.
- Garantir a manutenção e limpezas dos espaços verdes integrados na estrutura ecológica diminuindo os riscos de deflagração de incêndios.
- Garantir o cumprimento do regime de ocupação da estrutura ecológica definida no regulamento.
- Promover a proteção e preservação dos componentes da estrutura ecológica municipal
- Desenvolvimento de um Guia de Boas Práticas para a implementação e gestão das áreas da estrutura ecológica municipal.
- Sensibilizar os agentes da área do planeamento para a compatibilização de interesses ecológicos e socioeconómicos.

- Promover ações de sensibilização que visem a adoção de atitudes e comportamentos ambientalmente adequados, tendo em vista a preservação e valorização da floresta.
- Implementação das normas regulamentares de uso e ocupação do solo definidas para a proteção e valorização ambiental das áreas que integram a EEM em solo rural e em solo urbano;

GESTÃO E CONSERVAÇÃO DA FLORESTA

- Promover a introdução de espécies autóctones.
- Elaborar um Plano Estratégico de Desenvolvimento Florestal que contribua para a melhoria do ambiente e minimização dos impactes sobre a floresta, procurando induzir boas práticas na sociedade em geral, numa visão de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável.
- Incentivar a aplicação do Código de Boas Práticas para uma Gestão Florestal Sustentável por parte dos proprietários e gestores florestais, bem como a certificação da qualidade de acordo com a Norma Portuguesa (NP 4406/2005).
- Promover ações de sensibilização que visem a adoção de atitudes e comportamentos ambientalmente adequados, tendo em vista a preservação e valorização da floresta.
- Potenciar a plantação de vegetação nas zonas de forte declive de forma a atenuar o risco de erosão.
- Promover ações de sensibilização que visem a adoção de atitudes e comportamentos ambientalmente adequados, tendo em vista a preservação e valorização da floresta.
- Criação de zonas de intervenção floresta, uma vez que estas permitem um ordenamento florestal mais eficiente e sustentável.
- Promover ações de florestação nas áreas ardidas tendo em conta os princípios e objetivos do PROF do Nordeste.

VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS CINEGÉTICOS

- Continuar a desenvolver o potencial da caça de uma forma sustentada;

FCD – ORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO

OCUPAÇÃO E USO DO SOLO

- Monitorizar a implementação das ações programáticas preconizadas relativas à concretização do ordenamento e requalificação do espaço urbano.
- Promover um correto ordenamento do solo urbanizado e urbanizável.
- Garantir uma imagem urbana atrativa.
- Promover a consolidação e otimização das áreas urbanas infraestruturadas no solo urbanizado.

CONDICIONANTES E ÁREAS NATURAIS

- Garantir o cumprimento das condicionantes REN, RAN e Regime Florestal Parcial.

ASSIMETRIAS TERRITORIAIS

- Acompanhar a evolução da população residente e promover a sua fixação.

COESÃO TERRITORIAL

- Criação de espaços verdes associados a sistemas de utilização mistos (terrenos agrícolas inseridos nos espaços verdes).
- Garantir número e capacidade de equipamentos adequados às necessidades da população atual e futura, bem como um nível de infraestruturas básicas adequado às exigências ambientais.
- Assegurar uma maior equidade no acesso a serviços de apoio social, nomeadamente no que se refere aos serviços de apoio à infância e de apoio à 3.ª idade;
- Prever a instalação de novos equipamentos nos aglomerados rurais mais isolados e envelhecidos, com o intuito de contrariar o envelhecimento e o abandono destes locais por parte da população residente.
- Promover a resolução das carências habitacionais sociais existentes e evitar futuras carências.

QUALIFICAÇÃO URBANA

- Privilegiar no solo urbanizado processos de reabilitação e recuperação do edificado urbano em vez das novas construções.
- Identificar a presença de obstáculos, estrangulamentos à circulação pedonal e de barreiras arquitetónicas e consequentemente desenvolver uma estratégia de eliminação das mesmas.
- Promover as ações e medidas de requalificação urbana e paisagística definidas no plano.
- Dimensionamento da rede de rega dos espaços verdes com recurso a fontes alternativas de água de rega, prevendo a utilização de águas residuais e/ou a água recolhida dos telhados.
- Acompanhar a implementação dos espaços verdes previstos.
- Ter em conta princípios de construção sustentável no processo de reabilitação do edificado existente, a nível do Regulamento do PDM aplicando, por exemplo, reduções nas taxas municipais para as melhores práticas adotadas em projeto.

MOBILIDADE E ACESSIBILIDADES

- Deve ser fomentada a implementação de uma rede de percursos pedonais e cicláveis urbanos e que esta passe pelos diversos serviços administrativos, culturais, equipamentos, espaços verdes e comerciais tornando-a mais funcional e apelativa.
- Os percursos pedonais e cicláveis deverão ser de fácil leitura e possuir as condições de conforto e segurança adequadas de modo a constituir opções atrativas para a população no acesso as diferentes funções urbanas previstas no plano.
- Evitar que o trânsito que não se dirige especificamente para a cidade, muito particularmente o de veículos pesados, circule pelo centro da vila, mas que utilize a variante a Mirandela após a sua concretização.
- Promover a reorganização e/ou criação de redes de transporte público coletivo de baixa intensidade ou a pedido, valorizando a intermodalidade, que assegurem a coordenação de horários entre os serviços rodoviários e os modos de transporte suaves e menos poluentes (ferroviário, pedonal e ciclovias).
- Criar incentivos locais para a adoção de padrões de mobilidade sustentável no concelho, e sensibilizar os operadores de transporte público, e a população em geral, para essa atuação;
- Implementar o Plano de Mobilidade Sustentável de Mirandela.

FCD – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL

DESENVOLVIMENTO HUMANO

- Sempre que possível, e em situações de igual de circunstâncias, deve favorecer-se a utilização de serviços e recursos (humanos e materiais) regionais.
- Criar condições que promovam a fixação da população, quer em termos de emprego quer em termos de qualidade de vida urbana.
- Fomentar ações de formação nas áreas de maior necessidade e em articulação com as necessidades das empresas.
- Promover políticas de qualificação progressiva da população ativa desempregada.
- Promover a oferta de ensino profissionalizante de acordo com as necessidades e potencialidades da região.

COMPETITIVIDADE E DINÂMICA EMPRESARIAL

- Criar condições para a fixação e atração de empresas disponibilizando todas as infraestruturas ambientais e tecnológicas.
- Deve favorecer-se a divulgação de produtos regionais na área do plano.
- Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades que atenuam a sazonalidade turística.

- Deverá ser favorecida a instalação de atividades que promovam a diversidade da oferta de produtos turísticos e endógenos, visando a divulgação do património e dos produtos locais.
- Promoção de uma política ambiental nos espaços de atividades económicas concelhios.
- Promover o empreendedorismo e a iniciativa empresarial para a diversificação da atividade económica no concelho;
- Privilegiar o apoio a empresas que valorizem os recursos endógenos e gerem emprego

VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL

- Incentivar o uso do Código de boas práticas agrícolas quanto ao uso de agro-químicos nos espaços agrícolas de produção intensiva.
- Utilizar equipamentos de rega eficientes de modo a ir de encontro aos objetivos do PNUEA.
- Qualificação da agricultura, reorientando produções mais significativas como a vinha, frutos de casca rija e olival, de forma a tornar o sector mais competitivo e com maior qualidade e visibilidade externa;
- Apoiar a fixação de incitativas empresariais em meio rural com viabilidade económica e ambiental, devidamente enquadradas na paisagem envolvente e que estabeleçam relações económicas e sociais com as comunidades locais;
- Promover práticas agrícolas e florestais sustentáveis que contribuam para a manutenção da integridade do solo, para a biodiversidade local e para a qualidade da paisagem;

DINÂMICA TURÍSTICA

- Assegurar que os novos empreendimentos turísticos incorporam as soluções tecnológicas e organizativas existentes mais eficientes do ponto de vista energético - ambiental, exigindo a adoção de sistemas de gestão ambiental como condição ao licenciamento turístico
- Conservação dos valores culturais do concelho.
- Promover iniciativas de educação, sensibilização e informação ambiental.
- Recomenda-se que os eventos sejam não só de carácter turístico mas também potenciadas para os habitantes locais.
- Sensibilização dos operadores turísticos, promotores, agentes de viagens, empregados e turistas para a aplicação do Código Mundial de Ética do Turismo.
- Promover o desenvolvimento de projetos turísticos em solo rural privilegiando a recuperação e requalificação de edifícios e espaços de especial interesse patrimonial, cultural ou paisagístico;
- Desenvolver uma estratégia de marketing turístico em articulação com as atividades culturais e valores patrimoniais, de modo a potenciar sinergias económicas.

- Atrair para o concelho o tipo de turismo que valorize o património natural e cultural de Mirandela, em respeito pelo ordenamento do território e pela conservação da natureza. Recomenda-se a integração de requisitos de sustentabilidade ambiental para a aprovação de projetos turísticos.
- Monitorizar as motivações turísticas e nível de satisfação dos visitantes de Mirandela.
- Assegurar a compatibilização da ocupação turística com a manutenção dos valores naturais, das linhas de água e da paisagem.

FCD – PATRIMÓNIO E PAISAGEM

PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO

- Monitorizar a preservação e conservação do património edificado e as iniciativas reabilitação do património.
- Implementar o projeto TuaMirandela-Regeneração urbano do centro histórico de Mirandela.
- Estabelecer critérios para o licenciamento de iniciativas turísticas e de espetáculos no património edificado, de modo a assegurar a integridade dos elementos arquitetónicos dos edifícios;
- Deverá ser promovida a salvaguarda e valorização de forma integrada do património, sempre que seja necessária a execução de infra-estruturas que tragam implicações sobre este património.
- Garantir a inventariação dos valores patrimoniais do concelho e a sua atualização.
- Dinamizar e valorizar circuitos turísticos e culturais como forma de promoção dos valores culturais.
- Utilização dos espaços verdes e de equipamentos para promoção e divulgação dos valores patrimoniais e culturais da vila e do concelho.
- Sugere-se que sejam desenvolvidos programas culturais específicos dirigidos aos diferentes grupos da população, que integrados numa programação geral do concelho contribuam de forma coerente para a dinamização e enriquecimento cultural da mesma.
- Investir na valorização do património cultural e histórico em articulação com o património natural e a paisagem, procurando estabelecer sinergias com o desenvolvimento de atividades económicas relacionadas com a cultura e o lazer.

PAISAGEM

- Definir objetivos de qualidade paisagística para as unidades de paisagem.
- Elaborar um Plano de Arranjos Paisagísticos para a área de espaços verdes.
- Nas novas áreas urbanizáveis deve garantir-se a implementação de estruturas consonantes com a envolvente e que favoreçam o enquadramento paisagístico dos locais.
- Garantir a integração harmoniosa de empreendimentos turísticos e industriais, de forma a promover a preservação da natureza e da biodiversidade e a minimização dos impactes visuais na paisagem.

- Promover ações de sensibilização que visem a adoção de atitudes e comportamentos ambientalmente adequados, tendo em vista a preservação e valorização paisagística, nomeadamente no que respeita à deposição ilegal de resíduos, à edificação em áreas rurais e à diminuição do impacto visual das novas edificações.
- Promover o turismo de qualidade que respeite os valores naturais;
- O Município deverá garantir que as empresas de exploração de recursos geológicos já instaladas ou que se venham a instalar no concelho cumprem com os requisitos legais ao nível da gestão ambiental e da recuperação das áreas de exploração.

FCD - QUALIDADE AMBIENTAL

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

- Assegurar a correta implementação dos sistemas de recolha seletiva de RSU, qualificar as infraestruturas de gestão de forma a desviar matéria orgânica de aterro, incrementar a valorização multimaterial e valorizar energeticamente os resíduos não recicláveis.
- Implementar uma política de gestão de resíduos urbanos biodegradáveis (RUBs).
- Incentivo ao funcionamento das indústrias em “círculo”, promovendo a reutilização e reciclagem de produtos e matérias-primas.
- Aumentar a taxa de separação de resíduos, através da realização de campanhas de sensibilização ambiental dirigidas a vários tipos de público-alvo e do reforço do número de ecopontos.
- Assegurar que os novos equipamentos públicos, indústrias e empreendimentos turísticos incorporam soluções tecnológicas e organizativas mais exigentes do ponto de vista do tratamento dos resíduos gerados.

RECURSOS HÍDRICOS

- Controle da qualidade das águas subterrâneas e superficiais.
- Promover ações de sensibilização de preservação dos recursos hídricos.
- Assegurar que os novos equipamentos públicos, indústrias e empreendimentos turísticos, incorporam soluções tecnológicas e organizativas mais exigentes, do ponto de vista do uso eficiente da água e do tratamento dos resíduos gerados.
- Promover a proteção e preservação dos recursos hídricos do concelho.
- Medidas que visem a preservação das linhas de água e respetivas margens, mais especificamente a promoção do desenvolvimento de vegetação ripícola,
- Utilização de água residual tratada proveniente de estações de tratamento de águas residuais urbanas, em usos que se considerem viáveis, nomeadamente, na lavagem de pavimentos urbanos e de veículos, na limpeza de coletores e na rega de espaços verdes.

- Vigilância periódica do funcionamento da rede de drenagem de águas pluviais.
- Recomenda-se a articulação do PDM com os instrumentos de gestão e planeamento dos recursos hídricos, assegurando que o plano contribui para o alcance das metas e objetivos do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro e outros instrumentos de planeamento e gestão de recursos hídricos em vigor no município.
- Promover intervenções de valorização das áreas ribeirinhas.

DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

- Deve ser incentivada a ligação dos edifícios com sistemas privados à rede de saneamento existente e a construir.
- Garantir a manutenção da rede de saneamento de água de modo a minimizar descargas de emergência e fugas.
- Implementação de planos de controlo e monitorização das águas residuais tratadas no município, garantindo a adoção de medidas que contribuam gradualmente para a sua melhoria e evitem a sua degradação dos valores naturais.
- Garantir bons níveis de eficiência de tratamento da Etar's do município.
- Assegurar que os novos equipamentos públicos, parques empresariais, indústrias e empreendimentos turísticos incorporam soluções tecnológicas e organizativas mais exigentes do ponto de vista do tratamento de águas residuais.
- Identificação e controlo de possíveis locais de descarga de águas residuais não tratadas e promover a sua eliminação.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

- Deverá ser avaliada a possibilidade de reutilização de água tratada para a rega de espaços verdes, especialmente durante a época estival.
- Deve ser avaliada a instalação de um sistema de recolha de águas pluviais e posterior reutilização, por exemplo na rega de espaços verdes e na lavagem de pavimentos.
- Devem ser incentivadas medidas de reutilização das águas pluviais, nomeadamente em instalações sanitárias. A redução de impostos municipais nas unidades que implementem medidas deste tipo poderá contribuir para a adesão dos operadores industriais.
- Garantir intervenções qualitativas de promoção do uso eficiente da água no que diz respeito ao setor urbano e industrial (de acordo com as medidas previstas no PNUEA).
- De acordo com o sugerido no Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água sugere-se que seja controlada a pressão na rede de abastecimento público de água, pois maiores pressões induzem maiores consumos e maiores perdas.
- Garantir a manutenção da rede de abastecimento de água de modo a minimizar as perdas e fugas.

- Implementar uma política de certificação de eficiência hídrica de novas edificações.
- Definir um plano de manutenção dos espaços verdes que inclua a gestão da rega de modo a minimizar os consumos com esta utilização.
- Assegurar que os novos equipamentos públicos, parques empresariais, indústrias e empreendimentos turísticos incorporam soluções tecnológicas e organizativas mais exigentes do ponto de vista do uso eficiente da água.

RUÍDO

- Garantir o cumprimento ao critério de incomodidade, definido na alínea b) do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, para as atividades ruidosas de caráter permanente (atividades económicas).
- Deverá garantir-se o afastamento das edificações com usos sensíveis dos espaços de atividades económicas ou existentes de modo a garantir o cumprimento dos limites sonoros aplicáveis.
- A execução das UOPG deverá ser acompanhada de uma modelação acústica de modo a avaliar possíveis conflitos resultantes da sua implementação.
- Preservar zonas mistas com níveis sonoros regulamentares.
- Corrigir zonas mistas com níveis sonoros não regulamentares.
- Para atenuar os efeitos do ruído proveniente do tráfego automóvel, deverão ser utilizados pavimentos com melhor desempenho na absorção acústica, que podem originar uma redução na emissão do ruído de tráfego rodoviário entre os 3 e os 5 dB (A). Outra medida que poderá ser considerada é a redução da velocidade máxima autorizada nas vias urbanas, que pode permitir uma redução de cerca de 6 a 8 dB (A), mantendo-se inalterado o volume de tráfego.
- Dar cumprimento ao exigido pelo Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios, consubstanciado no Decreto-Lei n.º 129/2002, de 11 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 96/2008, de 9 de julho.
- Os equipamentos utilizados nas ações de manutenção, nomeadamente máquinas de corte de relva e manutenção da vegetação, devem obedecer aos valores limites de potência sonora estipulados no anexo II do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro.
- Apresentar à Assembleia Municipal, de dois em dois anos, um relatório sobre o estado do ambiente acústico concelhio (exceto quando esta matéria integre o relatório sobre o estado do ambiente municipal (cf. Artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro).

QUALIDADE DO AR

- As obras de reconversão das vias, bem como todas as obras que possam afetar o tráfego rodoviário, devem ser efetuadas em épocas de menor tráfego e planeadas adequadamente, de modo a minimizar os condicionamentos à mobilidade rodoviária e a degradação da qualidade do ar.
- Promoção e acompanhamento da gestão florestal, de modo a assegurar o equilíbrio entre a utilização da biomassa florestal como matéria-prima e a sua função como sumidouro de dióxido de carbono.
- Criação de condições que favoreçam a adoção de meios de transporte mais sustentáveis (mobilidade sustentável) que além de beneficiar o ambiente urbano, em termos de qualidade do ar, também melhora a comodidade acústica e a vivência urbana.
- Promover o uso do transporte coletivo em vez do individual e criação de incentivos à utilização de transporte coletivo.
- Promover a utilização de meios de transporte mais sustentáveis.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

- Promover a utilização de fontes de energia renováveis, através, por exemplo, de benefícios fiscais municipais.
- Premiar a adoção de técnicas de construção sustentável, através da redução de custos do licenciamento desse tipo de projetos.
- Promover a eficiência e certificação energética dos edifícios municipais.
- Introduzir tecnologias de energia renovável na iluminação pública.
- Estabelecer normas que promovam a eficiência energética dos edifícios residenciais e de serviços, nomeadamente no que se refere ao estímulo à utilização de fontes de energia solar para aquecimento de águas.
- Desenvolver e implementar um sistema de contabilização e monitorização do desempenho energético do plano.
- Cumprir a legislação em vigor relativa à Certificação Energética de Edifícios, principalmente para edifícios a construir ou remodelar.
- Garantir que os edifícios novos ou remodelados possuem elevada eficiência energética, utilizando equipamentos que promovam a utilização sustentável da energia.
- Nos equipamentos deverá sempre equacionar-se a possibilidade de integração de equipamentos/mecanismos de aproveitamento energético a partir de fontes renováveis (sistemas solares térmicos e fotovoltaicos, etc).
- Nas áreas urbanizáveis propostas deverá determinar-se a orientação dos edifícios que garanta uma melhor exposição solar e consequentemente um menor consumo energético, nomeadamente para a obtenção de conforto térmico e para a renovação do ar interior.

- Monitorizar o potencial e a evolução da produção de energia renovável e o consumo de energia municipal, desenvolvendo e mantendo atualizada uma matriz energética municipal, procurando-se assegurar estrategicamente que as emissões de GEE no Concelho mantêm uma tendência decrescente e que a capacidade de sequestro de carbono mantém uma tendência inversa.

FCD - RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS.

CHEIAS E INUNDAÇÕES

- Os processos de licenciamento de obras devem assegurar que as intervenções nas linhas de água sejam amplas e não apresentem estrangulamentos por via de construção de travessias, para que a água que converge rapidamente para as depressões, oriundas das áreas adjacentes, tenha condições para uma rápida drenagem para os grandes cursos de água.
- Assegurar que áreas adjacentes a zonas a intervencionar apresentem setores permeáveis significativos, nomeadamente, assegurar a manutenção e/ou criação de espaços verdes, permitindo desta forma a infiltração da água da chuva.
- As linhas de drenagem devem ser libertas de qualquer intervenção e limpas com alguma regularidade, pois poderão ser importantes durante episódios de forte intensidade de precipitação.
- Aproveitar o potencial de requalificação de zonas de risco em solo rural e impedir a sua ocupação urbana, em particular em zonas adjacentes aos cursos de água ameaçadas pelas cheias.
- Prevenir a construção de infraestruturas em leito de cheia que possam ser susceptíveis de degradação.
- Condicionar a construção e promover a infiltração da água em cabeceiras das linhas de água e em áreas de máxima infiltração.
- Monitorização dos sistemas de recolha de águas pluviais, assim como sumidouros, valetas e outros canais de drenagem para que se encontrem sempre limpos e desobstruídos, para que em época de chuvas se previna a ocorrência de cheias.

INCÊNDIOS

- Atualização da planta de perigosidade e risco de incêndio após aprovação da revisão do PMDFCI.
- Realização das operações de limpeza das áreas de perigosidade elevada e muito elevada existentes nos perímetros urbanos definidos.
- Garantir a implementação das medidas definidas no plano e assegurar a aplicação do Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndios em Edifícios.

- Garantir que a florestação ou reforestação deve recorrer à utilização intercalada de espécies autóctones específicas, com comportamentos diferenciados em matéria de combustão e que promovam a contenção dos incêndios.
- Garantir que nas áreas de maior risco de incêndio as novas edificações devem favorecer a seleção dos materiais de construção que apresentem maior resistência ao fogo.
- Manutenção e limpeza periódica das faixas exteriores de proteção contra os incêndios florestais na envolvente das edificações de acordo com a priorização do risco.
- Avaliar a eficácia das medidas de prevenção e combate aos incêndios florestais definidas pelo PMDFCI.
- Implementação das medidas do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil.
- Elaboração de relatórios de situações de risco e/ou emergência face à probabilidade/ocorrência de incêndio florestal ou sobre património edificado, com avaliação do espaço ardido (número de acontecimentos, ha de área ardida, edifícios afetados, população humana afetada), tempos de resposta dos meios de intervenção (min) bem como das perdas patrimoniais em consequência de incêndio (euros).

EROSÃO/MOVIMENTO DE VERTENTES

- Criação de medidas minimizadoras da erosão dos solos, assim como: o incentivo ao revestimento do solo para que este não fique desprotegido e mais suscetível à erosão e o incentivo a práticas agrícolas mais adequadas.
- Potenciar a plantação de vegetação nas zonas de forte declive, de modo a atenuar o risco de erosão.
- Promover a correta ocupação do solo em áreas com risco de erosão de forma a minimizar a erosão do solo e o movimento de vertentes.

SISMO

- Os projetos das edificações devem atender à legislação aplicável neste domínio face à classificação sísmica da área de intervenção, o que deve ser verificado no respetivo licenciamento.
- Promover ações de sensibilização da população e instituições.
- Promover a realização de simulacros.
- Implementação das medidas do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil.

RISCOS TECNOLÓGICOS

- Assegurar o cumprimento do DL 254/2007 relativamente as unidades industriais abrangidas pelo regime jurídico da prevenção de acidentes graves.
- Implementação das medidas do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil.
- Avaliação das indústrias concelhias com planos de emergência internos.
- Criação de incentivos para a implantação de indústrias altamente tecnológicas e que apresentem baixos riscos de atividade.
- Proibição e controlo do atravessamento dos aglomerados urbanos por veículos de transporte de matérias perigosas.
- Garantir uma adequada resposta às emergências decorrentes de riscos tecnológicos que coloquem em causa a saúde e a vida humana e os recursos naturais e económicos.
- Precaver na revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil o efeito dominó recorrente da maior concentração industrial.

9. Programa de Gestão e Monitorização Ambiental

Atendendo à natureza executória das propostas da Revisão PDM de Mirandela, a monitorização e avaliação, estratégica e operacional torna-se fundamental, quer do ponto de vista do desempenho ambiental associado à execução das mesmas, quer dos seus impactes sobre o ambiente. Esta importância é, aliás, sublinhada no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, no seu artigo 11.º, quando refere que “as entidades responsáveis pela elaboração dos plano e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos”.

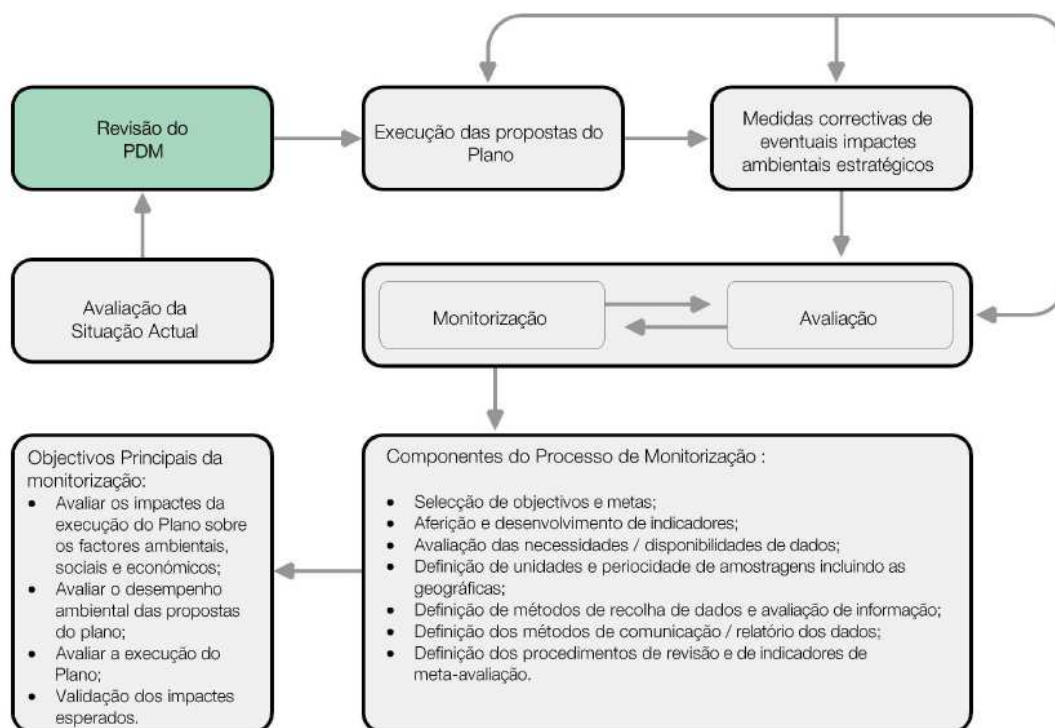


Figura 51 – Diagrama de Seguimento.

O objetivo central desta fase é o de promover o acompanhamento sistemático de um conjunto de dinâmicas em domínios que, de um modo mais direto ou indireto, influenciam as condições ambientais e de sustentabilidade do território, procurando, deste modo, apoiar os processos de conceção e decisão de políticas e medidas de intervenção à escala urbana e permitindo acompanhar com regularidade o exercício das atividades previstas, assim como o desempenho das entidades responsáveis pela sua execução.

Assim, neste ponto apresentam-se os princípios gerais e abordagens recomendadas para o processo de gestão e monitorização da execução das propostas do PDM, sob o ponto de vista da sustentabilidade e

do respetivo desempenho ambiental, bem como as correspondentes medidas de controlo, ou seja, na definição de medidas corretivas a aplicar, decorrentes da identificação atempada dos eventuais efeitos negativos significativos e imprevistos, e consequentes da execução do Plano e que têm como objetivo final assegurar a redução dos impactes ambientais, melhorando o desempenho ambiental da execução das propostas do PDM.

Pretende-se assegurar a construção de um sistema próprio e permanente de recolha, tratamento e análise de indicadores, que permita conhecer a situação do município de Mirandela no que se refere ao território, bem como detetar e medir tendências de evolução ao longo do prazo de execução do Plano.

9.1 Definição de Indicadores de Monitorização

A monitorização das opções estratégicas do Plano será desenvolvida, pelo município, de acordo com os indicadores e as metas definidas no Quadro anterior, e tendo em conta os seguintes objetivos:

- Acompanhar e validar a avaliação dos efeitos no ambiente identificados no decurso da avaliação ambiental do Plano;
- Avaliar se a aplicação das opções do Plano contribui eficazmente para alcançar os objetivos de sustentabilidade definidos;
- Avaliar a eficácia das orientações propostas, com o objetivo de minimizar eventuais efeitos negativos e potenciar os efeitos positivos;
- Promover uma maior participação e envolvimento dos agentes com responsabilidades no processo de avaliação ambiental do plano.

O plano de controlo constitui uma base para avaliar o impacto do plano de ação e o respetivo desenvolvimento das ações adotadas. Esta avaliação será feita através da análise de indicadores, com base no desempenho ambiental.

Os indicadores apresentados (Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores, por fator de decisão) permitem assegurar a construção de um sistema próprio e permanente de recolha, tratamento e análise de dados, no sentido de conhecer a situação na área de influência do Plano e como detetar e medir tendências de evolução ao longo da sua execução.

Durante a fase de seguimento os indicadores podem também ser adaptados, face aos resultados obtidos, ou à facilidade em obter informações/dados que à data não se encontram sistematizados. As metas podem ter que ser reajustadas devido a alterações normativas ou dos objetivos estratégicos.

FCD Biodiversidade e Conservação da Natureza

Objetivos	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
<p>Promover a valorização e assegurar a conservação do património natural, cultural, em áreas classificadas.</p> <p>Promover a incorporação das orientações de gestão do PSRN2000 no PDM.</p> <p>Evitar prejuízos em áreas classificadas e promover a sua valorização.</p>	Superfície do Município com estatuto de Área Classificada.	ha	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara Municipal de Mirandela ▪ Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas ▪ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte ▪ Agência Portuguesa do Ambiente 	Anual
	Espécies ameaçadas e protegidas.	n.º		Anual
	Implementação das orientações de gestão definidas para as áreas da Rede Natura 2000.	n.º		Anual
	Licenciamentos em áreas RN2000	n.º e m²		Anual
	Proposta de planos de Gestão e/ou Ação visando a conservação da biodiversidade	n.º		Anual
<p>Promover uma política de conservação da natureza e da biodiversidade.</p> <p>Evitar a fragmentação dos ecossistemas.</p> <p>Compatibilizar o desenvolvimento territorial com a biodiversidade</p>	Ações de erradicação e controlo de espécies invasoras.	n.º	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara Municipal de Mirandela ▪ Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas ▪ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo ▪ Relatório do Estado do Ambiente 	Anual
	Rede de continuum naturale integrando os corredores ecológicos e a Estrutura Ecológica Municipal.	ha		Anual
	Área ardida pretencente a EEM	ha e %		Anual
	Estrutura da rede Viária e Fragmentação do território (Km rede viária/área concelhia).	Km-1		Anual
<p>Promoção da gestão sustentável e a conservação da floresta autóctone.</p> <p>Dinamizar o aproveitamento dos espaços florestais para recreio e lazer</p>	Área por tipologia de povoamento florestal	ha	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara Municipal de Mirandela ▪ Instituto Nacional de Estatística 	Anual
	Áreas de povoamentos florestais de espécies autóctones	ha		Anual
	Porporção da área florestal ardida	%		Anual
	Número e área dos espaços de lazer em áreas florestais (infraestruturas de recreio e lazer, parques de merendas, zonas de paragem, etc.) e área ocupada pelos mesmos	n.º		Anual
	Número de empreendimentos de turismo em espaço rural (TER).	n.º		Anual
<p>Promover a gestão sustentável e valorização dos recursos cinegéticos autóctones</p>	Número de Zonas de Caça Municipal e Zonas de Pesca.	n.º	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara Municipal de Mirandela ▪ Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas ▪ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte 	Anual
	Número de associações de caça e pesca existentes	n.º		Anual
	Número de licenças de caça emitidas.	n.º		Anual

FCD Ordenamento e Qualificação do Território

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
Promover uma política de estímulo ao ordenamento do território equilibrado com o objetivo de assegurar a sua proteção e valorização, através da organização espacial do território.	Variação da densidade populacional por freguesia.	Habitante/Km ² e %	<ul style="list-style-type: none"> Câmara Municipal de Mirandela Instituto Nacional de Estatística Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte Agência Portuguesa do Ambiente Instituto Geográfico Português 	Anual
	Variação do número de lugares censitários por escalão de dimensão populacional.	n.º		10 anos
	Ocupação e uso do solo.	ha		Anual
	Evolução da área de solo efetivamente ocupado nos perímetros urbanos	ha e %		Quinquenal
Qualificação ambiental do espaço urbano e rural, valorizando os recursos naturais, a biodiversidade e o património natural	Variação da Reserva Agrícola Nacional	ha	Câmara Municipal de Mirandela	Anual
	Variação da Reserva Ecológica Nacional	ha		Anual
	Variação do Regime Florestal	ha		Anual
	RAN utilizada para fins não agrícolas	%		Anual
Promover a fixação da população e evitar o despovoamento do território	Variação da população residente por freguesia.	Habitante e %	<ul style="list-style-type: none"> Câmara Municipal de Mirandela Instituto Nacional de Estatística Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte 	Anual
	Variação do número de alojamentos.	Alojamento e %		Anual
	Índice de envelhecimento.	%		Anual
Dotar o território concelhio de equipamentos adequados às necessidades da população.	Número e tipologia de equipamentos por freguesia.	n.º	<ul style="list-style-type: none"> Câmara Municipal de Mirandela Instituto Nacional de Estatística 	Anual
	Investimentos previstos em novos equipamentos	n.º e €		Anual
	Taxa de utilização da rede de apoio à 3.ª idade (Lares, Centros de Dia e Serviços de Apoio Domiciliário).			Anual
Garantir um nível de infraestruturas adequadas às novas exigências ambientais	Variação da taxa de cobertura no concelho por infraestruturas (saneamento e abastecimento de água).	%		Anual
Assegurar o estado de conservação dos espaços públicos de utilização coletiva e aumentar a atratividade.	Capitação de espaços públicos de utilização coletiva urbanos (m ² /habitante).	m ² /habitante		Anual
Incentivar processos de requalificação e valorização urbana.	Estado de conservação dos edifícios.	n.º de edifícios por estado de conservação	<ul style="list-style-type: none"> Câmara Municipal de Mirandela Instituto Nacional de Estatística 	Anual
	N.º de licenças para construção e para reconstrução e reabilitação.	n.º		Anual

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
Incentivar processos de requalificação e valorização urbana.	Taxa de execução dos UOPG	%		Quinquenal
	Variação das reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas.	n.º		Anual
	Ações de regeneração e requalificação urbana realizadas e previstas.	n.º		Anual
Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades internas e externas.	Número de vias requalificadas e Número de vias projetadas.	n.º	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara Municipal de Mirandela ▪ Instituto Nacional de Estatística 	Anual
	Distância e tempo de deslocação entre localidades.	Min		Anual
	Repartição modal.	%		Anual
	Estado de conservação da rede viária municipal.	Índice		Anual
Promover a mobilidade sustentável	Extensão de percursos clicáveis e pedonais	Km	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara Municipal de Mirandela 	Anual
	Variação da cobertura dos serviços de transporte público.	N.º de carreiras		Anual

FCD Desenvolvimento Económico e Social

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
Valorização e Qualificação dos recursos humanos.	Nível de ensino da população.	%	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara Municipal de Mirandela ▪ Instituto Nacional de Estatística ▪ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte 	Intercensitária
	População com ensino superior/População com 25 anos ou mais.	%		Intercensitária
	População ativa por grupo de profissão.	%		Intercensitária
Criar e promover o emprego local.	Taxa de População Ativa.	%	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Direção Regional de Educação do Norte ▪ Instituto de Emprego e Formação Profissional ▪ Pordata 	Anual
	Taxa de Desemprego.	%		Anual
	Evolução da População Ativa por Atividades Económicas.	%		Anual
	Movimentos pendulares trabalho/ estudo - casa - trabalho/estudo	n.º e %		Intercensitária
Promover o crescimento do tecido empresarial e dinamização da estrutura económica local	Variação do número de empresas sediadas.	n.º e %	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara Municipal de Mirandela ▪ Instituto Nacional de Estatística 	Anual

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
Promover o crescimento do tecido empresarial e dinamização da estrutura económica local	Variação do número de Empresas por sector de atividade.	n.º e %		Anual
	Dimensão dos estabelecimentos instalados	n.º		Anual
	Volume de vendas por atividades económicas.	€		Anual
	Taxa de ocupação das áreas de atividades económicas	%		Anual
	Poder de compra per capita.	PPC		Anual
Promover o potencial agrícola e pecuário.	Variação do número de explorações agrícolas e área média de exploração.	n.º e ha	Câmara Municipal de Mirandela Instituto Nacional de Estatística Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Ministério da Economia – Direção Regional do Norte Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	Anual
	Superfície agrícola utilizada (SAU).	ha		Anual
	Utilização das terras (principais culturas), por exploração.	ha e %		Anual
	Variação do número de explorações pecuárias e número de animais.	n.º		Anual
	Variação de área solo afeta à RAN.	%		Anual
	Índice de envelhecimento do tecido empresarial agrícola (produtores agrícolas >55 anos/Produtores com idade <35 anos*100)	%		Anual
Aumentar/melhorar as condições de apoio e suporte à prática turística	Número total de camas e empreendimentos turísticos.	n.º	Câmara Municipal de Mirandela Instituto Nacional de Estatística Turismo de Portugal Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana	Anual
	Taxas de ocupação hoteleira.	%		Anual
	Emprego no setor turístico	n.º		Anual
	Evolução do número de dormidas	n.º		Anual
	Intensidade turística.	Dormidas / habitantes.dias		Anual
Promover a atratividade turística Desenvolver uma estratégia de marketing e promoção turística	Percursos temáticos implementados.	n.º		Anual
	Produtos de qualidade.	n.º		Anual
	Eventos com poder de atração.	n.º		Anual
	Investimentos concelhios em Turismo.	€		Anual

FCD Património e Paisagem

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
Valorizar, salvaguardar e proteger os imóveis e sítios de interesse patrimonial	Património classificado e em vias de classificação.	n.º	<ul style="list-style-type: none"> Câmara Municipal de Mirandela Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico 	Anual
	Imóveis de interesse municipal inventariados.	n.º	<ul style="list-style-type: none"> Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana Sistema de Informação para o Património Arquitetónico Turismo de Portugal 	Anual
	Investimento (recuperação/manutenção).	€		Anual
Preservação e valorização da qualidade paisagística. Proteger o carácter e a diversidade da Paisagem.	Elementos de valor paisagístico.	Unidades paisagem	<ul style="list-style-type: none"> Câmara Municipal de Mirandela 	Anual
	Intrusões na paisagem em área sensíveis.	n.º		Anual
	Expressividade do solo rural transformado em solo urbano/urbanizável e industrial.	%		Anual

FCD Qualidade Ambiental

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
Promover uma política adequada de gestão de resíduos.	Capitação de RSU	Kg/Hab	<ul style="list-style-type: none"> Câmara Municipal de Mirandela Instituto Nacional de Estatística Instituto Regulador de Águas e Resíduos Resíduos do Nordeste Sociedade Ponto Verde 	Anual
	Taxa de separação de resíduos.	%		Anual
	Número de ecopontos por freguesia e habitante	n.º		Anual
Valorizar os RSU produzidos no concelho.	Taxa de reciclagem e valorização de resíduos.	%	<ul style="list-style-type: none"> Sociedade Ponto Verde 	Anual
	Taxa de deposição de resíduos em aterro.	%		Anual
Garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos.	Variação da qualidade da água superficial e subterrânea.	Índice de qualidade	<ul style="list-style-type: none"> Câmara Municipal de Mirandela Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos Agência Portuguesa do Ambiente 	Anual
	Variação da qualidade de água nas praias fluviais.	Índice de qualidade		Anual
	Áreas destinadas à proteção dos recursos hídricos.	ha		Anual
	Identificação de fontes poluentes.	n.º		Anual
Reduzir os níveis de poluição da água, para níveis que não prejudiquem os sistemas naturais.	Volume de água residual tratada no concelho.	m³	<ul style="list-style-type: none"> Câmara Municipal de Mirandela Instituto Nacional de Estatística 	Anual
	Eficiência do tratamento realizado	%		Anual

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
Reduzir os níveis de poluição da água, para níveis que não prejudiquem os sistemas naturais.	Fossas sépticas substituídos por ETAR's	n.º	<ul style="list-style-type: none"> Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos 	Anual
	Reutilização de águas residuais tratadas	m³		Anual
Garantir serviços de abastecimento de água para consumo humano.	Variação do consumo de água por habitante.	m³/Hab	<ul style="list-style-type: none"> Câmara Municipal de Mirandela Instituto Nacional de Estatística Agência Portuguesa do Ambiente Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos 	Anual
	Qualidade da água para consumo humano (número de violações aos valores paramétricos).	n.º		Anual
	Água captada que provém de captações com perímetro de proteção ou de albufeiras de água públicas com plano de ordenamento.	% e m³		Anual
Promover um consumo eficiente e racional do recurso água. Reduzir as perdas de água no sistema público de abastecimento e substituição de redes.	Consumo de água, por setor de atividade e por tipologia.	m³	<ul style="list-style-type: none"> Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Águas e Águas Residuais Instituto Regulador de Águas e Resíduos 	Anual
	Iniciativas com vista à promoção do uso eficiente da água.	n.º		Anual
	Variação da percentagem de perdas de água no sistema público de abastecimento.	%		Anual
Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações. Assegurar níveis de ruído compatíveis com a classificação/ocupação do espaço.	População afetada pelos níveis de ruído.	%	<ul style="list-style-type: none"> Câmara Municipal de Mirandela Agência Portuguesa do Ambiente Mapa de Ruído 	Anual
	Áreas concelhias incompatíveis com a respetiva classificação (sensível ou mista).	ha e %		Anual
	Queixas de ruído	n.º		Anual
Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvguarde a saúde pública. Reduzir a poluição do ar.	Qualidade do ar.	Índice	<ul style="list-style-type: none"> Câmara Municipal de Mirandela Agência Portuguesa do Ambiente Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte Direção Geral de Energia e Geologia 	Anual
	Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites.	n.º		Anual
	Emissão de poluentes atmosféricos NOx, SO2, COVNM e NH3	T/km²		Anual
	Quantidade de GEE	kT CO2 eq		Anual
Promover a eficiência energética	Variação do consumo de energia elétrica por habitante.	Kwh/hab	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Nacional de Estatística Câmara Municipal de Mirandela Direção Geral de Energia e Geologia ADENE – Agência para a Energia Casa Certificada 	Anual
	Consumos anuais de energia elétrica efetuados pelos edifícios de administração pública e iluminação pública.	Kwh		Anual
Promover a eficiência energética	Medidas para promover a	n.º		Anual

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
	eficiência energética dos edifícios públicos.			
	N.º de edifícios concelhios com certificação energética.	n.º		Anual
Potenciar o aproveitamento dos recursos renováveis	Produção de energia, a nível local, através de recursos renováveis	(MWh)		Anual

FCD Riscos Naturais e Tecnológicos

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
Prevenir e reduzir o risco de inundação, garantindo a segurança de pessoas e bens	Ocorrência de situações de cheias e inundações.	n.º	▪ Câmara Municipal de Mirandela	Anual
	Identificação das áreas em risco de cheia e inundações.	ha	▪ Instituto Nacional de Estatística	Anual
	Meios para alerta de cheias e inundações.	n.º	▪ Autoridade Nacional de Proteção Civil ▪ Escola Nacional de Bombeiros	Anual
Diminuir o número de ocorrência de incêndios florestais e área ardida Reduzir a influência dos incêndios na saúde pública e nos ecossistemas.	Área ardida.	ha	▪ Câmara Municipal de Mirandela	Anual
	Número de ocorrências de incêndios.	n.º	▪ Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas	Anual
	Áreas urbanizáveis inseridas em locais de risco de incêndios.	ha	▪ Instituto Nacional de Estatística	Anual
	Ações realizadas no âmbito da prevenção de incêndios florestais previstas no PMDFCI	n.º	▪ Autoridade Nacional de Proteção Civil ▪ Escola Nacional de Bombeiros	Anual
Controlar os processos de erosão e desertificação do solo. Restringir a edificação e a construção de infraestruturas em áreas de instabilidade de vertentes	Áreas sujeitas ao risco elevado e muito elevado erosão e instabilidade de vertentes.	ha	▪ Câmara Municipal de Mirandela	Anual
	Número de ocorrências de deslizamentos	n.º	▪ Autoridade Nacional de Proteção Civil	Anual
Prevenir as consequências provocadas por um sismo	Intensidade sísmica do concelho.	Índice	▪ Câmara Municipal de Mirandela	Anual
	Número de ocorrências	n.º	▪ Autoridade Nacional de Proteção Civil	Anual
Prevenir e diminuir os efeitos resultantes de acidentes tecnológicos	Número de acidentes com transportes de matérias perigosas.	n.º	▪ Câmara Municipal de Mirandela ▪ Autoridade Nacional de Proteção Civil	Anual
	Número de incêndios industriais.	n.º		Anual
	Número de unidades industriais, abrangidas pelo Jurídico da Prevenção de Acidentes Graves (DL 254/2007, de 12 de Julho).	n.º		Anual
	Número de simulacros efetuados aos planos de Emergência.	n.º		Anual
	Áreas de vulnerabilidade a rutura de barragens.	ha		Anual

9.2 Quadro de Governança para a ação

O Quadro de governança para a ação é fundamental para o sucesso da revisão do PDM de Mirandela, uma vez que identifica as responsabilidades institucionais dos vários intervenientes na AAE, em todo o processo de implementação do próprio Plano. Entendendo-se governança “como o conjunto de regras, processos e práticas que dizem respeito à qualidade do exercício do poder, essencialmente no que se refere à responsabilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia”, (Partidário 2007), identifica-se um Quadro de governança para a revisão do PDM de Mirandela, que garanta o cumprimento dos objetivos definidos relativamente aos FCD definidos, bem como à concretização das diretrizes propostas.

Desta forma, são identificadas as entidades e os agentes que se considera ter um papel primordial na operacionalização, monitorização e gestão das ações previstas na futura revisão do PDM, auferindo-lhes os conceitos de sustentabilidade ambiental e territorial (Quadro 128).

Quadro 128 – Quadro de Governança para a Ação.

Entidades	Ações
Ministério de Economia – Direção Regional do Norte	-Monitorizar e acompanhar todo o processo de licenciamento industrial subsequente ao plano.
Agência Portuguesa do Ambiente	-Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água. -Fomentar e apoiar os processos de participação pública.
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	-Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água e da qualidade do ar. -Fomentar e apoiar os processos de participação pública. -Acompanhar a fase de monitorização do Plano. -Monitorizar, articulado com a Câmara Municipal, os valores de Ruído Ambiental decorrentes da instalação e execução do Plano.
Autoridade para as Condições do Trabalho	-Promover a melhoria das condições de trabalho. -Controlo do cumprimento da legislação relativa à segurança e saúde no trabalho.
AdTMAD	-Garantir a recolha e tratamento das águas residuais. -Garantir a monitorização da qualidade da água para consumo. -Controlar as perdas/fugas de água no abastecimento -Construção e manutenção das infraestruturas e equipamentos
Resíduos do Nordeste	-Garantir e acompanhar todo o processo de recolha e tratamento de Resíduos.
Câmara Municipal de Mirandela	-Desenvolver processos de participação pública. -Garantir a execução da solução urbanística do Plano de uma forma integrada no suporte biofísico. -Tratar os espaços não edificados e garantir um enquadramento paisagístico adequado. -Garantir e operacionalizar a recolha e tratamento de resíduos. -Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a

Entidades	Ações
Câmara Municipal de Mirandela	<p>implementação das ações previstas no PDM decorram de forma sustentável.</p> <ul style="list-style-type: none"> -Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental. -Prestar apoio e informação ao nível da procura e oferta de emprego. -Promover ações de formação e valorização profissional. -Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental. -Fomentar e apoiar os processos de participação pública. -Garantir a implementação do Plano Municipal de Defesa Contra Incêndios. -Garantir a implementação do Plano Municipal de Emergência. -Garantir a recolha e tratamento das águas residuais. -Garantir a monitorização da qualidade da água para consumo. -Controlar as perdas/fugas de água no abastecimento. -Adotar práticas quotidianas de valorização ambiental e energética. -Manter vigilância sobre o território de forma a alertar para cenários inadequados em termos de sustentabilidade. -Promover em parceria com as entidades competentes ações de vigilância e controle que permitam prevenir a ocorrência de riscos (naturais, tecnológicos e ruído)
DGEG – Direção Geral de Energia e Geologia	<ul style="list-style-type: none"> -Manter atualizadas as perspetivas de desenvolvimento da produção com origem em fontes de energia renováveis e das respetivas metas e objetivos a diferentes prazos e escalas de planeamento. -Incentivar a adoção de medidas de eficiência energética a todos os níveis (e.g. municípios, empresas, famílias).
ADENE	<ul style="list-style-type: none"> -Promover utilização da ER e das boas práticas associadas à ecoeficiência energética e à certificação energética.
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	<ul style="list-style-type: none"> -Intensificar os esforços de acompanhamento, monitorização e controlo das áreas florestais -Manter atualizada a informação disponibilizada sobre incêndios florestais, ZIF e zonas de caça. -Promover a criação de Zonas de Intervenção Florestal. -Disponibilizar informação relativa ao estado de conservação dos valores naturais em área classificada. -Orientar operações de remoção de plantas invasoras na área classificada. -Acompanhar a fase de seguimento e monitorização do plano.
IGESPAR	<ul style="list-style-type: none"> -Manter atualizada a informação disponibilizada, dando apoio e fiscalizando as intervenções sobre o património arqueológico.
Juntas de Freguesia	<ul style="list-style-type: none"> -Operacionalização de operações de gestão de resíduos. -Fomentar diferentes formas de participação pública.
EDP / Distribuidor	<ul style="list-style-type: none"> -Garantir o fornecimento de Energia para a execução do Plano.
IEFP	<ul style="list-style-type: none"> -Manter atualizadas as estatísticas e indicadores sobre o mercado de emprego e formação profissional a diferentes escalas de planeamento
População em geral	<ul style="list-style-type: none"> -Contribuir para o alcance das metas estabelecidas. -Participar ativamente nos processos de consulta pública. -Adotar práticas quotidianas de proteção e valorização ambiental -Adotar comportamentos de prevenção aos riscos naturais

10. Participação Pública

O Envolvimento Público e Institucional encontra-se definido de acordo com o n.º 3 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro, bem como do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 58/2011 de 4 de maio, após a elaboração do Relatório Ambiental, e previamente à sua aprovação, a proposta de plano, o Relatório Ambiental e o respetivo Resumo Não Técnico, serão objeto de Discussão Pública.

A consulta pública durante o processo de desenvolvimento de uma Avaliação Ambiental Estratégica é faseada, sendo da responsabilidade da Câmara Municipal desenvolver os processos de consulta pública estabelecidos na legislação, nomeadamente:

- A Câmara Municipal promove a consulta pública sobre o âmbito da AAE (Relatório de Fatores Críticos) às entidades com responsabilidades ambientais específicas, às quais possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano (de acordo com o n.º 3, artigo 5º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, bem como do n.º 9, artigo 74º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro);
 - As entidades a consultar deverão ser a Agência Portuguesa do Ambiente, o Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, o Instituto da Água, as Administrações de Região Hidrográfica, as Comissões de desenvolvimento Regional, a Autoridade Nacional de Proteção Civil, as Autoridades Regionais de Saúde, municípios limítrofes, entre outros (DGOTDU, 2008).
- Antes da aprovação do Plano e do respetivo Relatório Ambiental, a Câmara Municipal promove novamente a consulta às **entidades com responsabilidades ambientais** específicas, para emissão de parecer (de acordo com o n.º 3 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho);
- Concluído o período de acompanhamento a Câmara Municipal procede à abertura de um período de **discussão pública**, através de Aviso a publicar no *Diário da República*, tendo como objetivo recolher sugestões formuladas por **associações, organizações ou grupos não governamentais, ou outras pessoas interessadas**. A consulta pública e o prazo de duração são publicitados através de meios eletrónicos (página da internet da Câmara Municipal), e divulgados através da comunicação social. Durante o período de discussão pública, o projeto de Plano e respetivo Relatório Ambiental, assim como, os pareceres da comissão de acompanhamento ou da CCDR, e os demais pareceres eventualmente emitidos, estão disponíveis ao público na Câmara Municipal, e noutros locais indicados pela autarquia (n.º 6, n.º 7 e n.º 8 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, articulado com o n.º 3 do artigo 77º).

11. Considerações Finais

O presente relatório serve de base à **segunda fase do processo de AAE** da proposta de revisão do PDM de Mirandela.

Este relatório identifica os principais efeitos (oportunidades e riscos), a fim de apoiar a tomada de decisão relativamente à proposta de plano e assegurar a sustentabilidade da proposta, através de integração de opções mais sustentáveis durante o seu desenvolvimento em fase de projeto e de funcionamento.

O processo de Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de Revisão do PDM de Mirandela foi suportado na análise de seis FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza, Ordenamento e Qualificação do Território, Desenvolvimento Económico e Social, Património e Paisagem, Qualidade Ambiental e Riscos Naturais e Tecnológicos.

No decurso da avaliação de cada FCD foi garantida a integração de objetivos de sustentabilidade identificados nos instrumentos que constituem o Quadro de Referência Estratégico para a AAE.

Importa também evidenciar o facto das opções estratégicas que formalizam o Plano terem sido acompanhadas pelas entidades com responsabilidades ambientais específicas, já estão impregnadas de iniciativas de sustentabilidade que as configuram como opções estratégicas ambientalmente úteis.

Durante o processo de AAE não foram evidenciados/identificados impactes ambientais significativos não minimizáveis ou compensáveis decorrentes diretamente das opções estratégicas do Plano.

As diretrizes de seguimento propostas, irão contribuir para uma potenciação dos impactes positivos previstos e para uma mitigação dos impactes negativos. Desta forma, espera-se que a presente proposta de plano se constitua como uma intervenção de planeamento sustentável.

Evidencia-se, no entanto, a importância do acompanhamento da implementação do Plano através do cumprimento do programa de gestão e monitorização ambiental, de forma a monitorizar a evolução dos principais indicadores de sustentabilidade face a metas estabelecidas em documentos estratégicos, e que poderão ter influência direta nas questões relacionadas com o ordenamento do território e na qualidade ambiental do concelho.

Neste contexto, evidencia-se a importância do acompanhamento da implementação da revisão do PDM de Mirandela, através da atualização periódica do plano de controlo proposto, de forma a monitorizar a evolução dos principais indicadores de sustentabilidade face a metas estabelecidas em documentos estratégicos, e que poderão ter influência direta nas questões relacionadas com o ordenamento do território e na qualidade ambiental do concelho.

De facto, pelas considerações efetuadas, a proposta de plano apresentada resulta num balanço positivo entre as oportunidades de desenvolvimento criadas e os riscos inerentes.

O presente relatório, acompanhado do Resumo Não Técnico, estará sujeito a consulta pública e das entidades, juntamente com o Relatório da Proposta de Revisão do PDM da Mirandela, para recolha de comentários/sugestões que serão tidos em consideração na emissão da Declaração Ambiental e na preparação da versão final da revisão do PDM de Mirandela.

12. Referências Bibliográficas

- Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, 2012. Relatório Técnico para Efeitos de Participação Pública do Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas integradas na Região Hidrográfica 6.
- Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, 2011. Relatório Ambiental da Avaliação ambiental Estratégica do Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas integradas na Região Hidrográfica 6.
- Almeida, C., Mendonça, J. J. L., Jesus, M. R. e Gomes, A. J., 2000; Atualização do Inventário dos Sistemas Aquíferos de Portugal Continental - Volume 1. INAG-DSRH-DR sub.
- Alves, J.M.S.; Santo, M.D.E.; Costa, J.C.; Gonçalves, J.H.C.; Lousã, M.F., 1998 – Habitats Naturais e Seminaturais de Portugal Continental, Tipos de Habitats mais significativos e Agrupamentos Vegetais Significativos – Instituto da Conservação da Natureza.
- Caetano, M., A. Araújo, A. Nunes, V. Nunes e M. Pereira, 2009. Accuracy assessment of the CORINE Land Cover 2006 map of Continental Portugal, Relatório técnico, Instituto Geográfico Português.
- Caetano, M., V. Nunes e A. Nunes, 2009. CORINE Land Cover 2006 for Continental Portugal, Relatório técnico, Instituto Geográfico Português.
- Câmara Municipal de Mirandela. 2014. Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Mirandela.
- COM (2006) 231 - Estratégia Temática de Proteção do Solo, Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Comissão das Comunidades Europeia.
- Comissão Nacional de Coordenação do Combate à Desertificação, 2013. Avaliação Ambiental Estratégica da Proposta de revisão do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação 2014/2024.
- Câmara Municipal de Mirandela; PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios -2008-2012..
- Costa, J.C.; Aguiar, C.; Capelo, J.H.; Lousã, M. & Neto, C., 1998; Biogeografia de Portugal Continental – Quercetea, Volume 0, Associação Lusitana de Fitossociologia, Lisboa
- Decreto-Lei n.º 181/2009, de 07 de agosto (primeira alteração ao Decreto-lei n.º 316/2007 de 19 de setembro).

- Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente).
- Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro (estabelece as bases de Ordenamento do Território).
- Decreto-Lei n.º 58/2011, de 04 de maio (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho).
- Direção Geral do Ambiente; Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Amadora: DGA; 2000. ISBN 972-8419-48-1.
- Direção-geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; Guia para a Avaliação Estratégica de Impactes em Ordenamento do Território. Coleção Estudos 9. Lisboa: MCOTA-DGOTDU; 2003.
- Direção-geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; Avaliação Ambiental Estratégica dos Planos Municipais de Ordenamento do Território. Documento de apoio 1. Lisboa: MCOTA-DGOTDU; 2008.
- Escola Superior de Educação de Beja; Carta Educativa do Concelho de Mirandela. Câmara Municipal de Mirandela. 2006.
- ECO14,Lda – Mapas de Ruído do Concelho de Mirandela.2014
- Geoatributo,lda. Atlas de Riscos Naturais e Tecnológicos.2008
- OECD - DAC, 2006. Good Practice Guide on applying Strategic Environmental Assessment (SEA) in Development Cooperation, OECD, Paris.
- Partidário, Maria do Rosário; Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica. Amadora. Agência Portuguesa do Ambiente; 2007. ISBN 978-972-8577-34-6.
- Ribeiro, F., Beldade, R., Dix, M. & Bochechas, J. 2007 Carta Piscícola Nacional Direção-Geral dos Recursos Florestais - Fluvialtilis, Lda. Publicação Eletrónica (versão 01/2007).
- SIAM – Alterações Climáticas em Portugal. Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação – Projeto SIAM II. F. D. Santos e P. Miranda (Editores). Gradiva, Lisboa. 2006.
- Plural, Estudos de Caracterização da Revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela,2012.
- Plural, Relatório da Proposta de Revisão do PDM de Mirandela,2014.

Legislação e Regulamentação que suporta o Quadro de Referência Estratégico definido:

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/99, de 20 de novembro – Ratifica o **Plano Diretor Municipal de Mirandela**.
- Decreto -lei nº 74/2008, de 22 de abril e RCM nº86/2007, de 13 julho – define o modelo de governação do **Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)** para o período de 2007-2013 e dos respetivos programas operacionais.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de outubro – Aprova a **Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB)**.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-C/2013, de 22 de março – Aprova o **Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a Região Hidrográfica 3 (RH3)**, designado PGBH do Douro
- Decreto-Lei n.º 112/2002, de 17 de abril – Aprova o **Plano Nacional da Água**.
- Decreto-lei nº 124/2006, de 28 de junho – Relativo ao sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios, prevê os **planos municipais e intermunicipais de defesa da floresta contra incêndios**.
- Despacho de Aprovação do **PEAASAR 2007-2013**, 28 de dezembro de 2006 – Aprovação da estratégia para o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais para o período 2007-2013.
- Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro (retificado pelas declarações n.º 80-A, de 7 de setembro de 2007 e n.º 103-A/2007, de 2 de novembro de 2007) – aprova o **Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território**.
- Portaria n.º 1139/2006 de 25 de outubro – Define a estrutura tipo do conteúdo dos **planos municipais de defesa da floresta contra incêndios**.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 109/2007 de 20 de agosto - Aprova a **Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - 2015 (ENDS)** e o respetivo Plano de Implementação, incluindo os indicadores de monitorização (PIENDS).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2005, de 30 de junho – Aprova o **Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água — Bases e Linhas Orientadoras (PNUEA)**.
- Decreto Regulamentar n.º 2/2007, de 17 de janeiro – Aprova o **Plano Regional de Ordenamento Florestal do Nordeste (PROFNE)**.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2006, de 23 de agosto – Aprova o **Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2004)**.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 147/2006, de 2 de novembro – Aprova o **Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural (PEND Rural)**.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007, de 4 de abril – Aprova o **Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)**.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2008, de 4 de junho - Aprova o **Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde 2008 -2013 (PNAAS)**.
- Despacho MAOT n.º 2339/2007, de 14 de fevereiro – Aprova o **Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007-2013 (PEAASAR)**.
- Despacho conjunto do MADRP e do MAOTDR n.º 8277/2007,09 de maio – Aprova a **Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI)**.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2006, de 15 de setembro - Aprova a **Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)**.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2010, de 15 de abril – Aprova a **Estratégia Nacional para a Energia** (ENE).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2008, de 20 de maio – Aprova a **Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética — Portugal Eficiência 2015** (PNAEE).
- Portaria nº 187A/2014, de 17 de setembro – Aprova o **Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos** (PERSU 2020).
- Decreto-Lei n.º 222/98, 17 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99, 26 de julho, e pelo D.L. n.º 182/2003, 16 de agosto - Redefine o **Plano Rodoviário Nacional** (PRN) e cria estradas regionais (PRN-2000).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2006, de 28 de março –Determina a elaboração do **Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região Norte** (PROT - Norte)

Sites consultados:

- <http://www.cm-Mirandela.pt/>
- <http://www.apambiente.pt/>
- <http://www.ine.pt/>
- <http://www.patrimoniocultural.pt/>
- <http://www.drapal.min-agricultura.pt/>
- <http://www.amcal.pt/>
- <http://www.casacertificada.pt/>

13. Anexos

- **Anexo I** – Pareceres das entidades consultadas e que responderam no âmbito do Relatório dos Fatores Críticos.
- **Anexo II** – Pareceres das entidades consultadas e que responderam no âmbito do Relatório Ambiental preliminar.
- **Anexo III** – Principais Instrumentos do Quadro de Referência Estratégico e respetivos Objetivos Estratégicos.
- **Anexo IV** – Relação entre o Quadro de Referência Estratégico definido e as Questões Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Mirandela
- **Anexo V** – Valores Culturais.

Anexo I – Pareceres das entidades consultadas e que responderam no âmbito do Relatório dos Fatores Críticos.

O Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão foi sujeito a um processo de consulta dirigido às entidades com responsabilidades ambientais específicas.

Seguidamente são apresentados os resumos dos pareceres emitidos pelas entidades que se pronunciaram no âmbito da consulta institucional ao RFC e que apresentaram sugestões para serem incluídas no Relatório Ambiental.

Entidade	Comentários	Análise/Ponderação da Equipa
Coordenação Desenvolvimento Regional do Norte 25 de junho 2013	Ponto 2 “(…) No desenvolvimento da Fase 2 - Elaboração do relatório Ambiental preliminar” (pág.10), deverão igualmente ser consideradas as “alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos”, tal como disposto no ponto 1 do RJAAPP(…)”	A avaliação de alternativas diz respeito às apresentadas no próprio plano, caso estas existam, e não alternativas que a AAE deva desenvolver.
	Ponto 2 “(…) é nosso entendimento que deveria igualmente ser explicitado que a DA também deverá ser disponibilizada pela CMM, através da sua página da internet, em cumprimento do disposto no ponto 2 do artigo 10º do decreto-lei 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-lei n.º 58/2011, de 4 de Maio. Cabe alertar para a obrigatoriedade de envio da DA também para às ERAE(…)”	Foi dado cumprimento à sugestão efetuada.
	Ponto 5.1.1 “(…) o indicador “ Superfície do Município com estatuto de área protegida” seja alterado para Superfície do Município com estatuto de área classificada”(…)”	Foi dado cumprimento à sugestão efetuada.
	Ponto 5.1.1 “(…) o indicador “ Ações de controlo de espécies exóticas” seja alterado para Ações de erradicação e controlo de espécies exóticas invasoras”(…)”	Foi dado cumprimento à sugestão efetuada.
	Ponto 5.1.1 “(…) o indicador “ Corredores Ecológicos e Estrutura Ecológica Municipal” seja alterado para Rede de continuum naturale integrando os corredores ecológicos e a Estrutura Ecológica Municipal.”(…)”	Foi dado cumprimento à sugestão efetuada.
	Ponto 5.1.1 “(…) sugere-se que o objetivo de sustentabilidade “promoção da gestão sustentável e a conservação da natureza” seja alterado para Promoção da Gestão sustentável e a conservação da natureza (…)”	Foi dado cumprimento à sugestão efetuada.
	Ponto 5.1.1 “(…) sugere-se que o indicador “Variação do regime florestal” seja alterado para variação do Perímetro Florestal (…)”	Visto que o objetivo do indicador é de avaliar a condicionante regime florestal, mantém-se o mesmo indicador
	Ponto 5.1.1 “(…) sugere-se que o indicador “Distribuição relativa das classes de espaço do solo urbano” seja alterado para Distribuição relativa das classes de espaço do solo urbano e rural (…)”	Visto que o objetivo do indicador é de avaliar a solo urbano, mantém-se o mesmo indicador. O solo rural é avaliado indiretamente noutros critérios.

Entidade	Comentários	Análise/Ponderação da Equipa
Coordenação Desenvolvimento Regional do Norte 25 de junho 2013	Ponto 5.1.1 “(…) sugere-se a consideração para além do o indicador “Número e tipologia de equipamentos por freguesia” e das respetivas taxas de atendimento (…)”	Sempre que disponível será incluída essa informação.
	Ponto 5.1.1 “(…) sugere-se que o objetivo de sustentabilidade “Promover a mobilidade sustentável” seja complementado: Promover a mobilidade sustentável e para as pessoas com mobilidade reduzida (…)”	O critério refere-se à mobilidade e acessibilidades ao nível de infraestruturas de transporte, mantendo se o objetivo de sustentabilidade definido.
	Ponto 5.1.1 “(…) critério desenvolvimento humano sugere-se a integração dos aspetos culturais e a identificação dos respetivos objetivos de sustentabilidade e indicadores (…)”	Considera-se os objetivos definidos são satisfatórios e que espelham com rigor a focalização necessária para avaliar o critério desenvolvimento humano.
	Ponto 5.1.1 “(…) sugere-se a consideração dos indicadores relativos à atividade florestal(…)”	A atividade florestal é avaliada direta e indiretamente em vários critérios definidos na AAE.
	Ponto 5.1.1 “(…) novo critério relativo ao Património cultural imaterial(…)”	Considera-se que os critérios definidos são satisfatórios e que espelham com rigor a focalização necessária para avaliar FCD Património e Paisagem.
	Ponto 5.1.1 “(…) sugere-se a consideração da Poluição do solo(…)”	Considera-se que os critérios definidos são satisfatórios e que espelham com rigor a focalização necessária para avaliar FCD Qualidade Ambiental. A poluição do solo é avaliada indiretamente através do critério Resíduos Sólidos Urbanos e Riscos Tecnológicos
	Ponto 5.1.1 “(…)critério Erosão/movimentação de vertentes - sugere-se que o objetivo de sustentabilidade “Controlar os processos de erosão do solo” seja complementado: “Controlar os processos de erosão e deslizamento do solo(…)”	
	Ponto 5.1.1 “(…)critério Riscos Tecnológicos - sugere-se que o objetivo de sustentabilidade “Diminuir os efeitos resultantes de acidentes tecnológicos” seja complementado: “Prevenir e diminuir os efeitos resultantes dos acidentes tecnológicos (…)”	
	A entidade identificou vários lapsos no relatório na identificação de entidades e em alguns quadros.	Foram corrigidos os lapsos.

Parecer da Comissão de Coordenação e desenvolvimento Regional do Norte

CCDRn
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE

Excmo. A Sr. Eng.ª Ruth
Teixeira

A Diretora de Serviços de
Ordenamento do Território

(Carla Ribeiro)

Informação n.º 1399289

Proc. n.º 558146

Data 25.06.2013

Assunto Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela (PDMM). Parecer sobre o Relatório de Fatores Críticos

Após análise do documento remetido pela Câmara Municipal de Mirandela à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), ao abrigo do ponto 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio (RJAAPP), somos de parecer que o mesmo cumpre o objetivo de constituir uma base satisfatória para o desenvolvimento futuro do Relatório Ambiental (RA), apresentando uma estrutura e conteúdo satisfatórios.

Apresenta-se devidamente estruturado, de acordo com a metodologia de base adotada ("Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas", APA, 2007) e o seu conteúdo está organizado de modo explícito, merecendo concordância a proposta de metodologia de avaliação apresentada, bem como a definição do âmbito da AA a desenvolver, nomeadamente os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) identificados.

No entanto, considerando que se trata de uma fase fundamental da Avaliação Ambiental (AA) em questão, importa apresentar algumas considerações/recomendações, no sentido de valorizar as fases subsequentes do processo de AAE.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
DO MAR, DO AMBIENTE E DO
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

RUA RAINHA D. ESTEFÂNIA, 251 - 4150-304 PORTO
E-MAIL: GERAL@CCDR-N.PT - WWW.CCDR-N.PT

MHE/AC



- Ponto 2. Metodologia da Avaliação Ambiental -

É nosso entendimento que a discussão das opções estratégicas da revisão do PDMM deverá também ser realizada no âmbito dos trabalhos da CA, nomeadamente nas suas reuniões plenárias e sectoriais, pelo que, para além da pronúncia das Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE) sobre o presente Relatório de FCD, afigura-se de relevar também o contributo que a CA poderá/deverá dar no seu processo de avaliação.

Igualmente se recomenda a apresentação oportuna, em fase anterior à entrega do Relatório Ambiental, de um Relatório de Progresso da AAE, a sujeitar a parecer da CA, tendo em vista o acompanhamento próximo e eficaz do desenvolvimento dos trabalhos de planeamento e avaliação ambiental, que permita identificar as respetivas oportunidades e riscos e uma melhor percepção da forma como a evolução da proposta de revisão do PDMM e a avaliação ambiental se articulam e influenciam.

No desenvolvimento da "Fase 2 – Elaboração do Relatório Ambiental preliminar" (pág. 10), deverão igualmente ser consideradas as "alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos", tal como disposto no ponto 1 do artigo 6.º do RJAAPP.

Relativamente à "Fase 3 – Elaboração do Relatório Ambiental com os resultados das consultas e Declaração Ambiental", para além da referência ao envio da Declaração Ambiental (DA) à Agência Portuguesa do Ambiente e disponibilização na respetiva página da Internet, é nosso entendimento que deveria igualmente ser explicitado que a DA também deverá ser disponibilizada ao público pela CMM, através da sua página da Internet, em cumprimento do disposto no ponto 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei 232/2007, de 15 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio. Cabe alertar ainda para a obrigatoriedade do envio da DA também às ERAE, de acordo com o expresso na referida legislação.

Saliente-se ainda que o Programa de Ação para a gestão ambiental e de sustentabilidade da estratégia, referido no âmbito da "Fase 4 – Seguimento", deverá estar desde logo desenvolvido no Relatório Ambiental a submeter a consulta das entidades com responsabilidades ambientais específicas.

- Ponto 3. Objeto de Avaliação -

O relatório refere que na reunião camarária de 7 de Julho de 2000 a Câmara Municipal de Mirandela deliberou a revisão do PDMM, em vigor desde 1994, apresentando um conjunto de razões que se traduzem quase exclusivamente na necessidade de considerar novos espaços de expansão urbana e industrial e a construção de equipamentos de utilização coletiva, quer na sede do concelho, quer nos núcleos rurais.

Em sequência, informa sobre a recente constituição da CA em 2012 e sobre a sua composição, sem esclarecer que desenvolvimento se realizou entre as datas referidas, ao nível da identificação das razões e objetivos da revisão do Plano.



No ponto 3.2. *Objetivos da revisão do PDM* apresentam-se os objetivos da revisão constantes do Relatório de Caracterização e Diagnóstico de Outubro de 2012, comparativamente mais abrangentes, completos e consentâneos com os objetivos de contenção dos perímetros urbanos e de desenvolvimento e ordenamento equilibrados do concelho.

Deste modo e, não obstante a lacuna de informação relativa à evolução da identificação dos objetivos da revisão do Plano desde 2000 até ao presente ter dificultado o seu entendimento, considerámos como válidos na presente apreciação, os objetivos referenciados em 2012.

- Ponto 3.1. Breve caracterização e diagnóstico da área de intervenção -

Tendo em vista o adequado conhecimento do território em análise e do diagnóstico apresentado, que suportam a formulação das intervenções estratégicas, entendemos que a descrição e a caracterização realizadas justificavam um maior desenvolvimento e apuramento, dispensando a consulta de outros documentos da proposta de revisão do Plano.

Deveriam ser acompanhadas por cartografia/figuras esclarecedoras, de enquadramento geral e temático, com destaque para as cartas da rede hidrográfica, uso e ocupação atual do solo, rede viária, equipamentos coletivos e de apoio às atividades económicas, recursos naturais, paisagísticos e culturais.

Caberia ainda ter realizado uma caracterização com maior correspondência e articulação com a informação constante da análise SWOT apresentada.

- Ponto 5.1. Critérios e Indicadores para a AAE -

Relativamente a este ponto afigura-se ser de considerar a precisão e complemento dos seguintes aspetos:

5.1.1. FCD I - Biodiversidade e Conservação da Natureza

- critério Áreas Classificadas – sugere-se que o indicador “Superfície do Município com estatuto de Área Protegida” seja alterado para *Superfície do Município com estatuto de Área Classificada*, uma vez que não existem no concelho Áreas Protegidas, apenas a *Área Classificada SIC Romeu*;
- critério Conservação da Natureza – sugere-se que o indicador “Ações de controlo de espécies exóticas” seja completado; *Ações de erradicação e controlo de espécies exóticas invasoras*. Sugere-se ainda que o indicador “Corredores Ecológicos e Estrutura Ecológica Municipal” seja alterado para *Rede de continuum natural, integrando os Corredores Ecológicos e a Estrutura Ecológica Municipal*;
- critério Gestão e Conservação da Floresta – sugere-se que o objetivo de sustentabilidade “Promoção da gestão sustentável e a conservação da natureza” seja alterado para *Promoção da gestão sustentável e a conservação da floresta autóctone*.

5.1.2. FCD 2 - Ordenamento e Qualificação do Território

- critério Ocupação e Uso do Solo – sugere-se que o indicador "Variação do Regime Florestal " seja alterado para *Variação do Perímetro Florestal*;
- critério Condicionantes e áreas naturais – sugere-se que o indicador "Distribuição relativa das classes de espaço do solo urbano" seja completado: *Distribuição relativa das classes de espaço do solo urbano e rural*;
- critério Coesão Territorial – sugere-se a consideração para além do indicador "Número e tipologia de equipamentos por freguesia", das respetivas taxas de atendimento;
- critério Mobilidade e Acessibilidades – sugere-se que o objetivo de sustentabilidade "Promover a mobilidade sustentável" seja completado: *Promover a mobilidade sustentável e para pessoas com mobilidade reduzida*. Deverá ser considerada a introdução do indicador *Plano para pessoas com mobilidade reduzida*.

5.1.3. FCD 3 – Desenvolvimento Económico e Social

- critério Desenvolvimento Humano – sugere-se a integração dos aspetos culturais e a identificação dos respetivos objetivos de sustentabilidade e indicadores;
- critério Valorização do espaço rural – sugere-se a consideração dos indicadores relativos à atividade florestal.

5.1.4. FCD 4 – Património e Paisagem

Propõe-se a consideração de um novo critério relativo ao *Património cultural imaterial* e a identificação dos respetivos objetivos de sustentabilidade e indicadores.

5.1.5. FCD 5 – Qualidade Ambiental

Sugere-se a consideração da *Poluição do solo* como critério e a identificação dos respetivos objetivos de sustentabilidade e indicadores.

5.1.6. FCD 6 – Riscos Naturais e Tecnológicos

- critério Erosão/Movimento de vertentes – sugere-se que o objetivo de sustentabilidade "Controlar os processos de erosão do solo" seja completado: *Controlar os processos de erosão e deslizamento do solo*;
- critério Riscos Tecnológicos – sugere-se que o objetivo de sustentabilidade "Diminuir os efeitos resultantes de acidentes tecnológicos" seja completado: *Prevenir e diminuir os efeitos resultantes dos acidentes tecnológicos*.

Acresce ainda avançar as seguintes observações/recomendações a considerar no desenvolvimento do Relatório Ambiental (RA):



- deverá ser explicitado o modo como a proposta pretende implementar ou contribuir para a concretização dos objetivos de sustentabilidade identificados;
- deverão ser estudadas e apresentadas as alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos, de acordo com o estipulado no ponto 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho;
- no que se refere aos indicadores de avaliação a identificar posteriormente, considera-se que na sua definição se deverá atentar ao facto de que estes deverão ser facilmente mensuráveis e representativos, de modo a permitir aferir do cumprimento ou não dos objetivos de sustentabilidade. A disponibilidade e acesso à informação também deverão ser tidos em consideração. Sempre que aplicável, dever-se-ão referenciar metas de desempenho, nomeadamente as derivadas de determinações dos documentos constituintes do QRE;
- no desenvolvimento do RA deverão ser distinguidos "indicadores de avaliação" de "indicadores de monitorização/seguimento", sendo que estes últimos se deverão reportar a aspetos que efetivamente se espera que variem durante a vigência do PDM;
- sem prejuízo de refletir as considerações decorrentes da consulta institucional efetuada ao presente documento de definição do âmbito da AA, o RA não deverá repetir o exercício relativo à definição dos FCD;
- deverão ser identificadas as entidades consultadas neste âmbito, bem como o respetivo contributo e o modo como o mesmo foi atendido na elaboração do RA. O não acolhimento de recomendações deverá ser devidamente fundamentado;
- a fase de seguimento deverá estar devidamente desenvolvida;
- no RA deverá constar referência explícita à Declaração Ambiental, nos termos legais, refletindo os compromissos a assumir pela Câmara Municipal;
- o RA deverá ser conciso e focalizado.

Por último, assinalam-se alguns lapsos identificados no texto:

- pág. 14 e 43 - deverá substituir-se "Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade" por *Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas*;
- pág. 17 - deverá substituir-se "Sítio Classificado do Romeu" por *Sítio de Interesse Comunitário Romeu*;
- pág. 25 - deverá substituir-se "Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região Norte" por *Proposta de Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Norte*;
- pág. 30 - Tabela 5 - deverá substituir-se "FA" por QRE;



- pág.41- Tabela 6 - coluna Fontes de Informação - deverá retirar-se "Administração da Região Hidrográfica do Tejo";
- pág. 43 - deverá substituir-se "Comissões de Desenvolvimento Regional" por Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

À consideração superior

A Técnica Superior da DSIRT


(Maria Manuel Figueiredo)

A Técnica Superior da DAA/DSA


(Alexandra Duborjal Cabral)

Anexo II – Pareceres das entidades consultadas e que responderam no âmbito do Relatório Ambiental preliminar.

Parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte integrado no parecer final da CA

Entidade	Comentários	Análise/Ponderação da Equipa
Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte 11 de dezembro 2014	Ponto 5.6 - Relatório Ambiental “(…) O Relatório Ambiental (RA) apresentado cumpre o disposto no Decreto-lei n.º380/99, de 22 de setembro, com a redação que lhe é conferida pelo Decreto-Lei n.º46/2009, de 20 de fevereiro, e, subsidiariamente, o disposto no Decreto-lei n.º232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-lei n.º58/2011, de 4 de maio (…)”	
	Ponto 5.6 - Relatório Ambiental Não obstante, acresce avançar as seguintes observações/recomendações a considerar na fase subsequente da AAE:	
	“(…)- deverá ser explicitado o modo como a Proposta de revisão do Plano pretende implementar ou contribuir para a concretização dos objetivos de sustentabilidade identificados, demonstrando a integração nos seus elementos constituintes (Regulamento, Planta de Ordenamento e Planta de Condicionantes) das oportunidades e riscos identificados, decorrentes da implementação das questões estratégicas (QE) da Proposta, a avaliar pela CA/ERA. (...)”	Foi dado cumprimento à sugestão através da incorporação no capítulo 8 da ponderação da equipa do Plano.
	“(…)- deverão ser desenvolvidas diligências no sentido de recolher os pareceres/apreciações quer das ERAE, quer das restantes entidades da CA, relativos ao presente RAP, com posterior tratamento da informação, identificando-se as entidades consultadas, respetivos contributos, modo como os mesmos foram considerados na elaboração do RA e devida fundamentação do não acolhimento de recomendações;	Foi dado cumprimento à sugestão neste relatório.
	- as recomendações realizadas no RAP deverão ser devidamente ponderadas e internalizadas na Proposta de revisão do Plano, a verificar pela CA;	Foi dado cumprimento à sugestão neste relatório.
	“(…)- nesta fase prévia à consulta pública da revisão do PDM deverá ser realizado o apuramento do RAP, de acordo com as apreciações realizadas, nomeadamente incorporando a informação mais recente resultante de eventuais alterações a realizar nos elementos da Proposta do Plano (...)”	Foi dado cumprimento à sugestão neste relatório.
	“(…)- é obrigatório o envio da DA às ERAE, de acordo com o expresso no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio. (...)”	Este aspeto será tido em consideração após a aprovação da revisão do PDM pela Assembleia Municipal e elaboração da DA.
	“(…)- é de relevar a importância, na fase de seguimento, do acompanhamento permanente da execução do PDM e da sua monitorização, sendo de destacar o papel da Câmara Municipal de Mirandela no funcionamento do sistema de monitorização da execução do Plano, procedendo à sua avaliação contínua e realizando as adaptações necessárias das estratégias definidas, de forma a garantir o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade definidos, bem como a importância em estabelecer uma forte articulação e colaboração entre as várias entidades e agentes, no quadro da Governança. De facto, entende-se que o sucesso da implementação da proposta de PDM estará largamente dependente da cooperação e comunicação das várias entidades intervenientes, devendo, pois, envolver as entidades na fase de seguimento e gestão do território. (...)”	Este aspeto será tido em consideração na fase de seguimento.

Entidade	Comentários	Análise/Ponderação da Equipa
	<p>Ponto 5.6 - Relatório Ambiental</p> <p>“(…)Por último, será ainda de referir a conveniência de efetuar uma revisão geral do texto do RAP, de modo a colmatar os lapsos, erros ortográficos e falta de palavras nalgumas frases, identificados no decurso da sua leitura. (…)”</p>	Foram corrigidos os lapsos.

aplicação do articulado regulamentar, resulta numa peça de consulta que se considera indispensável no âmbito da gestão e execução do PDM.

5.5. Programa de Execução

O Relatório do Plano inclui, ainda, o Programa de Execução e Plano de Financiamento, dando cumprimento ao disposto na alínea d) do ponto 2 do artº 86º do RJIGT, o qual sistematiza todas as propostas e enuncia o seu faseamento temporal e, por outro lado, identifica os meios de financiamento mobilizáveis para a execução das propostas, bem como as entidades a envolver na implementação deste Plano Diretor Municipal.

O Programa de Execução encontra-se subdividido em quatro grandes domínios de intervenção, que aglutinam as intervenções consideradas prioritárias para o horizonte do Plano: I - Requalificação Urbana e Ambiente; II - Acessibilidades, Transportes e Infraestruturas; III - Habitação e Equipamentos Coletivos; IV - Planeamento e Gestão. Cada um destes grupos é constituído por um conjunto de projetos harmonizados numa lógica de coerência interna, relevando o conjunto de ações que importa concretizar na ótica global do PDM de Mirandela.

5.6 Relatório Ambiental

O Relatório Ambiental (RA) apresentado cumpre o disposto no Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com a redação que lhe é conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, e, subsidiariamente, o disposto no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio (regime jurídico da avaliação ambiental de planos e programas – RJAAPP).

O RA foi desenvolvido na sequência do documento apresentado para efeitos da definição do âmbito da AA (fevereiro de 2013) e determinação do alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no RA, considerando os pareceres emitidos na respetiva consulta às entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAE) e às entidades representadas comissão de acompanhamento, ao longo do processo de revisão do PDM.

A análise do RA resulta na conclusão de que o documento cumpre, genericamente, o seu propósito, considerando-se satisfatório na estrutura e conteúdos gerais exigidos na lei – artº 6º do D.L. 232/2007 de 15 de junho.

Contudo, o parecer da CCDRN sobre o documento salienta (remetido o parecer/ofício para o município de Mirandela através do ID 1764428) o seguinte:

– deverá ser explicitado o modo como a Proposta de revisão do Plano pretende implementar ou contribuir para a concretização dos objetivos de sustentabilidade identificados, demonstrando a integração nos seus elementos constituintes (Regulamento, Planta de Ordenamento e Planta de Condicionantes) das oportunidades e riscos identificados, decorrentes da implementação das questões estratégicas (QE) da Proposta;

- deverão ser desenvolvidas diligências no sentido de recolher os pareceres/apreciações quer das ERAE, quer das restantes entidades da CA, relativos ao presente RAP, com posterior tratamento da informação, identificando-se as entidades consultadas, respetivos contributos, modo como as mesmas foram consideradas na elaboração do RA e devida fundamentação do não acolhimento de recomendações;

- as recomendações realizadas no RAP deverão ser devidamente ponderadas e internalizadas na Proposta de revisão do Plano;

- nesta fase prévia à consulta pública da revisão do PDM deverá ser realizado o apuramento do RAP, de acordo com as apreciações realizadas, nomeadamente incorporando a informação mais recente resultante de eventuais alterações a realizar nos elementos da Proposta do Plano;

- é obrigatório o envio da DA às ERAE, de acordo com o expresso no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.

- é de relevar a importância, na fase de seguimento, do acompanhamento permanente da execução do PDM e da sua monitorização, sendo de destacar o papel da Câmara Municipal de Mirandela no funcionamento do sistema de monitorização da execução do Plano, procedendo à sua avaliação contínua e realizando as adaptações necessárias das estratégias definidas, de forma a garantir o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade definidos, bem como a importância em estabelecer uma forte articulação e colaboração entre as várias entidades e agentes, no quadro da Governança. De facto, entende-se que o sucesso da implementação da proposta de PDM estará largamente dependente da cooperação e comunicação das várias entidades intervenientes, devendo, pois, envolver as entidades na fase de seguimento e gestão do território.

Por último, será ainda de referir a conveniência de efetuar uma revisão geral do texto do RAP, de modo a colmatar os lapsos, erros ortográficos e falta de palavras nalgumas frases, identificadas no decurso da sua leitura.⁶



PLANO DE GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE
 DATA: 2013/01/02 LEGIM: 151105
 Nº: 36/2013 Data: 2013-01-02 Nº: 36/2013

Doc. 1764428: 30-12-2014

1764428: 30-12-2014

Exm.º Senhor ¹⁰¹⁷⁶⁴⁴²⁸
 Presidente da Câmara Municipal
 de Mirandela
 Praça do Município
 5370-288 MIRANDELA

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência
Of.º 3633	2014.11.20	DSOT/DSIRT P. 558146 ID 1764428
Assunto Subject Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela (PDMM). Parecer sobre o Relatório Ambiental Preliminar (Novembro 2014).		

Em resposta ao VI Ofício acima mencionado, serve o presente para comunicar o parecer desta Comissão de Coordenação Regional sobre a Consulta efetuada ao abrigo do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio (regime jurídico da avaliação ambiental de planos e programas – RJAAPP) e para efeitos do artigo 75.º-C do Decreto-Lei n.º 380/99, de 2 de Setembro, na sua redação atual.

O Relatório em apreciação (RAP) foi remetido na sequência do parecer anterior da CCDRN, datado de 25 de Junho de 2013, referente ao âmbito da avaliação ambiental e alcance da informação a incluir no *Relatório Ambiental* da revisão do PDM.

1. Apreciação

1.1. Foram acolhidas diversas observações/recomendações adiantadas no parecer da CCDRN atrás referido, a considerar no desenvolvimento do *Relatório Ambiental*, tendo-se justificado a não consideração das restantes.

 GOVERNO DE PORTUGAL
 RUA RAINHA D. ESTEFÂNIA, 251 - 4150-304 PORTO
 E-MAIL: GERAL@CCDR-N-PT - WWW.CCDR-N-PT



1.2. O *Relatório Ambiental Preliminar (RAP)* apresenta uma síntese da caracterização do território concelhio, com base nos estudos de caracterização e diagnóstico da proposta de revisão do Plano, acompanhada de uma matriz síntese das potencialidades e debilidades do concelho, seguida da apresentação dos objetivos e questões estratégicas da revisão e da proposta de classificação e qualificação do solo.

Justifica a não apresentação e ponderação de diferentes alternativas ou opções do plano, que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos, de acordo com o estipulado no ponto 1, do artº 6º, do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho, permitindo análises comparativas que pressuponham escolhas, pelas seguintes razões:

- à data do início do processo de AAE já se encontravam definidas as principais linhas estratégicas de desenvolvimento e as principais iniciativas territoriais;
- no início da revisão do Plano foram consideradas alternativas ao nível territorial, ajustadas posteriormente para adaptação à realidade do concelho;
- a proposta de revisão foi suportada num conjunto de estudos importantes (Caracterização e Diagnóstico, Relatório da Proposta e relatório de Delimitação da REN), que apontam a proposta apresentada como sendo a que responde às melhores opções para o desenvolvimento do território.

Deste modo, apenas considerou como alternativas o Cenário 0, correspondente ao cenário tendencial resultante da continuação com o atual PDM e o Cenário 1, referente à aplicação do PDM revisto.

Analisada a argumentação apresentada, realizada a apreciação completa do RAP e, não obstante considerar-se não válido o Cenário 0 como alternativa, nos termos definidos na legislação, entende-se ser aceitável a justificação referida.

1.3. Relativamente à consulta às ERAE, apenas foi apresentado o parecer emitido pela CCDRN, embora se faça referência a "pareceres", não se explicitando que entidades foram consultadas e eventualmente não emitiram parecer. Importa dar nota a este propósito que o Turismo de Portugal emitiu parecer sobre o RFCD, do qual o RAP não dá informação.



O Relatório refere no ponto 10. *Participação Pública* que as entidades a consultar deverão ser a Agência Portuguesa do Ambiente, o Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, o Instituto da Água, a Administração da Região Hidrográfica, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, a Autoridade Nacional de Proteção Civil, a Autoridade Regional de Saúde, os municípios limítrofes, entre outros. Uma vez que as entidades referidas integram a CA da revisão do PDM justificava-se ter sido esclarecido de que modo foi prestada a sua colaboração no âmbito da AAE, na sequência da consideração realizada a este respeito pela CCDRN no seu parecer anterior.

1.4. O RAP apresenta no capítulo 6. *Análise e Avaliação Estratégica dos Fatores Críticos para a Decisão*, para cada um dos 6 FCD previamente identificados na fase de definição do âmbito, a descrição e caracterização da situação existente correspondente a todos os critérios definidos e, em sequência, uma análise SWOT, que permitem conhecer satisfatoriamente a realidade atual ao nível do concelho e efetuar um diagnóstico de referência e uma análise tendencial, no cenário de ausência da revisão do PDM.

Seguidamente, avaliou os impactos das Questões Estratégicas (QE) da proposta de revisão do PDM em termos de oportunidades e riscos, apresentados em quadros para cada Critério dos FCD (com os respetivos objetivos de sustentabilidade), o que se revelou útil e globalmente esclarecedor para a apreciação, nomeadamente pela sistematização da informação a analisar.

Este desenvolvimento do estudo permite conhecer e avaliar de forma globalmente satisfatória o território concelhio e a proposta de revisão do plano, bem como perspetivar os efeitos decorrentes da sua implementação.

Em sequência, o RAP apresenta a síntese das tendências de evolução, para cada objetivo de sustentabilidade, com a revisão e sem a revisão do PDM, concluindo-se da sua leitura que com a sua implementação a evolução será positiva em todos os domínios de intervenção. Refere que a proposta de revisão procura internalizar de forma adequada os impactos ambientais mais significativos, constituindo um contributo bastante positivo para a sustentabilidade territorial do concelho, mas alerta para a necessidade de acautelar um conjunto de recomendações que garantam a valorização das oportunidades e a minimização dos riscos associados à sua implementação,

1.5. No que concerne às *Recomendações e Diretrizes de Seguimento* elencadas no ponto 9., afigura-se que as *Recomendações*, propostas como medidas de carácter preventivo, suplementares à proposta de Plano e visando o seu complemento/alteração, carecem de complemento, uma vez que o RAP não explicita a forma como a Proposta de revisão integra nos seus elementos constituintes (Regulamento, Planta de Ordenamento e Planta de Condicionantes) as oportunidades e riscos identificados em resultado da implementação das suas questões estratégicas (QE).

As diretrizes de seguimento definidas por FCD, que poderão/deverão orientar o acompanhamento dos efeitos da proposta de revisão, visando potenciar as oportunidades identificadas e minimizar os riscos, consideram-se globalmente adequadas.

1.6. Relativamente ao *Programa de Gestão e Monitorização Ambiental*, afigura-se que a proposta de Indicadores de Monitorização deverá responder satisfatoriamente aos objetivos da monitorização da implementação das opções estratégicas da revisão do Plano. Os indicadores foram sistematizados em quadros, por FCD e por objetivo de sustentabilidade, com a respetiva fonte de informação e frequência de amostragem, aludindo-se a que poderão ser adaptados na fase de seguimento, em função dos resultados obtidos.

O RAP considera que o *Quadro de Governança* apresentado será fundamental para o sucesso da revisão do PDM, uma vez que identifica as entidades com responsabilidades institucionais na AAE, com papel primordial na operacionalização, monitorização e gestão das ações previstas na revisão do PDM, de modo a garantir o cumprimento dos objetivos definidos relativamente aos FCD definidos, bem como concretizar as diretrizes propostas.

1.7. Em conclusão, o Relatório considera que *"a proposta de plano apresentada resulta num balanço positivo entre as oportunidades de desenvolvimento criadas e os riscos inerentes"*.

Salienta que no decurso da avaliação de cada FCD foi garantida a integração dos objetivos de sustentabilidade identificados no QRE, as opções estratégicas do Plano, acompanhadas pelas ERAE, integram iniciativas de sustentabilidade que as configuram como opções estratégicas ambientalmente úteis e que não foram evidenciados/identificados impactes ambientais significativos não minimizáveis ou compensáveis decorrentes diretamente das opções estratégicas do Plano.



Releva também o papel das diretrizes de seguimento propostas na potenciação dos impactos positivos previstos e na mitigação dos impactos negativos e a importância do acompanhamento da implementação do Plano, cumprindo o programa de gestão e monitorização ambiental proposto, visando monitorizar a evolução dos principais indicadores de sustentabilidade face às metas estabelecidas nos documentos estratégicos e a atualização periódica do plano de controlo,

2. Conclusão

O Relatório apresenta-se globalmente bem elaborado e estruturado, baseando-se numa metodologia de avaliação adequada (*"Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica"*, APA, 2012 e *"Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território"*, DGOTDU, 2008), cumprindo, pois, o seu propósito.

Não obstante, acresce avançar as seguintes observações/recomendações a considerar na fase subsequente da AAE:

- deverá ser explicitado o modo como a Proposta de revisão do Plano pretende implementar ou contribuir para a concretização dos objetivos de sustentabilidade identificados, demonstrando a integração nos seus elementos constituintes (Regulamento, Planta de Ordenamento e Planta de Condicionantes) das oportunidades e riscos identificados, decorrentes da implementação das questões estratégicas (QE) da Proposta;
- deverão ser incorporados no RAP os contributos das entidades que se pronunciaram, explicitando o modo como os mesmos foram considerados na elaboração do RA e a devida fundamentação do não acolhimento de recomendações;
- as recomendações realizadas no RAP deverão ser devidamente ponderadas e internalizadas na Proposta de revisão do Plano;
- nesta fase prévia à consulta pública da revisão do PDM deverá ser realizado o apuramento do RAP, de acordo com as apreciações realizadas, nomeadamente incorporando a informação mais recente resultante de eventuais alterações a realizar nos elementos da Proposta do Plano ;



- é obrigatório o envio da DA às ERAE, de acordo com o expresso no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio.

- é de relevar a importância, na fase de seguimento, do acompanhamento permanente da execução do PDM e da sua monitorização, sendo de destacar o papel da Câmara Municipal de Mirandela no funcionamento do sistema de monitorização da execução do Plano, procedendo à sua avaliação contínua e realizando as adaptações necessárias das estratégias definidas, de forma a garantir o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade definidos, bem como a importância em estabelecer uma forte articulação e colaboração entre as várias entidades e agentes, no quadro da Governança. De facto, entende-se que o sucesso da implementação da proposta de PDM estará largamente dependente da cooperação e comunicação das várias entidades intervenientes, devendo, pois, envolver as entidades na fase de seguimento e gestão do território.

Por último, será ainda de referir a conveniência de efetuar uma revisão geral do texto do RAP, de modo a colmatar os lapsos, erros ortográficos e falta de palavras nalgumas frases, identificados no decurso da sua leitura.

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora de Serviços de Ordenamento do Território



Cristina Guimarães

MMF/HM



Anexo III – Principais Instrumentos do Quadro de Referência Estratégico e respetivos Objetivos Estratégicos

TABELA 1 – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO QREN

Quadro Estratégico de Referência Nacional (QREN) - DL n.º 74/2008, de 22 de abril e RCM n.º86/2007, de 13 julho
O Quadro Estratégico de Referência Nacional configura o instrumento que constitui o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2007-2013.
Objetivos
<p>O QREN pretende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a qualificação dos Portugueses; • Promover o crescimento sustentado através, especialmente, dos objetivos do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto; • Garantir a coesão social atuando, em particular, nos objetivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional, do estímulo às dinâmicas culturais, assegurando a Inclusão Social; • Assegurar a qualificação do território e das cidades traduzida, em especial, nos objetivos de assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, estimular a descentralização regional da atividade científica e tecnológica, prevenir riscos naturais e tecnológicos e, ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento. • Aumentar a eficiência da Governação.

TABELA 2 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PNPOT

Plano Nacional da Política de Ordenamento Territorial (PNPOT) - Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 103-A/2007
O PNPOT constitui o guia orientador do sistema de gestão territorial e da política de ordenamento do território, sendo também um instrumento chave de articulação desta política com a política de desenvolvimento económico e social, em coerência com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e com as diversas intervenções com incidência territorial, designadamente as consideradas no Quadro de Referência Estratégico Nacional para o período de programação financeira comunitária QREN 2007-2013.
Objetivos Estratégicos
<p>O PNPOT apresenta os seguintes objetivos estratégicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos; 2. Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global; 3. Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais; 4. Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social; 5. Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública; 6. Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições.

TABELA 3 - OBJETIVOS PRINCIPAIS DA ENDS

Estratégia Nacional Para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) - RCM n.º 109/2007, de 20 de agosto
A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) para o período 2005/15 consiste num conjunto coordenado de atuações que, partindo da situação atual de Portugal, com as suas fragilidades e potencialidades, permitam assegurar um crescimento económico célere e vigoroso, uma maior coesão social, e um elevado e crescente nível de proteção e valorização do ambiente.
Objetivos principais
A ENDS apresenta os seguintes objetivos: <ol style="list-style-type: none"> 1. Qualificação dos portugueses em direção à Sociedade do Conhecimento; 2. Economia sustentável, competitiva e orientada para atividades de futuro; 3. Gestão eficiente e preventiva do ambiente e do património natural; 4. Organização equilibrada do território que valorize Portugal no espaço Europeu e que proporcione qualidade de vida; 5. Dinâmica de coesão social e responsabilidade individual; 6. Papel Ativo de Portugal na Cooperação para a Sustentabilidade Global.

TABELA 4 - OBJETIVOS GERAIS E OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO ENCNB

Estratégia nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB) - RCM n.º 152/2001, de 11 de outubro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 20-AG/2001, de 31 de outubro
A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB) é um instrumento fundamental para a prossecução de uma política integrada num domínio cada vez mais importante da política de ambiente e nuclear para a própria estratégia de desenvolvimento sustentável.
Objetivos Gerais e Opções estratégicas
A ENCNB é um documento centrado em três objetivos gerais : <ul style="list-style-type: none"> • Conservar a natureza incluindo os elementos notáveis da geologia geomorfologia e paleontologia; • Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos; • Contribuir para a prossecução dos objetivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da natureza em que Portugal está envolvido, em especial os objetivos definidos na Convenção sobre a Diversidade Biológica. <p>Para a concretização dos objetivos acima expostos a ENCNB formula dez opções estratégicas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, <i>habitats</i> e ecossistemas; 2. Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando a Rede Nacional de Áreas Protegidas; 3. Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social; 4. Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de proteção integradas no processo da Rede Natura 2000; 5. Desenvolver em todo o território nacional ações específicas de conservação e gestão de espécies e <i>habitats</i>, bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico; 6. Promover a integração política de conservação da natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais; 7. Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local; 8. Promover a educação e a formação em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade;

Estratégia nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB) - RCM n.º 152/2001, de 11 de outubro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 20-AG/2001, de 31 de outubro

A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB) é um instrumento fundamental para a prossecução de uma política integrada num domínio cada vez mais importante da política de ambiente e nuclear para a própria estratégia de desenvolvimento sustentável.

Objetivos Gerais e Opções estratégicas

9. Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil;
10. Intensificar a cooperação internacional.

TABELA 5 - OBJETIVOS PRINCIPAIS DA POTVT

Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT) - RCM n.º 109/2007, de 20 de agosto

O Programa Operacional Temático Valorização do Território inscreve-se, no que respeita às intervenções financiadas pelo FEDER, no âmbito do objetivo Convergência, e no que respeita às intervenções financiadas pelo Fundo de Coesão, no âmbito dos objetivos Convergência e Competitividade e Emprego, cujas orientações comunitárias vão no sentido de estimular o potencial de crescimento sustentado da economia portuguesa.

Objetivos principais

O POVT apresenta os seguintes objetivos:

1. Atenuar a situação periférica do país no contexto global, por via da melhoria da conectividade internacional e da integração das redes nacionais às redes transeuropeias de transportes;
2. Consolidar as redes e infraestruturas que estruturam o território nacional, ao serviço da competitividade e da coesão;
3. Promover o desenvolvimento urbano policêntrico, reforçando a articulação das cidades com as respetivas áreas envolventes e a qualificação dos espaços urbanos;
4. Preservar e valorizar os recursos naturais, a biodiversidade e o património natural;
5. Qualificar os serviços ambientais, garantindo a sua universalidade e sustentabilidade;
6. Prevenir, gerir e monitorizar os riscos naturais e tecnológicos;
7. Promover a coesão social, assegurando a equidade territorial;
8. Organizar e valorizar o policentrismo potencial da Região;
9. Potenciar a biodiversidade da Região e as suas mais-valias ambientais;
10. Uma visão estratégica para as políticas de mitigação de riscos.

TABELA 6 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PNAC

Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) - RCM n.º 104/2006, 21 de agosto

O Programa Nacional para as Alterações Climáticas configura o instrumento de política do Governo que suporta o cumprimento do Protocolo de Quioto pelo Estado Português.

Objetivos

O PNAC 2006 pretende:

- Adotar uma resposta nacional positiva e construtiva face aos compromissos nacionais de redução de emissões de GEE, promovendo medidas e instrumentos integrados, coerentes e eficientes, que salvaguarde, reforce outros objetivos de política ambiental e sectorial e a competitividade da economia portuguesa
- Aplicar o princípio do poluidor-pagador/utilizador-pagador

Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) - RCM nº 104/2006, 21 de agosto

O Programa Nacional para as Alterações Climáticas configura o instrumento de política do Governo que suporta o cumprimento do Protocolo de Quioto pelo Estado Português.

Objetivos

- Envolver o conjunto de setores e agentes económicos no esforço nacional de redução de emissões de GEE
- Adotar uma perspetiva de médio-longo prazo, atendendo, inclusivamente, aos objetivos para além do primeiro período de cumprimento

TABELA 7 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PNAEE

Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE) (2008 -2015) – RCM 80/2008, 20 de maio

O Programa Nacional de Ação para a Eficiência Energética é um plano de ação agregador de um conjunto de programas e medidas de eficiência energética.

Objetivos

O PNAEE é um plano de ação para a eficiência energética, estabelecendo como meta a alcançar até 2015 a implementação de medidas de melhoria de eficiência energética equivalentes a 10 % do consumo final de energia, relativa à eficiência na utilização final de energia e aos serviços energéticos.

O PNAEE abrange quatro áreas específicas, objeto de orientações de cariz predominantemente tecnológico: Transportes, Residencial e Serviços, Indústria e Estado. Adicionalmente, estabelece três áreas transversais de atuação — Comportamentos, Fiscalidade, Incentivos e Financiamentos — sobre as quais incidiram análises e orientações complementares.

Áreas de Transportes – objetivos:

- ✓ Aumento da eficiência energética no transporte particular, por via da renovação de equipamentos e estímulo à aquisição de veículos e produtos energeticamente eficientes.
- ✓ Estimular a utilização de meios de transporte energeticamente mais eficientes como os transportes coletivos em detrimento do transporte individual nas deslocações pendulares, não deixando de aumentar sempre que possível a eficiência energética dos primeiros.
- ✓ Redução do consumo de energia no transporte de passageiros e mercadorias, por via da transferência para sistemas de transporte energeticamente mais eficientes e introdução de medidas de melhoria da eficiência nos transportes rodoviários.

Metas:

- Reduzir em 20% o parque de veículos ligeiros com mais de 10 anos.
- Reduzir em mais de 20% as emissões médias de CO2 dos veículos novos vendidos anualmente (143g/km em 2005 para 110g/km).
- 20% do parque automóvel com equipamentos de monitorização (computador de bordo, GPS, cruise control ou verificação automática de pneus) .
- Criação de plataforma inovadora de gestão de tráfego com rotas otimizadas por GPS.
- Criação de planos de mobilidade urbana para capitais de distrito e centros empresariais com mais de 500 trabalhadores.
- Transferência modal de 5% do transporte individual para coletivo.
- 20% do comércio internacional de mercadorias transferido do modo rodoviário para marítimo.

Área Residencial e Serviços – objetivos:

- ✓ Tornar o parque atual de equipamentos domésticos (eletrodomésticos e iluminação) mais eficiente quer por via da substituição direta quer através do desincentivo à compra de novos equipamentos com performances energéticas significativamente inferiores às melhores práticas já existentes no mercado, quer por via do estímulo a uma

Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE) (2008 -2015) – RCM 80/2008, 20 de maio

O Programa Nacional de Ação para a Eficiência Energética é um plano de ação agregador de um conjunto de programas e medidas de eficiência energética.

Objetivos

- ✓ mudança de comportamentos na aquisição e no consumo de energia.
- ✓ Melhorar o desempenho energético dos edifícios, através da melhoria da classe média de eficiência energética do parque edificado, mediante a implementação do Sistema de Certificação Energética.
- ✓ Promover a substituição do consumo de energia não renovável por energia renovável através da maior facilidade de acesso a tecnologias de micro-geração e de aquecimento solar.

Metas:

- Programa de incentivo à reabilitação urbana sustentável, com o objetivo de ter 1 em cada 15 lares com classe energética otimizada (superior ou igual a B-).
- Programa de renovação de 1 milhão de grandes eletrodomésticos.
- Substituição de 5 milhões de lâmpadas por CFL.
- Benefícios no licenciamento à construção eficiente (majoração da área de construção).
- 75 mil lares electroprodutores (165MW potência instalada).
- 1 em cada 15 edifícios com Água Quente Solar.

Área de Indústria – objetivos:

- Promover o aumento da eficiência energética por via da modificação dos processos de fabrico, da introdução de novas tecnologias e da mudança de comportamento.

Metas:

- Redução de 8% do consumo energético da indústria transformadora.
- Criação do Sistema de Gestão de Consumos Intensivos de Energia com alargamento às médias empresas (> 500 tep) e incentivos à implementação das medidas identificadas.

Área Estado – objetivos:

- O comportamento do Estado deve constituir uma referência para o Mercado, assim pretende-se reduzir a energia consumida no Setor Estatal a um ritmo superior ao definido como objetivo geral na diretiva europeia, através da implementação de medidas de eficiência energética e alteração de comportamentos de consumo.

Metas:

- Certificação energética de todos os edifícios do Estado.
- 20% dos edifícios do Estado com classe igual ou superior a B-.
- 20% da frota de veículos do Estado com emissões de CO2 inferiores a 110 g/km.
- Phase-out da iluminação pública ineficiente.
- 20% da semaforização de trânsito com iluminação eficiente (LED).

Comportamentos – objetivos:

- Programa orientado para duas vertentes: em primeiro lugar para a divulgação e informação sobre tecnologias de vanguarda e em segundo lugar para a evidência dos casos de excelência como forma de aumentar a consciencialização para a temática da eficiência energética e de incentivar os diferentes agentes (principalmente os de carácter mais dispersos e difíceis de abranger em regimes obrigatórios) a seguirem o exemplo por via da “competição” entre pares.

Medidas:

- Lançamento do “Prémio Mais Eficiência” para premiar a excelência ao nível das várias vertentes (ex. empresas, edifícios, escolas, entre outros).
- Conceito “Mais Eficiência Energética”: “selo”/credenciação para identificar boas práticas em cinco vertentes: Casa,

Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE) (2008 -2015) – RCM 80/2008, 20 de maio

O Programa Nacional de Ação para a Eficiência Energética é um plano de ação agregador de um conjunto de programas e medidas de eficiência energética.

Objetivos

Autarquia, Empresa, Escola e Equipamentos.

- Aumento da consciencialização para a eficiência energética e mudança de comportamentos através de campanhas de comunicação e sensibilização.

Fiscalidade – objetivos:

- Utilização de ferramentas fiscais (taxas, abatimentos ao rendimento, benefícios e incentivos) que visem incentivar a procura de equipamentos ou materiais energeticamente mais eficientes e que ao mesmo tempo desincentivem a aquisição de equipamentos menos eficientes face às melhores alternativas já existentes no mercado de forma corrente.

Medidas:

- Novo regime de tributação automóvel e fiscalidade sobre os combustíveis industriais.
- Regime de amortizações aceleradas para equipamentos e viaturas eficientes.
- Incentivos fiscais à microprodução e alinhamento progressivo da fiscalidade com o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (ex. benefício em IRS a habitações classe A/A+).

Incentivos e financiamento – Medidas:

- Incentivo à eficiência no consumo elétrico - incentivo aos clientes de maior consumo por contrapartida de prémio aos de menor consumo e do Fundo de Eficiência Energética.
- Cheque eficiência: Prémio equivalente a 10% ou 20% dos gastos em eletricidade durante 2 anos em caso de redução verificada de 10% ou 20% do consumo de eletricidade.
- Crédito bonificado: €250M/ano para investimentos em eficiência (enfoque reabilitação urbana).
- Dinamização de Empresas de Serviços de Energia através de incentivos à sua criação (QREN), concursos para auditorias no Estado e regulamentação do “Contrato Eficiência”.

TABELA 8 – LINHAS DE ORIENTAÇÃO DO PNA

Plano Nacional da Água (PNA) - DL nº 112/2002, de 17 de abril

O Plano Nacional da Água define as orientações de âmbito nacional para a gestão integrada das águas, fundamentadas em diagnóstico da situação atual e na definição de objetivos a alcançar através de medidas e ações, de acordo com o Decreto-Lei nº 45/94 de 22 de fevereiro (revogado pelo Lei nº 58/2005, de 29 de dezembro).

Linhas de orientação

O estabelecido no PNA segue as seguintes linhas de orientação:

- Aumento da produtividade da água e promoção do seu uso racional, com o máximo respeito pela integridade territorial das bacias hidrográficas;
- Proteção, conservação e requalificação dos meios hídricos e dos ecossistemas associados;
- Satisfação das necessidades das populações e do desenvolvimento económico e social do país;
- Respeito pela legislação nacional e comunitária relevante e satisfação dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado português;
- Acesso à informação e participação dos cidadãos na gestão dos recursos hídricos.

TABELA 9 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PNAAS

Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS) - RCM n.º 91/2008, de 4 de junho
O Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde 2007–2013 tem como desígnio melhorar a eficácia das políticas de prevenção, controlo e redução de riscos para a saúde com origem em fatores ambientais, promovendo a integração do conhecimento e a inovação, contribuindo também, desta forma, para o desenvolvimento económico e social do país.
Objetivos
No horizonte referido, são objetivos do plano: <ul style="list-style-type: none"> • Intervir ao nível dos fatores ambientais para promover a saúde da pessoa e das comunidades a eles expostos; • Sensibilizar, educar e formar os profissionais e a população em geral, por forma a minimizar os riscos para a saúde associados a fatores ambientais; • Promover a adequação de políticas e a comunicação do risco; • Construir uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações Ambiente e Saúde.

TABELA 10 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PENT

Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) - RCM n.º 53/2007, de 4 de abril
O Plano Estratégico Nacional do Turismo serve de base à concretização de ações definidas para o crescimento sustentado do Turismo nacional nos próximos anos.
Linhas de Desenvolvimento Estratégico
Tem em conta as seguintes Linhas de Desenvolvimento Estratégico: <ul style="list-style-type: none"> • Mercados emissores - Apostar na captação de turistas de 20 mercados emissores internacionais e no desenvolvimento do Turismo interno. • Estratégia de produtos - Consolidar e desenvolver 10 produtos turísticos estratégicos. • Linhas orientadoras para as regiões - Desenvolver ofertas distintivas para as regiões, alinhadas com a proposta de valor do destino Portugal, capitalizando a vocação natural de cada região e desenvolvendo os seus fatores de qualificação. • Linhas de orientação para os pólos - Desenvolver 6 novos Pólos Turísticos para diversificar a oferta turística em Portugal e implementar um modelo de desenvolvimento sustentado. • Acessibilidades aéreas - Reforçar as acessibilidades aéreas com as cidades/regiões com maior potencial turístico em cada mercado emissor. • Eventos - Dinamizar um calendário nacional de eventos que assegure o reforço da notoriedade do destino e o enriquecimento da experiência do turista. • Enriquecimento da oferta - Desenvolver e inovar conteúdos tradicionais portugueses que constituam fatores de diferenciação turística. • Qualidade urbana, ambiental e paisagística - Tornar a qualidade urbana, ambiental e paisagística numa componente fundamental do produto turístico para valorizar e qualificar o destino Portugal. • Qualidade de serviço e de recursos humanos – Reforçar a qualidade do Turismo português aos longo dos “momentos de verdade” de interação com o turista, através da implementação de um sistema de qualidade turística e da formação e valorização dos recursos humanos. • Promoção e distribuição – Implementar uma abordagem inovadora, comunicando uma proposta de valor diferenciada, atuando por mercado emissor e segmento, conferindo maior enfoque no canal internet, promovendo uma gestão proactiva da relação com prescritores e definindo como prioridade o destino Portugal. • Eficácia e modernização da atuação dos agentes públicos e privados - Facilitar a interação das empresas com o Estado, promover a difusão do conhecimento, estimular a investigação e o desenvolvimento e a adoção de práticas inovadoras pelas empresas, incentivar a modernização empresarial.

TABELA 11 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PNUA

Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA) – Bases e Linhas Orientadoras - - RCM nº 113/2005, de 30 de julho
O Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água tem como principal finalidade a promoção do uso eficiente da água em Portugal, especialmente nos setores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de escassez hídrica e para melhorar as condições ambientais nos meios hídricos.
Objetivos específicos
<p>O PNUEA assenta sobre quatro áreas programáticas (compreendendo cada uma delas um conjunto de ações):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Medição e reconversão de equipamentos de utilização da água; • Sensibilização, informação e educação; • Regulamentação e normalização; • Formação e apoio técnico. <p>A definição de metas para o PNUEA passa pela definição de um indicador que traduza a eficiência de utilização da água em qualquer dos setores considerados, tornando direta e transparente a comparação entre metas e resultados obtidos, simplificando uma situação que de outro modo seria complexa. Assim:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meta no consumo urbano – Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de controlo de perdas, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir, ao fim de um período de 10 anos, uma eficiência de utilização da água de 80%. • Meta no consumo agrícola - Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de área regada, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir a 10 anos uma eficiência de utilização de água de 65%. • Meta no consumo industrial - Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de procedimentos dos utilizadores industriais e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir ao fim de 10 anos uma eficiência de utilização da água de 85%.

TABELA 12 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PEND RURAL

Plano Estratégico Nacional Desenvolvimento Rural 2007– 2013 - PEN DR - RCM nº 147/2006, de 02 de novembro
O Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural (PEN DR) define a Estratégia Nacional para a Agricultura e o Desenvolvimento Rural
Objetivos Estratégicos
<p>Definem-se três objetivos estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a competitividade dos setores agrícola e florestal; • Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais; • Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais.

TABELA 13 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PEAASAR II

Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II (PEAASAR II) - Despacho nº 2339/2007, de 14 de fevereiro
<p>O Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II estabelece as orientações e fixa os objetivos de gestão e proteção dos valores ambientais associados aos recursos hídricos no horizonte 2007-2013.</p>
Objetivos estratégicos e objetivos operacionais
<p>Os objetivos estratégicos são os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Universalidade, continuidade e qualidade do serviço; • Sustentabilidade do setor; • Proteção dos valores ambientais. <p>No que se refere aos objetivos operacionais, deste constam:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Servir cerca de 95% da população total do país com sistemas públicos de abastecimento de água; • Servir cerca de 90% da população total do país com sistemas públicos de saneamento de águas residuais urbanas, sendo que em cada sistema integrado o nível de atendimento desejável deve ser de pelo menos 70% da população abrangida; • Garantir a recuperação integral dos custos incorridos dos serviços; • Contribuir para a dinamização do tecido empresarial privado nacional e local; • Cumprir os objetivos decorrentes do normativo nacional e comunitário de proteção do ambiente e saúde pública. <p>Para a prossecução destes objetivos deverão ser adotadas um conjunto de medidas, de entre as quais:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar os investimentos necessários à conclusão e à expansão dos sistemas “em alta” e à continuação da infraestruturação da vertente “em baixa”, com especial enfoque nos investimentos visando a articulação entre ambas as vertentes; 2. Rever os princípios de enquadramento legal, técnico, económico e financeiro aplicáveis aos sistemas plurimunicipais e alargar o leque de soluções institucionais de gestão empresarial; 3. Promover uma maior integração territorial e funcional dos sistemas plurimunicipais vizinhos, de forma a potenciar economias de escala e da gama e mais valias-ambientais; 4. Promover a criação, na vertente em “baixa”, de sistemas integrados, tanto quando possível territorialmente articulados com as soluções existentes na vertente em “alta”, e com um regime tarifário uniformizado na área de intervenção de cada sistema, regulamentar a gestão de sistemas municipais e criar uma Lei de Base de Concessões em “baixa”; 5. Implementar as disposições da Lei nº 58/2005, de 29 de dezembro, Lei da Água, diretamente relacionadas com o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais e incentivar o uso eficiente da água e o controlo e prevenção da poluição; 6. Estimular o investimento privado e promover a concorrência, com especial destaque para um alargamento e dinamização muito significativos do mercado dos contratos de exploração e prestação de serviços, promovendo assim o desenvolvimento do tecido empresarial nacional e local; 7. Reforçar e alargar o âmbito dos mecanismos de regulação de serviços e de regulação ambiental e de inspeção.

TABELA 14 – PRINCIPAIS DESAFIOS DO PERSU 2020

Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020) - Portaria nº 187-A/2014, de 17 de setembro
<p>O PERSU 2020 estabelece assim a visão, os objetivos, as metas globais e as metas específicas por Sistema de Gestão de RU, as medidas a implementar no quadro dos resíduos urbanos no período 2014 a 2020, bem como a estratégia que suporta a sua execução, contribuindo para o cumprimento das metas nacionais e comunitárias nesta matéria. A sua implementação deverá permitir atingir níveis ambiciosos de reciclagem e preparação para a reutilização de resíduos em Portugal Continental, destacando -se as seguintes metas globais estabelecidas para 2020:</p>
Objetivos
<ul style="list-style-type: none"> • Prevenção da produção e perigosidade dos resíduos urbanos (RU); • Aumento da preparação para reutilização, da reciclagem e da qualidade dos recicláveis; • Redução da deposição de RU em aterro; • Valorização económica e escoamento dos recicláveis e outros materiais do tratamento dos RU; • Reforço dos instrumentos económico-financeiros; • Incremento da eficácia e capacidade institucional e operacional do setor; • Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico, da inovação e da internacionalização do setor; • Aumento do contributo do setor para outras estratégias e planos nacionais.

TABELA 15 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO ENEAPAI

Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI) – Despacho conjunto do MADRP e do MAOTDR n.º 8277/2007,09 de maio
<p>A ENEAPAI surge como um instrumento da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e do Plano Nacional da Água. Este Plano tem como objetivo definir a estratégia para implementação de um novo modelo institucional, de gestão e técnico, que seja uma alternativa sustentável para o tratamento de efluentes produzidos por estes setores (bovinicultura, suinicultura, avicultura, matadouros, lagares, queijarias e adegas).</p>
Linhas de Orientação e Objetivos estratégicos
<p>Segundo a ENEAPAI “ É comumente aceite que a decisão sobre a definição de soluções de valorização e de tratamento se deverá basear na escolha da tecnologia económica e ambientalmente mais adequada. Neste enquadramento não é despendendo o facto de que, além de se aplicar o princípio do utilizador-pagador, dever-se-ão também criar as condições desejadas para que em termos globais determinadas regiões criem e possam usufruir de soluções de valorização e de tratamento o mais integradas e adequadas possível à sua realidade. A evidência da complexidade e das características associadas à problemática do tratamento dos efluentes destas atividades justifica a precaução na escolha das soluções técnicas e económicas e do modelo de gestão associado”. Assim sendo, as soluções a desenvolver deverão assentar nas seguintes orientações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adotar um modelo institucional para a conceção, construção, gestão e exploração das soluções de valorização e de tratamento de efluentes, através de entidades com reconhecida capacidade técnica, que garanta o bom funcionamento das instalações e o controlo das descargas; • Adotar soluções coletivas para o tratamento dos efluentes, quando tal se revelar a solução técnica, económica e ambientalmente mais adequada; • Aplicar uma tarifa de tratamento ao utilizador o mais baixa possível, através da escolha da melhor solução técnica e que seja também a melhor solução em termos económicos, refletindo um modelo de gestão e exploração otimizado;

- Garantir a responsabilidade e o envolvimento dos setores económicos.

TABELA 16 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PRN 2000

Plano Rodoviário Nacional (PRN - 2000) – D.L. n.º 222/98, 17 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99, 26 de julho, e pelo D.L. n.º 182/2003, 16 de agosto
<p>O atual Plano Rodoviário Nacional define uma rede nacional, que desempenha funções de interesse nacional e internacional.</p> <p>A rede rodoviária nacional é constituída pela rede nacional fundamental e pela rede nacional complementar.</p>
Objetivos
<p>O PRN – 2000 tem como principais objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Introdução de significativas inovações relativamente ao PRN85, potenciando o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais, a redução do custo global dos transportes rodoviários, o aumento da segurança da circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede. • Necessidade de aumentar a densidade da rede de estradas nas zonas fronteiriças, promover o fecho de malhas viárias, assim como melhorar a acessibilidade de alguns concelhos, o que contribuirá para a correção das assimetrias que ainda se verificam no desenvolvimento socioeconómico do País. • Reclassificação de algumas das estradas não incluídas no anterior plano rodoviário nacional como estradas nacionais e instituir uma nova categoria viária, a das estradas regionais. • Preocupação assumida em matéria de melhoria qualitativa da rede rodoviária, com especial relevo para a defesa ambiental em meio urbano, para os dispositivos de combate à sinistralidade nos mais diversos planos e para os instrumentos de informação necessários à boa gestão e utilização das infraestruturas em causa.

TABELA 17 – LINHAS DE AÇÃO ESTRATÉGICAS DA ENF

Estratégia Nacional para as Florestas (ENF) - RCM nº 114/2006, de 15 de setembro
<p>A concretização da estratégia para as florestas através do reconhecimento pelo Governo de que as florestas representam uma prioridade nacional e de que o setor florestal é estratégico para o desenvolvimento do País</p>
Linhas de ação estratégicas
<ul style="list-style-type: none"> • Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos; • Especialização do território; • Melhoria da produtividade através da gestão florestal sustentável; • Redução de riscos de mercado e aumento do valor dos produtos; • Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor; • Racionalização e simplificação dos instrumentos de política de forma a inverter as pressões dos aglomerados existentes sobre o sistema natural.

TABELA 18 - OBJETIVOS DO PANCD

Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) – RCM 69/1999, 9 de julho
<p>O Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) tem por objetivo orientar, disciplinar, promover, dinamizar, integrar e coordenar as ações de combate à desertificação e minimização dos efeitos da seca nas zonas semiáridas e subhúmidas, nomeadamente naquelas em que é mais notória e problemática a erosão e a degradação das propriedades do solo, a destruição da vegetação e a deterioração do ambiente e dos recursos naturais e da paisagem em geral.</p>
Objetivos
<p>O PANCD estabelece cinco objetivos estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conservação do solo e da água; • Fixação da população ativa nas zonas rurais; • Recuperação das áreas mais afetadas pela desertificação • Sensibilização da população para a problemática da desertificação; • Consideração da luta contra a desertificação nas políticas gerais e sectoriais..

TABELA 19 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PGBH RIO DOURO

Plano de Gestão Bacia Hidrográfica do Rio Douro (PGBH Rio Douro) - DR n.º 16C/2013, de 22 de março.
<p>O Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Douro, é um plano setorial que assenta numa abordagem conjunta e interligada de aspetos técnicos, económicos, ambientais e institucionais, envolve os agentes económicos e as populações diretamente interessadas, tem em vista estabelecer de forma estruturada e programática uma estratégia racional de gestão e utilização dos recursos hídricos, em articulação com o ordenamento do território e a conservação do ambiente.</p>
Objetivos Estratégicos
<p>Objetivos Estratégicos do PGBH – Rio Douro:</p> <ul style="list-style-type: none"> • AT1 – Qualidade da Água: <ul style="list-style-type: none"> • Proteger a qualidade das massas de água superficiais (costeiras, estuarinas e interiores) e subterrâneas, visando a sua conservação ou melhoria, no sentido de estas atingirem o bom estado; • Garantir a proteção das origens de água e dos ecossistemas de especial interesse, incluindo a manutenção de um regime de caudais ambientais e, em particular, de caudais ecológicos. • AT2 – Quantidade da Água: <ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a quantidade de água para os usos e promover e incentivar o uso eficiente do recurso, contribuindo para melhorar a oferta e para gerir a procura; • Promover as utilizações de água com fins múltiplos e minimizar os conflitos de usos. • AT3 – Gestão de riscos e valorização do domínio hídrico: <ul style="list-style-type: none"> • Prevenir e minorar riscos naturais e antropogénicos associados a fenómenos hidrológicos extremos e as situações de risco de poluição accidental. • Preservar o domínio hídrico, assegurando a sua gestão integrada, nomeadamente no que diz respeito ao controlo dos fenómenos de erosão hídrica e costeira ou à melhoria da qualidade dos ecossistemas. • Fomentar o ordenamento dos usos e ocupações do domínio hídrico, articulando o planeamento e ordenamento do domínio hídrico com o ordenamento do território, promovendo o licenciamento e controlo dos usos do domínio hídrico e a valorização económica dos recursos compatíveis com a preservação dos meios hídricos.

TABELA 20 – PRINCÍPIOS ORIENTADORES E OBJETIVOS DO PROFNE

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Nordeste (PROFNE) - D.R. n.º 2/2007, 17 de janeiro
<p>O Plano Regional de Ordenamento Florestal do Nordeste vincula os instrumentos de política sectorial que incidem sobre os espaços florestais e visa enquadrar e estabelecer normas específicas de uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços.</p>
Objetivos estratégicos e objetivos gerais
<p>Objetivos estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a gestão profissional florestal, através da formação dos produtores florestais sobre técnicas de condução e gestão dos seus espaços florestais, aumentando os seus conhecimentos técnicos; • Promover a multifuncionalidade dos espaços florestais, nomeadamente no aumento dos serviços no âmbito do turismo em espaço rural e natural, e produtos não lenhosos; • Fomentar modelos de silvicultura e espécies que permitam uma maior valorização dos produtos florestais, aumentando a oferta de madeira de utilização nobre, através de uma gestão florestal sustentável; • Promover a descontinuidade dos povoamentos, através de rede de compartimentação e aproveitamento das potencialidades do território para a floresta autóctone, aumentando a diversificação dos espaços florestais da região; • Implementar mecanismos de atualização do cadastro e emparcelamento da propriedade, criando condições para a sua gestão efetiva e mais eficiente dimensão da propriedade; • Promover o aumento de área ocupada por floresta sustentável pela conversão de terras agrícolas em espaços florestais e fomentando modelos de silvicultura mais adequados e adaptados às condições locais; • Intensificar e expandir a área de povoamento de sobreiro, em simultâneo com a formação de técnicos e operadores para a melhoria das respetivas intervenções culturais. <p>Sub-região homogénea Tua:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recuperar as áreas em situação de maior risco de erosão; • Expandir de uma forma sustentável a cultura subericola; • Promover e impulsionar a certificação da gestão florestal dos sobreirais; • Criação da denominação da Cortiça do Nordeste; • Conservação dos maciços de espaços florestais como elemento fragmentador da paisagem; • Aumentar a superfície florestal arborizada com sobreiro, azinheira, carvalho negral com função de protecção das encostas; • Aumentar a superfície florestal arborizada com sobreiro, com função de produção de cortiça; • Adaptar as práticas silvícolas e maior rigor na escolha das espécies, em situações de elevado risco de erosão; • Desenvolver o ordenamento cinegético; j) Aproveitar as áreas com elevado potencial de uso silvopastoril; • Incentivo à produção de raças com Denominação de Origem Protegida, nomeadamente a Churra da Terra Quente e a Mirandesa;

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Nordeste (PROFNE) - D.R. n.º 2/2007, 17 de janeiro

O Plano Regional de Ordenamento Florestal do Nordeste vincula os instrumentos de política sectorial que incidem sobre os espaços florestais e visa enquadrar e estabelecer normas específicas de uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços.

Objetivos estratégicos e objetivos gerais

- Controlar e amenizar os processos relacionados com a desertificação;
- Dinamizar o aproveitamento dos espaços florestais para recreio e lazer com o objetivo de desenvolver o turismo em espaço rural e o turismo de natureza, quando aplicável, atendendo aos valores de conservação e diversidade florística, faunística, cénicos e paisagens notáveis da sub-região.
- Expandir a produção de alguns produtos associados, nomeadamente o mel e os cogumelos.

Sub-região homogénea Sabor:

- Aumentar a superfície florestal arborizada com sobreiro e azinheira, com função de protecção das encostas;
- Adaptar as práticas silvícolas e maior rigor na escolha das espécies, em situações de elevado risco de erosão;
- Desenvolver o ordenamento cinegético; d) Potenciar e expandir o ordenamento aquícola; e) Expandir a produção de alguns produtos associados, nomeadamente o mel, cogumelos e plantas aromáticas;
- Criação da denominação da Cortiça do Nordeste;
- Recuperar as áreas em situação de maior risco de erosão;
- Expandir de uma forma sustentável a cultura suberícola;
- Promover e impulsionar a certificação da gestão florestal do sobreiro;
- Aumento sustentável das áreas arborizadas com espécies autóctones, sempre que possível aliadas à produção de madeira de qualidade;
- Adequação dos espaços florestais à crescente procura de valores paisagísticos e de atividades de recreio e lazer:
- Estabelecimento de percursos interpretativos em áreas florestais;
- Adequar a gestão dos espaços florestais às necessidades de conservação de habitats, de fauna e de flora:
- Condução da regeneração natural de folhosas autóctones;
- Restauração de ecossistemas degradados;
- Diminuir o número de ocorrências de fogos florestais e área queimada.

TABELA 21 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PSRN 2000

Plano sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000) - RCM n.º 115-A/2008, 21 de julho
A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica que tem por objetivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território da União Europeia.
Objetivos
<p>São propostos como objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer orientações para a gestão territorial das zonas de proteção especial (ZPE) criadas pelo Decreto-Lei nº 280/94, de 5 de novembro, e Decreto-Lei nº 384-B/99, de 23 de setembro, e dos sítios da Lista Nacional de Sítios, aprovada pelas Resoluções do Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de agosto, e 76/2000, de 5 de julho, integradas no processo da Rede Natura 2000; • Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais dos locais integrados no processo de Rede Natura 2000, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território. • Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos habitats presentes nos sítios da Lista Nacional de Sítios nas ZPE. • Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação. • Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies constantes dos anexos ao Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, bem como fornecer a tipologia das restrições ao uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger. • Fornecer orientações sobre a inserção em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores. • Definir as condições, os critérios e o processo a seguir na realização da avaliação de impacte ambiental e na análise de incidências ambientais a que se refere o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril.

TABELA 22 – OBJETIVOS GERAIS DO PROT -NORTE


Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Norte (PROT - Norte) - RCM n.º 29/2006, 28 de março
O PROT-Norte é um instrumento estratégico que estabelece as linhas orientadoras do desenvolvimento, organização e gestão dos territórios na Região do Norte. Este documento enquadra os planos de nível municipal e as áreas sujeitas a planeamento especial, assim como as grandes intervenções e os investimentos estruturantes a realizar no espaço regional.
Objetivos gerais
<p>São objetivos gerais do PROT-N:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver, no âmbito regional, as opções constantes do programa nacional da política de ordenamento do território e dos planos sectoriais; • Traduzir, em termos espaciais, os grandes objetivos de desenvolvimento económico e social sustentável formulados no plano de desenvolvimento regional; • Equacionar as medidas tendentes à atenuação das assimetrias de desenvolvimento intra-regionais; • Servir de base à formulação da estratégia nacional de ordenamento territorial e de quadro de referência para a elaboração dos planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território.


TABELA 23 – OBJETIVOS PRINCIPAIS DO PMDFCI-MIRANDELA


Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Mirandela (PMDFCI - Mirandela)
Os PMDFCI desenvolvem orientações de planeamento Nacional e Regional segundo as normas da Portaria 1139/2006 de 25 de outubro e as orientações técnicas e metodológicas estabelecidas pela atual AFN.
Objetivos principais
<p>Objetivos municipais do PMDFCI:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a resiliência do território aos Incêndios Florestais. • Reduzir a incidência dos incêndios. • Melhorar a eficácia e a eficiência do ataque e da gestão de incêndios. • Recuperar e reabilitar os ecossistemas e as comunidades. • Adotar uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

**Anexo IV - Relação entre o Quadro de Referência Estratégico definido e as Questões
Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Mirandela.**

Relação entre as Questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Mirandela e os Objetivos do QRE:

 **Relação Forte** (evidencia que os objetivos do QRE se encontram contemplados nas questões estratégicas da proposta de revisão do PDM).

 **Relação Média** (evidencia que os objetivos do QRE se encontram apenas parcialmente contemplados nas questões estratégicas da proposta de revisão do PDM).

 **Relação Fraca a Nula** (evidencia a existência de objetivos do QRE que não são se encontram devidamente contemplados nas questões estratégicas da proposta de revisão do PDM).

Questões Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Mirandela:

QE1 - Estabelecer o ordenamento do território através da promoção de um desenho urbano qualificado e adequado ao suporte físico, valorizando intervenções urbanas que favoreçam a melhoria da qualidade de vida dos munícipes e o desenvolvimento sustentado do concelho.

QE2 - Promover a melhoria das acessibilidades, através do reforço das ligações interregionais e da conservação/beneficiação das vias intraconcelhias.

QE3 - Potenciar a competitividade e desenvolvimento económico através da oferta quantitativa e qualitativa de espaços empresariais e industriais.

QE4 - Potenciar e valorizar os territórios agrícolas e florestais como elementos fundamentais para a promoção de um desenvolvimento económico sustentável e de afirmação da ruralidade do concelho.

QE5 - Promoção e desenvolvimento do turismo local com base nos recursos naturais, na cultura, nos produtos endógenos e na gastronomia.

QE6 - Coesão social e territorial através da adequação da rede de equipamentos coletivos e da consolidação da centralidade de cidade de Mirandela.

QE7 - Preservar e valorizar o património natural e cultural, a biodiversidade, utilizar de modo sustentável os recursos e prevenir os riscos.

QE8 - Implementação e monitorização dos diversos planos com recurso as novas tecnologias da informação

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Mirandela e os Objetivos do QREN

	PDM de Mirandela							
	QE1	QE2	QE3	QE4	QE5	QE6	QE7	QE8
QREN								
Promover a qualificação dos portugueses								
Promover o crescimento sustentado								
Garantir a coesão social								
Assegurar qualificação do território e das cidades								
Aumentar a eficiência da governação								

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Mirandela e os Objetivos do PNPT

	PDM de Mirandela							
	QE1	QE2	QE3	QE4	QE5	QE6	QE7	QE8
PNPT								
Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos								
Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global								
Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais								
Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social								
Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública								
Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições								

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Mirandela e os Objetivos da ENDS

	PDM de Mirandela							
	QE1	QE2	QE3	QE4	QE5	QE6	QE7	QE8
ENDS								
Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”								
Crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética								
Melhor ambiente e valorização do património natural								
Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social								
Melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território								
Um papel ativo de Portugal na construção europeia e na cooperação internacional								
Uma administração pública eficiente e modernizada.								

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Mirandela e as opções da ENCNB

	PDM de Mirandela							
	QE1	QE2	QE3	QE4	QE5	QE6	QE7	QE8
ENCNB								
Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, habitats e ecossistemas								
Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando a Rede Nacional de Áreas Protegidas								
Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social								
Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de proteção integrados no processo da Rede Natura 2000								
Desenvolver em todo o território nacional ações específicas de conservação e gestão de espécies e habitats, bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico								
Promover a integração política de conservação da natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais								
Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local								
Promover a educação e a formação em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade								
Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil								
Intensificar a cooperação internacional								

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Mirandela e os objetivos do PTOVT

	PDM de Mirandela							
	QE1	QE2	QE3	QE4	QE5	QE6	QE7	QE8
POTVT								
Atenuar a situação periférica do país no contexto global, por via da melhoria da conectividade internacional e da integração das redes nacionais às redes transeuropeias de transportes;								
Consolidar as redes e infraestruturas que estruturam o território nacional, ao serviço da competitividade e da coesão;								
Promover o desenvolvimento urbano policêntrico, reforçando a articulação das cidades com as respetivas áreas envolventes e a qualificação dos espaços urbanos;								
Preservar e valorizar os recursos naturais, a biodiversidade e o património natural;								
Qualificar os serviços ambientais, garantindo a sua universalidade e sustentabilidade;								
Prevenir, gerir e monitorizar os riscos naturais e tecnológicos;								
Promover a coesão social, assegurando a equidade territorial;								

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Mirandela e os Objetivos do PNAC

	PDM de Mirandela							
	QE1	QE2	QE3	QE4	QE5	QE6	QE7	QE8
PNAC								
Reforçar a monitorização nos diversos setores e alargar o esforço de cumprimento do Protocolo de Quioto, "através de medidas nos setores não abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão"								
Acautelar que os diversos setores desenvolvam um esforço de monitorização apertado de modo a garantir a execução das diferentes medidas								
Reforçar a verba do Fundo Português de Carbono								

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Mirandela e os Objetivos do PNAEE.

	PDM de Mirandela							
	QE1	QE2	QE3	QE4	QE5	QE6	QE7	QE8
PNAEE								
Melhorar o rendimento energético de produtos, dos edifícios e serviços.								
Melhorar o rendimento da produção e distribuição de energia.								
Reduzir os impactos dos transportes no consumo energético.								
Suscitar e reforçar um comportamento racional em matéria de consumo de energia.								

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Mirandela os objetivos do PNA

	PDM de Mirandela							
	QE1	QE2	QE3	QE4	QE5	QE6	QE7	QE8
PNA								
Promover a sustentabilidade ambiental, económica e financeira das utilizações dos recursos hídricos, como forma de gerir a procura e garantir as melhores condições ambientais futuras;								
Assegurar a gestão integrada no domínio hídrico, promovendo a integração da componente recursos hídricos nas outras políticas sectoriais e assegurando a integridade hídrica das regiões hidrográficas, bem como a integração dos aspetos da quantidade e da qualidade da água e dos recursos hídricos subterrâneos e superficiais;								
Promover a gestão sustentável da procura de água, baseada na gestão racional dos recursos e nas disponibilidades existentes em cada bacia hidrográfica e tendo em conta a proteção a longo prazo dos meios hídricos disponíveis e as perspetivas socioeconómicas;								
Promover a racionalização, a otimização e a eficácia do Quadro institucional, a adequação do Quadro normativo nacional às novas perspetivas e exigências da gestão e planeamento em matéria de recursos hídricos e o cumprimento da legislação, nacional, comunitária e das convenções e acordos internacionais subscritos por Portugal, nomeadamente a Convenção de Albufeira;								
Promover a informação e a participação das populações e das suas instituições representativas nos processos de planeamento e gestão dos recursos hídricos;								
Promover o aumento do conhecimento, do estudo e da investigação aplicada dos sistemas hídricos.								

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Mirandela e os Objetivos do PNAAS

	PDM de Mirandela							
	QE1	QE2	QE3	QE4	QE5	QE6	QE7	QE8
PNAAS								
Intervir ao nível dos fatores ambientais para promover a saúde da pessoa e das comunidades a eles expostos								
Sensibilizar, educar e formar os profissionais e a população em geral, de forma a minimizar os riscos para a saúde associados a fatores ambientais								
Promover a adequação de políticas e a comunicação do risco								
Construir uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações Ambiente e Saúde								

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Mirandela e os objetivos do PENT

	PDM de Mirandela							
	QE1	QE2	QE3	QE4	QE5	QE6	QE7	QE8
PENT								
Potenciar as valências de todo o país desenvolvendo novos pólos de atração turística;								
Qualificar serviços e destinos, aposta em recursos humanos qualificados e na desburocratização e simplificação dos processos;								
Ajustamento das empresas nacionais aos novos modelos de negócio, através dos canais de distribuição eletrónica e da presença on-line dos destinos e produtos;								
Conhecimento como fator de inovação e de orientação da atividade turística.								

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Mirandela e os Objetivos do PNUEA

	PDM de Mirandela							
	QE1	QE2	QE3	QE4	QE5	QE6	QE7	QE8
PNUEA								
Promover o uso eficiente da água em Portugal, nos setores urbano, agrícola e industrial.								

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Mirandela e os Objetivos do PND Rural

	PDM de Mirandela							
	QE1	QE2	QE3	QE4	QE5	QE6	QE7	QE8
PND Rural								
Aumento da competitividade dos setores agrícola e florestal;								
Gestão sustentável dos Espaços Rurais e dos recursos naturais;								
Melhoria da qualidade de vida e diversificação da economia nas zonas rurais;								
Reforço da coesão territorial e social;								
Promoção da eficácia da intervenção das entidades públicas, privadas e associativas na gestão sectorial e do território rural.								

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Mirandela e os Objetivos do PEAASAR II

	PDM de Mirandela							
	QE1	QE2	QE3	QE4	QE5	QE6	QE7	QE8
PEAASAR II								
Universalidade, continuidade e qualidade do serviço;								
Solidariedade nacional e regional nas soluções adotadas, contribuindo para o pagamento do serviço a um preço justo e adaptado ao poder de compra dos utilizadores;								
Lógica de serviço com elevada qualidade e fiabilidade, privilegiando a adequada cobertura da população em detrimento da rentabilidade imediata dos investimentos;								
Sustentabilidade do setor								
Melhoria da produtividade e da eficiência em articulação com o Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego (Estratégia de Lisboa) e com o Plano Tecnológico;								
Coordenação com as políticas de desenvolvimento regional, nomeadamente como forma de consolidar a integração de cada entidade gestora no tecido social e empresarial da respetiva área de atuação;								
Credibilidade, eficácia, equilíbrio e transparência dos modelos de gestão do setor;								
Proteção dos valores ambientais;								
Incorporação dos princípios subjacentes à estratégia nacional e comunitária para o desenvolvimento sustentável;								
Afirmação das boas práticas ambientais, nomeadamente no âmbito da implementação da Lei da Água, ajudando, pelo exemplo, à evolução no mesmo sentido do tecido empresarial envolvente;								
Reforço dos mecanismos de regulação, controlo e penalização.								

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Mirandela e os Objetivos do PERSU 2020

	PDM de Mirandela							
	QE1	QE2	QE3	QE4	QE5	QE6	QE7	QE8
PERSU 2020								
Prevenção da produção e perigosidade dos resíduos urbanos (RU);								
Aumento da preparação para reutilização, da reciclagem e da qualidade dos recicláveis;								
Redução da deposição de RU em aterro;								
Valorização económica e escoamento dos recicláveis e outros materiais do tratamento dos RU;								
Reforço dos instrumentos económico-financeiros;								
Incremento da eficácia e capacidade								

institucional e operacional do setor;
Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico, da inovação e da internacionalização do setor;
Aumento do contributo do setor para outras estratégias e planos nacionais.

PDM de Mirandela							
QE1	QE2	QE3	QE4	QE5	QE6	QE7	QE8

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Mirandela e os Objetivos da ENEAPAI.

ENEAPAI
Adotar um modelo institucional para a conceção, construção, gestão e exploração das soluções de valorização e de tratamento de efluentes, através de entidades com reconhecida capacidade técnica, que garanta o bom funcionamento das instalações e o controlo das descargas;
Adotar soluções coletivas para o tratamento dos efluentes, quando tal se revelar a solução técnica, económica e ambientalmente mais adequada;
Aplicar uma tarifa de tratamento ao utilizador o mais baixa possível, através da escolha da melhor solução técnica e que seja também a melhor solução em termos económicos, refletindo um modelo de gestão e exploração otimizado;
Garantir a responsabilidade e o envolvimento dos setores económicos

PDM de Mirandela							
QE1	QE2	QE3	QE4	QE5	QE6	QE7	QE8

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Mirandela e os Objetivos do PRN 2000

PRN2000
Introdução de significativas inovações relativamente ao PRN85, potenciando o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais, a redução do custo global dos transportes rodoviários, o aumento da segurança da circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede.
Necessidade de aumentar a densidade da rede de estradas nas zonas fronteiriças, promover o fecho de malhas viárias, assim como melhorar a acessibilidade de alguns concelhos, o que contribuirá para a correção das assimetrias que ainda se verificam no desenvolvimento socioeconómico do País.

PDM de Mirandela							
QE1	QE2	QE3	QE4	QE5	QE6	QE7	QE8

Reclassificação de algumas das estradas não incluídas no anterior plano rodoviário nacional como estradas nacionais e instituir uma nova categoria viária, a das estradas regionais.
Preocupação assumida em matéria de melhoria qualitativa da rede rodoviária, com especial relevo para a defesa ambiental em meio urbano, para os dispositivos de combate à sinistralidade nos mais diversos planos e para os instrumentos de informação necessários à boa gestão e utilização das infraestruturas em causa.

PDM de Mirandela							
QE1	QE2	QE3	QE4	QE5	QE6	QE7	QE8

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Mirandela e os Objetivos do ENF.

ENF
Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos;
Especialização do território;
Melhoria da produtividade através da gestão florestal sustentável;
Redução de riscos de mercado e aumento do valor dos produtos;
Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor;
Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.

PDM de Mirandela							
QE1	QE2	QE3	QE4	QE5	QE6	QE7	QE8

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Mirandela e os objetivos estratégicos do PANCD

PANCD
Conservação do solo e da água;
Fixação da população ativa nas zonas rurais;
Recuperação das áreas mais afetadas pela desertificação;
Sensibilização da população para a problemática da desertificação;
Consideração da luta contra a desertificação nas políticas gerais e sectoriais.

PDM de Mirandela							
QE1	QE2	QE3	QE4	QE5	QE6	QE7	QE8

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Mirandela e os Objetivos do PGBH – Rio Douro

PDM de Mirandela							
QE1	QE2	QE3	QE4	QE5	QE6	QE7	QE8
PGBH-Rio Douro							
Proteger a qualidade das massas de água superficiais (costeiras, estuarinas e interiores) e subterrâneas, visando a sua conservação ou melhoria, no sentido de estas atingirem o bom estado;							
Garantir a proteção das origens de água e dos ecossistemas de especial interesse, incluindo a manutenção de um regime de caudais ambientais e, em particular, de caudais ecológicos.							
Assegurar a quantidade de água para os usos e promover e incentivar o uso eficiente do recurso, contribuindo para melhorar a oferta e para gerir a procura;							
Promover as utilizações de água com fins múltiplos e minimizar os conflitos de usos.							
Prevenir e minorar riscos naturais e antropogénicos associados a fenómenos hidrológicos extremos e as situações de risco de poluição accidental.							
Preservar o domínio hídrico, assegurando a sua gestão integrada, nomeadamente no que diz respeito ao controlo dos fenómenos de erosão hídrica e costeira ou à melhoria da qualidade dos ecossistemas.							
Fomentar o ordenamento dos usos e ocupações do domínio hídrico, articulando o planeamento e ordenamento do domínio hídrico com o ordenamento do território, promovendo o licenciamento e controlo dos usos do domínio hídrico e a valorização económica dos recursos compatíveis com a preservação dos meios hídricos.							

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Mirandela e os Objetivos Estratégicos do PROFNE

PDM de Mirandela							
QE1	QE2	QE3	QE4	QE5	QE6	QE7	QE8
PROFNE							
Incentivar a gestão profissional florestal, através da formação dos produtores florestais sobre técnicas de condução e gestão dos seus espaços florestais, aumentando os seus conhecimentos técnicos;							
Promover a multifuncionalidade dos espaços florestais, nomeadamente no aumento dos serviços no âmbito do turismo em espaço rural e natural, e produtos não lenhosos;							
Fomentar modelos de silvicultura e espécies que permitam uma maior valorização dos produtos florestais, aumentando a oferta de madeira de utilização nobre, através de uma gestão florestal sustentável;							
Promover a descontinuidade dos povoamentos, através de rede de compartimentação e aproveitamento das							

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Mirandela e os Objetivos do PROT-N

	PDM de Mirandela							
	QE1	QE2	QE3	QE4	QE5	QE6	QE7	QE8
PROT-N								
Desenvolver, no âmbito regional, as opções constantes do programa nacional da política de ordenamento do território e dos planos sectoriais;								
Traduzir, em termos espaciais, os grandes objetivos de desenvolvimento económico e social sustentável formulados no plano de desenvolvimento regional;								
Equacionar as medidas tendentes à atenuação das assimetrias de desenvolvimento intra-regionais;								
Servir de base à formulação da estratégia nacional de ordenamento territorial e de quadro de referência para a elaboração dos planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território.								

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Mirandela e os Objetivos do PMDFCI

	PDM de Mirandela							
	QE1	QE2	QE3	QE4	QE5	QE6	QE7	QE8
PMDFCI								
Aumentar a resiliência do território aos Incêndios Florestais								
Reduzir a incidência dos incêndios								
Melhorar a eficácia e a eficiência do ataque e da gestão de incêndios								
Recuperar e reabilitar os ecossistemas e as comunidades								
Adotar uma estrutura orgânica e funcional eficaz								

Anexo V – Valores culturais.

NIM	Designação	Freguesia/ Lugar	Supertipologia
I0001	Castro de São Brás	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Arqueologia
I0002	Poço dos Mouros	Torre D. Chama	Arqueologia
I0003	Castro de Nossa Senhora do Monte	Agueiras/ Cimo de Vila	Arqueologia
I0004	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Expectação	Valverde/ Valverde	Arquitetura Religiosa
I0005	Fonte da Rua Nova	Carvalhais/ Vila Nova das Patas	Arquitetura Civil
I0006	Fonte Velha	Abreiro/ Milhais	Arquitetura Civil
I0007	Casa de José de Sousa	Agueiras/ Soutilha	Arquitetura Civil
I0008	Fonte da Soutilha	Agueiras/ Soutilha	Arquitetura Civil
I0009	Capela de Nossa Senhora do Castelo	Agueiras/ Chairos	Arquitetura Religiosa
I0010	Casa dos Ferreiras	Agueiras/ Chairos	Arquitetura Civil
I0011	Quinta dos Sarmiento	Agueiras/ Chairos	Arquitetura Civil
I0012	Antiga Capela de Nossa Senhora da Anunciação	Agueiras/ Chairos	Arquitetura Civil
I0013	Alminha no Largo Armindo Andrade	Agueiras/ Soutilha	Escultura
I0014	Casa dos Fontouras	Agueiras/ Soutilha	Arquitetura Civil
I0015	Capela dos Fontoura e Andrades	Agueiras/ Soutilha	Arqueologia
I0016	Nicho na Casa dos Fontouras	Agueiras/ Soutilha	Achado Isolado
I0017	Igreja Matriz de Santa Catarina	Agueiras/ Soutilha	Arquitetura Religiosa
I0018	Vestígios na Rua da Igreja	Freixeda/ Freixeda	Arqueologia
I0019	Cruz das Almas	Agueiras/ Chairos	Arquitetura Religiosa
I0020	Abrigo 13 do Regato das Bouças	Passos	Arqueologia
I0021	Alminha junto à Igreja Matriz de Agueiras	Agueiras/ Soutilha	Arquitetura Religiosa
I0022	Cruzeiro na Soutilha 1	Agueiras/ Soutilha	Arquitetura Religiosa
I0023	Casa dos Almendras	Agueiras/ Casario	Arquitetura Civil
I0024	Nicho junto à Escola do Casario	Agueiras/ Casario	Arquitetura Religiosa
I0025	Fragão	Agueiras	Arqueologia
I0026	Capela de Nossa Senhora do Rosário	Agueiras/ Pádua Freixo	Arquitetura Religiosa
I0027	Fonte da Mina	Agueiras/ Pádua Freixo	Arquitetura Civil
I0028	Oratório do Senhor do Bom Caminho	Agueiras/ Pádua Freixo	Arquitetura Religiosa
I0029	Alminha junto à Estrada Nacional 315	Agueiras/ Pádua Freixo	Arquitetura Religiosa
I0030	Igreja de Santa Maria	S. Pedro Velho/ Ervideira	Arquitetura Religiosa
I0031	Capela de São Nicolau	S. Pedro Velho/ Ervideira	Arqueologia
I0032	Casa de Alfredo Fernandes	S. Pedro Velho/ Ervideira	Achado Isolado
I0033	Casa Grande	S. Pedro Velho/ Vilar Douro	Arquitetura Civil
I0034	Lagar da Casa Grande	S. Pedro Velho/ Vilar Douro	Arquitetura Civil
I0035	Casa da Governanta	S. Pedro Velho/ Vilar Douro	Arquitetura Civil
I0036	Capela de São Gonçalo	S. Pedro Velho/ Vilar Douro	Arquitetura Religiosa
I0037	Casa dos Patuleias	S. Pedro Velho/ Vilar Douro	Arquitetura Civil
I0038	Cruzeiro do Senhor do Calvário	S. Pedro Velho/ S. Pedro Velho	Arquitetura Religiosa
I0039	Cruzeiro do Senhor dos Aflitos	S. Pedro Velho/ S. Pedro Velho	Arquitetura Religiosa
I0040	Capela do Divino Senhor do Calvário	S. Pedro Velho/ S. Pedro Velho	Arquitetura Religiosa
I0041	Casa das Varandas	S. Pedro Velho/ S. Pedro Velho	Arquitetura Civil
I0042	Fábrica de Azeite de António Romano	S. Pedro Velho/ S. Pedro Velho	Arquitetura Industrial
I0043	Casa do Romano	S. Pedro Velho/ S. Pedro Velho	Arquitetura Civil
I0044	Lagar da Casa do Romano	S. Pedro Velho/ S. Pedro Velho	Arquitetura Civil
I0045	Pontão sobre o Ribeiro de S. Pedro Velho	S. Pedro Velho/ S. Pedro Velho	Arquitetura Civil

NIM	Designação	Freguesia/ Lugar	Supertipologia
I0089	Forno das Casinhas	Bouça	Arquitetura Civil
I0090	Igreja Matriz de São Lourenço	Fradizela/ Fradizela	Arquitetura Religiosa
I0091	Fonte Romana	Fradizela/ Fradizela	Arquitetura Civil
I0092	Casa dos Cabanas	Fradizela/ Fradizela	Arquitetura Civil
I0093	Cruzeiro do Largo	Fradizela/ Fradizela	Arquitetura Religiosa
I0094	Cruzeiro do Cemitério	Fradizela/ Fradizela	Arquitetura Religiosa
I0095	Inscrição na Casa de Manuel Pires	Fradizela/ Fradizela	Achado Isolado
I0096	Inscrição na Casa de Jorge Sousa	Fradizela/ Fradizela	Achado Isolado
I0097	Capela de Nosso Senhor da Piedade	Fradizela/ Fradizela	Arquitetura Religiosa
I0098	Igreja de Nossa Senhora da Encarnação	Fradizela/ Ribeirinha	Arquitetura Religiosa
I0099	Cruzeiro do Senhor dos Aflitos	Fradizela/ Ribeirinha	Arquitetura Religiosa
I0100	Fonte Romana	Fradizela/ Ribeirinha	Arquitetura Civil
I0101	Muro de José Rodrigues	Fradizela/ Ribeirinha	Achado Isolado
I0102	Berrea de Torre de Dona Chama	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Arqueologia
I0103	Ponte da Pedra	Torre D. Chama	Arquitetura Civil
I0104	Casa no Bairro da Fonte da Quinta	Agueiras/ Pádua Freixo	Arquitetura Civil
I0105	Via da Bouça	Bouça/ Bouça	Arqueologia
I0106	Marco Miliário de São Sebastião	Vale de Telhas	Arqueologia
I0107	Pineto	Vale de Telhas	Arqueologia
I0108	Fontanário do Largo do Tanque	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0109	Pelourinho de Torre de Dona Chama	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Arquitetura Civil
I0110	Casa do Cruzeiro	Abreiro/ Abreiro	Arquitetura Civil
I0111	Igreja Matriz de São Miguel	Avidagos/ Avidagos	Arquitetura Religiosa
I0112	Lagar do Poulão	Vale de Telhas/ Vale de Telhas	Arqueologia
I0113	Marco Miliário da Fonte Romana	Vale de Telhas/ Vale de Telhas	Arqueologia
I0114	Fonte Romana	Vale de Telhas/ Vale de Telhas	Arquitetura Civil
I0115	Casa dos Mouros	Vale de Telhas/ Vale de Telhas	Achado Isolado
I0116	Casa Amarela	Mirandela/ Mirandela	Arqueologia
I0117	Fonte D'Vide	Vale de Telhas	Arquitetura Civil
I0118	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Encarnação	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Arquitetura Religiosa
I0119	Casa de Helena Correia	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Arquitetura Civil
I0120	Casa de Benedito Augusto	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Arquitetura Civil
I0121	Portal da Casa dos Peleias	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Arquitetura Civil
I0122	Casa na Rua dos Combatentes da Grande Guerra 31 a 37	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Arquitetura Civil
I0123	Quinta dos Pires	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Arquitetura Civil
I0124	Casa dos Gonçalves	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Arquitetura Civil
I0125	Carranca na Casa de António da Silva	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Achado Isolado
I0126	Vila Maria Antónia	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Arquitetura Civil
I0127	Casa na Rua António Bernardo Teixeira 28 a 36	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Arquitetura Civil
I0128	Capela do Divino Senhor dos Passos	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Arquitetura Religiosa
I0129	Casa na Rua Carolino Gonçalves 76	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Arquitetura Civil
I0130	Casa na Rua Carolino Gonçalves 70	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Arquitetura Civil
I0131	Casa na Rua Carolino Gonçalves 56 a 64	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Arquitetura Civil
I0132	Casa na Rua Carolino Gonçalves 113 a 117	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Arquitetura Civil
I0133	Fonte no Loteamento Júlio Ferreira	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Arquitetura Civil
I0134	Casa da Ramadinha	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Arquitetura Civil
I0135	Casa dos Castros	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Arquitetura Civil
I0136	Casa na Rua Carolino Gonçalves 67 a 73	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Arquitetura Civil

NIM	Designação	Freguesia/ Lugar	Supertipologia
I0137	Casa Carolino Gonçalves	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Arquitetura Civil
I0138	Quinta do Dr. Bonfim	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Arquitetura Civil
I0139	Azenha de Mosteiró	Torre D. Chama/ Mosteiró	Arquitetura Civil
I0140	Cruz na Casa da Rua Direita	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Achado Isolado
I0141	Casa na Rua Fundo de Vila	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Arquitetura Civil
I0142	Fábrica de João Batista e Companhia Limitada	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Arquitetura
I0143	Capela do Senhor dos Aflitos	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Arquitetura
I0144	Azenha da Ponte de Valverde da Gestosa	Valverde	Arquitetura Civil
I0145	Ponte de Vilares	Torre D. Chama	Arquitetura Civil
I0146	Azenha na Ponte de Vilares 1	Torre D. Chama	Arquitetura Civil
I0147	Igreja de São Bartolomeu	Torre D. Chama/ Vilares	Arquitetura
I0148	Quinta dos Botelhos	Torre D. Chama/ Vilares	Arquitetura Civil
I0149	Fonte Velha	Torre D. Chama/ Vilares	Arquitetura Civil
I0150	Quinta do Seixo	Torre D. Chama	Arquitetura Civil
I0151	Capela de Nossa Senhora da Conceição	Avidagos/ Avidagos	Arquitetura
I0152	Capela de Santa Rita	Torre D. Chama/ Mosteiró	Arqueologia
I0153	Igreja de Santa Rita	Torre D. Chama/ Mosteiró	Arquitetura
I0154	Capela de São Sebastião	Vale de Telhas/ Vale de Telhas	Arquitetura
I0155	Pelourinho de Vale de Telhas	Vale de Telhas/ Vale de Telhas	Arquitetura Civil
I0156	Alminha junto à Capela de São Sebastião	Vale de Telhas/ Vale de Telhas	Arquitetura
I0157	Casa dos Fins	Vale de Telhas/ Vale de Telhas	Arquitetura Civil
I0158	Casa na Rua Carolino Gonçalves 55 a 59	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Arquitetura Civil
I0159	Moagem na Ponte de Vilares	Torre D. Chama	Arquitetura Civil
I0160	Capela de São Sebastião	Torre D. Chama/ Guide	Arquitetura
I0161	Capela de Nossa Senhora de Fátima	Torre D. Chama/ Guide	Arquitetura
I0162	Igreja de São Mamede	Torre D. Chama/ Guide	Arquitetura
I0163	Portal da Casa de Samuel Gaspim	Torre D. Chama/ Guide	Achado Isolado
I0164	Casa de Mário Alves	Torre D. Chama/ Guide	Arquitetura Civil
I0165	Quinta dos Bartilotes	Torre D. Chama/ Guide	Arquitetura Civil
I0166	Casa dos Teixeiras 1	Torre D. Chama/ Guide	Arquitetura Civil
I0167	Casa na Rua do Forno 10	Torre D. Chama/ Guide	Arquitetura Civil
I0168	Portal na Rua de Trás	Torre D. Chama/ Guide	Achado Isolado
I0169	Casa dos Teixeiras 2	Torre D. Chama/ Guide	Arquitetura Civil
I0170	Estátua-Menir da Bouça	Bouça/ Bouça	Arqueologia
I0171	Marco Miliário de Vale Gouvinhas	Vale de Gouvinhas/ Vale de	Arqueologia
I0172	Aldeia de Vale de Freixo	Vale de Salgueiro/ Miradeses	Arqueologia
I0173	Casa da Torrinha	Vale de Telhas/ Vale de Telhas	Arquitetura Civil
I0174	Capela na Rua Direita	Vale de Telhas/ Vale de Telhas	Arquitetura
I0175	Inscrição na Casa de António Lobão	Vale de Telhas/ Vale de Telhas	Achado Isolado
I0176	Fonte do Cabo	Valverde/ Valverde	Arquitetura Civil
I0177	Casa de António Mota	Vale de Telhas/ Vale de Telhas	Arquitetura Civil
I0178	Casa de Alice Barreiros	Vale de Telhas/ Vale de Telhas	Arquitetura Civil
I0179	Casa de Amélia Lage	Vale de Telhas/ Vale de Telhas	Arquitetura Civil
I0180	Casa de Joaquim dos Santos	Vale de Telhas/ Vale de Telhas	Arquitetura Civil
I0181	Casa de Fernanda Pardelinha	Vale de Telhas/ Vale de Telhas	Arquitetura Civil
I0182	Casa dos Sarmentos Pimentéis	Vale de Telhas/ Vale de Telhas	Arquitetura Civil
I0183	Casa de Felisberto Alves	Vale de Telhas/ Vale de Telhas	Arquitetura Civil
I0184	Igreja Matriz de Santo Ildefonso	Vale de Telhas/ Vale de Telhas	Arquitetura
NIM	Designação	Freguesia/ Lugar	Supertipologia

I0185	Portal na Rua da Igreja n.º 9	Vale de Telhas/ Vale de Telhas	Arquitetura Civil
I0186	Cruz na Casa de José Manuel	Vale de Telhas/ Vale de Telhas	Achado Isolado
I0187	Casa de Manuel Moreira	Vale de Telhas/ Vale de Telhas	Arquitetura Civil
I0188	Casa de Francisco Cadavez	Vale de Telhas/ Vale de Telhas	Arquitetura Civil
I0189	Vale de Vilarinho	Torre D. Chama/ Vilaes	Arqueologia
I0190	Capela da Senhora do Barreiro	Vale de Telhas/ Vale de Telhas	Arquitetura
I0191	Pombal de Alfredo António Pinto	Avantos	Arquitetura Civil
I0192	Cruzeiro do Senhor dos Perdidos	Vale de Telhas	Arquitetura
I0193	Anta 1	Abambres	Arqueologia
I0194	Anta 2	Abambres	Demarcação
I0195	Anta 3	Abambres	Arqueologia
I0196	Anta 4	Abambres	Arqueologia
I0197	Dólmen do Padre Santo	Abambres	Arqueologia
I0198	Padre Santo	Abambres	Arqueologia
I0199	Gravuras do Padre Santo	Abambres	Arqueologia
I0200	Igreja Matriz de Santo André	Vale de Gouvinhas/ Vale de	Arquitetura
I0201	Inscrição no Muro de Manuel Almeida	Vale de Gouvinhas/ Vale de	Achado Isolado
I0202	Quinta do Verdelho	Vale de Gouvinhas/ Vale de	Arquitetura Civil
I0203	Portal de José Gandariças	Vale de Gouvinhas/ Vale de	Arquitetura Civil
I0204	Casa de José Cordeiro	Vale de Gouvinhas/ Vale de	Arquitetura Civil
I0205	Capela de Nossa Senhora do Rosário	Vale de Gouvinhas/ Vale de	Arquitetura
I0206	Alminha no Muro da Quinta do Verdelho	Vale de Gouvinhas/ Vale de	Arquitetura
I0207	Fonte na Avenida José Verdelho	Vale de Gouvinhas/ Vale de	Arquitetura Civil
I0208	Casa de Sérgio Cordeiro	Vale de Gouvinhas/ Vale de	Arquitetura Civil
I0209	Casa dos Melos	Vale de Gouvinhas/ Vale de	Arquitetura Civil
I0210	Casa de Ester Sá	Vale de Gouvinhas/ Vale de	Arquitetura Civil
I0211	Lagar de Lídia Guimarães	Avidagos/ Carvalhal	Arquitetura Civil
I0212	Casa dos Barreira	Vale de Gouvinhas/ Vale de	Arquitetura Civil
I0213	Fonte do Prado	Vale de Gouvinhas/ Vale de	Arquitetura Civil
I0214	Casa de Carlos Cordeiro	Vale de Gouvinhas/ Vale de	Arquitetura Civil
I0215	Fonte dos Frutuosos	Vale de Gouvinhas/ Vale de	Arquitetura Civil
I0216	Capela de São Ciriaco	Vale de Gouvinhas/ Valbom Pitez	Arquitetura
I0217	Fonte de Valbom Pitez	Vale de Gouvinhas/ Valbom Pitez	Arquitetura Civil
I0218	Casa dos Machados	Vale de Gouvinhas/ Valbom Pitez	Arquitetura Civil
I0219	Cabanal de Manuel Lopes	Vale de Gouvinhas/ Valbom Pitez	Arquitetura Civil
I0220	Marco Miliário da Ferradosa 4	Ferradosa	Achado Isolado
I0221	Casa do Mouco	Vale de Gouvinhas/ Valbom Pitez	Arquitetura Civil
I0222	Portal da Casa de Francisco Madureira	Vale de Gouvinhas/ Valbom Pitez	Arquitetura Civil
I0223	Lagar dos Fontouras	Vale de Gouvinhas/ Valbom Pitez	Arquitetura Civil
I0224	Marco de Propriedade na Quinta do Verdelho	Vale de Gouvinhas/ Vale de	Achado Isolado
I0225	Casa de Delfim Vaz	Vale de Gouvinhas/ Vale de	Arquitetura Civil
I0226	Capela de Santa Marinha	Vale de Gouvinhas/ Vale Maior	Arquitetura
I0227	Igreja Velha de Santa Marinha	Vale de Gouvinhas/ Vale Maior	Arqueologia
I0228	Casa do Cerieiro	Vale de Gouvinhas/ Quintas	Arquitetura Civil
I0229	Poço do Cerieiro	Vale de Gouvinhas/ Quintas	Arquitetura Civil
I0230	Igreja de Nossa Senhora da Assunção	Vale de Gouvinhas/ Quintas	Arquitetura
I0231	Casa no Largo do Divino Espírito Santo	Vale de Gouvinhas/ Quintas	Arquitetura Civil
I0232	Pia dos Enforcados	Mascarenhas	Arqueologia

NIM	Designação	Freguesia/ Lugar	Supertipologia
I0233	Portal da Casa de Berta Azevedo	Vale de Gouvinhos/ Quintas	Arquitetura Civil
I0234	Fonte de Quintas	Vale de Gouvinhos/ Quintas	Arquitetura Civil
I0235	Capela do Divino Espírito Santo	Abambres	Arquitetura Religiosa
I0236	Tapado das Urretas	Abambres	Arqueologia
I0237	Abrigo de Pastor da Muradilha	Vale de Salgueiro	Arquitetura Civil
I0238	Vale de Sardão	Vale de Telhas	Arqueologia
I0239	Castro de São Juzenda	Múrias	Arqueologia
I0240	Castelo dos Mouros	Múrias	Arqueologia
I0241	Quinta do Rio	Múrias/ Múrias	Arqueologia
I0242	Marra	Bouça/ Cruzamento da Bouça	Demarcação Territorial
I0243	Quinta dos Xaviezes	Vale de Salgueiro/ Vale de Salgueiro	Arquitetura Civil
I0244	Casa Belchior	Vale de Salgueiro/ Vale de Salgueiro	Arquitetura Civil
I0245	Oficina de Ferrador e Tronco	Vale de Salgueiro/ Vale de Salgueiro	Arquitetura Civil
I0246	Fonte no Largo da Feira	Vale de Salgueiro/ Vale de Salgueiro	Arquitetura Civil
I0247	Cruzeiro no Largo da Feira	Vale de Salgueiro/ Vale de Salgueiro	Arquitetura Religiosa
I0248	Fontanário do Largo da Feira	Vale de Salgueiro/ Vale de Salgueiro	Arquitetura Civil
I0249	Casa Brasonada na Rua Direita	Vale de Salgueiro/ Vale de Salgueiro	Arquitetura Civil
I0250	Alminha na Estrada EN 315	Cedães	Arquitetura Religiosa
I0251	Povoado de Nossa Senhora de Jerusalém do Romeu	Romeu/ Jerusalém de Romeu	Arqueologia
I0252	Armazém da Casa dos Mouras	Abambres/ Abambres	Arquitetura Civil
I0253	Casa de João Cadavez	Vale de Salgueiro/ Vale de Salgueiro	Arquitetura Civil
I0254	Escola Primária de Miradeses	Vale de Salgueiro/ Miradeses	Arquitetura Civil
I0255	Pombal de João Mota	Vale de Telhas	Arquitetura Civil
I0256	Casa na Rua Direita	Vale de Salgueiro/ Vale de Salgueiro	Arquitetura Civil
I0257	Fonte no Largo do Cruzeiro	Abambres/ Abambres	Arquitetura Civil
I0258	Casa de Vítor dos Anjos	Vale de Salgueiro/ Vale de Salgueiro	Arquitetura Civil
I0259	Casa de Telmo Moreira	Vale de Salgueiro/ Vale de Salgueiro	Arquitetura Civil
I0260	Fonte de Cima	Vale de Salgueiro/ Vale de Salgueiro	Arquitetura Civil
I0261	Casa do Pároco	Vale de Salgueiro/ Vale de Salgueiro	Arquitetura Civil
I0262	Igreja de São Sebastião	Vale de Salgueiro/ Vale de Salgueiro	Arquitetura Religiosa
I0263	Casa de António Pinto	Vale de Telhas/ Vale de Telhas	Arquitetura Civil
I0264	Antiga Capela na Rua Silvério Castro	Vale de Salgueiro/ Vale de Salgueiro	Achado Isolado
I0265	Casa dos Dias	Vale de Salgueiro/ Vale de Salgueiro	Arquitetura Civil
I0266	Cruz do Santo	Vale de Salgueiro/ Vale de Salgueiro	Arquitetura Religiosa
I0267	Capela do Senhor dos Aflitos	Vale de Salgueiro/ Vale de Salgueiro	Arquitetura Religiosa
I0268	Igreja de São Sebastião	Vale de Salgueiro/ Miradeses	Arquitetura Religiosa
I0269	Casa dos Gomes	Vale de Salgueiro/ Miradeses	Arquitetura Civil
I0270	Fonte na Estrada N315	Vale de Telhas/ Vale de Telhas	Arquitetura Civil
I0271	Marco Miliário na Bouça	Bouça/ Bouça	Achado Isolado
I0272	Ponte da Formigosa	Abambres	Arquitetura Civil
I0273	Cruzeiro do Senhor dos Aflitos	Vale de Salgueiro/ Miradeses	Arquitetura Religiosa
I0274	Regato da Vacaria	Múrias	Arqueologia
I0275	Fraga do Penedo	Mascarenhas	Arqueologia
I0276	Capela de São Gonçalo	Cabanelas/ Valongo das Meadas	Arquitetura Religiosa
I0277	Nicho junto à Escola de Cabanelas	Cabanelas/ Cabanelas	Arquitetura Religiosa
I0278	Cruzeiro de São Sebastião	Cabanelas/ Cabanelas	Arquitetura Religiosa
I0279	Igreja de São Sebastião	Cabanelas/ Cabanelas	Arquitetura Religiosa
I0280	Casa dos Pessanhas	Cabanelas/ Cabanelas	Arquitetura Civil

NIM	Designação	Freguesia/ Lugar	Supertipologia
I0281	Lavadouro do Terreiro	Cabanelas/ Cabanelas	Arquitetura Civil
I0282	Fonte do Terreiro	Cabanelas/ Cabanelas	Arquitetura Civil
I0283	Casa de Hugo Lourenço	Cabanelas/ Cabanelas	Arquitetura Civil
I0284	Capela de Santo António	Cabanelas/ Cabanelas	Arquitetura
I0285	Casa dos Andrades	Cabanelas/ Cabanelas	Arquitetura Civil
I0286	Portal da Casa dos Corujas	Cabanelas/ Cabanelas	Arquitetura Civil
I0287	Casa de Idalina Sousa	Cabanelas/ Cabanelas	Arquitetura Civil
I0288	Pombal de D. Constança	Cabanelas/ Cabanelas	Arquitetura Civil
I0289	Quinta dos Doutel de Andrade	Cabanelas/ Cabanelas	Arquitetura Civil
I0290	Marco Miliário de Vale de Gouvinhas 2	Vale de Gouvinhas/ Vale de	Achado Isolado
I0291	Quinta do Salgueiro	Cabanelas/ Cabanelas	Arquitetura Civil
I0292	Fonte dos Pombais	Cabanelas/ Cabanelas	Arquitetura Civil
I0293	Povoado de Nossa Senhora do Viso	Mascarenhas/ Vale Pereiro	Arqueologia
I0294	Pereira da Anta 2	Mascarenhas	Arqueologia
I0295	Casa dos Morais	Abambres/ Abambres	Arquitetura Civil
I0296	Cruzeiro no Largo do Cruzeiro	Abambres/ Abambres	Arquitetura
I0297	Capela do Sagrado Coração de Jesus	Abambres/ Abambres	Arquitetura
I0298	Casa dos Barrosos	Abambres/ Abambres	Arquitetura Civil
I0299	Pombal de Ilídia Silva	Abambres/ Abambres	Arquitetura Civil
I0300	Igreja Matriz de São Tomé	Abambres	Arquitetura
I0301	Oratório do Senhor dos Passos	Abambres	Arquitetura
I0302	Fonte do Cabo	Abambres/ Abambres	Arquitetura Civil
I0303	Capela de São Martinho	Abambres/ Vale de Martinho	Arquitetura
I0304	Casa da Maria Viúva	Abambres/ Vale de Martinho	Arquitetura Civil
I0305	Quinta dos Melos	Abambres/ Vale de Martinho	Arquitetura Civil
I0306	Pombal de Álvaro Vahia	Abambres	Arquitetura Civil
I0307	Fonte de Vale de Martinho	Abambres/ Vale de Martinho	Arquitetura Civil
I0308	Capela de Nossa Senhora de Fátima	Abambres/ Vale de Martinho	Arquitetura
I0309	Capela de São Sebastião	Abambres/ Vale de Juncal	Arquitetura
I0310	Fonte do Freixo	Abambres/ Vale de Juncal	Arquitetura Civil
I0311	Marco Miliário de Valbom Pitez	Vale de Gouvinhas/ Valbom	Achado Isolado
I0312	Casa dos Pires	Abambres/ Vale de Juncal	Arquitetura Civil
I0313	Casa de João da Silva	Abambres/ Vale de Juncal	Arquitetura Civil
I0314	Igreja de Santa Maria Madalena	Cabanelas/ Chelas	Arquitetura
I0315	Quinta Entre Rios	Cabanelas/ Chelas	Arquitetura Civil
I0316	Cruz na Casa Albino Morais	Vale de Gouvinhas/ Vale de	Achado Isolado
I0317	Forno de Telha de Amadeu Correia	Romeu	Arquitetura Civil
I0318	Alto do Prado do Castelo	Cedães/ Vila Verdinho	Arqueologia
I0319	Pereira da Anta 3	Mascarenhas	Arqueologia
I0320	Marco de Divisão da Lomba da Rosa	Freixeda	Demarcação
I0321	Gravuras do Malhado 1	Freixeda	Arqueologia
I0322	Mamoá do Malhado	Vila Verde	Arqueologia
I0323	Igreja Matriz de São Martinho	Múrias/ Múrias	Arquitetura
I0324	Capela de Nossa Senhora dos Anjos	Múrias/ Múrias	Arquitetura
I0325	Capela de São Paulo	Múrias/ Múrias	Arquitetura
I0326	Igreja de Santa Bárbara	Múrias/ Vale de Prados	Arquitetura
I0327	Casa dos Lavandeiras	Múrias/ Vale de Prados	Arquitetura Civil
I0328	Ponte dos Couços	Múrias	Arquitetura Civil
NIM	Designação	Freguesia/ Lugar	Supertipologia

I0329	Ponte das Múrias	Múrias	Arquitetura Civil
I0330	Capela de Santo Amaro	Múrias/ Regodeiro	Arquitetura
I0331	Capela de Nossa Senhora da Conceição	Múrias/ Couços	Arquitetura
I0332	Casa dos Montalvão Machado	Múrias/ Couços	Arquitetura Civil
I0333	Fonte do Terreiro	Múrias/ Couços	Arquitetura Civil
I0334	Tanque do Largo	Múrias/ Couços	Arquitetura Civil
I0335	Cabeço Murado	Caravelas	Arqueologia
I0336	Anta de Caravelas	Freixeda	Arqueologia
I0337	Marco Divisório de Talhas	Vila Verde	Arqueologia
I0338	Portal na Rua de São Miguel	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0339	Cabeço do Mouro	Vila Verde	Arqueologia
I0340	Mamo da A Madorra	Vila Verde	Arqueologia
I0341	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção	Mascarenhas/ Mascarenhas	Arquitetura
I0342	Azenha das Amoreiras	Barcel/ Longra	Arquitetura Civil
I0343	Fonte do Estado Novo	Mascarenhas/ Mascarenhas	Arquitetura Civil
I0344	Pombal dos Cepedas	Mascarenhas/ Mascarenhas	Arquitetura Civil
I0345	Casa dos Marques	Mascarenhas/ Mascarenhas	Arquitetura Civil
I0346	Casa de Ester Félix	Mascarenhas/ Mascarenhas	Arquitetura Civil
I0347	Portal da Casa de Antónia Gomes	Mascarenhas/ Mascarenhas	Arquitetura Civil
I0348	Casa dos Melos	Mascarenhas/ Mascarenhas	Arquitetura Civil
I0349	Casa do Coronel Teixeira	Mascarenhas/ Mascarenhas	Arquitetura Civil
I0350	Casal de Nossa Senhora do Desterro	Mascarenhas/ Mascarenhas	Arquitetura Civil
I0351	Fonte do Povo	Mascarenhas/ Mascarenhas	Arquitetura Civil
I0352	Fonte do Largo do Tanque	Mascarenhas/ Mascarenhas	Arquitetura Civil
I0353	Casa dos Cepedas	Mascarenhas/ Mascarenhas	Arquitetura Civil
I0354	Casa dos Mirandas	Mascarenhas/ Mascarenhas	Arquitetura Civil
I0355	Casa dos Malhões	Mascarenhas/ Mascarenhas	Arquitetura Civil
I0356	Capela de Santa Maria	Mascarenhas/ Mascarenhas	Arquitetura
I0357	Vila Velha	Vila Verde	Arqueologia
I0358	Fonte da Nora	Mascarenhas/ Mascarenhas	Arquitetura Civil
I0359	Igreja de Santo António	Mascarenhas/ Paradela	Arquitetura
I0360	Casa de Fernando Pires 1	Mascarenhas/ Paradela	Arquitetura Civil
I0361	Casa Gama	Mascarenhas/ Paradela	Arquitetura Civil
I0362	Pombal de Guribanes	Mascarenhas/ Guribanes	Arquitetura Civil
I0363	Lavadouro Público de Paradela	Mascarenhas/ Paradela	Arquitetura Civil
I0364	Portão do Campo do Rugil	Mascarenhas/ Paradela	Arquitetura Civil
I0365	Casa dos Pires	Mascarenhas/ Paradela	Arquitetura Civil
I0366	Pombal de Valbom dos Figos	Mascarenhas/ Valbom dos	Arquitetura Civil
I0367	Casa dos Morgados	Mascarenhas/ Paradela	Arquitetura Civil
I0368	Casa do Cabral	Mascarenhas/ Paradela	Arquitetura Civil
I0369	Casa de Fernando Pires 2	Mascarenhas/ Paradela	Arquitetura Civil
I0370	Capela de Santa Luzia	Mascarenhas/ Guribanes	Arquitetura
I0371	Quinta dos Cabrais	Mascarenhas/ Guribanes	Arquitetura Civil
I0372	Capela de Nossa Senhora da Conceição	Avidagos/ Palorca	Arquitetura
I0373	Escola Primária de Valbom dos Figos	Mascarenhas/ Valbom dos	Arquitetura Civil
I0374	Pombal de Eduardo Pires	Avantos/ Avantos	Arquitetura Civil
I0375	Pombal de António Maria Castro	Avantos/ Avantos	Arquitetura Civil
I0376	Mina do Vale das Corriças 1	Vila Verde	Arqueologia

NIM	Designação	Freguesia/ Lugar	Supertipologia
I0377	Mina da Freixeda	Freixeda	Arqueologia
I0378	Fraga do Castelo	Frechas	Arqueologia
I0379	Capela de São Sebastião	Mascarenhas/ Valbom dos Figos	Arquitetura Religiosa
I0380	Capela Mortuária	Mascarenhas/ Valbom dos Figos	Arquitetura Religiosa
I0381	Quinta de Valbom	Mascarenhas/ Valbom dos Figos	Arquitetura Civil
I0382	Lagar da Quinta de Valbom	Mascarenhas/ Valbom dos Figos	Arquitetura Industrial
I0383	Casa dos Correias	Mascarenhas/ Valbom dos Figos	Arquitetura Civil
I0384	Nicho do Senhor dos Perdidos	Mascarenhas/ Valbom dos Figos	Arquitetura Religiosa
I0385	Senhora do Aviso	Frechas	Arqueologia
I0386	Povoado do Cabeço Figueiro	Frechas	Arqueologia
I0387	Abrigo 11 do Regato das Bouças	Passos	Arqueologia
I0388	Capela de Nossa Senhora do Aviso	Frechas	Arquitetura Religiosa
I0389	Povoado de São Martinho	Marmelos	Arqueologia
I0390	Capela Nova de Santa Bárbara	Mascarenhas/ Vale Pereiro	Arquitetura Religiosa
I0391	Capela Velha de Santa Bárbara	Mascarenhas	Arqueologia
I0392	Povoado de Santa Catarina	Marmelos	Arqueologia
I0393	Pedreira 2	Marmelos	Arqueologia
I0394	Pedreira 1	Marmelos	Arqueologia
I0395	Pedreira 3	Marmelos	Arqueologia
I0396	Mina dos Trochos	Barcel	Arqueologia
I0397	Quinta dos Bacelares	Alvites/ Alvites	Arquitetura Civil
I0398	Quinta dos Barbosas	Alvites/ Alvites	Arquitetura Civil
I0399	Igreja Matriz de São Vicente	Alvites/ Alvites	Arquitetura Religiosa
I0400	Casa do Pároco	Alvites/ Alvites	Arquitetura Civil
I0401	Casa dos Carrapatoso	Alvites/ Alvites	Arquitetura Civil
I0402	Casa dos Meles	Alvites/ Alvites	Arquitetura Civil
I0403	Cruzeiro do Largo	Alvites/ Alvites	Arquitetura Religiosa
I0404	Fonte do Largo	Alvites/ Alvites	Arquitetura Civil
I0405	Tanque do Largo	Alvites/ Alvites	Arquitetura Civil
I0406	Casa dos Borges	Alvites/ Alvites	Arquitetura Civil
I0407	Casa dos Romas	Alvites/ Alvites	Arquitetura Civil
I0408	Fonte de Baixo na Rua do Paço	Alvites/ Alvites	Arquitetura Civil
I0409	Casa dos Cabrais	Alvites/ Alvites	Arquitetura Civil
I0410	Fonte na Rua do Lameiro	Alvites/ Alvites	Arquitetura Civil
I0411	Portal da Casa dos Esteves	Alvites/ Alvites	Arquitetura Civil
I0412	Fonte de Cima na Rua do Paço	Alvites/ Alvites	Arquitetura Civil
I0413	Capela de Santo Amaro	Alvites/ Alvites	Arquitetura Religiosa
I0414	Vila Velha de Valverde	Valverde	Arqueologia
I0415	Alminha no Bairro Novo	Alvites/ Alvites	Arquitetura Religiosa
I0416	Capela do Divino Espírito Santo	Alvites/ Lamas de Cavalo	Arquitetura Religiosa
I0417	Casa do Malheiro	Alvites/ Lamas de Cavalo	Arquitetura Civil
I0418	Povoado da Serra de Valverde	Valverde	Arqueologia
I0419	Capela de Santa Maria Madalena	Alvites	Arquitetura Religiosa
I0420	Capela Nova de Nossa Senhora da Conceição	Alvites/ Açoreira	Arquitetura Religiosa
I0421	Capela de Nossa Senhora da Conceição	Alvites	Arqueologia
I0422	Capela de São Sebastião	Alvites/ Vale de Lagoa	Arquitetura Religiosa
I0423	Casa dos Reimão de Meneses	Alvites/ Vale de Lagoa	Arquitetura Civil
I0424	Fonte do Vale	Alvites/ Vale de Lagoa	Arquitetura Civil

NIM	Designação	Freguesia/ Lugar	Supertipologia
I0425	Portal da Casa de António Ramalho	Alvites/ Vale de Lagoa	Arquitetura Civil
I0426	Quinta de São Silvestre	Valverde	Arquitetura Civil
I0427	Ponte de São Silvestre	Valverde	Arquitetura Civil
I0428	Ponte de Valverde	Valverde	Arquitetura Civil
I0429	Escovais	Cobro	Arqueologia
I0430	Cabeço da Anta	Barcel/ Barcel	Arqueologia
I0431	Trochos	Barcel	Arqueologia
I0432	Alto da Liceira	Barcel	Arqueologia
I0432	Alto da Liceira	Navalho	Arqueologia
I0433	Anta	Navalho	Arqueologia
I0434	Fraga do Corvo	Avidagos	Arqueologia
I0435	Buraco da Gralheira	Avidagos	Arqueologia
I0436	Fraga das Gralhas	Abreiro	Arqueologia
I0437	Ferrado	Abreiro	Arqueologia
I0438	Castelo da Sobreira	Abreiro	Arqueologia
I0439	Igreja Matriz de Santo André	Avantos/ Avantos	Arquitetura
I0440	Casa de Alfredo Pinto	Avantos/ Avantos	Arquitetura Civil
I0441	Pombal de São Sebastião	Torre D. Chama	Arquitetura Civil
I0442	Casa de António Castro	Avantos/ Avantos	Arquitetura Civil
I0443	Casa do Cabral	Avantos/ Avantos	Arquitetura Civil
I0444	Casa dos Santanas	Avantos/ Avantos	Arquitetura Civil
I0445	Casa dos Correias	Avantos/ Avantos	Arquitetura Civil
I0446	Casa dos Morgados	Avantos/ Avantos	Arquitetura Civil
I0447	Casa dos Morais	Avantos/ Avantos	Arquitetura Civil
I0448	Casa dos Araújo	Avantos/ Avantos	Arquitetura Civil
I0449	Capela de São Sebastião	Avantos/ Avantos	Arquitetura
I0450	Ponte Velha	Abreiro	Arqueologia
I0451	Quinta da Pendurada	Abreiro	Arqueologia
I0452	Calçada da Pendurada	Abreiro	Arqueologia
I0453	Linha do Tua	Avantos	Arquitetura Civil
I0453	Linha do Tua	Frechas	Arquitetura Civil
I0453	Linha do Tua	Mirandela	Arquitetura Civil
I0453	Linha do Tua	Mirandela/ Carvalhais	Arquitetura Civil
I0453	Linha do Tua	Romeu	Arquitetura Civil
I0453	Linha do Tua	São Salvador	Arquitetura Civil
I0454	Igreja de São Pedro	Avantos/ Pousadas	Arquitetura
I0455	Cruzeiro do Senhor dos Aflitos	Avantos/ Pousadas	Arquitetura
I0456	Casa de António Serrano	Avantos/ Pousadas	Arquitetura Civil
I0457	Casa dos Sá Morais	Avantos/ Pousadas	Arquitetura Civil
I0458	Casa dos Pereira do Lago	Avantos/ Pousadas	Arquitetura Civil
I0459	Portal de Nuno Martins	Avantos/ Pousadas	Arquitetura Civil
I0460	Pombal de José Pacato	Alvites/ Açoreira	Arquitetura Civil
I0461	Poço dos Mouros	Abreiro	Arqueologia
I0462	Mina do Lombeiro	Avidagos	Arqueologia
I0463	Anta da Arcã	Abreiro	Arqueologia
I0464	Cemitério dos Mouros	Abreiro	Arqueologia
I0465	Igreja Matriz do Espírito Santo	Carvalhais/ Carvalhais	Arquitetura
I0466	Fonte da Travessa da Escola	Carvalhais/ Vila Nova das	Arquitetura Civil
NIM	Designação	Freguesia/ Lugar	Supertipologia

I0467	Casa dos Távoras	Carvalhais/ Carvalhais	Arquitetura Civil
I0468	Casa dos Carvalhos Chancelheiros	Carvalhais/ Carvalhais	Arquitetura Civil
I0469	Villa Joaquina	Carvalhais/ Carvalhais	Arquitetura Civil
I0470	Pombal dos Gomes	Mirandela/ Carvalhais	Arquitetura Civil
I0471	Casa de São Gonçalo	Carvalhais/ Vila Nova das	Arquitetura Civil
I0472	Mamoá da Vistosa	Vila Boa	Arqueologia
I0473	Igreja de Santo António	Carvalhais/ Vila Nova das	Arquitetura
I0474	Cerâmica Mirandense	Carvalhais/ Vila Nova das	Arquitetura
I0475	Alminha na Tarana	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura
I0476	Escola Mista de Carvalhais	Carvalhais/ Carvalhais	Arquitetura Civil
I0477	Fonte de Vilar de Ledra	Carvalhais/ Vilar de Ledra	Arquitetura Civil
I0478	Nicho do Senhor dos Bons Caminhos	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura
I0479	Casa na Rua da República 120 a 134	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0480	Ponte de Vilar	Mirandela/ Carvalhais	Arquitetura Civil
I0481	Igreja de São Miguel	Carvalhais/ Vilar de Ledra	Arquitetura
I0482	Casa na Rua de São Mateus 1 a 9	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0483	Ponte Velha	Franco	Arquitetura Civil
I0484	Mina do Vale da Lameira	Franco	Arqueologia
I0485	Ponte do Franco	Franco	Arquitetura Civil
I0486	Igreja de São João Baptista	Carvalhais/ Contins	Arquitetura
I0487	Solar de Contins	Carvalhais/ Contins	Arquitetura Civil
I0488	Fonte de Contins	Carvalhais/ Contins	Arquitetura Civil
I0489	Abrigo 6 da Ribeira da Pousada	Franco	Arqueologia
I0490	Castelo do Rei de Orelhão	Lamas de Orelhão	Arqueologia
I0491	Buraco da Pala	Passos	Arqueologia
I0492	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Anunciação	Romeu/ Romeu	Arquitetura
I0493	Capela de Nossa Senhora do Rosário	Romeu/ Romeu	Arquitetura
I0494	Cruzeiro no Largo do Cruzeiro	Romeu/ Romeu	Arquitetura
I0495	Cruzeiro no Largo da Paz	Romeu/ Romeu	Arquitetura
I0496	Restaurante Maria Rita	Romeu/ Romeu	Arquitetura Civil
I0497	Museu de Curiosidades	Romeu/ Romeu	Arquitetura Civil
I0498	Casa dos Lopes	Romeu/ Romeu	Arquitetura Civil
I0499	Tanque do Largo da Paz	Romeu/ Romeu	Arquitetura Civil
I0500	Fonte Fundeira	Romeu/ Romeu	Arquitetura Civil
I0501	Lagar de Arménio Merêncio	Abreiro/ Milhais	Arquitetura Civil
I0502	Igreja Matriz de Santo Estevão	Abreiro/ Abreiro	Arquitetura
I0503	Capela de Santo Amaro	Romeu/ Vale de Couço	Arquitetura
I0504	Marco da Ordem de Malta 1	Romeu/ Vale de Couço	Demarcação
I0505	Casa de Maria Pinto 2	Cedães/ Cedães	Arquitetura Civil
I0506	Nicho de Santo Amaro	Romeu/ Vale de Couço	Arquitetura
I0507	Nicho de Nossa Senhora de Jerusalém do Romeu	Romeu/ Jerusalém de Romeu	Arquitetura
I0508	Fonte do Cruzeiro	Romeu/ Romeu	Arquitetura Civil
I0509	Nicho de Santo António do Romeu	Romeu/ Romeu	Arquitetura
I0510	Casa Aníbal Lima	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0511	Casa da Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Norte	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0512	Armazém Clemente Menéres	Romeu/ Jerusalém de Romeu	Arquitetura Civil
I0513	Escola Clemente Menéres	Romeu/ Jerusalém de Romeu	Arquitetura Civil
I0514	Quinta da Casa Menéres	Romeu/ Jerusalém de Romeu	Arquitetura Civil

NIM	Designação	Freguesia/ Lugar	Supertipologia
I0515	Casa do Povo da Casa Menéres	Romeu/ Jerusalém de Romeu	Arquitetura Civil
I0516	Cruzeiro de Abreiro	Abreiro/ Abreiro	Arquitetura Religiosa
I0517	Casa do Povo	Romeu/ Vale de Couço	Arquitetura Civil
I0518	Ponte do Romeu	Romeu/ Vale de Couço	Arquitetura Civil
I0519	Muro	Lamas de Orelhão	Arqueologia
I0520	Lagar de Maximino Alves	Franco/ Franco	Arquitetura Industrial
I0521	Quinta da Carrapata	Avidagos	Arqueologia
I0522	Casa do Canto	Vale de Telhas/ Vale de Telhas	Arquitetura Civil
I0523	Soalheiro	Passos	Arqueologia
I0524	Abrigo "A" do Regato das Bouças	Passos	Arqueologia
I0525	Abrigo 2 do Regato das Bouças	Passos	Arqueologia
I0526	Capela de São Ciriaco	Romeu/ Vimieiro	Arquitetura Religiosa
I0527	Casa dos Guerras	Romeu/ Vimieiro	Arquitetura Civil
I0528	Casa dos Gamas Pimentéis	Romeu/ Vimieiro	Arquitetura Civil
I0529	Casa dos Cabrais	Romeu/ Vimieiro	Arquitetura Civil
I0530	Casa dos Capelas	Romeu/ Vimieiro	Arquitetura Civil
I0531	Quinta dos Morais Sarmento	Romeu/ Vimieiro	Arquitetura Civil
I0532	Tanque Coberto no Largo do Vimieiro	Romeu/ Vimieiro	Arquitetura Civil
I0533	Tanque no Largo do Vimieiro	Romeu/ Vimieiro	Arquitetura Civil
I0534	Fonte no Largo do Vimieiro	Romeu/ Vimieiro	Arquitetura Civil
I0535	Nicho de Nossa Senhora na Estrada Nacional 15	Romeu	Arquitetura Religiosa
I0536	Pelourinho de Abreiro	Abreiro/ Abreiro	Arquitetura Civil
I0537	Fonte Velha	Abreiro/ Abreiro	Arquitetura Civil
I0538	Abrigo 3 do Regato das Bouças	Passos	Arqueologia
I0539	Abrigo 4 do Regato das Bouças	Passos	Arqueologia
I0540	Abrigo 5 do Regato das Bouças	Passos	Arqueologia
I0541	Abrigo 6 do Regato das Bouças	Passos	Arqueologia
I0542	Abrigo 7 do Regato das Bouças	Passos	Arqueologia
I0543	Abrigo 8 do Regato das Bouças	Passos	Arqueologia
I0544	Abrigo 1 do Regato das Bouças	Passos	Arqueologia
I0545	Abrigo 10 do Regato das Bouças	Passos	Arqueologia
I0546	Castelo dos Passos	Passos	Arqueologia
I0547	Mãe D'Água	Passos	Arqueologia
I0548	Fonte na Estrada Nacional 15	Romeu	Arquitetura Civil
I0549	Casa da Direcção de Estradas de Bragança	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0550	Casa na Rua Luciano Cordeiro 15	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0551	Memorial a Clemente Menéres	Romeu	Arquitetura Civil
I0552	Arasto	Suçães	Arqueologia
I0553	Sainça	Suçães	Arqueologia
I0554	Passadiço	Passos	Arqueologia
I0555	Senhora da Carrasqueira	Suçães	Arqueologia
I0556	Mizelo	Mirandela	Arqueologia
I0557	Pombal dos Morais e Castro	Ferradosa	Arquitetura Civil
I0558	Coluna na Casa de Leonilde Gonçalves	Vale de Telhas/ Vale de Telhas	Achado Isolado
I0559	Olival de Alfredo Valente	S. Pedro Velho/ S. Pedro Velho	Arqueologia
I0560	Gruta do Lagar	S. Pedro Velho	Arqueologia
I0561	Mourel de Cima	Mirandela	Arqueologia
I0562	Forno Comunitário de Vilar Douro	S. Pedro Velho/ Vilar Douro	Arquitetura Civil

NIM	Designação	Freguesia/ Lugar	Supertipologia
I0563	Casa de Manuel Contins	S. Pedro Velho/ Vilar Douro	Arquitetura Civil
I0564	Casa de Adelino Alves	S. Pedro Velho/ Vilar Douro	Arquitetura Civil
I0565	Fonte de Vilar Douro	S. Pedro Velho/ Vilar Douro	Arquitetura Civil
I0566	Forno Comunitário da Agueira	Agueiras/ Agueiras	Arquitetura Civil
I0567	Ponte de São Sebastião	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0568	Ponte Velha sobre o Rio Tua	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0569	Castelo de Mirandela	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Militar
I0570	Casa da Estalagem	Abreiro/ Abreiro	Arquitetura Civil
I0571	Castelo Velho de Mirandela	Mirandela	Arqueologia
I0572	Quinta de Monte Miões	Romeu	Arquitetura
I0573	Igreja da Misericórdia de Mirandela	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura
I0574	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Encarnação	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura
I0575	Casa de Cima	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0576	Padieira na Casa de João Francisco	Fradizela	Achado Isolado
I0577	Capela de Santa Marinha	Mirandela	Arqueologia
I0578	Casa dos Esteves	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0579	Casa na Rua de São Tiago 38 a 50	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0580	Casa na Rua de São Tiago 35 a 39	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0581	Solar dos Condes de Vinhais	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0582	Casa na Rua de São Tiago 31 a 33	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0583	Casa do Concelho	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0584	Palacete Carolino Pessanha	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0585	Lagoeiros	Romeu/ Romeu	Arqueologia
I0586	Lagar de José Verdelho	Vale de Gouvinhas/ Vale de	Arquitetura Civil
I0587	Igreja Matriz de Santo Ildefonso	Cedães/ Cedães	Arquitetura
I0588	Capela de Nossa Senhora de Fátima	Cedães/ Cedães	Arquitetura
I0589	Capela de Nossa Senhora da Piedade	Cedães/ Cedães	Arquitetura
I0590	Azenha do Moinho dos Prados	S. Pedro Velho	Arquitetura Civil
I0591	Capela de São Sebastião	Cedães/ Cedães	Arquitetura
I0592	Alminha no Olmo do Machado	Cedães/ Cedães	Arquitetura
I0593	Fonte do Vale	Cedães/ Cedães	Arquitetura Civil
I0594	Quinta dos Gama	Cedães/ Cedães	Arquitetura Civil
I0595	Casa dos Cabrais	Cedães/ Cedães	Arquitetura Civil
I0596	Lagar da Casa dos Gamas	Cedães/ Cedães	Arquitetura Civil
I0597	Portal de João Fernandes	Cedães	Arquitetura Civil
I0598	Lagar de João Miguel	Cedães	Arquitetura
I0599	Casa de Maria Pinto	Cedães/ Cedães	Arquitetura Civil
I0600	Fontanário do Seixo	Suçães/ Suçães	Arquitetura Civil
I0601	Casario de João Maria Xavier	Cedães/ Vale de Lobo	Arquitetura Civil
I0602	Quinta de Santa Luzia	Abreiro/ Abreiro	Arquitetura Civil
I0603	Casa de Maria Grande	Cedães/ Cedães	Arquitetura Civil
I0604	Casa de António Ferreira	Cedães/ Cedães	Arquitetura Civil
I0605	Casa do Povo	Abreiro/ Abreiro	Arquitetura Civil
I0606	Casa da Botica	Abreiro/ Abreiro	Arquitetura Civil
I0607	Igreja de São Gonçalo	Cedães/ Vale de Lobo	Arquitetura
I0608	Capela de Nossa Senhora do Rosário	Cedães/ Vale de Lobo	Arquitetura
I0609	Fonte do Povo	Cedães/ Vale de Lobo	Arquitetura Civil
I0610	Lagar Comunitário de Vale de Lobo	Cedães/ Vale de Lobo	Arquitetura Civil
NIM	Designação	Freguesia/ Lugar	Supertipologia

I0611	Cruzeiro de Vale de Lobo	Cedães/ Vale de Lobo	Arquitetura
I0612	Casa de Valentim Bom	Cedães/ Vale de Lobo	Arquitetura Civil
I0613	Casa de Adelaide de Sousa	Cedães/ Vila Verdinho	Arquitetura Civil
I0614	Casa de Narcisa Costa	Cedães/ Vale de Lobo	Arquitetura Civil
I0615	Casa de Cesário Lobão	Cedães/ Vale de Lobo	Arquitetura Civil
I0616	Casa de Luís Lopes	Passos/ Passos	Arquitetura Civil
I0617	Casa Dr. Mário Rafael	Avidagos/ Avidagos	Arquitetura
I0618	Casa de São Miguel	Avidagos/ Avidagos	Arquitetura Civil
I0619	Casa na Rua da Igreja	Avidagos/ Avidagos	Arquitetura Civil
I0620	Cruzeiro de Navalho	Navalho/ Navalho	Arquitetura
I0621	Capela do Senhor dos Milagres	Avidagos/ Avidagos	Arquitetura
I0622	Capela da Sagrada Família	Avidagos/ Avidagos	Arquitetura
I0623	Abrigo 12 do Regato das Bouças	Passos	Arqueologia
I0624	Casa dos Pires	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Arquitetura Civil
I0625	Capela de Nossa Senhora das Neves	Avidagos/ Carvalhal	Arquitetura
I0626	Marco da Ordem de Cristo	Vale de Telhas/ Vale de Telhas	Achado Isolado
I0627	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Purificação	Navalho/ Navalho	Arquitetura
I0628	Capela de Santo António	Navalho/ Navalho	Arquitetura
I0629	Fonte do Paço	Navalho/ Navalho	Arquitetura Civil
I0630	Casa do Povo de Mascarenhas	Mascarenhas/ Mascarenhas	Arquitetura Civil
I0631	Pombal de João Lopes	Avantos/ Avantos	Arquitetura Civil
I0632	Casa de Olívia Diogo	Navalho/ Navalho	Arquitetura Civil
I0633	Capela de São Pedro	Abreiro/ Milhais	Arquitetura
I0634	Lagar da Casa do Zé da Alice	Mascarenhas/ Paradela	Arquitetura
I0635	Quinta da Família Mendonça	Abreiro/ Abreiro	Arquitetura Civil
I0636	Casa na Rua do Outeiro	Abreiro/ Abreiro	Arquitetura Civil
I0637	Casa de Álvaro Soares	Abreiro/ Abreiro	Arquitetura Civil
I0638	Casa do Pelourinho	Abreiro/ Abreiro	Arquitetura Civil
I0639	Casal Correia de Oliveira	Avidagos/ Carvalhal	Arquitetura Civil
I0640	Casa Teixeira	Ferradosa	Arquitetura Civil
I0641	Muradilha	Vale de Salgueiro	Arqueologia
I0642	Quinta da Ponte da Pedra	Torre D. Chama	Arqueologia
I0643	Marco Miliário da Ferradosa 2	Ferradosa	Achado Isolado
I0644	Marco Miliário da Ferradosa 3	Ferradosa	Achado Isolado
I0645	Ponte da Quinta Branca	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0646	Associação dos Socorros Mútuos dos Artistas Mirandelenses	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0647	Escola Primária de Mirandela	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0648	Hospital Velho	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0649	Serviços Técnicos do Município de Mirandela	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0650	Cadeia Velha	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0651	Gravuras do Malhado 2	Freixeda	Arqueologia
I0652	Palacete dos Sequeira Sarmento	Mirandela/ Mirandela	Achado Isolado
I0653	Casa Luciano Cordeiro	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0654	Casa na Rua de Santo António 50	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0655	Casa na Rua de Santo António 55	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0656	Casa Trindade Dias	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0657	Casa de São Cosme	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0658	Casa de Albérico Lopes	Mirandela/ Mirandela	Achado Isolado

NIM	Designação	Freguesia/ Lugar	Supertipologia
I0659	Casa na Rua de Santo António 19 a 29	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0660	Fonte da Canelha	Suçães/ Suçães	Arquitetura Civil
I0661	Capela de São Gens	Cedães/ Vila Verdinho	Arquitetura Religiosa
I0662	Nicho das Lameiras	Cedães/ Vila Verdinho	Arquitetura Religiosa
I0663	Casa de Marcos Branco	Cedães/ Vila Verdinho	Arquitetura Civil
I0664	Fonte de Vila Verdinho	Cedães/ Vila Verdinho	Arquitetura Civil
I0665	Fonte Nova	Cedães/ Vila Verdinho	Arquitetura Civil
I0666	Fonte Fria	Cedães	Arquitetura Civil
I0667	Tanque na Rua da Escola	Cedães/ Vila Verdinho	Arquitetura Civil
I0668	Tanques Públicos	Cedães/ Vila Verdinho	Arquitetura Civil
I0669	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção	Suçães/ Suçães	Arquitetura Religiosa
I0670	Quinta de Santo Amaro	Suçães/ Suçães	Arquitetura Civil
I0671	Lagar de Joaquim António Valente	S. Pedro Velho/ S. Pedro Velho	Arquitetura Civil
I0672	Quinta de Cima	Suçães/ Suçães	Arquitetura Civil
I0673	Igreja de Santa Águeda	Suçães/ Pai Torto	Arquitetura Religiosa
I0674	Oratório de Nossa Senhora	Suçães/ Pai Torto	Arquitetura Religiosa
I0675	Casa de Fernando Carvalho	Suçães/ Pai Torto	Arquitetura Civil
I0676	Capela de São Sebastião	Suçães/ Eivados	Arquitetura Religiosa
I0677	Fonte Volante do Prado	Suçães/ Eivados	Arquitetura Civil
I0678	Abrigo 1 da Ribeira da Cabreira	Suçães	Arqueologia
I0679	Fonte de António Manuel da Cunha	S. Pedro Velho/ S. Pedro Velho	Arquitetura Civil
I0680	Fonte do CM 1076	Suçães/ Suçães	Arquitetura Civil
I0681	Igreja de São Frutuoso	Suçães/ Eixos	Arquitetura Religiosa
I0682	Igreja Matriz de Nossa Senhora das Graças	Passos/ Passos	Arquitetura Religiosa
I0683	Capela de Nossa Senhora	Passos/ Passos	Arquitetura Religiosa
I0684	Capela na Rua do Cruzeiro	Passos/ Passos	Arquitetura Religiosa
I0685	Cruzeiro de Nosso Senhor dos Aflitos	Passos/ Passos	Arquitetura Religiosa
I0686	Fonte da Frieira	Passos/ Passos	Arquitetura Civil
I0687	Fonte Limpa	Passos/ Passos	Arquitetura Civil
I0688	Fonte da Moreira	Passos/ Passos	Arquitetura Civil
I0689	Casa do Reitor João Guedes	Passos/ Passos	Arquitetura Civil
I0690	Casa Armando Guedes 1	Passos/ Passos	Arquitetura Civil
I0691	Casa Armando Guedes 2	Passos/ Passos	Arquitetura Civil
I0692	Casa dos Braganças	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0693	Casa dos Cid e Melo	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0694	Casa dos Menas	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0695	Casa na Rua Luciano Cordeiro 19 a 23	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0696	Capela de Nossa Senhora do Ó	Mirandela/ Golfeiras	Arquitetura Religiosa
I0697	Santuário de Nossa Senhora do Amparo	Mirandela/ Golfeiras	Arquitetura Religiosa
I0698	Casa Verde	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0699	Casa na Rua de Santa Luzia 44 a 48	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0700	Casa na Travessa de Santa Luzia 2 a 4	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0701	Casa na Rua Afonso III 50	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0702	Antiga Capela de São Sebastião	Mirandela/ Mirandela	Arqueologia
I0703	Casa de Auzenda Teixeira	Abreiro/ Abreiro	Arquitetura Civil
I0704	Casa na Rua do Cusqueiros	Abreiro/ Abreiro	Arquitetura Civil
I0705	Quinta dos Pimentéis	Abreiro/ Abreiro	Arquitetura Civil
I0706	Casa de Inácio Fernandes	Suçães/ Pai Torto	Arquitetura Civil

NIM	Designação	Freguesia/ Lugar	Supertipologia
I0707	Lavadouro da Fonte Velha	Abreiro/ Abreiro	Arquitetura Civil
I0708	Igreja Matriz de São Miguel	Frechas/ Frechas	Arquitetura
I0709	Oratório de Nossa Senhora do Amparo	Mirandela/ Golfeiras	Arquitetura
I0710	Oratório de Nosso Senhor dos Aflitos	Mirandela/ Golfeiras	Arquitetura
I0711	Capela de São Sebastião	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura
I0712	Nicho de São Sebastião	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura
I0713	Fábrica da CUF	Mirandela/ Mirandela	Arqueologia
I0714	Chalé de Simão Marques	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0715	Paço dos Távoras	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0716	Igreja Matriz de Santa Cruz	Lamas de Orelhão/ Lamas	Arquitetura
I0717	Pombal da Casa Grande	S. Pedro Velho/ Vilar Douro	Arquitetura Civil
I0718	Nicho de São Brás	Lamas de Orelhão/ Lamas	Arquitetura
I0719	Alminha de São Brás	Lamas de Orelhão/ Lamas	Arquitetura
I0720	Pelourinho de Lamas de Orelhão	Lamas de Orelhão/ Lamas	Arquitetura Civil
I0721	Casa Guedes	Lamas de Orelhão/ Lamas	Arquitetura Civil
I0722	Casa Pereira de Medeiros	Lamas de Orelhão/ Lamas	Arquitetura Civil
I0723	Casa de João Queiroga	Lamas de Orelhão/ Lamas	Arquitetura Civil
I0724	Fonte do Adro	Lamas de Orelhão/ Lamas	Arquitetura Civil
I0725	Capela de Santa Luzia	Fonte da Urze	Arquitetura
I0726	Portão dos Guedes	Lamas de Orelhão/ Lamas	Arquitetura Civil
I0727	Fonte do Ribeiro	Fonte da Urze	Arquitetura Civil
I0728	Fonte da Cascalheira	Fonte da Urze	Arquitetura Civil
I0729	Banco de Portugal	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0730	Casa de Damasceno Campos	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0731	Fonte do Prado	São Salvador/ São Salvador	Arquitetura Civil
I0732	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Expectação	Franco/ Franco	Arquitetura
I0733	Capela de Santa Bárbara	Franco/ Franco	Arquitetura
I0734	Fonte da Praça	Torre D. Chama/ Torre D.	Arquitetura Civil
I0735	Fonte do Pio	Franco/ Franco	Arquitetura Civil
I0736	Fonte da Piasca	Franco/ Franco	Arquitetura Civil
I0737	Fonte dos Diamantes	Franco/ Franco	Arquitetura Civil
I0738	Quinta da Cerca	Franco/ Franco	Arquitetura Civil
I0739	Casa de Manuel Pereira	Franco/ Franco	Achado Isolado
I0740	Casa Paroquial de Franco	Franco/ Franco	Arquitetura Civil
I0741	Lavadouro Público de Lamas de Orelhão	Lamas de Orelhão/ Lamas	Arquitetura Civil
I0742	Capela de Santo Estêvão	Mirandela/ Vale de Madeiro	Arquitetura
I0743	Capela de São Domingos	Mirandela/ Bronceda	Arquitetura
I0744	Nicho na Casa Maltez	Franco/ Franco	Achado Isolado
I0745	Casa da Mirgandeira	Franco/ Franco	Arquitetura Civil
I0746	Igreja Matriz de Santa Maria Madalena	Vila Boa/ Vila Boa	Arquitetura
I0747	Capela de Santo António	Vila Boa/ Vila Boa	Arquitetura
I0748	Igreja Matriz de São Paio	Pereira/ Pereira	Arquitetura
I0749	Capela da Casa do Menino Jesus	Pereira/ Pereira	Arquitetura
I0750	Capela de São Bartolomeu	Mirandela/ Freixedinha	Arquitetura
I0751	Capela de São Sebastião	Frechas/ Frechas	Arquitetura
I0752	Capela de Nossa Senhora de Lurdes	Frechas/ Frechas	Arquitetura
I0753	Cruzeiro junto à Piscina Municipal	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura
I0754	Escola Primária de Torre de Dona Chama	Torre D. Chama/ Torre D.	Arquitetura Civil
NIM	Designação	Freguesia/ Lugar	Supertipologia

I0755	Fonte do Povo	Valverde/ Valverde	Arquitetura Civil
I0756	Fonte dos Engaranhados	Frechas/ Vale da Sancha	Arquitetura Civil
I0757	Alminha na Rua das Alminhas	Frechas/ Frechas	Arquitetura
I0758	Pelourinho de Frechas	Frechas/ Frechas	Arquitetura Civil
I0759	Portal do Tribunal	Frechas/ Frechas	Arquitetura Civil
I0760	Solar dos Araújo	Frechas/ Frechas	Arquitetura Civil
I0761	Fornos Comunitários de Frechas	Frechas/ Frechas	Arquitetura Civil
I0762	Lagar de Manuel do Rei	Frechas/ Frechas	Arquitetura Civil
I0763	Quinta de Choupim	Mirandela	Arquitetura Civil
I0764	Casa do Antigo Posto da GNR	Torre D. Chama/ Torre D.	Arquitetura Civil
I0765	Casa de Maria Schneider	Torre D. Chama/ Torre D.	Arquitetura Civil
I0766	Lavadouro Público de Vale de Prados	Múrias/ Vale de Prados	Arquitetura Civil
I0767	Fontanário na Rua do Outeiro	Múrias/ Vale de Prados	Arquitetura Civil
I0768	Fonte de Regodeiro	Múrias/ Regodeiro	Arquitetura Civil
I0769	Fonte do Volante	Múrias/ Múrias	Arquitetura Civil
I0770	Fonte na Rua Principal	Múrias/ Vale de Prados	Arquitetura Civil
I0771	Cerâmica da Torre	Torre D. Chama	Arquitetura
I0772	Adega da Torre de Dona Chama	Torre D. Chama/ Torre D.	Arquitetura
I0773	Pombal de António Carrapatouso	Alvites/ Alvites	Arquitetura Civil
I0774	Pombal de Maria dos Santos	Alvites/ Lamas de Cavalo	Arquitetura Civil
I0775	Pombal de Manuel Torres	Alvites/ Vale de Lagoa	Arquitetura Civil
I0776	Pombal de Manuel Pires	Alvites/ Vale de Lagoa	Arquitetura Civil
I0777	Pombal dos Fernandes	Alvites/ Vale de Lagoa	Arquitetura Civil
I0778	Antinha	Marmelos	Arqueologia
I0779	Arcanha	Marmelos	Arqueologia
I0780	Pereira da Anta 1	Mascarenhas	Arqueologia
I0781	Antas	Abambres	Arqueologia
I0782	Escola Primária de Alvites	Alvites/ Alvites	Arquitetura Civil
I0783	Pombal de Nuno Espírito Santo	Alvites/ Alvites	Arquitetura Civil
I0784	Fonte Romana	Frechas/ Vale da Sancha	Arqueologia
I0785	São Sebastião	Mirandela/ Mirandela	Arqueologia
I0786	Esteio de Talhas	Freixeda	Arqueologia
I0787	Buraco dos Mouros	Freixeda	Arqueologia
I0788	Calçada da Aldeia da Cortiça	Aguiéiras	Arqueologia
I0789	Forno dos Mouros	Freixeda	Arqueologia
I0790	Fraga dos Namorados	Freixeda	Arqueologia
I0791	Mina do Vale das Corriças 3	Vila Verde	Arqueologia
I0792	Via Secundária Vale da Vilariça a Vale do Tua na Torre de Dona Chama	Torre D. Chama	Arqueologia
I0793	Forno de Telha do Romeu	Romeu	Arqueologia
I0794	Casa do Povo de Mirandela	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0795	Casa com Capela do Padre Bom	Carvalhais/ Vilar de Ledra	Arquitetura Civil
I0796	Fonte da Pateira	Suçães/ Suçães	Arquitetura Civil
I0797	Fonte do Bairro	Suçães/ Suçães	Arquitetura Civil
I0798	Fonte do Gricho do Seixo	Suçães/ Suçães	Arquitetura Civil
I0799	Fonte na Rua Central	Pereira/ Pereira	Arquitetura Civil
I0800	Fonte do Largo da Azenha	Pereira/ Pereira	Arquitetura Civil
I0801	Alminha no Largo da Igreja	Vila Boa/ Vila Boa	Escultura
I0802	Capela de Nossa Senhora do Amparo	Lamas de Orelhão/ Lamas	Arquitetura

NIM	Designação	Freguesia/ Lugar	Supertipologia
I0803	Pombal de Arménio Vaz	Navalho	Arquitetura Civil
I0804	Palheiro de Justiniano Esteves	Navalho/ Navalho	Arquitetura Civil
I0805	Pombal do Cerieiro	Vale de Gouvinhas/ Quintas	Arquitetura Civil
I0806	Mina das Latadas	São Salvador	Arqueologia
I0807	Mina do Moinho do Videira	São Salvador	Arqueologia
I0808	Quinta Dr. Trigo de Negreiros	Barcel/ Longra	Arquitetura Civil
I0809	Capela de Nossa Senhora da Guia	Barcel/ Longra	Arquitetura Religiosa
I0810	Quinta dos Mendonça	Barcel/ Barcel	Arquitetura Civil
I0811	Capela de Santa Marta	Barcel/ Barcel	Arquitetura Religiosa
I0812	Cruzeiro de Barcel	Barcel/ Barcel	Escultura
I0813	Cruzeiro na Rua da Amoreira	Abreiro/ Abreiro	Achado Isolado
I0814	Igreja Matriz de São Ciriaco	Barcel/ Barcel	Arquitetura Religiosa
I0815	Fonte na EM 15-4	Valverde	Arquitetura Civil
I0816	Fonte do Prado	Marmelos/ Marmelos	Arquitetura Civil
I0817	Igreja Matriz de São Gens	Marmelos/ Marmelos	Arquitetura Religiosa
I0818	Quinta de D. Amélia Pessanha	Marmelos/ Marmelos	Arquitetura Civil
I0819	Casa de João Fernandes	Marmelos/ S. Pedro de Vale do Conde	Arquitetura Civil
I0820	Casa dos Lima	Marmelos/ S. Pedro de Vale do Conde	Arquitetura Civil
I0821	Fonte do Fortilheiro	Marmelos/ S. Pedro de Vale do Conde	Arquitetura Civil
I0822	Fonte na Rua da Fonte	Marmelos/ S. Pedro de Vale do Conde	Arquitetura Civil
I0823	Fonte no Largo do Prado	Marmelos/ S. Pedro de Vale do Conde	Arquitetura Civil
I0824	Igreja de São Pedro	Marmelos/ S. Pedro de Vale do Conde	Arquitetura Religiosa
I0825	Quinta dos Sá	Marmelos/ S. Pedro de Vale do Conde	Arquitetura Civil
I0826	Capela de Santa Bárbara	Cobro/ Cobro	Arquitetura Religiosa
I0827	Fonte da Ponte	Cobro	Arquitetura Civil
I0828	Igreja Matriz de São Sebastião	Cobro/ Cobro	Arquitetura Religiosa
I0829	Capela de Nossa Senhora da Conceição	Cobro/ Rego de Vide	Arquitetura Religiosa
I0830	Capela de Santa Ana	Cobro/ Rego de Vide	Arquitetura Religiosa
I0831	Casa Canavarro	Cobro/ Rego de Vide	Arquitetura Civil
I0832	Casa de Carolino Lopes	Cobro/ Rego de Vide	Arquitetura Civil
I0833	Fonte de Cima	Cobro/ Rego de Vide	Arquitetura Civil
I0834	Fonte do Fundo	Cobro/ Rego de Vide	Arquitetura Civil
I0835	Antiga Capela de Santa Bárbara	Cobro/ Cobro	Arqueologia
I0836	Capela de São Sebastião	Vila Verde/ Vila Verde	Arquitetura Religiosa
I0837	Fonte Romana	Vila Verde/ Vila Verde	Arquitetura Civil
I0838	Igreja Matriz de Santo Apolinário	Vila Verde/ Vila Verde	Arquitetura Religiosa
I0839	Capela de São Sebastião	São Salvador/ São Salvador	Arquitetura Religiosa
I0840	Igreja Matriz de São Salvador	São Salvador/ São Salvador	Arquitetura Religiosa
I0841	Cruzeiro de São Salvador	São Salvador/ São Salvador	Arquitetura Religiosa
I0842	Casa do Dr. José Alves	São Salvador/ São Salvador	Arquitetura Civil
I0843	Casa do Pároco	São Salvador/ São Salvador	Arquitetura Civil
I0844	Portal na Rua das Fragas	São Salvador/ São Salvador	Arquitetura Civil
I0845	Casa de Constantino Pastor	São Salvador/ São Salvador	Arquitetura Civil
I0846	Fonte da Calçada	São Salvador/ São Salvador	Arquitetura Civil
I0847	Fonte no Largo da Sede da Junta	São Salvador/ São Salvador	Arquitetura Civil
I0848	Fonte do Prado	São Salvador/ São Salvador	Arquitetura Civil
I0849	Fonte na Rua de São Sebastião	São Salvador/ São Salvador	Arquitetura Civil
I0850	Pombal de António Sousa	São Salvador/ São Salvador	Arquitetura Civil

NIM	Designação	Freguesia/ Lugar	Supertipologia
I0851	Pombal do Dr. José Alves	São Salvador/ São Salvador	Arquitetura Civil
I0852	Pombal de Fernando Torres	São Salvador/ São Salvador	Arquitetura Civil
I0853	Igreja Matriz de Santo André	Freixeda/ Freixeda	Arquitetura
I0854	Capela de São Sebastião	Freixeda/ Freixeda	Arquitetura
I0855	Casa dos Pimentéis	Freixeda/ Freixeda	Arquitetura Civil
I0856	Lagar dos Pimentéis	Freixeda/ Freixeda	Arquitetura Civil
I0857	Escola Primária da Freixeda	Freixeda/ Freixeda	Arquitetura Civil
I0858	Fontanário no Largo de Santo André	Freixeda/ Freixeda	Arquitetura Civil
I0859	Pombal da Mina 1	Freixeda/ Freixeda	Arquitetura Civil
I0860	Pombal da Mina 2	Freixeda/ Freixeda	Arquitetura Civil
I0861	Pontão do Alto da Cabeça de Águia	Freixeda	Arquitetura Civil
I0862	Igreja Matriz de São Brás	Caravelas/ Caravelas	Arquitetura
I0863	Capela de São Bernardino	Caravelas/ Caravelas	Arquitetura
I0864	Fonte do Terreiro	Caravelas/ Caravelas	Arquitetura Civil
I0865	Casa dos Rocha	Frechas/ Frechas	Arquitetura Civil
I0866	Cruzeiro de Vale da Sancha	Frechas/ Vale da Sancha	Arquitetura
I0867	Nicho de Nossa Senhora dos Caminhos	Frechas/ Vale da Sancha	Arquitetura
I0868	Alminha de Vale da Sancha	Frechas/ Vale da Sancha	Arquitetura
I0869	Igreja de São Gonçalo	Frechas/ Vale da Sancha	Arquitetura
I0870	Casa de Mário Mendanha	Frechas/ Cachão	Arquitetura Civil
I0871	Igreja de São Bento	Mirandela/ Golfeiras	Arquitetura
I0872	Lagar de Judite Macedo	Frechas/ Cachão	Arquitetura Civil
I0873	Igreja de Santo Isidro	Frechas/ Cachão	Arquitetura
I0874	Igreja de São Ciriaco	Vale de Asnes/ Cedainhos	Arquitetura
I0875	Fonte da Gricha	Vale de Asnes/ Vale de Asnes	Arquitetura Civil
I0876	Fonte de Vale de Covo	Vale de Asnes/ Vale de Asnes	Arquitetura Civil
I0877	Casa de Alberto Fernandes	Vale de Asnes/ Vale de Asnes	Arquitetura Civil
I0878	Casa de Maria Dias	Vale de Asnes/ Vale de Asnes	Arquitetura Civil
I0879	Casa de João Gonçalves	Vale de Asnes/ Vale de Asnes	Arquitetura Civil
I0880	Casa de António Correia	Vale de Asnes/ Vale de Asnes	Arquitetura Civil
I0881	Casa do Tribunal	Vale de Asnes/ Vale de Asnes	Arquitetura Civil
I0882	Casa de Humberto Pereira	Vale de Asnes/ Vale de Asnes	Arquitetura Civil
I0883	Casa de João Castro	Vale de Asnes/ Vale de Asnes	Arquitetura Civil
I0884	Casa de Manuel Angélico	Vale de Asnes/ Vale de Asnes	Arquitetura Civil
I0885	Nicho de Nossa Senhora de Fátima	Vale de Asnes/ Vale de Asnes	Arquitetura
I0886	Cruzeiro Junto ao Nicho Nossa Senhora de Fátima	Vale de Asnes/ Vale de Asnes	Arquitetura
I0887	Cruzeiro do Largo de São Roque	Vale de Asnes/ Vale de Asnes	Arquitetura
I0888	Capela de São Roque	Vale de Asnes/ Vale de Asnes	Arquitetura
I0889	Capela de São Bartolomeu	Vale de Asnes	Arquitetura
I0890	Igreja Matriz de São Pedro	Vale de Asnes/ Vale de Asnes	Arquitetura
I0891	Nicho na Estrada CM1084	Mirandela/ Vale de Madeiro	Arquitetura
I0892	Fonte Velha	Mirandela/ Vale de Madeiro	Arquitetura Civil
I0893	Igreja de Santo Estêvão	Mirandela/ Vale de Madeiro	Arquitetura
I0894	Mina do Vale das Corriças 2	Vila Verde	Arqueologia
I0895	Antiga Capela de Santo Amaro	Romeu/ Vale de Couço	Arqueologia
I0896	Pombal de André Geraldo	Freixeda	Arquitetura Civil
I0897	Casa na Rua da República 223 a 225	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0898	Moagem de São Sebastião	Mirandela/ Mirandela	Arqueologia
NIM	Designação	Freguesia/ Lugar	Supertipologia

I0899	Casa na Rua Dr. Álvaro Soares 13 a 19	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0900	Capela de São João	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura
I0901	Recauchutagem Mirandelense	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0902	Sede do Sport Clube de Mirandela	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0903	Casa na Rua de Santo António 65 a 67	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0904	Casa na Rua de Santo António 61 a 63	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0905	Casa de Alfredo Pinto	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0906	Casa na Rua de Santo António 26 a 28	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0907	Casa na Rua Alexandre Herculano 28 a 32	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0908	Casa na Rua de São Mateus 33 a 37	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0909	Casa na Rua das Amoreiras 18	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0910	Pensão Praia	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0911	Casa na Rua Alexandre Herculano 42 a 46	Mirandela/ Mirandela	Arqueologia
I0912	Casa no Largo Álvaro Soares	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0913	Edifício da Associação Comercial e Industrial de Mirandela	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0914	Casa Parente	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0915	Quinta do Convento	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0916	Casa da Residencial Entre Pontes	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0917	Casa de Jorge Pires	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0918	Antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Mirandela	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0919	Igreja de São João Bosco	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura
I0920	Casa na Rua do Tanque 15	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0921	Casa "BELLE EPOQUE"	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0922	Casa "AGRIPEC"	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0923	Edifício "ECLIPSE"	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0924	Casa na Rua Cabo de Vila 30	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0925	Casa na Rua do Toural 2	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0926	Casa no Largo do Toural 5 a 9	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0927	Casa na Rua do Rosário 22 a 24	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0928	Casa no Largo da Igreja 9	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0929	Edifício Curral	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0930	Casa na Rua Alexandre Herculano 10 a 18	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0931	Casa na Rua de São Cosme 44 a 48	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0932	Casa na Rua Luciano Cordeiro 48	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0933	Casa na Rua Luciano Cordeiro 44 a 46	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0934	Casa na Rua Luciano Cordeiro 38 a 42	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0935	Casa na Rua da República 84 a 92	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0936	Casa na Rua da República 119 a 131	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0937	Casa "NORDESTINA"	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0938	Casa na Rua da República 104 a 108	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0939	Casa na Rua Montevideu 3 a 7	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0940	Escola Primária do Bairro Operário	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0941	Carreira de Tiro da GNR	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0942	Estação de Bombagem de Mirandela	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0943	Edifício da Caixa Geral de Depósitos	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0944	Casa na Rua da República 74 a 76	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0945	Casa na Rua de Santa Luzia 2 a 14	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0946	Casa na Travessa D. Afonso III 15	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil

NIM	Designação	Freguesia/ Lugar	Supertipologia
I0947	Casa da Rua da República 99 a 102	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0948	Escola Primária da Central	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0949	Escola Primária de Golfeiras	Mirandela/ Golfeiras	Arquitetura Civil
I0950	Mataadouro Municipal de Mirandela	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0951	Quartel da Guarda Nacional Republicana	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0952	Fonte na EN15	Franco	Arquitetura Civil
I0953	Azenha da Moimela	Agueiras	Arquitetura Civil
I0954	Azenha da Terrena	Bouça	Arquitetura Civil
I0955	Azenha da Quinta da Barca	Vale de Telhas	Arquitetura Civil
I0956	Azenha do Cabeço	Vale de Telhas	Arquitetura Civil
I0957	Azenha de Miradeses	Vale de Salgueiro/ Miradeses	Arquitetura Civil
I0958	Azenha de Vale de Freixo	Vale de Salgueiro	Arquitetura Civil
I0959	Azenha de Eixos	Suções/ Eixos	Arquitetura Civil
I0960	Azenha da Ponte da Pedra	Torre D. Chama	Arquitetura Civil
I0961	Azenha da Ribeirinha Norte	Fradizela	Arquitetura Civil
I0962	Azenha da Ribeirinha Sul	Fradizela	Arquitetura Civil
I0963	Azenha de Vale Maior	Vale de Gouvinhas	Arquitetura Civil
I0964	Azenha do Cabeço do Marinheiro	Vale de Gouvinhas	Arquitetura Civil
I0965	Azenha de Teixeira de Gomes	Mascarenhas	Arquitetura Civil
I0966	Azenha de Contins	Carvalhais/ Contins	Arquitetura Civil
I0967	Azenha de Vale de Juncal	Abambres/ Vale de Juncal	Arquitetura Civil
I0968	Azenha do Valongo	Mirandela/ Carvalhais	Arquitetura Civil
I0969	Azenha das Latadas	São Salvador	Arquitetura Civil
I0970	Azenha dos Amieiros	Frechas	Arquitetura Civil
I0971	Azenha das Figueiras	Frechas/ Frechas	Arquitetura Civil
I0972	Azenha de Frechas	Frechas/ Frechas	Arquitetura Civil
I0973	Azenha do Area	Frechas/ Cachão	Arquitetura Civil
I0974	Azenha dos Choupas	Frechas/ Cachão	Arquitetura Civil
I0975	Azenha do Agostinho	Bouça	Arquitetura Civil
I0976	Azenha de Chelas	Cabanelas/ Chelas	Arquitetura Civil
I0977	Azenha da Maravilha	Mirandela	Arquitetura Civil
I0978	Azenha na Ribeira do Vale do Martinho	Abreiro	Arquitetura Civil
I0979	Azenha do Barigel	Agueiras	Arqueologia
I0980	Azenha de Golfeiras	Mirandela/ Golfeiras	Arqueologia
I0981	Azenha de São Sebastião	Torre D. Chama/ Guide	Arquitetura Civil
I0982	Azenha na Ponte de Vilares 2	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Arquitetura Civil
I0983	Tanque de Água da Torre de Dona Chama	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Arquitetura Civil
I0984	Mãe de Água da Torre de Dona Chama	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Arquitetura Civil
I0985	Capela de Nossa Senhora do Desterro	Mascarenhas/ Mascarenhas	Arquitetura Religiosa
I0986	Casa Comprida	Mascarenhas/ Mascarenhas	Arquitetura Civil
I0987	Pombal do Vale da Azenha	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0988	Lagar na Rua de São Miguel 6	Mirandela/ Mirandela	Arquitetura Civil
I0989	Pombal da Quinta do Cacho	Torre D. Chama/ Torre D. Chama	Arquitetura Civil
I0990	Pombal na Ribeira do Vale do Arrouso	Mascarenhas	Arquitetura Civil
I0991	Azenha da Amélia	Franco	Arqueologia
I0992	Azenha do Maximino	Franco	Arqueologia
I0993	Azenha do Barnabé	Franco	Arquitetura Civil
I0994	Azenha do Vale Grande	Franco	Arquitetura Civil

NIM	Designação	Fregue	Supertipologia
I0995	Azenha da Ponte	Franco	Arquitetura Civil
I0996	Azenha da Sabina	Franco	Arquitetura Civil
I0997	Azenha do Batista	Franco	Arquitetura Civil
I0998	Pombal na Paradela	Mascar	Arquitetura Civil
I0999	Destilaria de Monte Miões	Romeu	Arquitetura Civil
I1000	Pombal na Hortinha	Vale de	Arquitetura Civil
I1001	Fabrica da Cortiça	Romeu	Arquitetura Civil
I1002	Pombal do Cabeço da Couraceira	Mascar	Arquitetura Civil
I1003	Moinho na Ribeira de Brinço	Alvites	Arqueologia
I1004	Pombal em Vale de Lagoa	Alvites/	Arquitetura Civil
I1005	Pombal no Convento das Flores	Alvites	Arquitetura Civil
I1006	Pombal do Alto do Marco	Mirand	Arquitetura Civil
I1007	Pombal em Pousadas	Avanto	Arquitetura Civil
I1008	Pombal do Cabral 1	Romeu/	Arquitetura Civil
I1009	Pombal do Cabral 2	Romeu/	-
I1010	Moinho na Ribeira da Açoreira	Romeu	Arquitetura Civil
I1011	Fontanário na Açoreira	Alvites/	Arquitetura Civil
I1012	Pombal na Açoreira	Alvites	Arquitetura Civil
I1013	Moinho Velho	Cedães	Arquitetura Civil
I1014	Pombal em Cedães	Cedães	Arquitetura Civil
I1015	Alminha na Rua Olímpio Cabral	Mascar	Arquitetura
I1016	Recinto sobre a Ribeira da Carvalha	São	Arqueologia
I1017	Moinho do Pradinhos	Vale de	Arqueologia
I1018	Moinho do Veiga	Vale de	Arquitetura Civil
I1019	Moinho no Ribeiro de Agreborn 1	Vale de	Arqueologia
I1020	Moinho no Ribeiro de Agreborn 2	Vale de	Arquitetura Civil
I1021	Moinho nas Pias	Vila	Arquitetura Civil
I1022	Moinho no Ribeiro da Figueirinha Brava	Vila	Arqueologia
I1023	Moinho no Ribeiro de Vila Verde	Vila	Arquitetura Civil
I1024	Moinho no Ribeiro do Macedinho 1	Freixed	Arquitetura Civil
I1025	Moinho no Ribeiro do Macedinho 2	Freixed	Arquitetura Civil
I1026	Moinho na Ribeira da Flagosa	Frecha	Arquitetura Civil
I1027	Moinho no Ribeiro das Olgas	São	Arquitetura Civil
I1028	Moinho na Ribeira da Carvalha	São	Arquitetura Civil
I1029	Moinho nas Moutas 1	São	Arquitetura Civil
I1030	Moinho nas Moutas 2	São	Arquitetura Civil
I1031	Pombal no Pai Torto	Suçães	Arquitetura Civil
I1032	Pombal de João Deimão	Suçães	Arquitetura Civil
I1033	Lavadouro de Mascarenhas	Mascar	Arquitetura Civil
I1034	Moinhos no Terreiro dos Mocos	Aguieir	Arquitetura Civil
I1035	Moinho na Ribeira de Suçães	Suçães	Arquitetura Civil
I1036	Moinho no Escorregadouro	Cobro	Arquitetura Civil
I1037	Moinho no Vale das Uvas	Cobro	Arquitetura Civil
I1038	Moinho no Forno dos Mouros	Freixed	Arquitetura Civil
I1039	Moinho no Navalheiro	Avidag	Arquitetura Civil
I1040	Pombal no Vale Escuro	Navalh	Arquitetura Civil
I1041	Pombal na Fonte do Seixo	Navalh	Arquitetura Civil
I1042	Pombal na Vila Velha	Valverd	Arquitetura Civil
NIM	Designação	Fregue	Supertipologia

I1043	Pombal no Vale do Martinho	Abreiro	Arquitetura Civil
I1044	Moinho na Ribeira do Carneiro	Abreiro	Arqueologia
I1045	Bairro Operário	Mirand	Arquitetura Civil